



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ICI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI  
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**VANESSA JAMILE SANTANA DOS REIS**

**A INVISIBILIDADE DO FEMINISMO NEGRO NOS INSTRUMENTOS DE  
REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ABORDAGEM DE  
REPRESENTATIVIDADE SOCIAL**

Salvador  
2019

**VANESSA JAMILE SANTANA DOS REIS**

**A INVISIBILIDADE DO FEMINISMO NEGRO NOS INSTRUMENTOS DE  
REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ABORDAGEM DE  
REPRESENTATIVIDADE SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Mestrado) do Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia linha de pesquisa Produção, Circulação e Mediação da Informação, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Sales dos Santos

Salvador  
2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R375 Reis, Vanessa Jamile Santana dos  
A invisibilidade do feminismo negro nos  
instrumentos de representação do conhecimento: uma  
abordagem de representatividade social. / Vanessa  
Jamile Santana dos Reis. -- Salvador, 2019.  
195 f. : il

Orientador: José Carlos Sales dos Santos.  
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós- Graduação em  
Ciência da Informação) -- Universidade Federal da  
Bahia, Instituto de Ciência da Informação, 2019.

1. Organização da Informação. 2. Representação do  
Conhecimento (Teoria da Informação). 3. Tesouro. 4.  
Feminismo Negro. 5. Feminismo. I. Santos, José Carlos  
Sales dos. II. Título.

CDD 025.4

**A INVISIBILIDADE DO FEMINISMO NEGRO NOS INSTRUMENTOS DE  
REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ABORDAGEM DE  
REPRESENTATIVIDADE SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (Mestrado), do Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, linha de pesquisa Produção, Circulação e Mediação da Informação, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. José Carlos Sales dos Santos**  
PPGCI/UFBA (Orientador)

---

**Prof. Dra. Márcia dos Santos Macedo**  
PPGNEIM/UFBA (Membro Externo)

---

**Prof. Dra. Hildenise Ferreira Novo**  
PPGCI/UFBA (Membro Interno)

*Para*

*Raimunda Leda de Santana, minha mãe (In memoriam)*

*Maria Sergina de Santana, Avó (In memoriam)*

*As mulheres da minha vida pela Força e Empenho de suas trajetórias.*

*Porque sou fruto desse esforço e de toda uma Ancestralidade!*

## AGRADECIMENTOS

Peço licença, neste momento, para agradecer, primeiramente, a Deus pela oportunidade de concluir mais uma etapa da minha vida, com empenho, determinação e saúde. Posteriormente, agradeço às minhas ancestrais, mulheres negras que lutaram pela conquista de direitos pelos quais, hoje, aqui estou autorizada e em lugar de fala para pronunciar e oportunizar um debate ainda estreito em um segmento da ciência que assume novas lutas, para segmentar abertura a outros pesquisadores preocupados com a causa.

Às mulheres da minha vida que oportunizaram minha caminhada até aqui, Maria Sergina de Santana e Raimunda Leda de Santana (*in memoriam*), principais mentoras e incentivadoras da minha trajetória, mulheres fortes e de luta de quem guardo lembranças e trago uma herança matriarcal de um legado intelectual de repertórios marcados por suas experiências de vida, do qual assumo a responsabilidade de aprimoramento diário.

Ao meu orientador, José Carlos Sales dos Santos, minha gratidão. O comprometimento, a competência e, principalmente, sua afetividade transcendem a docência, com a capacidade de demonstrar empatia e leveza com seu toque de arte e ciência, tornando a caminhada leve, mas sem perder o rigor e a qualidade da pesquisa científica. Aos mestres, doutores, colegas pesquisadores parceiros de caminhada, meus sinceros apreço, agradecimento e admiração. Especialmente a Ana Valéria Moura, Normaci Correia e João de Deus pela caminhada conjunta e o apoio contínuo nos momentos difíceis e de desânimo. A Rafael Soares, gratidão pelo apoio e incentivo para construção desse momento dissertativo.

A Rafael Lima (*in memoriam*) guardo a lembrança de Jesse Shera por ter, juntamente com a professora Henriette Gomes, apresentado o limiar epistemológico da minha pesquisa, mas que principalmente recordo que, neste momento, estaria juntamente comigo encerrando um ciclo interrompido pelo chamado do Deus pai poderoso.

Às professoras Maíra Kubík e Márcia Macedo agradeço pela oportunidade de ser apresentada ao conhecimento de um debate feminino na ciência, favorecendo a construção teórica e discursiva do teor dissertativo desta pesquisa, aprofundando o amadurecimento da temática do feminismo negro e suas contribuições. À professora Hildenise Novo, pela oportunidade de construir um despertar para lacunas da representação que me direcionou à pesquisa e por, indiretamente, construir uma bibliotecária voltada para as demandas do processo de representação da informação e do conhecimento, lembrando-me sempre do que

chama de ponto de vista.

Aos meus colegas de profissão, bibliotecários do Sistema de Bibliotecas da UFBA, agradeço pelo apoio, sempre solícitos nos momentos de atendimento na busca por referenciais teóricos, especialmente Joceane Honório, Hozana Azevedo, Lívia Freitas e Urânia Araújo.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento e apoio desta pesquisa, meus sinceros e íntegros agradecimentos. Que este trabalho possa contribuir para a construção de um debate necessário e urgente na Ciência da Informação.

## Mama África

Mama África  
A minha mãe  
É mãe solteira  
E tem que  
Fazer mamadeira  
Todo dia  
Além de trabalhar  
Como empacotadeira  
Nas Casas Bahia...(2x)

Mama África, tem  
Tanto o que fazer  
Além de cuidar neném  
Além de fazer denguem  
Filhinho tem que entender  
Mama África vai e vem  
Mas não se afasta de você...

Refrão [...]

Quando Mama sai de casa  
Seus filhos de olodunzam  
Rola o maior jazz  
Mama tem calo nos pés  
Mama precisa de paz...

Mama não quer brincar mais  
Filhinho dá um tempo  
É tanto contratempo  
No ritmo de vida de mama...

Refrão [...]

É do Senegal  
Ser negão, Senegal... Deve ser legal  
Ser negão, Senegal...(3x)

**Chico César**

## RESUMO

A presente dissertação tem como tema de pesquisa o feminismo negro com aporte de estudo para a organização do conhecimento centrada especificamente no debate da representação do conhecimento. A pesquisa estabelece um recorte de estudo diante da invisibilidade da temática no processo de representação da informação e do conhecimento, para tal, adotam-se como aporte de objeto de estudos duas literaturas afro-brasileiras: *Úrsula*, de Maria Firmina, e *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo. Como problema de pesquisa, o estudo consistiu na investigação das linguagens documentárias, diante da falta de adequações terminológicas dos vocabulários controlados, a fim de contemplar os termos do feminismo negro. Frente a esse cenário, surge a presente questão de partida: de que maneira a literatura feminista negra pode revelar a necessidade de adequações terminológicas das linguagens documentárias vigentes? O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar como a literatura feminista negra pode revelar a necessidade de adequações das linguagens documentárias diante das terminologias nos instrumentos de representação da informação. Como objetivos específicos, a pesquisa tem a proposta de levantar e relacionar os termos representativos da literatura feminista negra dos séculos XIX e XXI e as linguagens documentárias vigentes; identificar a atualidade dos vocabulários controlados e tesouros específicos adotados na literatura feminista negra e das linguagens documentárias disponíveis ao uso, além de propor a inserção e atualização de novas linguagens e terminologias do feminismo negro. A pesquisa optou por recorte epistemológico com base na perspectiva de autores da representação social, do feminismo negro decolonial e da representação do conhecimento. A metodologia da pesquisa descritiva monográfica assume a escolha do método qualitativo de estudo de caso de Yin e análise de conteúdo de Bardin. Para uso de instrumentos de análise, foi estabelecida a delimitação do *software* gratuito de análise de dados textuais IRaMuteQ, por meio de fragmentação textual, categorização dos fragmentos textuais com base nos conceitos, oportunizando relatórios e gráficos de contagem de palavras e correlações textuais com uso de lexicometria. Utilizaram-se os vocabulários controlados dos catálogos de autoridade da Biblioteca Nacional do Brasil, Library of Congress, tesouros específicos como o vocabulário de Mujeres de Madrid e um vocabulário controlado desenvolvido pela Fundação Carlos Chagas para relações de gênero e mulheres, com intuito de verificar a existência de descritores adequados à temática e representação de forma aproximada do conteúdo informacional. Os resultados indicaram que a representação da informação carece de terminologias mais aproximadas à perspectiva das mulheres negras no contexto do feminismo, à defasagem de alguns termos e à necessidade de atualização dos instrumentos de representação, tesouros e vocabulários controlados, utilizados no processo de tradução da linguagem natural para a linguagem controlada e que contemple especificidades diante da abordagem do paradigma social atuando sob a perspectiva da subjetividade dos sujeitos atrelada a contextos históricos, culturais e sociais de mundo. As considerações finais apontaram a necessidade de atualização e inserção de termos mais apropriados às especificidades do feminismo negro.

**Palavras-Chave:** Feminismo Negro. Organização da Informação. Representação do Conhecimento (Teoria da Informação). Tesouro.

## ABSTRACT

This thesis observes the contributions the black women studies and feminism fields have to offer to the information representation field of studies. Due to the lack of previous studies on the theme, this research adopts for analysis the literature of two Afro-Brazilian authors: Úsula of Maria Firmina and Ponciá Vicencio of Conceição Evaristo. As a research problem, the study consisted in the investigation of documentary languages, due to the lack of terminological adjustments of the controlled vocabularies, in order to contemplate the terms of black feminism and black women studies. In light of this scenario, the following question has arisen: How can black feminist literature reveal the need for terminological adjustments of the current documentary languages? The general objective of the research was to analyze how black feminist literature can reveal the need for documentary languages to adapt to terminologies in the instruments of information representation. As specific objectives this research aimed to raise and to summarize the representative terms of the black feminist literature of the XIX and XXI centuries and the current documentary languages; to identify the relevance of the controlled vocabularies and specific thesauri adopted in the black feminist literature and of the documentary languages available for use and besides proposing the insertion and updating of new languages and terminologies regarding black feminism and black women studies. The research opted for epistemological clipping based on the perspective of authors of social representation, postcolonial black feminism and information representation, the methodology of the monographic descriptive research employs the qualitative method of Yin's case study and analysis of content by Bardin. Regarding the analytical tools employed, Iramuteq's free analysis of textual data software was used by means of textual fragmentation, categorization of textual fragments based on concepts, providing reports and graphs of word counts and correlations using lexicometrics. The controlled vocabularies of the authority catalogs of the National Library of Brazil, Library of Congress, specific thesauri such as the vocabulary of Mujeres de Madrid and a controlled vocabulary developed by the Carlos Chagas Foundation for gender relations and women were used to verify the existence of descriptors appropriate to the theme and approximate representation of the informational content. The results indicated that the representation of the information lacks the terminology closer to the perspective of black women in the context of feminism, that some terms were outdated and the need to update the instruments of representation, that is thesauri and controlled vocabularies used in the process of natural language translation for the controlled language and that contemplates specificities before the approach of the social paradigm acting under the perspective of the subjectivity of the subjects tied to historical, cultural and social contexts of the world. The final considerations remarked the need to update and insert more appropriate terms on the specifics of black feminism and/or black women studies.

**Keywords:** Black Feminism. Organization of information. Representation of Knowledge (Information Theory). Thesaurus.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise Documentária
Abquim	Associação Brasileira da Indústria Química
ADT	Análise de Dados Textuais
AFC	Análise Fatorial por Correspondência
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BN	Biblioteca Nacional
CBPF	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CDD	Classificação Decimal de Dewey (CDD)
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
CDU	Classificação Decimal Universal
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CIERS-ed	Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade - Educação
CI	Ciência da Informação
EUA	Estados Unidos da América
FCC	Fundação Carlos Chagas
FNB	Frente Negra Brasileira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEN	Instituto de Pesquisas Energética e Nucleares
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
MARC	Machine Readable Cataloging
NT	Termo Específico
LACCOS	Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição
LC	Library of Congress

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS (Continuação)**

RI	Representação da Informação
RT	Termo relacionado
ST	Seguimento Textual
SN	Termo explicativo
UF	Indicação de Uso
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Quadro metodológico baseado na proposta de investigação de Quivy e Campenhoudt	107
Figura 1	Apresentação do IRaMuteQ	125
Figura 2	Distribuição temática por literatura para desenvolvimento da análise de conteúdo	126
Figura 3	Descrição do texto após análise do IRaMuteQ	127
Figura 4	Distribuição classificatória dos segmentos textuais no IRaMuteQ	128
Figura 5	Dendograma da classificação hierárquica descendente	129
Figura 6	Dendograma das literaturas segundo distribuição de palavras	131
Figura 7	Análise de frequência e aproveitamento das palavras na classe 2	132
Figura 8	Análise fatorial por correspondência por quadrante no Iramuteq	137
Figura 9	Diagrama dos eixos fatoriais	134
Figura 10	Análise de similitude	138
Figura 11	Nuvem de palavras	143
Figura 12	Termo “feminismo” no Tesouro de Gênero e Mulheres da FCC	144
Figura 13	Termo “movimento de mulheres negras” no Tesouro de Gênero e Mulheres da FCC	145
Figura 14	Termo “pauperização das mulheres” no Tesouro de Gênero e Mulheres da FCC	146
Figura 15	Termo “ <i>empowerment</i> ” no Tesouro de Gênero e Mulheres da FCC	147
Figura 16	Descrição do termo “violência contra mulheres” no Tesouro de Mujeres de Madrid	150
Figura 17	Descrição do termo “empoderamiento” no Tesouro de Mujeres de Madrid	151
Figura 18	Descrição do termo “feminicidio” no Tesouro de Mujeres de Madrid	152
Figura 19	Descrição do termo “sexismo” no Tesouro de Mujeres de Madrid	153
Figura 20	Descrição do termo “violência contra mulher” no Tesouro da BN	154
Figura 21	Descrição do termo “sexismo” no tesouro da BN	155
Figura 22	Descrição do termo “empoderamento” no catálogo da LC	156
Figura 23	Descrição do termo “violência contra mulher” no catálogo da LC	157
Figura 24	Descrição do termo “interseccionalidade” no catálogo da LC	158

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	15
2	<b>REPRESENTAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO EM PERSPECTIVA</b>	20
2.1	A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI	25
2.2	O PROCESSO DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO	28
2.2.1	<b>Aspectos cognitivos na representação da informação</b>	33
2.3	AS LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS: PRÉ-COORDENADAS E PÓS-COORDENADAS	37
2.3.1	<b>Sistemas de organização da informação e do conhecimento: tesouros e vocabulários controlados</b>	41
2.4	TEORIA DO CONCEITO	43
2.4.1	<b>Organização e representação do conhecimento nas concepções do conceito</b>	46
2.5	O ESSENCIALISMO ESTRATÉGICO NO USO DOS CONCEITOS E A MULTIREFERENCIALIDADE	50
3	<b>A LITERATURA FEMINISTA NEGRA E O PROCESSO DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO</b>	53
4	<b>OS FEMINISMOS E A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES NA CIÊNCIA</b>	58
4.1	A CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO NA SOCIEDADE	60
4.2	AS MULHERES NA CIÊNCIA	66
4.3	DEBATE DA SUBJETIVIDADE NA CIÊNCIA: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA	72
4.4	PRERROGATIVAS DE UMA TEORIA EPISTEMOLÓGICA NO FEMINISMO	75
5	<b>OS FEMINISMOS E AS CONSTRUÇÕES DECOLONIAIS</b>	80
5.1	FEMINISMO LATINO-AMERICANO	84
5.2	FEMINISMO AFROCÊNTRICO	97

## SUMÁRIO (Continuação)

6	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	104
6.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA: MÉTODO DE PROCEDIMENTO, NÍVEL DA PESQUISA E CATEGORIZAÇÃO DA ANÁLISE	108
6.2	TÉCNICAS E INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS DA PESQUISA	113
6.2.1	<b>Amostra da pesquisa e universo</b>	117
7	<b>APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS</b>	119
7.1	ÚRSULA E PONCIÁ VICÊNCIO: DUAS LITERATURAS E DUAS MULHERES À FRENTE DE SEU TEMPO	120
7.2	<i>SOFTWARE</i> IRAMUTEQ: APLICAÇÃO, TRATAMENTO E COLETA DE DADOS	123
7.3	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	127
7.4	ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (FCC)	144
7.5	ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DA BIBLIOTECA DE MUJERES DE MADRID	149
7.6	ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DA BIBLIOTECA NACIONAL	153
7.7	ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DA LIBRARY OF CONGRESS	155
8	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	161
	<b>REFERÊNCIAS</b>	165
	APÊNDICE A - Formulário indicador conceitual do feminismo negro	181
	APÊNDICE B - Estrutura do banco de dados para análise no Iramuteq	183
	ANEXO A - Registro da capa da literatura afro-brasileira Úrsula de Maria Firmina (1859)	194
	ANEXO B - Registro da capa da literatura afro-brasileira Ponciá Vicêncio de Conceição Evaristo (2003)	195

## 1 INTRODUÇÃO

A informação, vista como atual cenário de demandas da sociedade contemporânea, é reportada como objeto de estudo aos mais variados contextos e necessidades, atuando em conjuntura dinâmica e estruturada em rede, procedendo como instrumento e alicerce de transitoriedade e movimentação dos saberes e práticas sociais. Em meio ao contexto de empoderamento<sup>1</sup> e autoafirmação como elemento de superação social e política, imbuída no propósito de promover ações coletivas de potencialização da emancipação e da consciência social de um determinado grupo, é que se motiva como proposta de pesquisa estudar o parâmetro de minorias das mulheres negras na representação da informação.

A pesquisa busca alertar a importância do estudo desse panorama, visto que a informação trabalha nesse contexto como alicerce imprescindível para a manutenção das relações sociais de grupos, como componente primordial às trans(formações) do sujeito, além de elemento para o desenvolvimento social, individual e coletivo.

O sentido de representação estabelecido por meio do discurso presente na literatura feminista negra e o estudo de seu comportamento como objeto e instrumento de comunicação social em meio à perspectiva interdisciplinar da informação propicia o despertar para o uso da literatura como instrumento de mediação e desenvolvimento social coletivo.

Imbuídos na atual sociedade pós-moderna<sup>2</sup>, em meio à era de constantes afirmações, reações e manifestações políticas e sociais, é que se estabelece a necessidade de tratar da literatura feminista negra como uma demanda social, que articula a produção intelectual feminina negra como instrumento de formação e aporte conceitual para o desenvolvimento social das mulheres negras, a fim de promover encontros de representatividade e mudança de perspectiva no cenário político, econômico e social.

A escolha em tratar dessa temática de invisibilidade no âmbito da ciência parte da extremidade de um sujeito feminino enegrecido que fala e se posiciona a partir de uma formação referencial demarcada por estrutura familiar matriarcal e assume o lugar de uma

---

<sup>1</sup> Prática de condução de indivíduos por diferentes estágios de autoafirmação, autorreconhecimento, autovalorização e autoconhecimento, segundo a autora Joice Berth (2018). É uma prática que se dá no âmbito coletivo voltada para demandas de combate a reproduções de opressões e violência em relação a vários grupos, com o intuito de promoção e transformação de estruturas sociais.

<sup>2</sup> Movimento do final do ano de 1950 e início de 1960, tendo seu conceito surgido primeiramente na arquitetura em contraponto a valores essenciais ligados ao universalismo, elitismo e formalismo e investindo em perspectivas voltadas ao particularismo, regionalismo. O pós-modernismo surge em contravenção às normas rígidas do modernismo, incorporando substâncias próprias, e é um movimento que traz ruptura nos movimentos artísticos e filosóficos do século XX, mas que atua em vários segmentos do campo social, sobretudo, na ciência. (OUTHWAITE *et al.*, 1996, p. 476).

profissão marcada por estereótipos de visibilidade femininos, e de uma região também delimitada por marcadores sociais de preconceito e, por que não mencionar, localizada na cidade mais negra fora da África, de acordo com informações do Censo de 2010, o qual rendeu a Salvador o título de capital ibero-americana dos afrodescendentes, em novembro de 2011, no 21º Encontro Ibero-Americano de Afrodescendentes.

É deste lugar que falo, como mulher negra na condição de feminista em construção, consciente do papel social que tenho e com a responsabilidade de uma dívida que assumo com as minhas anteriores. Apropriada da legitimidade de construir um debate na ciência que oportunize reflexões teóricas, epistemológicas e tecnicistas da visibilidade de uma produção e construção intelectual das mulheres negras na ciência contemporânea que me coloco.

Compreendo que essa proximidade elucubra a vinculação orgânica em grande vantagem epistêmica, oportunizando reflexões e debates da materialidade do ponto de vista situado perspectivista da epistemologia feminista negra.

A constituição de um sujeito impulsionado por contextos históricos e sociais subalternizados em suas relações raciais e sexuais de vivência, em correspondência com a necessidade de construir espaços de debate no âmbito da Ciência da Informação (CI), além da carência de alguns poucos trabalhos que se arriscam falar do entorno de gênero e minorias sexuais, é o que me faz assumir esse lugar, o que requer desafios, responsabilidade e compromisso com a latente condição preliminar de luta, num terreno arisco e ainda solitário, carente de bases epistemológicas, teóricas e conceituais ajustadas ao referencial bibliográfico.

Que emerge, porém, das demandas históricas e sociais de representação de uma minoria que ainda não se reconhece nos instrumentos de representação da informação e de abordagem científica, e que se arriscam em se posicionar em um espaço de produtores de conhecimento.

Nesse contexto, a proposta desta pesquisa surge da inquietação da pesquisadora perante à prática de atuação profissional na conjuntura de bibliotecária da Universidade Federal da Bahia (UFBA), atuante no entorno de práticas de catalogação e indexação da produção acadêmica da universidade e da vivência e familiaridade com a causa de minorias. A partir da experiência e exploração do cenário de vocabulários controlados de abrangência nacional e internacional, foi possível aferir a inexistência e divergência entre vocabulários controlados e, em busca de aprofundamento na temática do feminismo, compreender e avaliar as lacunas da representação do conhecimento no contexto do feminismo.

Assim, a partir das experiências no campo tecnicista da profissão de bibliotecário, justificou-se a realização desta pesquisa, cujo problema consistiu na investigação das

linguagens documentárias, haja vista a falta de adequação dos vocabulários controlados, a fim de contemplar os termos representativos do feminismo negro. Considerando que a melhora no processo de representação do conhecimento condiciona a visibilidade informacional e possibilita condições de acesso à informação, nesse entorno, a questão de partida assume o seguinte formato: de que maneira a literatura feminista negra pode revelar a necessidade de adequações terminológicas das linguagens documentárias vigentes?

A investigação desse problema de pesquisa teve como objetivo geral analisar como a literatura feminista negra pode revelar a necessidade de adequar as terminologias às novas demandas informacionais do feminismo negro provenientes da carência dos instrumentos de representação do conhecimento.

Como objetivos específicos, a pesquisa tem como proposta levantar e relacionar os termos representativos da literatura feminista negra dos séculos XIX e XXI e nas linguagens documentárias vigentes; identificar a atualidade dos vocabulários controlados e tesouros específicos adotados na literatura feminista negra e das linguagens documentárias disponíveis ao uso; e comparar os termos adotados na literatura feminista negra dos séculos XIX e XXI com as linguagens documentárias vigentes, além de propor a inserção e atualização de novas linguagens e terminologias do feminismo negro.

Quanto à fundamentação teórica do trabalho no que tange à temática de representação do conhecimento, buscou-se adequar aos teóricos e conceitos mais atuais da área, do qual fazem parte aspectos de estudo como Teoria do Conceito de Dalhberg, conceitos e fundamentos teóricos de Kobashi, Tálamo, Lara, Curras e Campos.

Na temática do feminismo, embasamentos de estudiosas e feministas de tempos variados abordam e fazem parte do referencial teórico, a exemplo das contribuições de Sandra Harding, Patrícia Hill Collins, Angela Davis, bell hooks, Adrian Piscitelli, Patrícia McFadden, Chimamanda Adiche, Bibi Bakare-Yusuf, Dorothy Smith, Alisson Jaggar e Susan Bordo, entre outros nomes do feminismo com localizações e atuações em todo o mundo. A pesquisa estabelece relações com aspectos cognitivos, embasando-se em teóricos como Vygotsky, e com as ideias de Karl Marx, no que tange à perspectiva de análise sobre a divisão estrutural das relações de trabalho sob parâmetro das dimensões de análise de gênero e classe na sociedade.

A estrutura dissertativa adotou como estratégia o percurso de levantamento do universo das representações sociais na relação com a CI, passando, posteriormente, a retratar o cenário conceitual da representação social e como se estrutura o processo de representação do conhecimento. A segunda seção encarregou-se de dissertar acerca da representatividade

feminista nos séculos XIX e XXI; das relações cognitivas que incidem o processo de representação; das linguagens pré e pós-coordenadas; dos instrumentos de organização da informação – tesouros e vocabulários controlados –, e da teoria do conceito e dos aspectos de multirreferencialidade.

A terceira seção assume a inter-relação entre a literatura feminista e a representação do conhecimento, resgatando as contribuições das mulheres na ciência e justificando a representatividade limitada recorrente no processo de representação, ao passo que as subseções seguintes traçam o percurso histórico do feminismo marcado pela dificuldade de uma construção de uma identidade formada por mulheres negras na ciência, trazendo o debate da subjetividade, neutralidade, visibilidade e da teoria epistemológica do feminismo. A construção teórica se materializa por meio de debates acerca da decolonialidade na ciência marcada pela perspectiva negra e no âmbito da diáspora, passando pelos feminismos latino-americanos, marcadores sociais e feminismos afrocêntricos, além de como se estabelece o processo de representatividade destes no campo da CI.

No âmbito de escolha metodológica, a pesquisa adotou como métodos o estudo de caso de Yin (2015) e a análise de conteúdo de Bardin (2016), por convergirem com a proposta de estudos sociais, dada a ênfase, a subjetividade e a capacidade utilitária de análise e interpretação da comunicação com o intuito de caracterização, permitindo estabelecer inferências receptivas à produção intelectual por meio de variáveis inferidas as mensagens. Visto que, nesse método, é possível inferir, através dos fragmentos textuais, características, estruturas, análises e sentido a comunicação, se faz oportuno o seu uso para o processo de pesquisa.

Como instrumento de coleta de dados, acatou-se o uso do IRaMuteQ, *software* livre voltado para a demanda de análise de conteúdo/discurso no campo das ciências sociais estatísticas, lexicometria e análise de discurso, associados à caracterização dos conceitos descritos por meio de formulário construído pela autora no Apêndice A. Proferidas as escolhas investigativas, a amostra da pesquisa, as literaturas *Ponciá Vicêncio* e *Úrsula*, foram fragmentadas e categorizadas com o objetivo de contemplarem a caracterização e os critérios delimitados de acordo com os conceitos.

Posteriormente, os principais vocabulários controlados e tesouros da área de conhecimento foram avaliados a fim de verificar a pertinência e adequação dos termos com relação às temáticas e assuntos de estudo. A pesquisa buscou aferir uma análise qualitativa sobre o uso e a adequação desses instrumentos no processo de representatividade temática, com o intuito de estabelecer um *feedback* para o órgão de responsabilidade.

As considerações preliminares permitiram estabelecer a falta de correspondência temática no uso de alguns termos, a inexistência e a desatualização de algumas terminologias. Por consequência, a falta de atualização dos instrumentos de representação tem estabelecido falta de representatividade temática, invisibilizadas no processo de representação do conhecimento.

## 2 REPRESENTAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO EM PERSPECTIVA

A correlação do processo representativo social de um sujeito envolve sua percepção coletiva e individual proveniente da formação histórica e social. Esse conceito nasce da sociologia, com Émile Durkheim. As representações sociais coletivas assumem *status* de responsabilidade duradoura, formadas por aspectos culturais, repassadas por gerações passíveis de influências e mudanças sociais de comportamento.

A delimitação do termo “representação social” assume a prerrogativa de caracterização, estudo descritivo do imaginário estruturado coletivamente de grupos com o intuito de compartilharem e demarcarem estruturas simbólicas da comunidade ou sociedade. Embora existam divergências estabelecidas no campo de definição, a representação, de acordo com Wagner (2000, p. 3), indica que, “[...] por um lado, representação social é concebida como um processo social de comunicação e discurso. Por outro, representações sociais são vistas como atributos individuais, como estruturas de conhecimento individualmente acessíveis, embora compartilhadas”.

A versatilidade de compreensão do conceito estabelece abertura para práticas e interpretações diversas dentro do contexto da psicologia social, por exemplo, permitindo a discussão em âmbitos interdisciplinares de estudo. Serge Moscovici (2007, p. 38) compreende a representação social não como um conceito, mas sim como um fenômeno. Com base na Antropologia e na História, ele define a representação da seguinte forma: “[...] representações são entidades sociais, com uma vida própria, comunicando-se entre elas, opondo-se mutuamente e mudando em harmonia com o curso da vida; esvaindo-se, apenas para emergir novamente sob novas aparências”. Uma representação não se estabelece por meio de um único indivíduo, ela é resultado de um grupo de pessoas que, envolvidas por uma ideologia, reportam a um significado. A representação pode condicionar o indivíduo a uma estrutura social que determinará ou não a sua estrutura social.

A demanda no tratamento e estudos dos fenômenos informacionais apresentados à CI coloca em pauta a necessidade de abordar e atentar-se para as temáticas emergentes dos discursos sociais. Questionamentos em torno das atuais formas de reportar e exprimir as especificidades de algumas áreas do conhecimento retratam representações duvidosas e inapropriadas a uma conjuntura que expressa e assume identidades diversas e contraditórias. Nesse sentido é que a representação assume o sentido do papel de:

[...] representação coletiva se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de idéias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo ‘social’ em vez de ‘coletivo’. (MOSCOVICI, 2007, p. 49).

No entanto, a representação social assume, de acordo com Wagner (2000), o ideal de uma estrutura simbólica que delimita as interpretações e formações cognitivas, avaliativas e afetivas dos sujeitos diante de um fenômeno social que é socialmente construído e compartilhado ao longo da história, responsável pela imagem e caracterização de um grupo social. Os critérios de formação das representações sociais são compostos de atributos funcionais e estruturais de caracterização, estabelecidos por proposições teóricas e hierárquicas de composição do núcleo central e elementos periféricos; estrutura metafórica e a objetificação, a fim de serem compartilhadas coletivamente.

Nas representações sociais estabelecidas na cultura da escrita, é possível observar que somos constantemente levados à aceitação do que se convencionou a ser estabelecido como comportamento, entendimento de uma sociedade tida como “normal”. Moscovici (2007) compreende que a invisibilidade não é um fator proveniente da falta de informação do sujeito, mas é circunstância de uma realidade fragmentada que classifica as pessoas e as coisas, possibilitando condições de visibilidade e invisibilidade.

Nesse sentido, nota-se que as representações são responsáveis diretas no modo de interferência da atividade cognitiva, determinando percepções que algumas vezes permanecem estáticas e dificultando a capacidade de rerepresentação dos conceitos e representações sociais. Moscovici (2007, p. 35) afirma que “Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura”.

As funções da representação social, de acordo com Abric (2000), cumprem o objetivo de fornecer identidade, orientação e referenciais com intuito de estabelecer o controle social. A representação é uma visão funcional do mundo, permitindo ao indivíduo compreender e explicar a realidade através do próprio sistema de referências. O controle social e ideológico delimita o lugar do indivíduo na organização social, a história do sujeito e do grupo, cumprindo a função de orientação, guiando comportamentos e práticas sociais.

Nessa perspectiva, o ideal de representação da supremacia branca é naturalizar o lugar do sujeito negro, haja vista o anseio em manter e reforçar as estruturas da posição social do branco, enquanto detentores e produtores de um conhecimento válido. A abordagem estrutural

da teoria do núcleo central de Abric (2000) explica como esta se constitui como elemento delimitador na formação de crenças e opiniões, constituindo a formação do sistema sociocognitivo.

Segundo Abric (2000, p. 31), “[...] a organização de uma representação social apresenta a característica específica, a de ser organizada em torno de um núcleo central, constituindo-se em um ou mais elementos, que dão significado à representação”. O núcleo central, para Abric (2000), assume a função geradora, responsável por criar ou transformar o significado dos demais elementos que constituem a representação, e a função organizadora, determinando a natureza dos elos, além de unir os elementos de representação, cumpre a função de estabilização e unificação da representação que assume a característica de resistência a mudança.

No entorno do núcleo central, é estabelecida a organização periférica que, segundo Abric (2000), é responsável pela função de concretização e, visa como dependente do contexto, formular representações concretas com condições de compreensão e transmissão imediata; cumpre função de regulação do papel de adaptação da representação ao contexto, constitui aspecto móvel e evolutivo na representação e a função de defesa onde geralmente se opera perspectivas de transformações, mudanças e novas interpretações, é no âmbito periférico que as contradições aparecem e podem ser toleradas.

Nesse sentido, o branco estaria na posição do sistema central, responsável por delimitar a base social e coletiva definidora do grupo, reprimendo comportamentos individuais e ideias que contradigam a lógica de dominância, assumindo a condição de resistência a mudanças, além de ser independente do contexto no sentido de não sofrer influências de mudança de percepção da realidade para estabelecer sua representação. Enquanto que o negro ocupa o sistema periférico sob influências de determinação individualizada e contextual, passível de adaptação, possuindo referenciais sociais particulares a partir da experiência de vida e cotidiana, decorrente do multirreferencial de sua formação, mas que contesta a posição de defesa na representação de um coletivo que assume a perspectiva de transformação social.

Quero com isso demonstrar que o privilégio branco não é refletido e argumentado como um ponto que possibilita e incide a construção de um debate na construção da ciência. E por assim está estabelecida, protagoniza e reflete construções teóricas, epistemológicas do ponto de vista do privilégio branco. Isso reflete diretamente na representatividade das mulheres negras na sociedade na forma como são vistas, apresentadas e representadas.

Autores tais como Todorov (1983), Munanga (2004), Guimarães (1999a) (1999b), Schwarcz (1996) e Hasenbalg (1979) oportunizam reflexões teóricas e epistemológicas na construção do debate da indissociável perspectiva dos conceitos de raça, racismo e mito da democracia racial no Brasil. Considerando que as condições de representatividade da mulher negra transitam na concepção desses fatores, que culminaram diretamente na construção social do imaginário de representatividade das mulheres negras na sociedade brasileira. E por fazer parte deste entorno estrutural, teórico e de formação social propõe-se um breve relato dos seus entendimentos e conceitos para o situar discursivo da pesquisa.

A raça assume o entendimento do que esclarece Guimarães (1999b, p. 153) “[...] Construtos sociais, formas de identidade baseadas numa idéia biológica errônea, mas eficaz, socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios.”. É a partir do entendimento do conceito de raça que o racismo se estrutura e delimita os mecanismos de controle social, político e de vantagem de supremacia da branquitude.

O racismo, portanto, origina-se da elaboração e da expansão de uma doutrina que justificava a desigualdade entre os seres humanos (seja em situação de cativo ou de conquista) não pela força ou pelo poder dos conquistadores (uma justificativa política que acompanhara todas as conquistas anteriores), mas pela desigualdade imanente entre as raças humanas (a inferioridade intelectual, moral, cultural e psíquica dos conquistados ou escravizados).  
(GUIMARÃES, 1999a, p.104).

Com o entendimento desses conceitos, Lia Schucmann (2012), assume entendimentos de que a branquitude detém uma vantagem sobre a opressão racial e o racismo que materializam privilégios materiais e simbólicos. Assim como Ruth Frankenberg (2004), em seus oito pontos de caracterização da branquitude global delimita o lugar de vantagem estrutural, bem como sobretudo para o viés do qual proponho o limiar da pesquisa na representação do conhecimento é a conformidade da autora traz uma abordagem da perspectiva sobre o ponto de vista de uma abordagem que delimita a branquitude como um lugar a partir do qual se ver e ver o outro em meio as ordens nacionais e globais.

Narrativas, debates teóricos e discursivos do lugar de privilégio branco, constroem e possibilitam o despertar para desconstruir e desmistificar a ideia de neutralidade e imparcialidade nas representações e construções teóricas, políticas e sobretudo epistemológicas que possivelmente suscitam e reafirmam representações simbólicas da branquitude. Nesse sentido, as representações sociais do feminismo negro sofrem influências da transformação social coletiva, ainda que sob influências de uma sociedade branca de domínio que anseia o controle social sobre esses grupos e, por conseqüência, ambiciona moldar representações de um feminismo negro que busca estabelecer frente a representação

nos espaços e campo de disputa sociais, dos quais inclui-se aqui a representação do conhecimento.

Outro ponto que pretendo deixar claro, trata-se da questão terminológica da representação conceitual de "Racismo", que embora seja expressivo as tentativas de vender a democracia racial no Brasil e as veementes tentativas em demonstrar a inexistência das práticas racistas no âmbito social, e por assim está o termo e conceito diretamente imbricado nos estudos e discussões da representatividade das mulheres negras na sociedade e sobretudo nas temáticas de abordagem ao feminismo negro merece esclarecimento e um aporte teórico.

Contudo, nos instrumentos de representação do conhecimento a terminologia possui ampla representatividade sendo contemplada a representação conceitual, e por estar apreciada de forma unanime nos instrumentos dos quais propôs-se investigar, bem como por não fazer parte do foco central discursivo, o que em certa medida não compromete a possibilidade de estabelecer representação simbólica associada a temática, optou-se por não adentrar o universo da investigação nos instrumentos, priorizando conceitos de uso pouco explorado e que apresentam contrapontos e divergências de uso na literatura científica do feminismo e do universo de representatividade da produção intelectual das mulheres negras.

## 2.1 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI

A representação social das mulheres negras foi marcada pela percepção de um coletivo branco que condicionou o marcador social de exclusão de direitos e marginalidade social que configurou a representatividade destas à estrutura de um “não lugar”. Essa estrutura aborda consequências históricas e sociais de exclusão coletiva de grupos subalternizados no processo de construção histórica do Brasil.

O legado de representação das mulheres negras no Brasil foi marcado pela exclusão marginalizada, resquício da abolição da escravatura, invisibilizadas na formação do Brasil, ocultadas no processo histórico, anônimas e negadas à contribuição historiográfica e econômica da dimensão social. Invariavelmente, as mulheres negras buscaram estratégias de resistência e formas de estabelecer uma vivência que reproduzissem o legado de coexistência após o período colonial, embora o desconhecimento acerca da história do Brasil acabe por reforçar o estereótipo do negro como aquele que é desprovido de uma ascensão social e econômica.

“Mulheres de cor” libertas governaram escravos e administraram negócios, como é possível verificar em relatos de Adriana Reis (2012), em sua narrativa sobre mulheres afrodescendentes na Bahia nos anos de 1780 a 1830. A herança de homens brancos acabou por legitimar mulheres escravas libertas a um legado de crioulas, pardas e negras que eram detentoras de terras, por decorrência da paternidade ou relações concebidas de forma legítima e ilegítima. Outras estratégias de acolhimento e afetividade também passaram a ser demonstradas no número expressivo de mulheres negras libertas que se beneficiaram e sociabilizaram com outras mulheres a fim de estabelecer uma ascendência social entre os seus.

A participação das mulheres negras estabeleceu-se de forma expressiva desde os relatos de donativos para a construção de irmandades do Rosário dos Pretos de Salvador, com doações de ouro por muitas “rainhas”<sup>3</sup> em várias localidades do país. No entanto, essa participação expressiva das “mulheres de cor” não foi suficiente para garantir um *status* social. As mulheres negras eram sempre convidadas ao construto histórico lugar de origem, relacionados aos estereótipos sexuais e de vivacidade dada a caracterização da malandragem da raça atribuída. As relações de gênero no cotidiano das mulheres negras do século XIX

---

<sup>3</sup> Trata-se de mulheres negras que alcançaram ascensão social e que a partir dessa condição passaram a participar da vida social e religiosa, inclusive contribuindo para o desenvolvimento de instituições locais.

escondiam anseios e esperanças, embora as estratégias de sobrevivência relutassem por uma libertação que correspondesse ao afastamento do que o sistema escravista os imputava com retratos de violência e opressão masculina.

Algumas ressignificações são apresentadas na literatura brasileira do século XX, oportunizando ressaltar a mulher negra escrava com representações relacionadas à questão da cor, a exemplo de Gregório de Matos e Castro Alves e, sobretudo, ao estereótipo de que Gilberto Freyre ficou famoso e conhecido, com a reflexão da “Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”, em seu livro *Casa grande e senzala*, além da música, com composição de Bororó, como “da cor do pecado”, exaltando a cor morena e sua relação com o pecado. Contudo, é possível também demarcar representações que atravessaram o tempo e delimitaram inquietações entre brancos e senhoras da alta sociedade, como a representação literária da escrava Isaura que desafiava os tempos colocando-se em uma perspectiva do que era considerado fora de lugar, com a representação da mulher virtuosa e de pele clara, bela, nobre, e a representação da mistura da raça, que fortalecerá o estereótipo de embranquecimento da raça agregado ao toque de sexualização do corpo.

O perfil de posses materiais foi oportunizando a representação de mulheres negras de *status* social com trajetórias diversas, recuperando experiências e vivências que condicionaram sua participação, ainda que sob olhares vigilantes e inconformados a espaços de disputa e de atuação no campo de defesa da cidadania, luta contra as desigualdades e pelos direitos, embora ainda de forma limitada, fomentando uma rede de irmandade e solidariedade entre os seus, a fim de desafiar uma autonomia ao patriarcado branco.

As primeiras mobilizações datam de aproximadamente 1938, com os primeiros grupos ideológicos que repercutiram na formação de entidades e grupos de movimento negro no Brasil, com a finalidade de afirmar a existência do negro na sociedade, especialmente em âmbito legislativo, dada a sua negação. A proposta de composição de grupos que enaltessem a cultura e o legado negro acabou por despertar os olhares repreensivos das autoridades governamentais, transformando em perseguição toda e qualquer atividade destinada à manutenção da raça negra.

Grupos ideológicos como a Frente Negra Brasileira (FNB) permaneceram como um movimento de resistência e luta por novas formas de representações e disputa por uma identidade que valorizassem a pauta dos negros no Brasil. De acordo com Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982, p. 24), “O período que se estendeu de 1945 a 1948 caracterizou-se, portanto, pela intensificação das agitações intelectuais e políticas dessas entidades que agora, tratavam da redefinição e implantação definitiva das reivindicações da comunidade negra.”

O movimento negro no Brasil enfrentou altos e baixos, atravessando períodos de turbulência e desarticulações, como registram Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982), com abordagens da queda da elite intelectual negra no golpe de 1964. Contudo, o auge de demarcação da inclusão das mulheres negras no movimento negro no Brasil data de 1975, quando, à época da participação no Congresso de Mulheres Brasileiras, foi apresentado o “Manifesto de Mulheres Negras”, reunindo a pauta de vivências e experiências das mulheres negras, denunciando a exploração sexual, a perspectiva das identidades sociais, a dimensão racial como marcador de uma dominação masculina e os aspectos de gênero sob a raça.

A pauta das mulheres negras brasileiras com o movimento feminista, de acordo com Núbia Moreira (2006), também apresenta um marco em 1985, com o surgimento dos primeiros coletivos de mulheres negras, época marcada por encontros nacionais e estaduais dessas mulheres. Esse é um marcador histórico que configura a formação de um movimento que surge nas ruas, mas que adentra o âmbito da discussão para a academia, permitindo a discussão e a troca de experiências e saberes. Contudo, o movimento feminista de mulheres negras foi marcado pelo enfrentamento destas dentro do próprio movimento, dadas as tentativas de desarticulação de pautas raciais e a demarcação do lugar das mulheres negras dentro do movimento feminista, como aponta Núbia Moreira (2011).

As contribuições de Núbia Moreira (2011) ajudam-nos a refletir e compreender a organização das mulheres negras na disputa do processo de construção de um movimento de representação, organizando o eixo na base da tríade representação-identidade-diferença para articular as discussões. A autora revela a condição indeterminada de representação da identidade como única, em detrimento da variação social e histórica em multidimensionalidades, e sugere a necessidade de considerar as especificidades de identificação das mulheres negras sem tratá-las de forma isolada.

O retrato de vida e ascensão dessas mulheres no Brasil do século XXI se deu em razão da constante luta por melhorias da qualidade de vida, educação e acesso ao mercado de trabalho. Esse feito decorre do embate e da construção de espaços de acesso às políticas públicas de promoção e acesso às universidades, planos de erradicação da pobreza no Brasil e dimensões da igualdade de gênero e promoção sociais, a abertura para a construção desse espaço de saberes propiciou o debate para tratar de práticas que valorizem as experiências de mulheres no feminismo negro, embora seja evidente a discrepância e as limitações das mulheres negras no cenário diverso e preconceituoso em âmbito político, econômico e social.

A mudança de perfil das mulheres negras está a permitir a construção de uma elite intelectual feminina negra que disputa uma visibilidade representativa, em vista de tradução

por uma representação aproximada da condição de racialidade dos sujeitos protagonistas, bem como direcionem a condição legítima de representar sujeitos que emanam do texto em lugar de fala. É o retrato do que Núbia Moreira (2011, p. 23) nos chama atenção quanto à representação da mulher negra:

[...] nosso intuito é explicar as redes sociais configurativas, nas quais esse segmento está imerso, assim como refletir sobre a realidade processual da sociedade brasileira, apontando as continuidades, as transformações e os rearranjos que interferirão na análise interpretativa de percepção do lugar e da imagem da mulher negra nesta sociedade.

Afastar-se desse referencial é o principal desafio proposto pelas feministas negras e condicionar estratégias de análise e representação que reproduzam significados longe dos estereótipos de objetificação e subalternização da mulher negra. A emergencial demanda de representação das mulheres negras ainda é uma pauta tão atual quanto foram as evidências do movimento de mulheres negras do Brasil dos séculos XIX e XX.

Diante do anseio é que se faz oportuno retratar a representação da informação como alicerce de representação social para fins de oportunizar visibilidade e mudança de paradigma para o cenário do feminismo negro, atendendo aos aspectos de subjetividade e alteridade à ciência.

## 2.2 O PROCESSO DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A representação da informação é uma parcela de estudo do campo da CI que está relacionada com as demandas de organização, disseminação e acesso a conteúdos para fins de recuperação da informação. É um segmento de estudo preocupado em facilitar a busca dos indivíduos aos conteúdos informacionais que deles fazem uso. Representar assume o significado de um processo responsável pela análise conceitual, tradução do documento por meio de um instrumento de linguagem documentária para a recuperação da informação.

O processamento da informação assume o compromisso de estabelecer visibilidade a um domínio de conhecimento e é uma atribuição simbólica, dinâmica e que está configurada em representações condensadas. No entanto, essa gama informacional enfrenta desafios e fragilidades no domínio de conhecimento, oportunizando o surgimento de reflexões em torno da temática como, por exemplo, as condições de funcionalidade, os riscos da tradução, a evolução e atualização das linguagens, que são as principais preocupações dos pesquisadores e profissionais da informação.

De acordo com Maria Aparecida Moura, os problemas relacionados à representação da informação em contextos de tradução aproximação poderão ser resolvidos:

[...] somente a partir da integração da experiência pessoal do leitor mediador e do desenvolvimento de novas estratégias de abordagem da informação, será possível consolidar a parceria autor/mediador/leitor, tão necessária às práticas cotidianas de leitura e de representação informacional. (MOURA, 2006, p. 34).

Outros pesquisadores têm demonstrado preocupações com as temáticas étnico-racial, as limitações e desafios na representação da informação, haja vista as demandas informacionais e carências terminológicas que representam. Eliane Paiva (2013), voltada para os estudos da representação indígena, relata os percalços que envolvem questões éticas, políticas e operacionais, a dificuldade com as terminologias indígenas, a barreira linguística e a ausência de instrumentos de controle voltado para essa população.

O ato de descrever e suscitar a representação terminológica de um assunto corresponde ao processo que denominamos “representação temática” na área de CI. No entanto, muitos fatores e processos compõem a assertiva. Dessa forma, tomar-se-á como parâmetro as definições que seguem a título de melhor compreensão das delimitações e especificidades da representação temática correspondente aos requisitos que contemplam a demanda:

[...] detém-se na representação dos assuntos dos documentos a fim de aproximá-los, tornando mais fácil a recuperação de materiais relevantes que dizem respeito a temas semelhantes. Neste contexto, são elaboradas as linguagens documentárias, instrumentos de controle vocabular a fim de tornar possível a ‘conversação’ entre documentos e usuários. (MAIMONE; SILVEIRA; TÁLAMO, 2011, p. 28).

A representação adota o uso de linguagens específicas, considerada como princípio de organização do conhecimento. Esse mecanismo de comunicação está inserido desde o advento da explosão informacional, prerrogativa que desperta a necessidade de controle da produção intelectual e informacional. Desde então, é utilizado de variadas formas e maneiras, tendo em vista atender aos mecanismos de tratamento e controle do fluxo informacional. Nesse sentido, a representação temática da informação assume condição representativa de uma linguagem controlada, estabelecida ajuizando precisão e revocação no processo de busca da informação.

No entanto, a compreensão dessa linguagem documentária está inserida no que consiste, segundo Cintra *et al.* (2002, p. 34), um “Sistema simbólico instituído por uma comunidade que visa traduzir os conteúdos dos documentos, mas diferente da linguagem natural está restrita aos contextos documentários.”.

Tálamo (1997, p. 10) complementa com a seguinte proposição: “Linguagem documentária como uma linguagem construída, oposta à natural, portanto, tem como objetivo específico tratar a informação para fins de recuperação.”

A tradução da linguagem natural para linguagem documentária também assume acepção no processo denominado de “análise documentária”. Lara (1993) compreende como um processo reducionista e esclarece sua definição como:

[...] do texto para o resumo, do resumo para o enunciado, do enunciado para a unidade de tradução via código documentário. A atividade de Análise Documentária caracteriza-se, portanto, como uma sucessão de processos de transformação do texto original, observando-se, a cada etapa, graus crescentes de generalização. Nesse sentido, alguns procedimentos documentários podem ser considerados como uma modalidade específica de tradução. (LARA, 1993, p. 41).

Lara (2011) defende as condições de visibilidade da ciência relacionadas à escolha dos mecanismos terminológicos de vocabulário que possivelmente estabelecem condições de notoriedade a um campo ou outro de conhecimento, com o objetivo de influenciar um público a uma dada temática. Rosana Trivelato e Maria Aparecida Moura (2017) relatam que os instrumentos de representação da informação não são necessariamente neutros. Com isso é possível inferir o quanto o referencial de representatividade da informação é influenciado pelo discurso dominante e desfavorece os contextos de diversidade cultural voltados para a perspectiva de invisibilidade e de controle social.

A marginalização e esmaecimento dos ‘outros’ no âmbito dos SOCs tem sido promovida de modo sistemático tanto por profissionais da informação quanto pelos profissionais envolvidos nos processos de construção de instrumentos técnicos de organização e representação do conhecimento. (TRIVELATO; MOURA, 2017, p. 394).

Representar compactua a estratégia de criar uma apresentação aproximada aos olhos de um receptor à luz da sua capacidade de interpretação, percepção e contextualização histórica. A representação é um retrato de visibilidade estabelecido pelo objeto da tradução, que recorta de acordo com sua compreensão de mundo o que julga relevante ao outro, ou ainda, aquilo que assume interesse de sua relevância perceptiva.

A ideia de constituição de uma representação completa, neutra e livre de erro é construção inconcebível, tendo como parâmetro o discorrer sobre o conceito de representação social de Serge Moscovici, por meio do qual podemos aferir em Oliveira (2004, p. 3) que “[...] representar é um processo de produção de conhecimento e que funciona ‘rolando’ sobre estruturas sociais e cognitivas locais (e populares), sendo sociovariável.” Moscovici (2007) defende que a representação é um sistema de classificação e de denotação, alocação de

categorias e nomes. Com essa perspectiva, a representação social se aproxima da representação da informação, à medida que assume o objetivo de categorizar em estruturas simbólicas a realidade.

A estrutura de formação representacional da informação como aporte à construção social assume o ideal de informação, amparado no que Barreto (1994) entende como:

[...] um instrumento modificador da consciência e da sociedade como um todo. Aqui a informação é qualificada como um instrumento modificador da consciência do homem e de seu grupo. Deixa de ser uma medida de organização para ser a organização em si; é o conhecimento, que só se realiza se a informação é percebida e aceita como tal e coloca o indivíduo em um estágio melhor de convivência consigo mesmo e dentro do mundo em que sua história individual se desenrola. (BARRETO, 1994, p. 1-2).

Para fundamentar as discussões relativas à conceituação de informação, propõe-se como compreensão Silva e Gomes (2014), que elucubram a compreensão de informação dentro de perspectivas da construção de um espaço de debate e promoção à diversidade. Saliencia a construção epistemológica dessa insurgência temática como emergente de uma sociedade com novas demandas de relação científica e social. A constituição do espaço de debate fomenta a construção de uma identidade e do papel social, a fim de possibilitar a materialização documental e o estabelecimento do espaço de compartilhamento dos saberes e do conhecimento.

A informação e a representação assumem concepções da formação histórico, política e conceituais que variam em função do interesse de abordagem de um dado grupo social. Compreender que o processo de construção histórico, político, metodológicos e científicos assumem influências nas estratégias de reapresentação do mundo é o primeiro passo para o estabelecimento de condições alternativas para a representação da informação.

O conceito de representação assume atributos de complexidade que inviabilizam o engessamento de sua compreensão. Kant já presumia um conceito no contexto filosófico moderno:

[...] o termo genérico é aquele de representação em geral (representatio), cuja representação acompanhada da consciência (perceptio) é uma espécie. Uma percepção que se refere unicamente ao sujeito, como modificação do seu estado, é uma sensação (sensatio), uma percepção objetiva é conhecimento (cognitio). (KANT, 1944, p. 266).

A compreensão de uma representação assume condição de interoperabilidade, a fim de oportunizar substituição de uma descrição textual em uma unidade linguística conceitual de forma abreviada.

Estimando de forma presumível a tradução do conteúdo informacional do documento, a representação assume responsabilidade de comprometimento com o papel social de alcance ao usuário. A representação, aqui descrita, assume o papel de mediador de acesso à sociedade em rede. Castells (2016) já presumia a formação de uma sociedade que se relaciona e se estabelece em função das necessidades informacionais de acesso e uso, a fim de suprir as demandas informacionais das atividades cotidianas. Considerando a influência dos impactos tecnológicos e o alicerce do suporte digital, as formas de processar, compartilhar e interagir com o meio em tempo real é que dimensiona a caracterização da chamada “sociedade em rede”. A habilidade de socializar a informação disponível em tempo real transcende, de acordo com Castells (2016), as dimensões estabelecidas nas definições de sociedade da informação ou em sociedade do conhecimento, considerando a capacidade de criação de um ciberespaço que ultrapasse as dimensões físicas e paralelamente oportunize a formação de um conjunto de relações estruturadas em grupos hierarquizados ou não com o objetivo de formar redes em maior ou menor grau de complexidade.

Dentro desse contexto que a sociedade em rede assume, é possível compreender a similaridade com o contexto da representação da informação como instrumento de compartilhamento e que permita alcançar condições interpretativas que estabeleçam relações variadas de acordo com sua perceptiva, suscitando representações possíveis. A partir dessa apreensão é que se condiciona ligação ao conceito de representação, tomando como encargo a seguinte afirmativa:

A representação é um processo mental pelo qual o indivíduo busca o significado, descrevendo o que deve ser representado e designado, onde a relação sujeito X objeto se estreita para que se possa alcançar a interpretação do mundo a ser representado. Representar significa em outras palavras modelar conceitualmente [...]. (NOVO, 2013, p. 116).

A necessidade de estabelecer uma modelagem conceitual no âmbito de sistemas de organização do conhecimento que favoreçam a diversidade cultural, social e identitária é imediata, considerando que “A ideia de verdade sugerida pelos SOCs, tem, como tendência, reiterado conteúdos essencialistas e consolidado a contingência de certas identidades como deslocadas, múltiplas e hifenizadas.” (TRIVELATO; MOURA, 2017, p. 397).

A representação da informação assume o papel de intermediário do conteúdo informacional e do acesso à informação, estabelecidos no mecanismo de tradução conceitual para objetiva recuperação da informação. O processo envolve correlação de atribuições cognitivas e físicas extraídas do item informacional, inseridas em procedimentos e etapas da análise de assunto também denominada “leitura técnica”, associada à tradução linguística para

a destinação de atribuição de conceito.

A base representacional do imaginário intelectual sofre influências durante todo o processo de tradução, interpretação e compreensão. A representação só pode ser aproximada quando o sujeito é parte de um contexto que integra, compartilha de vivências e experiências ou que ao menos coloca-se à disposição de conhecer, averiguar e apreender o universo da sua representação. A qualidade de desligamento das suas bases históricas, políticas e sociais é preliminar no processo da compreensão contextual, o que infere e incide diretamente nas estratégias de representação informacional.

### 2.2.1 Aspectos cognitivos na representação da informação

As ciências cognitivas como campo do conhecimento interdisciplinar colocam-se a serviço da CI especificamente retratando os processos de representação sob os quais a informação é apreendida e exibida de acordo com percepção mentais. Capurro (2003) retrata o paradigma epistemológico cognitivo permeado pelo universo cognoscente do sujeito, considerando que “Minha tese é que a ciência da informação nasce em meados do século XX com um paradigma físico, questionado por um enfoque cognitivo idealista e individualista, sendo este por sua vez substituído por um paradigma pragmático e social [...]” (CAPURRO, 2003, p. 4).

Capurro (2003) compreende a CI delimitada em extensão que postula a existência de três paradigmas: a dimensão física, com um objeto a ser transmitido, relação de emissor e receptor; a dimensão cognitiva, com o processo eminente de busca da informação em decorrência de uma constatação de um estado anômalo de conhecimento; e a dimensão social, que trabalha a prerrogativa de renúncia de uma linguagem padronizada estanque e ideal, a fim de estabelecer a busca de uma representação adequada às demandas da recuperação da informação voltada ao atendimento de um grupo social ou áreas específicas.

O mesmo conceito que ocasionalmente Jesse Shera (1977) já havia estabelecido na CI, conhecido como “epistemologia social”, tendo em vista estabelecer estruturas para os complexos processos intelectuais da sociedade, é:

[...] um estudo pelo qual a sociedade como um todo procura uma relação perceptiva para seu ambiente total. Levantaria o estudo da vida intelectual a partir do escrutínio do indivíduo para uma pesquisa sobre os meios pelos quais uma sociedade, nação ou cultura alcança compreensão da totalidade dos estímulos que atuam sobre ela. O foco desta nova disciplina seria sobre a produção, fluxo, integração, e consumo de todas as formas de pensamento comunicado através de todo modelo comunicado. (SHERA, 1977, p. 11).

De acordo com Vygotsky (2007, p. 25-26), “A percepção é parte de um sistema dinâmico de comportamento; por isso, a relação entre as transformações dos processos perceptivos e as transformações em outras atividades intelectuais é de fundamental importância.” Perante as transformações perceptivas é que as condições de representatividade podem ser moldadas e adaptadas a fim de atender as especificidades de litígios sociais.

A representação parte de um conhecimento prévio estabelecido pelo sujeito através de suas crenças, cultura e grupos sociais. Como esclarece Moscovici (2007, p. 37), “Eu quero dizer que elas são impostas sobre nós, transmitidas e são o produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações.”

Assumindo como parâmetro as afirmativas de Moscovici (2007), é possível inferir que a representação da informação adota percepções de mundo a partir da realidade e está passível de modificações a fim de atender as demandas sociais de representação do feminismo negro, considerando os anseios de especificidades discursivas, teóricas e comportamentais do empoderamento negro. A necessidade de fragmentar as estruturas de representação a partir das mudanças de comportamento oportuniza o estabelecimento de mudanças no processo de percepção da sociedade, possibilitando resultados de transformação social na representatividade.

Representações assumem conceitos e atribuições que variam em função do meio social e da cultura de um povo. González de Gómez (2002, p. 27, grifos do autor) define representação da seguinte conjectura: “O conceito de *representação* remete a algo (o representado) que tem um modo de ser que lhe é próprio, mas que, não sendo acessível no modo da presença, por estar ausente ‘aqui e agora’ ou por outra razão, se *re-apresenta*, num modo diferente de manifestação (a representação)”.

Considero, nesse sentido, a ideia de representação proposta pela autora González de Gómez (2002) como um conceito que mais se aproxima da realidade dos processos de representação da informação no que tange à busca de aproximação e tradução do objeto a partir de características que lhe são próprias e inerentes, contudo que se apresentam como impossíveis de serem representadas e atingidas na unicidade e particularidade da sua essência, por compreender que essa faculdade é única e inatingível, cabendo apenas diferentes formas de manifestação devido às suscetíveis formas de percepção da realidade que, por inerência de cada sujeito, buscam atingir, por meio da representação, uma caracterização aproximada que traduza e corresponda ao objeto, o que a autora denomina de “re-apresentação”.

O estudo do comportamento informacional dos usuários compõe um mecanismo de

entendimento estratégico para o favorecimento na recuperação e busca da informação, podendo ser um objeto de estudo associado para suscitar opções de palavras e expressões que apontem para o surgimento de novas linguagens e conceitos. Embora essa discussão e aspecto de investigação não se estabeleça como cerne da pesquisa, é importante mencionar a responsabilidade dessa construção como condição de alternância e abertura para novas descobertas terminológicas na área de interesse.

Diante dessa necessidade de fomentar estruturas de representação e identificação social, amparado nas prerrogativas da percepção cognitiva é que a CI se coloca como alternativa o anseio em atender às demandas informacionais da sociedade em rede. A fundamentação de mecanismos de aproximação e alteração nas representações informacionais sugerem as condições de avanços para os instrumentos e técnicas de delimitação e estreitamento da representação temática, amparadas no processo de métodos e teorias das ciências cognitivas.

Na afirmativa de Pinto (2007, p. 124) é possível verificar que dentre as discussões que tangenciam o universo da representação da informação, são construídas à parte da necessidade a “[...] construção de novos sentidos aos objetos – documentos – tratados, às estratégias de buscas construídas pelos usuários ou pelos profissionais envolvidos nestas atividades, assim como as representações psicossocioculturais da informação na sociedade.”.

A informação como mecanismo de representação de um grupo deve atender as expectativas e demandas de sua finalidade, servir como instrumento de transformação e empoderamento social. Em consonância com esses requisitos, a consciência cognitiva dos sujeitos pode ser formada e/ou transformadas, possibilitando condição de acesso e produção intelectual, fomentando a materialização de novos instrumentos de formação e representação.

A representação está condicionada ao campo das ideias e da subjetividade. A partir desse contexto, Sampaio, Dantas e Neves compreendem que:

É importante destacar que, nesse processo, os aspectos subjetivos, tanto do profissional que representa a informação, com o objetivo de torná-la disponível, quanto do usuário, devem ser considerados, pois a ação interpretativa ocorre em ambas as partes e, é nesse estágio que o diálogo deve ser desenvolvido para tentar aproximar os universos interpretativos, considerando a diversidade de contextos culturais que geram percepções distintas da realidade. (SAMPAIO; DANTAS; NEVES, 2017, p. 28).

A preocupação com o universo da representação social deve ser correspondida no universo da CI, a fim de atender as expectativas e lacunas das demandas sociais, de um grupo ou sujeito inserido num contexto social, com questionamentos, dúvidas e subsidiados sob

amparo informacional. A representação assume importante sentido, possibilitando acesso, controle e localização em sistemas informacionais. No entanto, influenciam diretamente nas representações sociais da atual sociedade da informação. As diferentes condições sociais e educacionais muitas vezes interferem e delimitam o acesso e uso da informação.

Alternativas que proporcionem o uso da informação como instrumento de barganha na evolução dos contextos na sociedade ao qual estão inseridos são o cerne do universo e importância dessa pesquisa, imbuídos no intuito de identificar, compreender alternativas para uma representação aproximada do universo e contexto histórico, semântico e social.

O resultado da representação é uma interpretação subjetiva de uma realidade objetiva; é possível pensar em representações possíveis e aproximadas, mas o conhecimento possibilita interpretações subjetivas de sujeitos variados. O conhecimento é decorrência de esforços da atividade cognitiva e constitui uma forma interpretativa (subjetiva) da realidade (objetiva).

As formas de representar a informação permanecem em estágio de alteração constante, influenciadas sob as nuances de alternância perceptiva, reflexo do exercício do conhecimento. As redes semânticas e mapas conceituais são formas de vislumbrar as representações do conhecimento, definidas, segundo Rozados (2003, p. 86), como “Redes semânticas (ou conceituais ou semióticas) são uma representação visual do conhecimento, composta de nós, representando os conceitos, e ligações (links) representando as relações entre os conceitos.” Essas estruturas podem ser associadas como uso instrumental para o desenvolvimento na organização e representação do conhecimento e propiciam a verificação do conceito central e suas relações hierárquicas, permitindo e facilitando a visualização e clareza das estruturas; além de possibilitar a avaliação e a conexão linear dos conceitos como proposta de construção.

A prerrogativa de representação está associada à ideia de conceitos e relações semânticas instituídas entre os conceitos. Compreender o universo de amplitude dessas relações é uma condição de prioridade no campo da representação, assim como fundar a importância da instituição de conceitos na representação temática numa dada área de conhecimento.

### 2.3 AS LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS: PRÉ-COORDENADAS E PÓS-COORDENADAS

A linguagem documentária ou linguagem controlada é uma lista terminológica desenvolvida através de estruturas hierárquicas e não hierarquizadas, com objetivo de promover condições de representatividade do item informacional para fins estabelecer organização do conhecimento para a busca e acesso a informação. A estrutura da linguagem pode assumir estrutura verbal, com tradução utilizando símbolos linguísticos, ou uma linguagem codificada simbolicamente representada pelo uso de caracteres de classificação numérica que representam um assunto.

A proposta desta pesquisa é evidenciar os aspectos referentes à representação da informação sob o ponto de vista da análise conceitual, em fins de tradução do conteúdo (item informacional) para a recuperação da informação. Para tal, o uso das linguagens documentárias e estruturas de relações em sistemas pós-coordenadas são parâmetros no processo de indexação por meio do uso de termos combinados de acordo com a sintaxe lógica de busca.

Para Cintra *et al.* (2002, p. 38-39), “A representação documentária é obtida por meio de um processo que se inicia pela análise do texto, com o objetivo de identificar conteúdos pertinentes em função das finalidades do sistema – e da representação desses conteúdos – numa forma sintética, padronizada e unívoca.”

Compreende-se como indexação pré-coordenada, de acordo com Cintra *et al.* (2002), a estrutura terminológica previamente organizada, sintaticamente estabelecida pela linguagem documentária; enquanto que a indexação pós-coordenada pontua o uso combinado de acordo com uma sintaxe da lógica de busca, ou seja, a estrutura estabelecida apresenta maior flexibilidade na busca da informação, possibilitando a combinação dos descritores e proferindo relações, sem que haja a necessidade de ordenação e prioridade de menção.

A indexação, segundo Lancaster (2004), é uma etapa de preparação para a representação do conteúdo temático dos documentos que envolve a análise conceitual e a tradução com o auxílio da linguagem documentária. A partir da investigação preliminar é que se estabelece a determinação das estratégias de representação da indexação, a fim de estabelecer sucesso no processo de busca da informação.

As linguagens documentárias assumem a disposição de instrumentos de recuperação da informação, construídas para atender a finalidade da indexação de assunto como sistema símbolo de tradução. A linguagem documentária apresenta-se de duas concepções: linguagem

pré-coordenada e linguagem pós-coordenada. Com o objetivo de facilitar o acesso e a comunicação no processo de busca da informação, a linguagem documentária representa sinteticamente as informações materializadas no documento.

O uso da linguagem documentária tem por intuito a tradução da linguagem natural para a linguagem codificada e autorizada nos instrumentos de representação da informação. De acordo com Currás e Costa (1995), as linguagens documentárias podem ser de dois tipos: pré-coordenada e pós-coordenada. O sistema de linguagem documentária pré-coordenado é aquele em que os termos são combinados no momento da indexação e apresentam aspectos da subjetividade. Contudo, os termos são previamente combinados seguindo parâmetros sintáticos estabelecidos. São exemplos de linguagem pré-coordenada: lista de cabeçalho de assuntos, sistemas de classificação, como a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e Classificação Decimal Universal (CDU).

Já o sistema de linguagem pós-coordenado são entradas de conceito único. Termos da indexação são combinados no momento da busca, em função da sintaxe lógica de busca. São, por exemplo, o caso dos vocabulários controlados e tesouros. A preocupação desse sistema está no controle de vocabulário e assume a entrada de cada termo sem a necessidade hierárquica de citação e combinação aleatória dos descritores.

A indexação tem por objetivo promover a revocação (capacidade de recuperar documentos úteis) e a precisão (evitar documentos inúteis). Por tais razões que a preocupação com a linguagem documentária é atribuída importância no processo de representação da informação, sendo um obstáculo a ser superado, além de dispendioso do processo e arriscado. O processo de conversão envolve a atribuição de descritores que assumem relevância e o norte do conteúdo informacional. Por tais razões, deve representá-lo o mais fielmente possível e, por essa circunstância, não é muito comum a prática de indexação por atribuição em que os termos são extraídos da cabeça do indexador.

Os tesouros, de acordo com Moreira González (2011), são lista de descritores (termos controlados) que representam os conceitos de um domínio do conhecimento reunidos em função hierárquica de suas relações semânticas. Currás e Costa (1995) também entendem o tesouro como uma linguagem especializada, normalizada, pós-coordenada, usada com fins documentários, no qual os elementos linguísticos que o compõem estabelecem termos simples e compostos relacionados de forma sintática e semântica.

O tesouro hoje assume a estrutura de complexidade responsável por proporcionar cobertura em um domínio de conhecimento pautada na conformidade das relações semânticas e de conceitos. No entanto, as listas de cabeçalhos de assuntos foram os primeiros

instrumentos desenvolvidos da linguagem documentária com o objetivo de padronizar as entradas de assuntos dos catálogos e índices de biblioteca.

Constituídos sob estruturas pré-coordenadas, ou seja, quando as relações são previamente estabelecidas para a indexação, os cabeçalhos são ordenados alfabeticamente por assuntos específicos, assumindo classificações que os diferem em termos de autorizadas e não autorizadas dos assuntos.

No entanto, Cunha (1990) define o processo correspondente à representação documental, voltado à compreensão da complexidade e interdisciplinaridade dos conceitos com base na Análise Documentária (AD). Entendo que AD consiste em “[...] conjunto de procedimentos efetuados com o fim de expressar o conteúdo de documentos sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação.” (CUNHA, 1990, p. 59). A preocupação de Cunha revela os riscos pelos quais estão expostos o profissional da informação. Assim:

[...] esse procedimento de tradução (tradicionalmente) realiza-se [...] com base no ‘bom senso’ do bibliotecário, e envolve grande número de pré-conceitos comuns à área de Biblioteconomia/Documentação. São eles: a idéia de que os textos/ documentos a analisar/indexar são ‘absolutos’; que é possível chegar-se a palavras ‘neutras’; que o analista indexador é passivo; que o trabalho de análise documentária pode ser realizado sem o conhecimento da área. (CUNHA, 1990, p. 19).

O profissional da informação assume responsabilidade decisiva sob a entidade bibliográfica documental, fundamentado nessa preocupação o uso dos vocabulários controlados, tesouros e listas de cabeçalhos de assuntos admitem dimensões frequentes no universo da representação informacional. Esses instrumentos assumem a prerrogativa de controle de sinônimos, diminuindo assim a ambiguidade no processo de representação e reunindo de forma hierárquica termos cujo significado apresentam estreitas relações entre si.

Outra questão pontuada pelos estudiosos é a problemática linguística da dificuldade em estabelecer correspondências semânticas e lexicais, como é possível verificar na descrição:

No entanto, as instruções para a seleção da unidade de trabalho ainda apresentam fortes bases linguísticas; aproveitá-las em outras línguas é sempre problemático, porque não há uma correspondência lexical nas diferentes línguas para a denominação de um mesmo conceito. (CAMPOS, 2001, p. 99).

Contudo, retratar a ideia de tradução da linguagem como um processo meramente linguístico e conceitual que não admite que o processo de tradução envolve concepções de um paradigma cognitivo, de acordo com entendimentos de Garcia Marco e Esteban Navarro (1993), dialoga com outras formas de tradução na ciência sob a construção da cognição social

situada. Entretanto, o discurso de pós-modernidade e a construção de uma linguagem cifrada com objetivos de uma audiência recusa o reconhecimento de outras formas de conhecimento que contribuam para as várias formas de apreensão da realidade.

A linguagem assume para Kobashi (2007) as funcionalidades da representação do conhecimento inscrito e o papel de promover a interação entre usuário e dispositivo, baseados em teorias desenvolvidas com a finalidade de inter-relacionar ciências da linguagem e organização do conhecimento. Outra importante função que a linguagem assume é a de condição informativa. A linguagem documentária é responsável por tratar e recuperar a informação, estabelecendo relação de mediação informacional entre o usuário e o sistema.

Kobashi (2007) menciona a recente incorporação da linguagem do usuário aos sistemas de informação e o uso das folksonomias<sup>4</sup> como complementares no processo da indexação dos sistemas de informação. Com o advento do ambiente e a interoperabilidade na *web* 2.0, a folksonomia surge como uma estrutura colaborativa e baseada no princípio de interatividade. No entanto, esta não surge com o objetivo de solucionar os problemas de recuperação e representação de conteúdos informacionais. Sua proposta foi oferecer maior liberdade ao tratamento de documentos com o uso de *tags*.

Contudo, Spiteri (2007) alerta para a existência de resíduos que merecem a padronização via sistema e, diante das lacunas e déficit estabelecidos nos sistemas de organização do conhecimento, essas estruturas são utilizadas como solução de questões semânticas e pragmáticas em sistemas de informação.

Quanto às perspectivas pragmáticas da linguagem documentária, Kobashi (2007) alerta para o uso de mecanismo de fixação de sentido voltados para uma padronização, diferentemente do uso como instrumento que enrijece a representação da informação ou isola significados linguisticamente em sistemas estagnados. A necessidade de manter aparente a relação conceitual nos domínios do conhecimento é uma das preocupações evidenciadas por Kobashi (2007). A autora também sustenta o argumento de que a linguagem documentária é incorporada por meio de operadores semânticos nos contextos para interpretação dos termos, neutralizando a ambiguidade e se aproximando do significado.

A pesquisadora Maria Aparecida Moura (2005) estabelece um alerta quanto ao uso das linguagens documentárias que é recorrente no Brasil:

---

<sup>4</sup> Expressão cunhada pelo pesquisador Thomas Vander Wal. É uma designação utilizada para formas de indexação construídas por meio da linguagem natural. Atualmente é utilizada como artifício complementar da indexação com finalidade de sanar as lacunas e deficiências terminológicas dos tesouros e vocabulários controlados. O uso das *tags* com finalidade remissiva, permite aos usuários classificar, contribuir, compartilhar e recuperar informações com o uso de palavras-chave e descritores de indicação dos próprios usuários. (SPITERI, 2007).

[...] A organização da informação e a sua conseqüente representação estiveram em princípio reféns, ora do uso de linguagens de indexação geradas em contextos diferentes da realidade nacional, e em outros momentos da adoção da linguagem livre. Tais soluções no âmbito da organização da informação dificultavam sobremaneira a correta representação das peculiaridades temáticas e lingüísticas nacionais, conduzindo a uma visão, por vezes, deturpada da estruturação de um dado domínio no país. (MOURA, 2005, p. 4).

As linguagens documentárias propõem-se atender às necessidades informacionais de tradução de uma linguagem natural para um sistema de controle de linguagem, contudo as atualizações e modificações do universo informacional apresentam demandas que requerem adaptações e revisões constantes, o que se apresenta como um desafio aos profissionais da informação no processo da representação informacional, haja vista a desatualização desses instrumentos. O que a autora se esforça a nos alertar é a impossibilidade de abarcar as demandas de complexidade de um significado que muitas vezes não possui descritores adaptados e que atendam à completude de tradução em uma determinada língua ou idioma, o que dificulta a capacidade de tradução numa representação aproximada.

### **2.3.1 Sistemas de organização da informação e do conhecimento: tesauros e vocabulários controlados**

A organização do conhecimento, de acordo com Carlan e Medeiros (2015), preocupa-se com a sistematização dos conceitos de forma a estruturá-los para a devida representação e recuperação da informação. Sua finalidade é cumprir os critérios de padronização terminológica, estabelecendo a prerrogativa de busca e recuperação para os usuários. Considerando a necessidade de adequar a linguagem natural da produção intelectual desenvolvida e constituída para uma finalidade indutora do conhecimento, a linguagem documentária é desenvolvida com o objetivo de estabelecer elo entre a necessidade de registro informacional em sistemas organizacionais e instrumento de mediação informacional.

A organização da informação surge da necessidade de representar física e substancial o item informacional. A representação de conteúdo do item informacional estabelece o aporte do uso de conceitos para melhor caracterizar e representar a informação. Dahlberg (2006) compreende a organização do conhecimento como um arcabouço responsável pela estruturação e sistematização dos conceitos. Os conceitos são estruturados em instrumentos de tradução de conteúdos informacionais, com o intuito de facilitar o acesso e a recuperação da informação, os quais recebem a denominação de “tesauros” e/ou “vocabulários controlados”.

Currás e Costa (1995) compreende que o tesauro é uma linguagem especializada, normalizada e pós-coordenada, utilizada para fins documentários no qual os elementos encontram-se relacionados sintática e semanticamente. Cavalcanti (1978, p. 27) define tesauro como uma “[...] lista estruturada de termos associados empregada, por analistas de informação e indexadores, para descrever um documento com a desejada especificidade, a nível de entrada, e para permitir aos pesquisadores a recuperação da informação que procura.”

No final da década de 1950, do século XX, os estudos voltados para sistemas de indexação por meio de descritores foram desenvolvidos com o objetivo de cumprir a finalidade de acesso e recuperação da informação em bases de dados. O estudioso Peter Mark Roget, em 1852, destacou-se pela produção de um dicionário organizado de acordo com o seu significado e não por estrutura alfabética. O trabalho foi intitulado *Thesaurus of English words and phrases*, o qual foi responsável pela designação da nomenclatura de tesauros. O mérito de seu tesauro se dá por meio da estrutura de vocabulários estruturados com uma finalidade de relação de significado.

Em 1960, Vickery (1960) aborda quatro significados para o termo “tesauro” na CI, ficando popularmente conhecido na área como lista alfabética de palavras, seguida de outras palavras, com intuito de atribuir-lhe significado relacionado. Cunha e Cavalcanti (2008) definem vocabulário controlado como:

Conjunto de termos que, nos sistemas de informação, devem ser empregados tanto no momento da indexação como no da recuperação. A finalidade principal desse controle é fazer coincidir a linguagem do pesquisador com a do indexador. Nos vocabulários controlados são feitas remissivas dos sinônimos e quase-sinônimos para o termo selecionado como descritor; vocabulário fechado. (CUNHA; CAVALCANTI; 2008, p. 378).

Maculam (2011) entende que o vocabulário controlado permite estabelecer a autoridade terminológica de um domínio, proferindo regras para compartilhamento, ampliação e uso. Uma importante contribuição acerca dos tesauros é citada no programa UNISIST, modelo de sistema social de comunicação desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), com a finalidade de estabelecer relações entre documentos científicos e acadêmicos, com instituições e centro de documentação com objetivo de conexão, troca e disseminação da informação. Esse trabalho define o conceito de tesauro sob dois aspectos na CI: o estrutural e funcional.

De acordo com a Unesco (1973), um tesauro assume o sentido de vocabulário controlado dinâmico de termos relacionados semântica e geneticamente, que cobre de forma extensiva um campo específico do conhecimento, considerando a dimensão estrutural. E

sentido funcional é um dispositivo de controle terminológico usado na tradução da linguagem natural para a linguagem de sistema (linguagem documentária, linguagem de informação).

Tálamo, Lara e Kobashi (1992) conceituam as linguagens para tratamento e recuperação de informações, instrumentos de controle da terminologia de determinado domínio, voltadas para a representação do conteúdo de um documento por meio da análise e síntese de textos e na formulação de estratégias de buscas de informações.

De certo, todas as definições parecem concordar com a prerrogativa de uma formação estruturada de termos, relacionados semântica e sintaticamente e organizados para a recuperação da informação, instrumento utilizado na indexação. As linguagens controladas assumem o papel de controle terminológico. De acordo com Lancaster (1972), assume funções de controle de sinônimos, distingue homógrafos, facilita a busca por meio de termos relacionais e referências cruzadas, melhora a indexação e aumenta a eficácia na recuperação da informação.

## 2.4 TEORIA DO CONCEITO

A teoria do conceito é organização do conhecimento, tem por intuito estabelecer busca, origem, limites de uma área de conhecimento. Tem por essência a finalidade de esclarecer o mundo e para tal estabelece o uso de estruturas de representação para explicar a realidade, a partir da soma dos enunciados verdadeiros, institui a unidade de conhecimento responsável por uma representação simbólica que tenha por constituição a soma de características do conceito sob o viés da categorização dos fenômenos, propriedade e dimensões de tempo e espaço.

A oralidade é um instrumento de comunicação conceitual dispensa a necessidade de mediação da informação no contexto social de acesso num dado tempo ou lugar, a internet também assume essa figura quando rompe com a barreira espaço-temporal. No entanto, Lévy (1993, p. 101) busca alertar para o fato de que “Está destinada ao fracasso toda e qualquer análise da informatização que esteja fundada sobre uma pretensa essência dos computadores, ou sobre qualquer núcleo central, invariante e impossível de encontrar, de significação social ou cognitiva.”.

As premissas suscitadas anteriormente permitem compreender que é na oralidade que primeiro se materializam as novas formas de representação cultural e social de um grupo através da concessão coletiva e compartilhada, passando a formalização a partir do momento que assume uso e fluência no meio social, dando margem à escrita e, conseqüentemente, ao

uso no processo de representação da informação. A linguagem determina e delimita a maneira como o mundo é visto, elemento essencial da comunicação que influencia o processo de evolução cultural e condiciona as formas de ser e agir de uma sociedade.

A formalização e a afirmação de um conceito são condições de consenso definido numa área de conhecimento, processo que envolve estudo e conformidade de entendimentos. A condição de fixação do conhecimento institui-se a partir de novos mecanismos linguísticos, que influenciam diretamente nas condições de representação até então estabelecidas no universo de domínio do conhecimento, que podem alterar ou não o processo de representação de uma área específica.

Por meio da linguagem é que se materializa a construção dos enunciados, podendo ser conceitos individuais ou gerais. Decorrentes dessa construção e formação é que se estabelecem os conceitos. O conceito é, segundo Dahlberg (1978, p. 12), “[...] a unidade do conhecimento que surge pela síntese dos predicados necessários relacionados com determinado objeto e que por meio de sinais linguísticos, pode ser comunicado.” Em Dahlberg (1978a, p. 102) fica ainda mais claro que “Esse símbolo pode ser verbal ou não-verbal, ou seja, pode ser formado de sinais ou conjunto de sinais independente de palavras”.

Para Dahlberg (1978a), a soma dos enunciados verdadeiros é que assume a responsabilidade da formação do conceito. A formação do conceito se estabelece mediante utilização de método analítico-sintético; cada enunciado apresenta-se enquanto elemento de caracterização, chamada de “predicação do sujeito”. A caracterização assume atributos de especificidades variadas, podendo ser simples ou complexas, compartimentada em essenciais (necessárias) e acidentais (adicionais ou possíveis), passíveis de expressividade a depender da constituição de seus fatores internos e externos, conforme as circunstâncias do objeto.

A condição relacional também está presente entre os conceitos. Como Dahlberg (1978) menciona, não é fácil determinar as características essenciais dos conceitos. Em função dessa prerrogativa, a predominância de relações lógicas (características comuns), relações hierárquicas (implicação), relação partitiva, relações de oposição (negação) e relações funcionais (intersecção e processos).

O conceito então assume um estágio de representação a fim de projetar-se como resultado da soma de suas características. Os conceitos podem ser expressos dentro de uma descrição tipológica retratada com base na espécie, considerando importante para delimitação dos sistemas e em combinações; definem-se como caracterizados quanto aos: objetivos, fenômenos, processos, propriedades, relações e dimensões.

A apreensão em constituir definições correspondentes aos conceitos é uma das questões mencionadas por Dalhberg (1978a), haja vista a condição associada de pressupostos válidos para a argumentação da construção científica. Compreende que a definição se estabelece como uma equação de sentido, o que presume uma condição de restrição e limitação fundada. Enquadra ainda a condição de definição em dois parâmetros: definição nominal (determina o uso de uma palavra) e definição real (preocupa-se com o conhecimento expresso em um conceito).

A construção de uma estrutura de sistematização de conceitos é condicionada em função de critérios do objeto, aporte de investigação e estudo da teoria analítica dos conceitos. De acordo com Diemer (1974) apud Dalhberg (1978), a condição de análise do conceito é submetida à tríade de interpretação sob três aspectos de investigação: sob o ponto de vista da totalidade (uso do método dedutivo) e dos elementos (uso do método indutivo) ou das relações (relacionamento categórico formal das classes).

A proposta dessa teoria é alocar a classificação e a terminologia científica em categoria que proporcione interligação entre a lexicografia especializada e a ordenação dos conceitos. A elaboração de sistemas de conceito requer conhecimento amplo acerca de uma dada área do conhecimento científico, praxe geralmente professada pela elaboração de tesouros e vocabulários controlados.

Um conceito somente assume propriedade num domínio de conhecimento a partir do consenso estabelecido pelos pares, objeto de investigação e estudos. Essa construção é fundamentada sob a perspectiva de canonização do olhar situado sob prerrogativas de visibilidade e interesses. O entendimento de conceito expresso por apenas um predicado contrapõe-se ao entendimento da formação de conceitos dentro dos parâmetros da construção social expresso por:

[...] somente se tornam mais ou menos fixos e estáveis quando são *imersos* nos contextos racionais, através de termos convenientes cujas conotações eles constituem. Fora de tais contextos, os conceitos se encontram em contínua transformação, dependendo, tanto ao nível subjetivo como ao nível social, de inúmeras circunstâncias, tais como associações de idéias momentâneas e o estado da cultura que se considera. A fixidez dos conceitos nos contextos racionais advém, acima de tudo, de fatores sociais, que impõem certa constância na estrutura dos contextos, tornando-os objetivos. Porém, *a priori*, nada nos garante que essa objetividade seja absoluta. (COSTA, 1980, p. 4).

Com base nessa prerrogativa, é inviável pensar a formação dos conceitos dentro da consonância da compreensão de uma perspectiva absoluta, pragmática e objetiva. Os conceitos atuam como mediador entre o objeto e o elemento de representação e estão

amparados sob os contextos, de sorte que tomar-se-á como entendimento esse acordo, haja vista a dificuldade de consenso e definições no entorno da discussão.

Com base no entendimento de conceito expresso por Maria Luiza Campos (2001, p. 71): “[...] unidade de pensamento, constituído de características que refletem as propriedades significativas atribuídas a um objeto, ou a uma classe de objetos. Sua finalidade é permitir ordenação mental e a comunicação através do símbolo linguístico que é o termo.” A tendenciosidade da ciência é assumir papéis que condicionem a construção de espaços de objetividade, neutralidade e universalidade. No entanto, a produção de uma representação por si só já assume aspectos de uma subjetividade marcada pelo olhar situado e influenciado sob as percepções cognitivas do indexador.

A visão terminológica, contudo, levanta a discussão da condição de único domínio de conhecimento assumida pelos conceitos. Barros (2004) cogita o uso paralelo de um conceito por mais de um domínio de conhecimento chamada de “zona de intersecção semântica”. Essa abordagem que ultrapassa o domínio do conhecimento é apresentada pelo autor ao delimitar características de usabilidade dos conceitos, enquadrando enquanto conceito próprio de um domínio, conceito emprestado e conceito que ultrapassa o domínio.

As mudanças no cenário social presumem a emergência em ampliar abordagens de perspectivas que possibilitem o que Kobashi e Francelin (2011) endossam: combinações interdisciplinares no pensar construções teóricas, metodológicas e epistemológicas no fazer científico, de forma a compreender a produção e circulação da informação em moldes de interligação nos sistemas de organização da informação e do conhecimento.

#### **2.4.1 Organização e representação do conhecimento nas concepções do conceito**

Os sistemas de organização do conhecimento assumem finalidade de recuperação e acesso à informação, os quais incluem tesauros, sistemas de classificação, taxonomias e ontologias. O uso desses instrumentos assegura organicidade e estruturação semântica e hierárquica dos documentos, facilitando o controle e a interlocução de acesso ao objeto informacional.

Os conceitos são estruturas de representação relacional responsáveis por intermediar esse processo, muito embora diversos estudiosos tenham dedicado à sua trajetória científica em definir o termo “conceito”. A própria Dalhberg (1976, p. 88) apresenta o conceito quando, compreende que o “Resumo (síntese), fixado por uma denominação, de predicados verdadeiros sobre um dado objeto.” E, em 1985, retoma com uma definição que compreende

conceito como “Unidade de conhecimento que sintetiza em uma forma linguística os predicados necessários e verificáveis sobre um objeto” (DAHLBERG, 1985, p. 40).

Cintra *et al.* (2002) reforçam a necessidade de identificar as noções e proporcionar a recuperação, constituindo um relevante mecanismo para estabelecer as hierarquias e não hierarquias além das relações associativas. As autoras defendem que a localização e a estrutura hierárquica são estreitamentos que sofrem influências do ponto de vista particulares, questões ideológicas e culturais.

Kobashi e Francelin (2011, p. 13) pontuam um aspecto predominante e recorrente no uso dos conceitos ao confirmarem que: “Há, nesse movimento, perda de conteúdo semântico na transferência do contexto de uso do conceito para o contexto de controle do conceito para a recuperação de informação.” Em decorrência da prática, o conceito atribuído e utilizado no processo da indexação pode estar relacionado a variáveis situações e, assim, configurar a perda do índice de precisão e revocação na recuperação informacional.

O sistema nocional de conceitos é o indicador de controle que assegura a eficácia dos instrumentos de tratamento e recuperação da informação. É responsável por garantir o arranjo da linguagem documentária, a fim de possibilitar a compreensão e evitar equívocos no uso relacionado de termos.

O processo de formação da estrutura hierárquica conceitual, segundo Kobashi e Francelin (2011, p. 14), exhibe mudanças de perspectivas e deslocamento na cadeia ontológica primária. “Dentro do conhecimento já produzido e organizado, os conceitos em formação são alocados de modo a compor a macroestrutura conceitual consolidada em distintas áreas do saber”.

Como Kobashi e Francelin (2011) já haviam presumido, ao considerarmos que as existências de paradigmas de domínio coexistem num mesmo espaço, sem que haja o domínio de um único paradigma, estamos a presumir a existência de um novo contexto epistemológico, novas formas de produção, comunicação, análise e organização do conhecimento. O afastamento da concepção canônica de Thomas Kuhn que estabelece a unidade de conhecimento unívoca aproxima-nos da linha epistemológica de Birger Hjørland (2009), que reconhece a concomitância de paradigmas e teorias distintas, influenciando a organização e desenvolvimento dos conceitos.

A abordagem do paradigma social de Capurro (2003), já mencionada e delimitada anteriormente, atua na perspectiva da subjetividade dos sujeitos considerando a visão de mundo e o contexto histórico e cultural a fim de estabelecer representações situadas que valorizem suas experiências. A demanda por novos pontos de vista, os quais incluem

percepções pragmatistas e historicistas, parecem deixar claro que:

Quando Hjørland associa ‘paradigmas’ e ‘conceitos’ deixa claro que a noção de um único paradigma dominante, como ideia central do sistema kuhniiano, não se adequa aos sistemas multifacetados, ‘rizomáticos’ e complexos que estão na base das teorias do conhecimento contemporâneas (KOBASHI; FRANCELIN, 2011, p. 16).

Essa questão está sendo colocada no campo da CI, especificamente aqui na perspectiva da representação da informação e uso dos conceitos, integrando as ciências cognitivas e interligando aspectos históricos e culturais na formação dos conceitos. Com o objetivo de fazer compreensiva, a percepção histórica e cultural como influenciadoras das variações perceptivas ao longo da sua formação, localidade (física e/ou social), entre outros fatores. Esse movimento de mudança conceitual permite estabelecer variações cognitivas da informação, possibilitando a abertura de estudos teóricos e metodológicos relacionados à rede dessas no âmbito da representação da informação. Outra importante observação a ser realizada é que:

Não é possível saber que fatores cognitivos, sociais ou históricos têm influência na criação de um conceito, por um filósofo, quando este se encontra no alto de sua montanha ou diante de uma pedra ou quando um cientista olha para o céu ou para uma maçã que cai. (KOBASHI; FRANCELIN, 2011, p. 17-18).

Diante do exposto, a mudança de concepção da área da CI em função dos conceitos toma como parâmetro a afirmativa de Hjørland (2009) baseada na Teoria da Atividade, na qual a estabilidade dos conceitos estaria sujeita a implicações de padronização de práticas sociais, por conseguinte, assume o mesmo critério para adoção. O surgimento de conceitos alternativos implica mudanças no campo conceitual e insuficiência dos atuais em vigência. Hjørland (2009) sugere quatro pontos epistemológicos de percepção para reflexão do domínio do conhecimento, sendo eles: empirismo, racionalismo, o historicismo e o pragmatismo.

As dimensões epistemológicas citadas propõem explicar o mundo a partir de suas construções que variam em funções perceptivas, distintas da definição de conhecimento. A escola do empirismo, por exemplo, compreende que o conhecimento do mundo é construído e proveniente das experiências de mundo, vivências e formas alternativas de compreender a realidade, já o racionalismo sustenta a ideia da formação do conhecimento proveniente dos processos mentais em função da razão à construção de um pensamento lógico da realidade.

Hjørland (2002) elenca os critérios de relevância para as quatro dimensões epistemológicas. Por meio desse levantamento é possível verificar a importância da compreensão do historicismo e do pragmatismo nas concepções teóricas e epistemológicas do feminismo. Considerando a relevância da abordagem do historicismo por uma compreensão

da realidade a partir da interpretação situada de cultura, arte, filosofia e religião, a busca por contextos e perceptivas históricas evolucionárias e a abordagem do pragmatismo, a procura de uma interpretação contextualizada, a fim de atender a finalidade de uso prático, especificamente no alcance por informações que consintam na abrangência da realidade do objeto e do pesquisador e a por uma utilidade social. O feminismo, por sua vez, aponta para a necessidade estabelecimento de cânones epistemológicos sociais, visto que nossas bases epistemológicas sofreram influências europeias, significativamente francesas.

A formação de novos conceitos depende, segundo Kobashi e Francelin (2011), de uma espécie de transgressão dos limites estabelecidos. Depende da abertura para compreensão, apropriação e adoção de novos conhecimentos, da capacidade reflexiva e subjetiva de estabelecerem-se novos cânones a fim de atingir um novo limiar de padronização no campo científico. É colocar-se à disposição de quebrar as formas racionalistas de ver e pensar o mundo, e dar espaço à análise de fenômenos e objetos sob a ótica de incômodo, escapando da zona de comodidade científica. Segundo Kobashi e Francelin (2011, p. 15):

Com efeito, se pensarmos em características únicas e enunciados verdadeiros como elementos de uma unidade de conhecimento, ou seja, de um conceito, estamos de acordo com a ideia de paradigma de domínio na concepção canônica de Thomas Kuhn. Mas se aceitamos que estamos em um momento pós-kuhniano, em que os paradigmas coexistem num mesmo espaço, sem que haja o domínio de um e único paradigma, então podemos afirmar que há um novo contexto epistemológico, isto é, há novas formas possíveis de produção, comunicação, análise e organização do conhecimento.

A perspectiva de reflexão dos conceitos considerando as dimensões epistemológicas de Hjørland permitem suscitar uma construção dos conceitos sob parâmetros que flexibilizem a análise das dimensões históricas, racionalistas e empiristas, oportunizando maior flexibilidade no processo de representação e de direcionamento dos conceitos. No entanto, é preciso salientar os riscos sobre a perspectiva de importação dos conceitos. Maria Cristiane Galvão (1998) aborda reflexões da construção conceitual na CI. A autora traz enfoques relacionados ao uso e à aplicação dos conceitos no chamado “ecletismo”.

Ecletismo é o uso de conceitos fora dos seus respectivos esquemas conceituais e sistemas teóricos, alterando os seus significados. A ocorrência do termo, sem definição que reduzisse ou eliminasse a sua ambigüidade, não permitiria saber a qual de vários conceitos possíveis está associado. (GALVÃO, 1998, p. 51).

A autora discute a necessidade de ruptura epistemológica com o objetivo de constituir uma estrutura teórica própria e destaca a importância de associar os conceitos metodológicos às características que os delimitam, considerando a necessidade de influenciar estratégias de

investigação. Outro ponto relevante da discussão é que Maria Galvão (1998) demonstra preocupação com a importação de conceitos sem o devido debate e problematização do conceito na área de conhecimento. A autora deixa um alerta para os riscos da importação de conceitos e para a necessidade de discussão em base conceitual.

Maria Luiza Campos (2001) também alerta para a necessidade de designar um termo para representação de um único conceito como exigência para tesouros e terminologias, a chamada “monossemia relativa”. A proposta de estabelecer estabilidade ao termo tem por intuito enfatizar a precisão terminológica e é na teoria do conceito que a ciência encontra suporte para o estudo teórico-metodológico para organização do conhecimento.

## 2.5 O ESSENCIALISMO ESTRATÉGICO NO USO DOS CONCEITOS E A MULTIREFERENCIALIDADE

A necessidade de fomentar um essencialismo estratégico é uma condição considerada nesse domínio do conhecimento, embora os riscos de discutir a instabilidade dos conceitos como condição estratégica se façam eminentes. É preciso considerar e assumir essa assertiva. O essencialismo pode configurar uma armadilha ao minimizar as diferenças e estabelecer uma estaticidade das categorias identitárias. Spivak (2010) nos alerta para a necessidade de uma vigilância epistemológica, no entanto, é preciso assumir uma posição que inevitavelmente é política.

A expressão “essencialismo estratégico”, cunhada por Gayatri Spivak (2010), busca estabelecer um caráter provisório de identificação, condição utilizada para limitação do discurso representativo, e assumir o risco de comprometer o espaço de debate questionador das estruturas de desigualdade, impossibilitando o debate quanto à parcialidade das categorias.

A inclusão representativa de grupos subalternizados no processo social de deliberação não configura uma restrição, mas sim uma possibilidade de ampliação ao debate político inclusivo, viabilizando estratégias de transformação política por meio da inclusão representativa de conceitos adotados *a priori* por um essencialismo estratégico. É uma possibilidade de questionar as estruturas de legitimação em que as diferenças e identidades precisam ser contempladas também afim de se mostrarem politicamente representadas.

Deleuze e Guattari (1972) não consideram que a ciência seja detentora de possibilidade de criação para os conceitos, limitando sua atuação como instrumento de reflexão e proposição enunciativa para os objetos, e intitulam a filosofia como o responsável

pela criação dos conceitos. Alguns autores, como Ferreira (2008), Monteiro (2003) e Gomes, Motta e Campos (2006), assumem posição de convergência ao compreenderem a relação dos conceitos inclinada à ideia de uma atual formação de rede, que possivelmente interliga os conceitos em variados contextos.

Os conceitos não são fechados permanentes e universais e Deleuze provoca o pensar pela instabilidade e a necessidade de desterritorialização, mas como atuar nessa condição? Dialogar com Spivak (2010) sobre o essencialismo estratégico é uma alternativa utilizada por grupos subalternizados a fim de compreender que racialização é um processo violento, embora não exista essa condição de divisão racial. Mas é preciso reivindicar uma identidade racial a fim de lutar pelos seus direitos e estabelecer a demarcação desse lugar. É preciso e é necessário adotar essa condição de essencialismo estratégico a fim de demarcar a classificação dessa produção intelectual e científica dessas mulheres.

Também é preciso assumir os riscos em adotar o essencialismo dessa categoria, embora suas constantes transformações se façam presentes e denotem terrenos arenosos. Para Costa (1980), os conceitos precisam assumir imersão nos contextos, conferindo-lhe a dependência dos conceitos ao nível subjetivo e social e desconsiderando, dessa forma, a estabilidade dos conceitos no campo de conhecimento como algo estático.

[...] somente se tornam mais ou menos fixos e estáveis quando são imersos nos contextos racionais, através de termos convenientes cujas conotações eles constituem. Fora de tais contextos, os conceitos se encontram em contínua transformação, dependendo, tanto ao nível subjetivo como ao nível social, de inúmeras circunstâncias, tais como associações de idéias momentâneas e o estado da cultura que se considera. A fixidez dos conceitos nos contextos racionais advém, acima de tudo, de fatores sociais, que impõem certa constância na estrutura dos contextos, tornando-os objetivos. Porém, a priori, nada nos garante que essa objetividade seja absoluta. (COSTA, 1980, p. 4).

Embora o uso dos conceitos seja atribuído à funcionalidade do que Campos (2004, p. 4) denomina de “formalização”, é recorrente que não haja uma “[...] preocupação com a semântica em termos dos conceitos e de suas relações; na verdade, todo o foco está centrado em uma dada ‘sintaxe’ que possibilite uma verdadeira ação do pensar [...]”. No entanto, o conceito assume responsabilidade de mediador entre as palavras e o objeto é elemento de significação e deve articular a proposição da representação.

Ranganathan (1967), por sua vez, explica a formação dos conceitos relacionados às condições de processo mental e ao mundo físico, mas não exclui a possibilidade de complexidade entre conceitos, verificável na sua ilustração sobre a árvore baniana. Para Campos e Gomes (2003, p. 159), a “[...] representação da árvore Baniana apresentada por

Ranganathan vem ao encontro do conceito de rizoma de Deleuze e Guattari [...].”

A perspectiva da abordagem de multireferencialidade proposta por Martins (2004) aplicada aos fenômenos educacionais propõem-se a contemplar as questões de reflexão crítica dos modelos científicos estruturados com base no racionalismo cartesiano e no positivismo. Contudo, a dinâmica de contraponto da aplicação de investigação dos fenômenos sociais em vista do rompimento de uma epistemologia moderna e racional tecnicista é condizente com a proposta de análise dos conceitos, trazendo aproximações de múltipla perspectiva.

Ardoino (1995) apresenta a preocupação em estabelecer a abordagem multirreferencial para as ciências humanas e reconhece a complexidade e heterogeneidade nas práticas sociais:

[...] análise multirreferencial das situações das práticas dos fenômenos e dos fatos educativos se propõe explicitamente uma leitura plural de tais objetos, sob diferentes ângulos e em função de sistemas de referências distintos, os quais não podem reduzir-se uns aos outros. Muito mais que uma posição metodológica, trata-se de uma decisão epistemológica. (ARDOINO, 1995, p. 7).

A reflexão da abordagem pluralista dos fenômenos sociais é oportuna para a reflexão da estabilidade dos conceitos e coloca em questão a possibilidade de dimensão unívoca, visto que tem a heterogeneidade dos fenômenos sociais como característica de demarcação. A complexidade do pensamento retoma o que Morin (2011, p. 21) já estabelecia como “[...] nossa confusão, nossa incapacidade para definir de maneira simples, para nomear de maneira clara, para pôr ordem em nossas idéias.”

Para Martins (2004), a necessidade de um pensamento complexo afasta a dimensão da simplificação limitante. Essa condição apenas denota as insuficiências e carências e com a noção de multireferencialidade e complexidade se aproximam. Para a delimitação e aplicação dos conceitos na representação da informação, é adequada a ideia e reflexão desses aportes teóricos como estratégias de minimizar a análise sob uma perspectiva singular e unilateral.

A pluralidade do olhar na aplicação dos conceitos é estabelecida com o movimento de aproximações e afastamentos de várias disciplinas em consonância com o universo dialético do conhecimento, possibilitando criação, mudança e transformação por meio do pensamento aos conceitos. Com base nessa perspectiva de interdisciplinaridade e correlação entre as áreas de conhecimento que se propõe uma reflexão na seção seguinte sob o ponto de vista da representação social das mulheres negras e sua produção intelectual literária com a ciência da informação como oportunidade dialógica e de construção de saberes compartilhados a fim de estabelecer e pensar a representação simbólica desse lugar.

### 3 A LITERATURA FEMINISTA NEGRA E O PROCESSO DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A proposta desta seção procura estabelecer paralelos entre as áreas da CI e o feminismo, pontuando aspectos de convergências e aproximações entre as teorias, discussões temáticas, metodológicas e conceituais. Compreender que o universo de investigação da representação feminista permeia zonas limítrofes de interseções e que pode dialogar contribuindo com o universo da CI, assumindo a assertiva interdisciplinar que o campo admite em sua gênese, é a proposta desta composição.

O principal questionamento e linha de defesa da pesquisa presumem a ideia de que representações femininas são estabelecidas a partir do olhar do Outro. Partindo do pressuposto que a representação é sempre uma reapresentação do olhar do Outro sob o objeto informacional, o feminismo não pode, assim, estar situado e representado de forma adequada, se não considerar as experiências e o conhecimento situado da mulher.

As representações da informação e do conhecimento feminino assumem imposições e interpretações da subalternização predominantes na hegemonia da sociedade e, pactuadas a isso, as atenuantes artimanhas do sexismo e do machismo. Outro aspecto que, assim como o feminismo, também acarreta uma perspectiva agravante faz menção à prerrogativa interseccional<sup>5</sup> presente no contexto representativo das informações.

Assim como o processo de construção do conhecimento e das teorias feministas assumem influências da perspectiva ocidental, eurocêntrica, patriarcal, sexista e hegemonicamente branca, o processo de construção da perspectiva da representação do conhecimento está delimitado no entorno dessa lógica de configuração que reafirma valores e legitima o olhar do Outro sobre a mulher negra enquanto objeto na representação.

A informação como insumo de uma demanda social retrata o papel da construção da representação a partir do olhar situado do mediador, segundo o que permite dialogar com perspectivas epistemológicas de Gomes (2016, p. 100), o qual defende: “O mediador age, constrói e interfere no meio, portanto, ele também é um protagonista social. Nessa condição também se constitui em sujeito da estética, da ética e da produção humanizadora do mundo, portanto um agente político também”. O convite ao posicionamento demarca a efetividade da ação mediadora presente no processo de escolha da posição do sujeito, que o coloca ou não

---

<sup>5</sup>“Interseccionalidade” é um termo da sociologia desenvolvido pela professora e pesquisadora Kimberlé Williams Crenshaw usado na designação de sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas de organização social. Uso associado às relações de poder, opressão, dominação e discriminação. (AKOTIRENE, 2018).

em vias de demonstrar, de acordo com Gomes (2016, p. 103), “[...] a efetividade da mediação é dependente da ação consciente pela busca do autoconhecimento, da disponibilidade para conhecer o outro, o meio e o contexto, o que mais uma vez nos remete as dimensões política e ética da mediação da informação.”

O processo de representação pode apresentar manipulação e mediação contrária, sustentando objetivos contrapostos. O aporte conceitual aqui proposto articula a potencialização da crítica e mediação para a construção de mudança social, autoconhecimento e fuga da manipulação no processo representacional, oportunizando a formação do protagonista social. Para tal, é considerável a compreensão da responsabilidade política e social diante do papel do indexador.

A proposição da articulação de Frohmann (2008) permite suscitar e compreender o jogo político e estratégico que as mulheres estão envolvidas, a necessidade de materializar a informação dentro de parâmetros que valorizem suas experiências e valide o conhecimento, e que as coloquem em lugar de produção de uma literatura que possibilite a fala do lugar do oprimido em uma perspectiva institucional.

[...] o poder da escrita é ‘uma parte essencial dos mecanismos da disciplina’ ou o aparelho disciplinar através do qual indivíduos são construídos como objetos de conhecimento. Assim, o interesse de Foucault não é na documentação como um meio de comunicação de informação, mas como transmissão de poder gerativo e formativo, através do qual indivíduos que podem ser conhecidos são constituídos institucionalmente. (FROHMANN, 2008, p. 6).

A construção desse espaço de poder é a pretensiosa condição de fortalecimento discursiva e material que a informação tomará proporções, fortalecendo as massas e fomentando a constituição de uma consciência política e social. Frohmann inverte os papéis transferindo a responsabilidade para o papel social do conteúdo informacional.

A validade do conhecimento estabelecida pela academia, presente na construção científica e literária dos cânones, é a estrutura responsável por atribuir legitimidade através de pesquisas e estudos em contraponto à luta pela visibilidade e o estabelecimento de uma produção feminina negra que ainda disputa o espaço de produtores de conhecimento que valorize as perspectivas decoloniais, como é defendida por autores como Nilma Gomes e Sueli Carneiro. A negação aproxima-se também da perspectiva de Silva e Gomes (2014) dentro da necessidade da diferença para a construção do conhecimento novo, permitindo envolver as diversas facetas ontológicas dos sujeitos informacionais. A alteridade está nas propriedades da materialidade do encontro com o diferente, permitindo comparações divergências, aproximações e negações.

A negativa da condição de apropriação e dominação do Outro no processo de representação da informação suscita a outra perspectiva de representação no campo, possibilitando partilha do conhecimento e alteridade na produção científica e literária quando oportuniza acesso e direito à expressividade. Mas como oportunizar novas formas de produção do conhecimento haja vista que os critérios de uma validação não parecem claro no caráter do discurso científico?

As questões aqui mencionadas sugerem discutir a cientificidade quanto à busca de critérios de validação que delimitam o reconhecimento do cientificamente admissível e a oportunidade de fundar uma reflexão filosófica que disponibilize condições de possibilidades de diálogo e construção do conhecimento. No jogo dessa articulação que se estabelecem os lugares de privilégios na sociedade e em função da movimentação e domínio de suas redes de influência é que determinam e direcionam a legitimidade de um conceito.

Dentro dessa performance, González de Gómez (2011) compreende que relacionar a mudança de perspectiva e o esforço em retomar um novo conceito oportuniza condições de acesso a outros grupos e estabelece a perda de controle e o esforço para a retomada de poder.

*O Estado informacional e o Estado-rede são manifestações do esforço conceitual para reformular, no cenário contemporâneo, as possibilidades e os limites de autonomia do Estado, a partir do crescente questionamento da previsibilidade, inteligibilidade e controle de seu domínio de intervenção, incluindo o próprio domínio da informação. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011, p. 186, grifo do autor).*

A eficácia do uso performático da linguagem assim denominada por González de Gómez (2011) depende de aspectos de legitimidade e universalização. As redes de movimentação da economia global seriam os responsáveis por delimitar abrangência dos conceitos, agregando crédito, validade e legitimidade perante as agências de financiamento da informação. O sucesso de uma linguagem estaria diretamente relacionado à condição de interesse, posicionamento desses agenciadores.

No que tange à categoria conceitual, a autora Nkiru Nzegwu (2001), amparada na compreensão de que homens e mulheres são iguais em termos de contribuições para manutenção e sobrevivência da comunidade, e que as condições biológicas de reprodução sexuais não delimitam a subordinação como de segunda classe das mulheres, compreende que patriarcado é, por si, um conceito importado e imposto, utilizado para explorar e desqualificar a posição da mulher na sociedade, proporcionando imposições categóricas sob parâmetros europeus em contextos africanos.

Bibi Bakare-Yusuf (2003) sugere a necessidade de contemplar identidades libertadoras, atentando-se para análises crítica das estruturas institucionais que limitam e

prescrevem ações e liberdades sociais para as mulheres; que determinam e aprisionam as estruturas representacionais a partir de suas construções ocidentais, históricas e culturais sob moldes do patriarcado heteronormativo e inviabilizam condições alternativas, pois “O que é necessário é uma investigação genealógica sobre as relações de poder, os *regimes de representação*, estruturas religiosas, políticas e filosóficas que moldam os discursos [...]” (BAKARE-YUSUF, 2003, p. 8, grifo nosso).

A recusa da importação de conceitos é condição *sine qua non* para a produção de teorias não colonizadas. Elizabeth Spelman (1988) apresenta a condição de imposição do conceito de “solipsismo branco” como estratégia de pensar, falar e entender o mundo, desconsiderando a diversidade da raça e das experiências femininas. Em muitos aspectos, há tendência universalizante das feministas brancas de considerar suas experiências como única condição interpretativa e o desinteresse no diálogo para as causas de particularidades do feminismo negro.

Alguns autores revelam a atuação de um tráfego internacional de conceitos, enfraquecendo as instâncias de demarcação territorial da produção do conhecimento e subvertendo a ordem e autenticidades dos conceitos. Segundo Cláudia Costa (2000, p. 46):

Devido à intensa transmigração dos conceitos e valores nas viagens dos textos e das teorias, frequentemente um conceito com um potencial de ruptura política e epistemológica e num determinado contexto, quando trasladado a outro, despolitiza-se.

A pesquisa tem como intuito alertar a necessidade na CI de abarcar e investigar as possibilidades de inserção desses termos como terminologias representativas do conhecimento, visto que alguns deles se apresentam enquanto segmentados e fortalecidos no campo. Diante da dificuldade de estabelecimento de espaço na ciência, as mulheres disputam lugares de legitimidade e utilizam recursos artísticos e culturais para manifestar seu caráter intelectual.

Bachelard (1996) estabelece, em constância, aproximações reflexivas com a arte e a literatura na sua produção *A formação do espírito científico*. A busca por retratar aspectos da análise subjetiva, racionalidade dos fenômenos, psicanálise de um conhecimento objetivo e reflexões do conhecimento empírico assumem notoriedade na convergência científica de suas explanações em paralelo com a arte. Compreende a existência de um ponto de interseção entre criação artística e criação científica. A incidência analógica reflexiva estabelece o constante paralelo entre as áreas.

A literatura é utilizada como anseio das mulheres pelo instrumento da expressividade

intelectual e surge mediante a falta de suporte na ciência, haja vista o uso da literatura como manifestação que promove o diálogo entre a ciência e a sociedade. Como um instrumento de popularização das demandas sociais, as minorias apropriam-se do uso desses recursos para divulgação e questionamentos deste lugar de fala.

A negativa da condição de apropriação e dominação do Outro suscita o desenvolvimento de outras perspectivas de representação no campo, possibilitando partilha do conhecimento e alteridade na produção científica e literária quando oportuniza acesso e direito à expressividade. A literatura tem atuado como aporte de manifestação da fala. Mulheres negras têm atuado na produção e reprodução de uma literatura que fala a partir de um lugar para um mesmo lugar de reconhecimento.

Considerando que a produção científica e a universidade trabalham na estruturação da academia como um espaço de diálogo e destinado à institucionalização dos saberes, a literatura e as artes assumem o papel de promoção de diálogos e promoção à popularização das demandas da sociedade, compartilhando experiências e saberes. Autoras como Carolina de Jesus, Cristiane Sobral, Noémia de Sousa, Chimamanda Adiche, Paulina Chiziane, Elisa Lucinda, Ana Maria Gonçalves, Jarid Arraes, Livia Natália, Ama Ata Aidoo e Conceição Evaristo atuam na representação de corpos e mentes negras. Fora da lógica de estrutura marginalizada e estereotipada do negro, as autoras buscam o estabelecimento de estratégias que valorizem seus saberes e experiências, questionando os espaços de legitimidade na sociedade contemporânea.

É na literatura que essas mulheres têm encontrado espaço de partilha luta e resistência, estabelecendo posições de defesa e materialização do saberes e falas. Considerando a literatura com o instrumento de aporte político, defesa e legitimação do conhecimento é que se justifica a escolha pelas obras literárias delimitadas no universo de pesquisa a ser abordado na seção posterior. Haja vista as importantes contribuições e destaques das autoras Conceição Evaristo e Maria Firmina dos Reis para o cenário da literatura afro-brasileira é que se propõe verificar estratégias de representação alternativas a partir do referencial literário produzido.

A proposta em pauta aqui assume o ideal de proximidade e configuração de terminologias que caracterizem e traduzam de forma aproximada a produção intelectual negra, considerando seus anseios e demandas sociais de discurso. Tendo em vista que o conhecimento advindo da representação social é bem representado ao estabelecer incursões mais precisas nesses vocabulários e disponibilizar melhores resultados para pesquisadores em busca de informações teóricas, epistêmicas e práticas do movimento feminista negro.

#### 4 OS FEMINISMOS E A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES NA CIÊNCIA

As autoras Marília Carvalho e Lindamir Casagrande (2011) elencam as contribuições das mulheres na produção científica que, embora tenham enfrentado dificuldades e preconceitos demarcados pela opressão nas relações de poder masculinizadas, apresentam um legado na produção científica nas áreas da ciência da natureza, matemática, astronomia e mecânica. A autora menciona mulheres pioneiras na ciência que contrariavam costumes e épocas, enfrentando os primeiros desafios, barreiras e discriminações impostas pelo entendimento de que a ciência não era um espaço destinado às mulheres, além da divisão sexual do trabalho com as suas atribuições domésticas.

As primeiras mulheres na ciência foram a matemática Hipátia (370-415), a francesa matemática, filósofa e física Sophie Germain (1776- 1831), a linguista, teóloga, filósofa e matemática italiana Maria Gaetana Agnesi (1718-1799) e a Madame du Châtelet, autora francesa, matemática e física (1706-1749) que, assim como muitos outros nomes, construíram e disputaram esse espaço e merecem destaques frente à invisibilidade que enfrentaram numa construção de ciência ocidental na qual predominam valores e parâmetros masculinos que desprestigiavam suas contribuições.

Outra importante contribuição de Mariane Cortes (2017) traz um recorte das mulheres pioneiras da física brasileira. A autora resgata nomes como Yolande Anna Esther Monteux, primeira mulher a conquistar o diploma de graduação em física no ano de 1938 e que ocupou cargos como engenheira tecnologista, dedicando-se aos estudos de materiais radioativos; Sonja Ashauer, a primeira mulher brasileira a concluir o doutorado em física em 1948; Elisa Esther Habbema de Maia, mais conhecida como Elisa Frota Pessoa, graduando-se em 1942, juntamente com Sonja, foi pioneira na formação do grupo de pesquisa de física brasileira, tendo uma carreira bem-sucedida e sendo uma das fundadoras do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), quando apresentou contribuições significativas na inclusão de técnicas de emulsão nuclear.

No marco para contribuições das mulheres negras na ciência é possível destacar Sonia Guimarães, primeira mulher negra a ser doutora em física pela Manchester Institute of Science and Technology, em 1989. Foi professora do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), com contribuições voltadas para crescimento epitaxial de camadas de telureto de chumbo e antimoneto de índio, processamento e caracterização de dispositivos fotocondutores. Outro importante marco é o da química e pesquisadora do Instituto de Pesquisas Energética e Nucleares (IPEN) em São Paulo, Denise Alves Fungaro, que foi

premiada sete vezes por sua pesquisa sobre a transformação dos resíduos de carvão gerados por termelétricas. As mulheres ainda lutam pela eliminação da desigualdade na ciência e por uma apreciação das suas experiências femininas, fora da lógica de imposição de objetividade e universalização dos saberes.

Embora a construção do arcabouço científico pareça explicitar a necessidade de uma produção e constituição de um espaço de diálogo e produção intelectual que propicie as reflexões no entorno de formas alternativas de percepção, visibilidade e desenvolvimento da ciência, a literatura se constrói em meio a um espaço de luta e resistência. A construção hegemônica da ciência demonstra incômodo e insatisfação com as formas de ascensão dos grupos subalternizados e com os introvertidos questionamentos da formação desse espaço de debate, considerando as investidas tentativas de invalidar e descaracterizar as formas do fazer científico das ciências sociais, métodos, temáticas de abordagem, além de processos de negação e ofuscamento das contribuições teóricas e metodológicas no campo.

Elizabeth Silva (1998) discute a desconstrução de gênero na ciência a partir da relação dos aspectos de universalidade, políticas de localização e políticas de mudança. O diálogo perpassa a tradição modernista da construção do saber científico como universal e objetivo, a perspectiva de contexto histórico e social universal que ampara as estruturas de construção da realidade, a defesa da criação do conhecimento enquanto saber e fazer da construção social possibilitando reconstruções interpretativas e a constatação da necessidade de estabelecer a mudança política por meio da unidade das categorias femininas como um processo de fortalecimento e construção de um espaço de luta na ciência.

A base de fundamentação desse espaço perpassa o iniciar na ciência, com a reformulação da produção de conceitos importados e impostos, formado por reflexões de mobilidade autoritária e ocidental. A própria conformidade de hierarquização dos conceitos pode esconder aspectos de privilégios e interesses. Fomentar e articular os aspectos sociais e cognitivos é um dos principais arranjos dessa pesquisa, possibilitando encontrar espaços de compreensão dos aspectos fenomenológicos e de estruturas históricas da sociedade.

Compreender que as representações se desenvolvem sob preceitos argumentativos de mediação na interação social é o primeiro passo para refletir os aspectos de produção voltados para o enquadramento das teorias e pessoas. A formulação de métodos e teorias masculinizadas e fundamentadas em uma única forma de validação do conhecimento e é um argumento sustentado por estudiosas do campo de gênero, como Sandra Harding, Patrícia Hill

Collins, Angela Davis<sup>6</sup>, preocupadas em estabelecer o uso das experiências para a construção e legitimação da ciência sob os parâmetros subversivos.

A construção da instabilidade das categorias é imposta das várias formas de violação, como é possível constatar em Sandra Harding (1991), com o uso da teoria epistemológica de Karl Marx para pensar gênero a partir de uma divisão social e perspectiva de classe, uma lógica de dominação condicionada a formação de marcadores biológicos e de proletariado na construção da ciência. As discussões apresentadas a seguir propõem construir um espaço de debate e de apreciação de outras formas de compreender a formação da ciência, sobretudo posicionada na apreensão de formas de conhecimento que divergem da perspectiva eurocêntrica patriarcal branca, a fim de oportunizar a legitimidade e aferir representações situadas.

A proposta da Sandra Harding (1991) é discutir a instabilidade das categorias de modo a questionar e estabelecer experiências e relações sociais das mulheres no âmbito da ciência fora dos moldes tradicionais da intelectualidade humana. Essa reflexão epistemológica converge com as ideias de uma ciência inclusiva e é uma teoria decorrente da emergência e da limitada capacidade de completude das ciências tradicionais, que se faz oportuna à medida que fomenta a crítica feminina ao modelo de ciência e agrega modos femininos de conhecer.

#### 4.1 A CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO NA SOCIEDADE

As primeiras discussões sobre as questões feministas e de gênero surgem em meio à teoria marxista do século XX e outras proposições de teóricos das escolas de Frankfurt, como Jurgen Habermas, Jean Paul Sartre e da teoria de Michael Foucault. As considerações a serem apresentadas aqui retratam o posicionamento crítico acerca da opressão com a qual convivem as mulheres durante séculos e a luta pela qual passaram para configurar um posicionamento notável no campo das ciências, da comunicação, da política, assim como da participação ativa na sociedade moderna e pós-moderna. Contribuições histórica, teóricas e contemporâneas como Alexandra Kollontai (2016); Helena Hirata (2002); Heleieth Saffioti (2013); Mary Castro (2000); Maria Lygia Moraes (2000) Elisabeth Souza-Lobo (2011) entre outras estudiosas e pesquisadoras marxistas tiveram por objetivo unificar o sentido de classe e

---

<sup>6</sup> O sistema de chamada autor-data assume acordo com os parâmetros e princípios de recomendação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Contudo, adota-se o acréscimo à chamada o prenome, com finalidade de destacar e demarcar a identidade feminina autoral enquanto sujeito feminino na produção da ciência. Dessa forma, esse princípio será adotado durante toda a extensão do trabalho.

gênero em meio às atividades femininas nas categorias marxianas, tendo em vista a classificação das mulheres como voltada para a atividade de reprodução.

Simone de Beauvoir, uma das pioneiras mulheres brancas que contribuíram no movimento pelas mulheres, ativista, teórica social francesa, escritora, intelectual e filósofa foi atuante no existencialismo feminino enquanto movimento político e apresentou influência significativa para construção de uma teoria feminista. As contribuições no entorno da construção da ideia de gênero, que desenvolveram a perspectiva de gênero como uma construção social que fomenta as estruturas de divisão sexual do trabalho e as abordagens de opressão sofrida pelas mulheres, foi um dos subsídios para apoio do movimento de mulheres.

A partir de reflexões em sua obra sobre o segundo sexo, Simone de Beauvoir (2009), especialmente no capítulo dedicado à infância, defende a construção dos sujeitos até os 10 anos sem divisões pré-estabelecidas de divisões reprodutivas até a atuação dos hormônios. Ela relata as preocupações e imposições do machismo e da opressão a que se submetem mulheres desde sua formação enquanto sujeitos em suas experiências de vida, além das estruturas psicológicas e sociais perante a sociedade.

Especificamente, no bloco dedicado às reflexões da infância, Simone de Beauvoir (2009) traz contribuições sobre as possibilidades que nos são oferecidas ou negadas desde a primeira infância, tomando como parâmetro a condição sexual como um agente condicionante e delimitador. A autora delimita perspectivas de ponto de vista histórico, psicanalítico e biológicos estabelecidos no processo de nossa formação enquanto sujeitos; a abordagem de uma estrutura existencial da mulher sob aparato de estudo das perspectivas sociais e econômicas.

Em meio à teoria liberal do século XVII, que procurava delimitar a separação de parentesco e Estado, os séculos XVIII e XIX agregaram a esse desmembramento a teoria econômica. Diante desse contexto, a figura da mulher, como feminina, suas contribuições e posicionamento na sociedade, passaram a ser questionados, impondo barreiras ao entendimento da condição social e de gênero que a mulher agregava.

Karl Marx (2008) admite a existência de uma separação entre as atividades ditas como de “produção” e as atividades “reprodutivas”. O fato de nascer mulher já garantia um estrato mais baixo na sociedade com a função de reprodutora e responsável pelas atividades de gestação, parto e criação dos filhos, agregada às atribuições dos afazeres domésticos e do lar sem direito à remuneração. Considero oportuno ponderar que a proposta de menção a Karl Marx não visa a exaustão teórica, mas sim o situar argumentativo da pesquisa.

A relação de gênero foi construída na história da humanidade em função da relação de força de trabalho baseada na produção e troca. Karl Marx contribuiu para o caminhar das reflexões em torno das relações sociais e organização da sociedade, no entanto, deixou margem para divergências e ambiguidades nos equívocos interpretativos acometidos em construções teóricas e conceituais. A percepção delimitada das atividades de manutenção e a sobrevivência da humanidade não foram incluídas no rol de importância do *status* social para incidência da economia política do capitalismo.

Essa forma e estrutura de pensar reforçaram e restringiram a influência e participação das mulheres no acesso à educação, produção e ciência por séculos, delimitando o acesso e o lugar da mulher na organização social da estrutura econômica. A construção de uma concepção de sentido restrito do termo “produção” acabou por institucionalizar os parâmetros de demarcação da condição da mulher em teorias e nos parâmetros de luta e desenvolvimento das mulheres no mercado de trabalho.

Marx (2008) assegura o trabalho como o motor da mudança social e, a partir da afirmativa binária social de atividades de produção e atividades de reprodução, a organização social assume limiar de uma formação inferior e de menor importância às experiências e produções femininas. As mulheres estiveram limitadas socialmente e foram impedidas de inserção na construção e produção na organização social, econômica e política.

Contribuições como da autora Simone de Beauvoir (2009) em pesquisas têm revelado o contraponto estratégico das formações políticas e sociais de restrição na escolha das mulheres como decorrente de influência na formação dos sujeitos desde a primeira infância. Essa delimitação fortalece a formação e desenvolvimento na concepção de divisão e desvalorização da mulher desde o acesso aos brinquedos até a divisão de trabalho quando adultos.

A prática de segmentação e restrição do acesso é reproduzida na atualidade, como reforça a pesquisadora e professora Danièle Kergoat (2000), responsável pela autoria de reflexões sobre mulheres, gênero e trabalho, bem como da tese de “divisão sexual do trabalho”. As estruturas de divisão do trabalho fomentam a ideia de estruturas capitalistas que estruturam a desigualdade, fortalecendo a construção de divisão sexual do trabalho baseada nas premissas norteadoras das relações de sexo e sustentando a ideia de que existem trabalhos masculinos e femininos e que os trabalhos masculinos valem mais do que os trabalhos femininos, deixando os homens voltados prioritariamente para os trabalhos de produção e as mulheres para a reprodução (trabalhos domésticos).

A formação das meninas é por recorrente influência acometida de valores históricos,

sociais, machistas e mantenedores da política de domínio dos espaços de privilégios masculinos na sociedade. Importante salientar que Marx articula sua concepção teórica de um contexto no qual a forte economia de mercado prevalecia e, por assim dizer, é responsável por um enquadramento social e econômico de mercado regulatório decorrente do século XIX, pautado numa economia de mercado que valorizava a produção de alimentos e objetos como única condição de produção.

Facultado o reconhecimento da função reprodutiva como componente estruturante da sociedade industrial, indiretamente Marx contribuiu para a construção ideológica de controle e formação das estruturas sociais a partir de uma delimitação de gênero e classe. Algumas autoras como Heleieth Saffioti e Shulamith Firestone demonstraram inquietações quanto às limitações das análises marxistas. Em decorrência de inadequação da sua própria teoria, algumas especificidades do feminismo apontam para a necessidade de ampliação do debate do materialismo histórico para além do marxismo.

No entanto, feministas como Paddy Quick, Maria Mies e Wally Secombe assumem entendimentos de que é preciso considerar, na análise marxista em meio ao processo materialista, alguns pontos que precisam ser levados em consideração, a exemplo da reprodução social, divisão sexual do trabalho, controle dos corpos das mulheres e seu poder reprodutivo. Silvia Federici (2017) defende suas abordagens no entorno do caráter doméstico/reprodutivo como uma atividade de trabalho com valor de construção capitalista. Trabalha suas análises sob o enfoque dualista dos trabalhos domésticos necessários à reprodução da vida e, ao mesmo tempo, reproduz uma força de trabalho de cunho econômico, base para o trabalho assalariado.

Teóricos como Habermas, Ann Ferguson e Nancy Folbre coadunam com a proposição de Marx, embora tenham estabelecido conotações e rótulos como, por exemplo, produção sexo-afetiva ao termo “reprodução” e/ou funções da reprodução simbólica. O que fica evidente é que todas parecem culminar com o fato da representação da figura feminina como elemento de subordinação e de menor prestígio econômico e social.

As prerrogativas levam ao entendimento de que, tal como Habermas (1984) entende, o cidadão é fundamentalmente um participante do debate político, da formação da opinião pública e da ação comunicativa. Isso significa que a cidadania, sob essa perspectiva, depende decisivamente das capacidades de consentir e falar, a capacidade de ação comunicativa em igualdade de condições com outros. Mas essas são capacidades, de acordo com Fraser (1987), que se acham ligadas à masculinidade no capitalismo clássico de dominância masculina.

Iris Young (1997) apresenta uma contribuição com a teoria dos sistemas duais e procura esclarecer e pontuar as atividades que ficaram de fora da categorização de Karl Marx de produção, procurando tornar a teoria marxiana mais próxima às questões de gênero. No entanto, Young não aprofunda os questionamentos na teoria e, na tentativa de explicar o problema de opressão sofrido pelas mulheres frente ao marxismo, acaba por reafirmar a ideia de que a opressão das mulheres é apenas um elemento suplementar.

As atividades de trabalho doméstico foram estigmatizadas por gerações como papel feminino, prevalecendo o fator de subordinação e hierarquização sob a mulher; não rara a exposição da atividade, como atividades de teor sexual. A condição da mulher sujeitada ao homem fortaleceu as condições de violência à mulher e substanciou-se como instrumento opressor de direitos. Como afirma Nancy Fraser (1987, p. 52): “Isto é, a mulher está legalmente sujeita a seu marido; ela não é um indivíduo que pode dar ou negar consentimento às suas exigências de acesso sexual.”.

A figura da mulher ligada à necessidade de proteção, provedora do lar, esposa e parceira sexual fortaleceu o posicionamento de poder estigmatizado na figura masculina, caracterizado como provedor do poder, demarcando apropriação das mulheres como objeto. Outros posicionamentos são evidenciados como o posicionamento dos quais:

[...] o projeto de assumir o gênero deve ser compreendido como algo que ocorre dentro de um campo de relações sociais que limitam a liberdade do sujeito desde o início. O corpo da mulher é em si uma situação social e não um simples fato biológico. [...] Para Wittig o corpo feminino recebe significado dentro da diferença de gênero hierarquizada da reprodução heterossexual. (BENHABIB; CORNELL, 1987, p. 21).

De certo que, como bem apresenta as autoras, a perspectiva de formação feminina apresenta características próprias, como é possível aferir:

[...] ser feminina biológica tem sido sempre interpretado em termos de gênero como impondo certa identidade psicosssexual e cultural; a mulher individual tem sido sempre ‘situada’ num mundo de papéis, expectativas e fantasias sociais. De fato, sua identidade como membro de uma família, como irmã de alguém, esposa de alguém e mãe de alguém (BENHABIB; CORNELL, 1987, p. 19).

Dessa forma, é possível verificar que a noção de gênero não se apresenta como categoria sensível às noções de sociedade capitalista, política e economia. A esfera de poder que prevaleceria era hegemonicamente masculina. A procura por teorias que evidenciassem o aspecto emancipatório em contrapartida com a teoria política liberal individualista resistia à tentativa de instaurar a chamada “teoria prática moderna”, haja vista a rejeição das modernas práticas relacionadas à moral e política. Contudo, de acordo com Iris Young (1997), ainda que

prevalecesse o ideal de igualdade e fraternidade, as mulheres permaneceram excluídas da promessa do liberalismo e republicanismo modernos.

Demonstrar a dificuldade dos grupos sociais e mulheres na construção e ocupação desses espaços, considerando como parâmetro a lógica de estrutura de dominação proveniente da distribuição do capital intelectual e específico, como decorrente do processo de dominação social das sucessões históricas foram os principais pontos da luta feminina na luta de igualdade de direitos e deveres. Burke (2003) evidencia essa corrida de obstáculos enfrentados pelas acadêmicas demonstrando a dificuldade sofrida pelas mulheres que se colocavam na ambição de tornarem-se cientistas ou humanistas, embora reconheça a necessidade de estudos comparativos mais discriminado sob o acesso à vida intelectual das mulheres em diferentes lugares e disciplina.

Outro argumento que sustentou o período liberal retrata a teoria política moderna como a criação de um ideal cívico que coloca em oposição as condições da vida pública e privada, em função da razão (imparcial e universal) e afetividade (o corpo e desejo).

O ideal de redefinição da identidade da mulher é o que sustenta as várias vertentes do feminismo; suas especificidades delimitam as nuances e atuações da necessidade de abandono das imposições masculinas. Como Castells (2008, p. 211) delimita: “Em todos os casos, seja por meio da igualdade, da diferença ou da separação, o que é negado é a identidade da mulher conforme definida pelos homens e venerada na família patriarcal.”.

Essa construção histórica e coletiva da emancipação feminina é estabelecida por meio da defesa da construção das identidades, com redefinições e contrariamente à imposição da construção histórica e social do patriarcalismo da família. Embora a luta feminista enfrente variável e acepções distintas, o que configura as vertentes de atuação, podemos afirmar, assim como Castells (2008, p. 223), que “O feminismo como expressão ideológica ou política autônoma é claramente a ‘reserva ambiental’ de uma minoria formada por mulheres intelectuais e profissionais, embora sua presença nos meios de comunicação amplie seu impacto muito além do número que elas representam.”.

A trajetória de embate e disputa das mulheres na ciência foi e continua a ser um trabalho de construção de uma identidade coletiva, com contexto e discursos variados. É a construção de um movimento que sofre as consequências de influências políticas, de uma autonomia institucional e cultural, sobre padrões de formação europeia, cartesiana e patriarcal, mas que busca a legitimidade na sociedade e na ciência da expressividade e caracterização dos saberes localizados e perceptíveis às demandas de um coletivo.

## 4.2 AS MULHERES NA CIÊNCIA

Esforçar-se para compreender o debate e interpretação do surgimento das categorias e discursos teóricos a fim de tomar conhecimento acerca das relações sociais e das tradições de uma intelectualidade feminina que arrisca a estabelecer uma tímida visibilidade no âmbito da sociedade consiste no objeto investigativo desta subseção. Indagar o lugar das mulheres na ciência e as armadilhas de imposição é um desafio ao questionamento desse lugar de atuação, é reconhecer o fenômeno de obscurecimento e legitimidade negada aos moldes de conceitos e teorias tradicionalmente estabelecidos.

Segundo Lucia Tosi (1998), as primeiras mulheres, na tentativa de uma visibilidade, submeteram-se a reproduzir a perspectiva de construção patriarcal tanto na ciência em busca de progresso e reconhecimento de espaços, tendo em vista que reproduzir a ciência patriarcal caracterizava uma condição estratégica para o desenvolvimento e a participação das primeiras mulheres na ciência. Ceder era uma tática, considerando as condições materiais de rompimento com a tradição patriarcal, pioneiras em um campo masculino, a perseguição e caça às bruxas na Idade Média, adotando submissão de papéis secundários na construção da ciência muitas vezes relacionadas à condição de secretária. É o que afirma as primeiras pesquisadoras do campo feminino na ciência como é possível constatar na produção autora Lúcia Tosi (1998) reforçando ideais de “quando ceder não é consentimento”, porque diz respeito à capacidade de ação mediante as condições de opressão.

Repensar as formas de produção e construção de uma ciência parece ser o maior desafio hoje enfrentado pelas mulheres. Repensar as estruturas de poder e legitimidade da produção intelectual e a sua condição de olhar situado. Esse parece ser o maior desafio enfrentado pelas intelectuais negras do século XXI, frente ao atual contexto político educacional e estrutural no campo da disputa política do poder, romper as estruturas enfraquecidas por uma demanda social que se faz presente e urgente.

Pensar a formação de uma ciência pautada nas condições de mudanças sociais, a construção da academia como um espaço de debate e construção de saberes, permitindo refletir sob outros pontos de vista e experiências dissociadas dessa condição de dominação. A busca incessante das mulheres por uma teoria feminista, e epistemologicamente sustentável, é a estratégia de combate à condição de estabilidade das categorias, buscando restabelecer reflexões conceituais, metodológicas de aspectos da realidade. As construções teóricas e epistemológicas feministas anseiam romper os padrões de teorias totalizantes absolutistas enviesadas por suas perspectivas de compreensão interpretativas ocidentais, eurocênicas,

cartesiana, patriarcal e masculinizadas, como afirmam a exemplo pesquisadoras como Nancy Hartsock (1986); Patricia Hill Collins (2000); Bell Hooks (1990) e Judith Butler (1995).

A crítica à construção dessa ciência apresenta-se ainda mais intensa quando revela aspectos de proximidade com a produção empirista da pesquisa feminista, haja vista que de acordo com estudiosas como por exemplo, Evelyn Keller (2006); Hellen Longino (2012); Lynn Hankinson (1992) e Lorna Schienbinger (2001) o feminismo empiricista desconsidera a identidade social do observador como aspecto de relevância à pesquisa, assim como, a dificuldade em aceitar os contextos como parâmetro das problemáticas investigativas mas preocupada com os princípios de justificativa e verdade. Assim como o empirismo está voltado para a reflexão do mundo a partir de suas experiências para legitimar a ciência, o feminismo volta-se para essa perspectiva para estabelecer o papel da experiência sensorial na construção de uma ciência que não universaliza as perspectivas e considera outros pontos de vista.

O contexto da pós-modernidade e o discurso de uma ciência alternativa de Sandra Harding (1983); Nancy Hartsock (1986) refletem os aspectos perceptivos de como pessoas veem o mundo, o que pode romper com a emancipação da visão cosmopolita da humanidade, produzida para pensar o mundo de uma única maneira. Romper com concepções de produção iluminista que negavam a condição de racionalidade das mulheres, facultada a condição de mero objeto de observação masculina, mas impossibilitadas de atuar como protagonista das reflexões e produções.

Debater e refletir as variadas nuances do feminismo na ciência não é uma articulação fácil, pois as dimensões do pensar o feminismo envolvem fatores econômicos, sociais, políticos, pós-coloniais, interseccionais e ainda agregam dimensões de desestabilidade dentro da própria discussão de feminismo. A crítica de algumas correntes do feminismo, como a de Sandra Harding (1993), defende a impossibilidade da construção de uma epistemologia ou de uma outra forma de fazer ciência amparada em estruturas universalizantes do dominador, situadas no ponto de vista masculino.

A crítica ao relativismo em Donna Haraway (1995) também apresenta nuances de especificidades na incidência da realidade dos feminismos subalternos e a predominância de uma falsa consciência para reafirmar discursos nas relações sociais e de domínio político. O uso da crença a fim de reforçar posicionamentos de legitimidade intelectual e fortalecer o planejamento baseado nas distorções ideológicas, não é suficiente para atender a demanda de uma sociedade feminina reprimida. A autora inclusive reconhece a necessidade de uma condição intermediária ao debate sem perder de vista a objetividade.

Pensar o lugar de fala das mulheres na ciência não isenta a busca por uma base epistemológica; é um espaço de debate para a construção de conceitos e teorias. O risco que se colocam algumas feministas nesse espaço é em busca de uma ciência alternativa, para reafirmar os discursos. A ideia é pensar outra proposta de releitura, repensar o papel da academia, desestabilizar a academia da condição de legitimidade universal detentora do reconhecimento e do espaço de privilégio que, por vezes, não comunica com o social.

A corrente alternativa busca uma brecha no mundo a fim de legitimar saberes femininos, amparado em conexões pós-modernas. Contudo, a perspectiva de ser totalizante e universal deve ser evitada a fim de viabilizar a construção de espaços de diálogos na ciência. Dorothy Smith (1974) aponta com veemência a estratégia de articulação de invisibilidade com a atenuante desvalorização do trabalho social das mulheres e a tentativa de considerar como abstratas suas contribuições. Ela defende a condição de concretude e articula o jogo de vinculação às formas administrativas de dominação e das categorias sociais, a fim de pontuar uma consciência alienada e dividida nas mulheres.

A crítica do feminismo na ciência sustenta a forma como ela é construída. Algumas teóricas feministas exageram na necessidade de destacar as formas femininas de conhecimento como mérito um pedestal de conhecimento por assim dizer, e acabam por reforçar os discursos. Sandra Harding alerta para os riscos:

O feminismo contemporâneo não endossa o objetivo do poder público de tratar as mulheres da mesma forma que os homens. É preciso, assim, dizer quais são essas diferenças. Mas receamos que, ao fazê-lo, estejamos alimentando o determinismo biológico sexual (basta atentar para os problemas que tivemos ao formular uma posição feminista quanto à síndrome pré-menstrual e os riscos à reprodução associados ao trabalho, sem vitimizar as mulheres). (HARDING, 1993, p. 25).

A condição de pensar uma ciência polifônica, polivalente, inclusiva e equitativa do ponto de vista de gênero, com perspectivas de desconstrução de valores desenvolvido nas ciências tradicionais como a neutralidade, objetividade, universalidade e metodologia, é questionada, como suscita Neide Osada e Maria Costa (2006), o que não reverbera uma investida de construção social pacífica. A formação social já estabelecida que coloca mulheres em condições hierárquicas de subalternização social reforça a predominância de algumas teorias e condiciona práticas subversivas da produção intelectual feminina.

A demarcação da produção intelectual das mulheres na ciência enfrentou desafios marcados por rupturas e enfrentamentos. As tentativas de invisibilizar as mulheres na ciência escondiam o jogo machista e opressor dos homens na tentativa de ridicularizar e demonizar as mulheres que se arriscavam a estabelecer contribuições nas ciências.

O contexto que marca a revolução científica do qual expõe Lucia Tosi (1998) é a concepção de caça às bruxas como um momento histórico para o despertar para a ciência no século XVII em participação ativa das mulheres destacando importantes contribuições em paralelo ao cenário de perseguições e demonização das mulheres que demonstravam interesse pela ciência dos saberes. A protagonização da criminalização das mulheres na segunda metade do século XV até o final do século XVII, junto com a aparição do capitalismo da Europa, a Reforma Protestante e a profissionalização de diversos serviços excitou o estereótipo da bruxa no século XVI por teólogos e magistrados.

Evidentemente, não existia interesse pelos grupos dominantes do acesso às mulheres à cultura letrada. A prática da medicina popular fortaleceu ainda mais a construção estereotipada dessa vertente, considerando o uso de ervas e minerais uma prática mágica das mulheres que dominavam esses saberes, carregada de preconceitos que as diferenciavam da medicina oficial.

A condição das mulheres tidas como “sem dono”, pai ou marido, culminou na inclusão dessas mulheres na categoria de marginais e suspeitas. A afirmativa de que:

[...] dada sua fraqueza física e moral, sua limitada inteligência, sua carência de raciocínio, sua sexualidade incontrolável e sua lubricidade, a mulher era vítima privilegiada de satã. Seu saber e seus misteriosos poderes só podiam ter sido adquiridos por meios ilícitos pactuado com o demônio (TOSI, 1998, p. 375).

Essa imagem da figura da mulher predominou e foi fortalecida por séculos, especificamente por autoridades, burgueses e líderes religiosos do catolicismo.

A inserção das mulheres na ciência perpassa do século XVII e XVIII, desde a biologia molecular, como retratam Neide Osada e Maria Costa (2006), quando a participação das mulheres foi marcada pela abertura à profissionalização no século XIX. No entanto, a dificuldade de reconhecer as contribuições das mulheres foi ponderada por muitos anos, sendo inclusive utilizada como argumento de defesa a saída das mulheres como justificativa para o crescimento da ciência em algumas áreas do conhecimento.

Enfrentamentos ao acesso à ciência estabeleceram-se por meio da educação formal e, no acesso às universidades, segundo Lucia Tosi (1998) encontraram-se estratégias de fomentar o questionamento desse espaço às mulheres, sustentado pelo movimento feminista na segunda metade do século XIX. No entanto, a figura feminina assume marcadores biológicos, que influenciam os aspectos de delimitação pautados sob o aspecto fisiológico de sua formação. A condição de desempenho do papel da maternidade é o limiar de debate das

mulheres pelo questionamento dos espaços, tendo em vista desmistificar os discursos masculinos.

A afirmativa cujo relato de Lucia Tosi (1998, p. 379) se faz presente: “Toda atividade intelectual é desaconselhada por contrariar seu destino biológico [...]” foi por muito tempo o cerne de dominação masculina, amparado nos domínios biológicos do conhecimento. O período da Revolução Francesa preconizava o ensino misto, defendendo uma abordagem baseada na igualdade de sexo. No entanto, as mulheres estavam limitadas à participação de atividades voltadas à família, excluídas da participação política e econômica.

As poucas mulheres nobres e burguesas que conseguiam acesso à educação formal eram facultadas à participação como assistentes e posições secundárias, contudo, algumas poucas manifestaram atuações na ciência, com ênfase de contribuições nas áreas da química, astronomia, matemática e física.

O fracasso da perseguição das mulheres no período foi estabelecido pela propagação do cartesianismo e o mecanicismo na ciência, em função de um fenômeno político opressor com perspectivas hegemônicas de dominação focado nas demandas de Estado. As questões aqui apresentadas nos direcionam a pensar a quem serve essa ciência? Quais as estratégias e articulações de seu interesse?

Discutir os parâmetros de formação e visibilidade da ciência mercantilista ocidental é desestabilizar formas de construção do conhecimento e de estruturas de poder. É trabalhar na perspectiva de construção em condições de subjetividade, saberes situados e relativização de poderes, dissociados de estruturas de subalternização e tendenciosas do cartesianismo e patriarcalismo ocidental.

Nesse cenário as mulheres negras estão a pleitear espaços na ciência marcada pela negativa de um capital intelectual, social e cultural, que delimita e influencia a participação destas no exercício da contribuição e articulação do conhecimento. As mulheres acadêmicas e profissionais estão a construir um espaço de disputa, segundo o qual Djamila Ribeiro (2018, p. 59) defende que “[...] é porque se está desnaturalizando o lugar de submissão que foi construído para nós; e o incômodo não está mais em nós, por julgarmos que certos espaços não nos pertencem.”.

As mulheres negras estão a protagonizar a quebra de um racismo institucionalizado que delimita e condiciona o lugar de acesso aos espaços de produção e detentores de um conhecimento pautado na centralidade social, condiciona a pensar o lugar de marginalidade como uma possibilidade de usufruir perspectivas e reflexões diversas que possibilitem construções do feminismo negro.

A dificuldade em construir uma identidade negra na ciência é um dos maiores desafios apontados pelas pesquisadoras negras, e é o que afirma Bárbara Carine Pinheiro (2019), ao trazer dados que caracterizam a baixa representatividade da produção intelectual negra no país:

Apenas 10,4% das mulheres negras com idade entre 25 a 44 anos concluem o ensino superior. O percentual de mulheres pretas e pardas doutoras professoras de programa de pós-graduação é inferior a 3%. Só 7% das bolsas de produtividade são destinadas a mulheres negras (PINHEIRO, 2019, p. 1).

Reconhecer que experiências de vida divergem a perspectiva do ponto de vista eurocêntrico e branco traz insumos de uma produção negra afrocentrada, considerando os insumos da perspectiva de lugar de fala, o caráter interseccional discursivo e analítico para atender a necessidade de estabelecer uma representatividade desses grupos na ciência é parte do que a autoras Carla Akotirene (2018) e Bárbara Carine Pinheiro (2019) chamam atenção para as estratégias do racismo estrutural e institucional que, em certa medida, influenciam e limitam o acesso das mulheres negras. As condições de escolarização no país se devem a atrasos e fatores históricos sociais da tardia abolição da escravatura e de acesso a direitos sociais da população negra; dentro dessa conjuntura, fortalecendo o pouco acesso das mulheres negras à educação superior e, por assim dizer, ao fazer científico.

Segundo Katemari Rosa (2015), a autora aborda relatos da pouca representatividade étnico-racial na construção da ciência marcada por obstáculos e preconceitos no acesso dessas mulheres, desde o processo de formação até a carreira. Outros estudos de Katemari Rosa (2008) também abordam a carência de pesquisas que retratem mulheres e minorias étnico-raciais nas ciências, o que reforça a subrepresentatividade da atuação e participação das mulheres negras. A autora traz relatos de seis mulheres negras de sucesso na carreira da física, mas que conduziram suas trajetórias marcadas por um isolamento social e, com isso, dedicam-se à pesquisa. Afro-americanas negras de perspectivas de vidas variadas, algumas de classe média, outras de baixa renda, mas com suas trajetórias marcadas pelo processo de exclusão no ambiente acadêmico e uma cobrança exacerbada quando comparadas aos demais colegas.

No entanto, as mulheres negras ainda são minorias nos espaços de produção de conhecimento, na ciência e nas universidades, isso sem falar na área de ciências exatas, na qual a concentração é ainda menor, como aponta a pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq):

Um estudo feito em 2015 tendo como base essas informações, mostra que entre 91.103 bolsistas da instituição cursando pós-graduação, seja em formato de Mestrado, Doutorado ou Iniciação Científica, as mulheres negras que realizam

pesquisas voltadas para ciências exatas são pouco mais de 5.000, ou 5,5% (SANZ, 2017, p. 2).

A atuação das mulheres negras na ciência, especificamente nas exatas, é um ato de resistência, principalmente frente à demarcação dos preconceitos de gênero e raça<sup>7</sup>. A trajetória de mulheres negras e pioneiras como Enedina Alves Marques, primeira mulher negra a se formar em engenharia no Brasil, em 1945, marcada por enfrentamentos sociais, étnicos, políticos e econômicos; mulheres como Viviane dos Santos Barbosa, ganhadora do prêmio da conferência internacional científica da cidade de Helsinki, na Finlândia, em 2010, ao desenvolver um produto para diminuição da emissão de gases poluentes.

No cenário atual, mulheres negras têm demonstrado sua atuação em várias dimensões da ciência com contribuições teóricas, práticas e experimentais, mas que representam uma minoria que urge por um reconhecimento e busca legitimidade no contexto acadêmico, evidenciando o potencial que, muitas vezes, é acometido no processo de formação e desenvolvimento dos primeiros anos da universidade e pelo próprio ambiente hostil em meio às prerrogativas do contexto político, econômico e social de sua vivência.

São mulheres de destaque nas ciências humanas e exatas que trabalham com a temática de evolução e inovação científica; outras mais voltadas para a perspectiva de descolonização dos saberes na ciência. O que se evidencia é que mulheres negras representam uma parcela ainda reduzida que produz e contribui para a produção intelectual do mundo e, com isso, demonstram que precisam desse espaço de legitimidade de um conhecimento e de saberes.

#### 4.3 DEBATE DA SUBJETIVIDADE NA CIÊNCIA: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA.

A construção de uma ciência feminina perpassa desde o debate neopositivista<sup>8</sup> à objetividade forte, muito embora o feminismo estabeleça diferentes correntes e linhas de defesa na trajetória do limiar da sua formação epistemológica. Falar do debate de

---

<sup>7</sup> Definido como julgamento prévio rígido e negativo sobre um indivíduo ou grupo, o conceito deriva um julgamento ou decisão anterior, um precedente ou um prejuízo. No uso moderno, o termo veicula muitos significados variantes. Na ciência social moderna, o uso típico refere-se a julgamentos categóricos antecipados que têm componentes cognitivos (crenças, estereótipos), componentes afetivos (antipatia, aversão) e aspectos avaliatórios ou volitivos (como as disposições para políticas públicas). (OUTHWAITE *et al.*, 1996, p. 602).

<sup>8</sup> Neopositivismo é um modelo filosófico lógico também denominado “positivismo lógico”, desenvolvido em Viena, que assume como base o pensamento empírico tradicional e a lógica moderna. Os estudos desses percussores buscam o estudo de métodos científicos e uma confirmação, atualmente rejeitado por correntes filosóficas de desdobramento de Thomas Kuhn, que estabelecem o paradigma da ciência. (OUTHWAITE *et al.*, 1996, p. 602).

subjetividade e objetividade na ciência, e do problema enfrentado pelas mulheres na ciência, é embarcar nos entraves e armadilhas que ocultam e evidenciam as narrativas desse campo de disputa fundamentadas em divergentes perspectivas.

Alisson Jaggar e Susan Bordo (1997) contribuem para a discussão ao levantar questionamentos em torno do ideal cartesiano<sup>9</sup>, construído na ciência ocidental, e relatam a ideia do conhecimento de mundo socialmente construído. Sondra corrobora com a ideia quando afirma que:

A crítica de Jaggar e Bordo à ciência questiona a concepção tradicional de que existe algo chamado natureza *objetiva* correspondendo a alguma *realidade* claramente discernível, que a mente humana pode compreender através do processo bastante simples e direto conhecido como *razão*. (FARGANIS, 1997, p. 224, grifo do autor).

A crítica sobrepõe-se à ideia de atenuar a construção do conhecimento dentro da negação da emoção e da perspectiva de descorporificação, à condição de imparcialidade e à negativa de sentidos e saberes que influenciam e direcionam a construção do conhecimento humano, fator inerente da desvinculação. O entendimento depreciativo invalida as sensações e o conhecimento do senso comum na formação da ciência, além da excludente anuência de fatores culturais, sociais, de gênero e religião que influenciam a análise do ponto de vista das investigações sociais. As estruturas canônicas de poder da sociedade ocidental focalizadas nas concepções objetivas de validação do conhecimento assumem posicionamentos que presumem o afastamento de percepções apaixonadas e contaminadas pelos valores e aspectos da subjetividade. A composição de negação desses agravantes assegura, segundo os parâmetros da ciência cartesiana, a chamada razão pura de perceptiva individualista.

A contestação das mulheres na ciência, que presumem compreensões e interpretações subjetivas, afasta-se das epistemologias ocidentais tradicionais<sup>10</sup> que resultam em estratégias de preconceitos de gênero e raça com uso de métodos científicos tradicionais. A prática de uma ciência por moldes diversos do estabelecido em parâmetros metodológicos, prático e observacionais que considerem como válidas e legítimas outras formas de perceber e

---

<sup>9</sup> O cartesianismo foi o movimento intelectual liderado pelo filósofo René Descartes nos séculos XVII e XVIII. A filosofia assume o ideal de sistema de pensamento, que considera, de forma desassociada, a mente e o corpo. A compreensão da filosofia que julga a percepção e a sensação da mente e do corpo como provenientes de falsas ilusões, devendo as convicções estarem mais voltadas para os fundamentos da metafísica. (CHAUI, 2010).

<sup>10</sup> Estudo do conhecimento e base para conhecer é aplicado por vezes apenas para delimitar aquilo que se conhece por meio científicos. A epistemologia preocupa-se com as várias questões entre conhecedor e o objeto do conhecimento; as variações entre diferentes tipos de conhecimento válido sobre qualquer coisa; os métodos mais válidos para adquirir diferentes tipos de conhecimento; e o papel da razão e dos sentidos no ato de conhecer. Contudo, um ponto característico e comum a diversas ramos das ciências sociais é o desacordo sobre a epistemologia mais apropriada. Os que abordam o método científico abstêm-se de criticar técnicas empíricas para compreender o mundo social. (JOHNSON, c1997, p. 85).

racionalizar a realidade do mundo, como as construções teóricas sociais que oportunizam a reflexão da realidade com base nos paradigmas e interpretações dos fenômenos sociais.

Conceitos contemporâneos que inviabilizam as condições de partilha do mundo sob aspectos de afastamento do tempo e do espaço situados em consonância com o objeto relacionado aos conflitos sociais personificam a construção do caráter social do entendimento de uma ciência diferente, considerando o gênero. A luta e o debate questionam a formação de um espaço para concepção de uma ciência que permita a epistemologia experimental baseadas em percepções psicológicas e sociais, formas e modelos metodológicos alternativos à qualidade de legitimidade.

O conhecimento é manipulado para um jogo de interesses, o uso da linguagem, a fim de construir uma realidade social emancipatória e a articulação da ciência esconde a astúcia da formação mental que legitima e delimita o espaço que a mulher ocupa. O conhecimento não se assume enquanto neutro, a ciência é compactuada como uma forma de discurso que sujeita normas, métodos e critérios de validade.

A estrutura subjugada das feministas na ciência deve-se às influências patriarcalistas da formação da ciência, que invalida as experiências das mulheres e assume valores masculinos em suas observações, como a simplificação de relações, por exemplo, segundo delimitações de estudos de causa e efeito para os corpos no estudo das leis de Newton. As feministas estão a questionar uma racionalidade funcional, desconstruindo o modelo masculino da ciência.

A relatividade descrita na ciência ainda não assume as diferentes formas de ver o mundo e analisar o objeto informacional; o feminismo busca combater as estruturas normativas desse relativismo estabelecido na sociedade. A reivindicação do feminismo está relacionada às práticas da ciência moderna e às aceções dos fenômenos do mundo materialista, sejam as características descritivas dos objetos e entidades constituintes em termos quantitativos, sejam as condições de todas as suas interações serem regidas por leis, e a prerrogativa de que todas essas leis sejam regidas por equações matemáticas.

A neutralidade aparece em meio às ciências naturais e humanas como um pré-requisito e contraponto a objetividade forte a ser alcançada. A busca pelo afastamento dessa prerrogativa, apesar de dominante, vem enfrentando concepção de confronto na ciência crítica pós-positivista, sejam elas kuhniana, feministas ou das filosofias que falam em nome dos oprimidos do terceiro mundo que buscam aproximações da ciência com os valores políticos, sociais e de ponto de vista situados.

O feminismo, portanto, deve ser entendido como uma concepção ideológica, política que busca afastar-se das bases de formações epistemológicas de alegações científicas da existência de um conhecimento absolutamente objetivo, valores contextuais universais e, por tais razões, tido como universalmente válido em condições temporais e históricas estanques. Busca-se uma base teórica conceitual que permita revelar esses efeitos perversos predominante nas relações desiguais de poder e sustentem a ampliação das categorias pelas quais são delimitadas e examinados os fenômenos sociais, desestabilizando a condição de objetividade dos discursos, que é o cerne do estudo feminista.

O movimento feminista anseia a possibilidade de ações tanto em âmbito político quanto teórico, a fim de trabalhar a crítica no âmbito pragmático e epistemo-metodológico. O problema é que o feminismo ainda é visto por muitos estudiosos, até mesmo por feministas, como Pamela McCallum (1992), como um campo discursivo ainda tímido e não considerada como cerne das transformações sociais, contraponto de muitas estudiosas, ativistas e feministas atuantes, mas que permite refletir a instabilidade do campo frente às divergências do movimento feminista.

Não há como refutar as contribuições do feminismo para as discussões de um ceticismo cultural generalizado, a fim de reivindicar as formas de conhecimento e a noção de verdade, sua relevância para as primeiras discussões de gênero centrado nas categorias, as noções de individualidade, separação e as incessantes buscas por uma teoria e epistemologias de mudanças.

Assim, o conceito de subjetividade assume uma ideia relativa, aberta, longe da perspectiva de um conceito ideologicamente fechado, no qual a formação multidimensional é bem vista e dá espaço a verdades que não presumem absolutismo e perfeição no tocante a fazer ciência. É o permitir transitar em vários espaços e protagonizar reflexões de várias posições e contextos, sem atenuar o discurso, é protagonizar de fato o pensamento crítico sem estabelecer a reprodução representativa de invisibilidade.

#### 4.4 PRERROGATIVAS DE UMA TEORIA EPISTEMOLÓGICA NO FEMINISMO

A base epistemológica do feminismo assegura as formas de percepção do mundo a partir do olhar situado, no qual as formas de conhecimento variam em função dessa perspectiva localizada. Em contraponto, as divergências da condição hegemonicamente legitimada da construção de ciência predominantemente masculinizada desconsideram e invalidam a construção de alternativas perceptivas da realidade e universaliza os saberes.

A inserção das mulheres na construção da ciência, na literatura ou no mercado de trabalho e a futura legitimidade da produção desse conhecimento proporcionam avanços onde, por frequência, as mulheres são ignoradas. As mulheres estão a reivindicar a afetividade na ciência, as condições de acolhimento e de abertura para discussão das emoções, construindo antologicamente, a fim de oportunizar o conhecimento de mundo a partir do seu olhar situado e que valorize as experiências femininas, a sua produção intelectual em moldes situados.

Embora Donna Haraway (1995) nos convide a pensar acerca das perspectivas parciais e saberes localizados, é preciso desmistificar o lugar da emoção destinado para as mulheres e a razão para os homens, o intuito aprofundar o debate na construção de uma ciência é reconhecer que a racionalidade e a emoção estão para todos e o lugar de emoção não é por essência de natureza das mulheres. As contribuições de Alison Jaggar e Susan Bordo (1997), entre outras feministas, contrapõem-se à ideia de polarização binária da perspectiva como razão/emoção na construção do debate feminino de ciência, o que reforça o dualismo normativo e subalterniza as experiências das mulheres desprezadas na construção ocidental da ciência. Considerando que, mesmo quando não associadas diretamente à emoção, é indissociável na formação do conhecimento e pode ser um recurso explorado no universo das experiências específicas das mulheres.

No entanto, os feminismos enfrentam divergências dentro do próprio campo, manter e criticar as categorias em função da necessidade empiricista, acabando por enfraquecer as discussões e, por assim dizer configurando uma armadilha no tocante da objetividade em parâmetros de formação. A construção de outro conceito de objetividade é a base de sustentação epistemológica do feminismo, muito embora individualizem-se entre o feminismo empirista<sup>11</sup> e o feminismo perspectivista<sup>12</sup>, com a necessidade de afastamento das tentativas de buscar no campo a resposta absoluta para as questões, que é o limiar de direcionamento das teorias feministas, a fim de evitar a reflexão em condições de ingenuidade no tocante à reprodução das respostas absolutas.

---

<sup>11</sup> Princípio teórico de questionamento da legitimidade imputada às pesquisas tradicionais que desconsideram a existência das mulheres como um grupo distinto com características particulares. Sandra Harding (1993) discute, por exemplo, a inserção de resultados e objetivos de pesquisa isentos de juízo de valores, a necessidade de desobstrução da assepsia sexual e androcêntrica como bases da formação do pensamento científico.

<sup>12</sup> Abordagem teórica estabelecida sob influência da teoria do conhecimento marxista parte do princípio de que todo conhecimento é desenvolvido de uma perspectiva particular. Sustentam a ideia de que a posição social e estrutural que os sujeitos ou grupos sociais ocupam podem privilegiar ou não a percepção da realidade. Distante do feminismo, as mulheres assumem a chamada “vantagem epistemológica” em relação a grupos dominantes na medida em que assume maior proximidade com as particularidades e compreensões dos interesses. (HARTSOCK, 1986).

Dorothy Smith (1974) defende a construção de um conhecimento e de uma sociologia pensada para as mulheres. No entanto, o feminismo atua na prerrogativa de estabelecer-se enquanto formação de uma epistemologia, bem como apontar a necessidade de reorganização e da produção de conhecimento e de uma ciência pensada e problematizada por mulheres sob o ponto de vista situado.

A defesa da construção de um sujeito anterior às relações sociais, ou ainda relativizar o sexo como uma construção social, é condição da problemática construção histórica de poder. As relações de poder são responsáveis direta pela construção das relações de opressão pós-discursivas, marcadas pelo horizonte utópico de mudanças do marxismo do século XIX, à construção de pós-modernidade, baseado nas condições de ruptura marcada pela crise do pensamento iluminista e favorecendo o desenvolvimento da ciência.

Para Foucault (1987), o poder apresenta-se como uma força detentora que estabelece e cria relações entre grupos sociais, a fim de protagonizar estruturas discursivas, permitindo a formação de imagens de si próprio. O poder da menção a formação de identidades. O poder é autônomo, está em tudo e em todos.

No entanto, o poder não pode ser visto apenas como forma de repressão, Souza (2014) retrata o conceito ampliado de poder:

O poder não age apenas em termos de repressão e interdição. Ele, para Foucault, não é um simples interdito, não se limita a proibir e a silenciar, podendo pelo contrário, induzir os sujeitos à fala. Não é sempre uma forma de repressão, podendo ser também um convite à ação (SOUZA, 2014, p. 109-110).

As estruturas de poder condicionam as formas de relacionamento e construção do Estado e das identidades e desestruturam as demandas sociais como produto da força. Donna Haraway (1995) já havia mencionado que identidades e autoidentidades não constroem ciência. Dentro dessa prerrogativa, o entendimento presume a linha de defesa de Susan Bordo (2000), haja vista a construção do conhecimento estabelecida no limiar do compartilhamento do poder. A autora aponta que talvez algumas dessas filósofas feministas tenham invocado uma alteridade feminina opressora e, por isso, não vista como um caminho à crítica e à reconstrução das formas dominantes de poder. O alerta é para invocar uma filosofia feminista que propicie uma crítica cultural, permitindo a reflexão da teoria de gênero como uma cultura de inclusão para a transformação social.

Segundo Susan Bordo (2000, p. 21), “O trabalho de Gilligan tem sido largamente criticado por outras feministas por ‘essencializar’ uma construção da ‘diferença’ feminina historicamente localizada e condicionada a hierarquia de classe e raça.”. Carol Gilligan,

filósofa, professora e pesquisadora, ficou conhecida pela produção do livro *In a Different Voice* e por suas importantes contribuições acadêmicas no feminismo sobre a teoria psicológica e desenvolvimento da mulher. Embora suas contribuições destaquem o uso heurístico da alteridade de gênero, está estabelecido-se em parâmetros de menção universalistas das normas dominantes e condicionadas à busca por prospecções alternativas.

No entanto, a condição de conhecimento situado também direciona a perspectiva de representações localizadas e a necessidade de compreensão no feminismo de abordagens que assumam a subjetividade como parâmetro de observações. O feminismo está a arriscar a reprodução da objetividade na formação de um conhecimento situado que possibilitará o que Donna Haraway (1995) chama de “perspectivas parciais”.

O feminismo combate as formas atenuantes de pensar o conhecimento sob perspectivas individualistas que centralizam o sujeito, condições autoritárias de imposições hierárquicas. A formação desse sujeito cartesiano o caracteriza como detentor de todo o conhecimento de sua racionalidade livre de influências do mundo externo, a negação do corpo como aporte de conhecimento e a busca da razão. O saber socialmente situado só passou a fazer parte do contexto do conhecimento a partir dos anos 1970, com o reconhecimento da busca por saberes coletivos, de crenças à construção do saber por dimensões sociais da qual denominou-se “epistemologia social”.

Estudiosos e filósofos empenharam-se em dominar e buscar a construção dos saberes dentro dos atuais parâmetros de compreensão da realidade, dos quais na CI destaca-se as contribuições de Jessé Shera (1977), que versou sobre contribuições humanísticas na área, buscando compreender a organização do conhecimento dentro de uma organização social complexa a fim de atender a proposição de uma demanda social da informação. O feminismo e a sua discussão epistemológica surgem em meio ao contexto da epistemologia social e surge também como uma medida de intervenção aos questionamentos das formas de pensar a construção do conhecimento em moldes patriarcalistas, objetivados e cartesianos.

O feminismo vem como frente a essa estrutura de ciência estabelecida, em busca de confrontar teorias que não reconhecem a multiplicidade perceptiva da formação do universo agregado a essas contribuições femininas da forma de ver e perceber a ciência e o mundo. Com o anseio da formação teórica e epistemológica do feminismo, o combate às estruturas de formação preconceituosas em todas as áreas é perceptível, a exemplo da desconstrução da perspectiva passiva da atuação do óvulo frente aos espermatozoides no processo da fertilização, abordada em Evelyn Keller (2006), que apresenta mudanças de acesso e críticas à ciência por mulheres.

Os impactos da biologia evolutiva introduzido pela inserção das mulheres na ciência e as discussões de gênero fortaleceram as formas de pensar e produzir ciência, referendadas nas suas acepções históricas e culturais, introduzindo mudanças políticas, metodológicas, conceituais e possibilitando a compreensão de situacionalidade.

A introspecção reflexiva foi um convite à formação de uma nova ciência, possibilitando espaço de diálogo com a gênese do saber feminino e a abertura de outras formas de conhecimento estruturadas e fundamentadas em experiências e localizações divergentes. Nas ciências políticas, as manifestações femininas, de acordo com Longino (2012), fizeram frente às formas de dominação masculinas, discussões sobre as formas de pensar femininas como inferiorizadas, construções de parâmetros e atributos cognitivos para afirmar a condição superior masculina, tendo em vista justificar os aspectos de subordinação.

A crítica à natureza androcêntrica da ciência foi uma linha defensiva do feminismo em Karen Giffin (2006), com contribuições em moldes de uma crítica, dialética e relacional, que refletem as formas de dominação nas relações sistêmicas do mundo. O feminismo assegura uma formação política de pensar o mundo e suas bases epistemológicas e conceituais, embora discordantes a uma assertiva absolutista, precisará assumir um posicionamento político para se afirmar enquanto ciência sob o ponto de vista estrutural científico, muito embora compreenda o universo de particularidades e divergências dentro do movimento. Assim, a necessidade de unificação é gritante para o fortalecimento das bases de sua formação teórica.

A negativa da sustentação ontológica dentro do discurso de pós-modernidade esconde as amarras da discussão do novo paradigma epistemológico na ciência, de modo a estreitar os enfrentamentos ocultos de opressão estabelecidos na ciência cerne da discussão no feminismo. De forma também que permita desvincular o olhar atenuante da discussão apenas sob o viés prático e social de interesses, relacionados às questões provisórias de uma luta histórica, sendo preciso fortalecer o discurso para afastar-se do relativismo absoluto que enfraquece as construções coletivas e inviabiliza a formação conceitual dos conhecimentos situados, objeto de rejeição da pós-modernidade e racionalidade.

## 5 OS FEMINISMOS E AS CONSTRUÇÕES DECOLONIAIS

A formação de uma sociedade a partir das construções históricas de colonialidade e das estruturas de formação pautada nas desigualdades de raça, proveniente da imposição de valores europeus da modernidade colonial, excitaram o limiar da produção de discussões e estruturas de divisões da produção e legitimidade do conhecimento. A demarcação da colonialidade do poder delimitou a formação desde os primórdios da humanidade, fortalecendo a estrutura de delimitação da tríade sexo-raça-trabalho como estruturas determinantes do contexto capitalista moderno.

Essas produções hierárquicas foram por muito, quiçá ainda sejam, instrumentos norteadores de fixação dos espaços de atuação e inserção da mulher. Combater e pleitear a desmistificação dessas estruturas é condição básica para questionar a atuação feminina dentro dessas estruturas perversas das formações de identidades sociais. Embora essas estruturas delimitem os espaços de atuação da mulher, elas condicionam a ascensão do capitalismo moderno estruturados na formação colonial. Quijano (2005) defende a construção de um conceito de colonialidade<sup>13</sup> do poder que repercute essa estratégia de dominação responsável por estabelecer marcadores geopolíticos de constituição das hierarquias e desigualdades sociais a partir das estruturas da servidão e da escravidão, que sustentou por séculos a economia mundial.

Embora findadas a abolição e a escravidão, a desestruturada e recente litígio da população negra são reflexos da condição colonial, que inviabiliza e, muitas vezes, anula as oportunidades de ascensão da população negra. A mulher negra, por muito, é preterida nos espaços de atuação. Sua ascendência resumiu-se à participação de trabalhos domésticos e ao sustento da casa, associada à predominância da violência doméstica de seus parceiros.

Pleitear uma validade enquanto mulher é um espaço de instabilidade, ser negra repercute assumir a condição de três vezes menos legítima. As pesquisas que versam sobre as instabilidades das categorias reproduzem as armadilhas e enfrentamentos das mulheres negras pela busca da atuação e autonomia na ciência.

O contexto das discussões das diversas formas de opressões entre sexo, gênero e raça, suas estratégias de dominação e discriminação é denominado como “interseccionalidade”. Esse estudo recorrente na área das ciências sociais e discussões de gênero foram marcados pela historicidade na primeira onda do movimento feminista e busca

---

<sup>13</sup> Colonialismo: termo utilizado para identificar a doutrina e a prática da colonização. O colonialismo significa o domínio institucionalizado de uma potência ou Estado sobre outros povos, via de regra, localizados em regiões longínquas. Termo também associado ao imperialismo, principalmente no século XIX. (QUIJANO, 2005).

compreender as complexidades das desigualdades.

Leslie McCall (2005) rompeu com a estrutura interseccional discutindo as demandas de complexidade e a análise das desigualdades com rejeição da separação das categorias analíticas e de identidades, analisando as várias dimensões da realidade social. Nesse contexto que o feminismo busca expressividade e notoriedade no campo, combatendo as formas de hierarquização dos sujeitos e estabelecendo estratégias de visibilidade na ciência contemporânea.

Gayatri Spivak (2010) apresenta contribuições significativas acerca da construção do pós-colonialismo, destacando-se como uma das principais representantes desse movimento, que interroga os fundamentos da ciência e da filosofia a partir das experiências e dos saberes provenientes dos sujeitos subalternos dos territórios coloniais. A perceptiva apreensão do Outro relatado sob referências culturais impostas, além da discussão do mundo a partir do olhar europeu.

A proposta de suas contribuições em *Pode o subalterno falar?* refuta o outro como inacessível pelo olhar sustentado de Foucault e Deleuze marcado pela chamada “violência epistêmica”. A violência epistêmica é a compreensão da imposição epistemológica e uma forma de poder simbólico do qual Gayatri Spivak (2010) aborda a forma como são silenciados os oprimidos no processo de construção da ciência protagonizada por uma matriz que fala do primeiro mundo sob padrões e valores de composição capitalista.

De acordo com Foucault e Deleuze (falando a partir do Primeiro Mundo, sob a padronização e regulamentação do capital socializado, embora não pareçam reconhecer isso), os oprimidos, se tiverem a oportunidade (o problema da representação não pode ser ignorado aqui), e por meio da solidariedade através de uma política de alianças (uma temática marxista em funcionamento neste caso), podem falar e conhecer suas condições. (SPIVAK, 2010, p. 54).

A violência configurada na imposição imperialista notadamente sustenta a afirmativa despercebida e talvez inocente de filósofos que sustentam seus argumentos de “um lugar e no seu tempo”. As armadilhas que refutam as formas de pensar que o subalterno é desarticulado no jogo político e social da conjuntura de negação da sua cultura é a afirmativa de um coletivo hegemônico, que interfere e articula as imposições imperialistas e legais de legitimidade.

É impossível para os intelectuais franceses contemporâneos imaginar o tipo de Poder e Desejo que habitaria o sujeito inominado do Outro da Europa. Não é apenas o fato de que tudo o que leem – crítico ou não crítico – esteja aprisionado no debate sobre a produção desse Outro, apoiando ou criticando a constituição do Sujeito como sendo a Europa. (SPIVAK, 2010, p. 45-46).

Essa articulação estabelece a construção do sujeito colonial como outro e corrobora para a construção de uma violência epistêmica que representa e compreende o mundo a partir da sua visão de mundo, acabando por reforçar a construção da tese de uma vantagem epistêmica cegando as relações de despojamento e romantização da opressão.

Gayatri Spivak (2010) ainda articula em sua análise do capítulo do livro de Derrida, cujo título é “Da gramatologia como ciência positiva”, no qual coloca em pauta se o processo de desconstrução favorece a prática de uma crítica ou política adequada. Articula maneiras para que o sujeito etnocêntrico alcance o outro sem definir suas aparições. Esse hábito é marcado na forma despreziosa do sujeito ocidental agir, como é possível verificar em: “[...] o ‘sujeito’ tem uma história e que a tarefa do sujeito do conhecimento do Primeiro Mundo em nosso momento histórico é resistir e criticar o ‘reconhecimento’ do Terceiro Mundo por meio da assimilação.” (SPIVAK, 2010, p. 79).

A indiana Uma Narayan (1997) contrapõe-se à ideia de um privilégio epistêmico e considera que as compreensões, apesar do esforço, sempre serão limitadas e incompletas. Estabelece críticas ao positivismo e à construção de um valor neutro ou desinteressado na formação da ciência. Ressalta a importância da racionalidade no discurso atenuante a uma suposta intersubjetividade e refuta as barreiras na comunicação. No entanto, as feministas não ocidentais colocam-se no campo de disputa no lugar de estabelecer um discurso que contraponha os contextos tradicionais e as construções do feminismo ocidental.

Na perspectiva de construção de saberes epistemologicamente descolonizados, Nilma Lino Gomes (2017) convida-nos a reconhecer o movimento negro como produtor, sistematizador e articulador de saberes e a possibilidade de construção de um pensamento pós-abissal voltado para a formação investigativa do pesquisador, como um lugar de diferentes conhecimentos e saberes onde é abstruso a distinção de um conhecimento ocidental para o não ocidental, além dos diferentes tipos de relacionamento entre os conhecimentos, refletindo as contradições, incompatibilidades e complementariedade; bem como compreender as decisões partilhadas e impostas.

Nilma Gomes (2017) articula táticas epistemológicas em perspectivas emancipatórias de compreender e refletir o mundo e demonstra a dificuldade em que o pesquisador está inserido no universo de discernir entre alternativas ao sistema de opressão e dominação e alternativas ao capitalismo. Preocupado em estabelecer uma justiça global e cognitiva, Nilma Gomes (2017) estabelece a sociologia das emergências como estrutura de investigação alternativa no horizonte de possibilidades concretas, plurais, utópicas e realistas.

O convite a uma vigilância epistemológica é uma atividade de autorreflexão

percebendo a diversidade do mundo e a inapropriada condição de completude. Nilma Gomes (2017), mais voltada para o campo da educação, desenvolve o procedimento teórico-epistemológico denominado “pedagogia das ausências e das emergências”, preocupada com as demandas do movimento negro voltado para perspectivas sociais e de educação.

Foucault (2006, p.247, grifo do autor) oportuniza uma definição de episteme que se aplica à realidade de descrição, embora suas contribuições estivessem sempre muito voltadas às perspectivas europeias e ocidentais. “[...] *épistémè* como o dispositivo estratégico que permite escolher, entre todos os enunciados possíveis, aqueles que poderão ser aceitáveis no interior, não digo de uma teoria científica, mas de um campo de cientificidade, e a respeito de que se poderá dizer: é falso, é verdadeiro.”

Veridicamente, Gayatri Spivak (2010) conclui que o imperialismo se encarrega de universalizar as narrativas no modo de produção, ignorando as experiências e contribuições do subalterno. Compulsoriamente, o subalterno é descortinado de suas formações e convidado a apropriar-se de uma cultura como sinônimo de sua pureza ritual e lealdade às imposições ocidentais.

Para Gayatri Spivak (2010), Derrida marca a crítica radical quando pronuncia os riscos da apropriação do outro por assimilação e, apesar de não se exacerbar como um discurso do feminismo, seus discursos de Foucault e Deleuze em suas investidas das discussões políticas, o que em certa medida coloca em risco a influência dos debates por acadêmicos estadunidenses tidos como radicais entusiastas.

A necessidade de descolonizar os saberes e a forma de pensar e interpretar o mundo a fim de condicionar estruturas de representatividade da informação que possibilitem reconhecimento e afinidade aos sujeitos é o maior desafio da ciência pós-moderna. Sueli Carneiro (2005) denuncia a perspectiva teórica epistemológica de domínio baseada na racialidade do poder com fins de supremacia e controle de saberes e práticas educativas.

As estratégias de negação aos negros de uma capacidade cognitiva e intelectual de produção de conhecimento, deslegitimando seus saberes e práticas sobre o mundo, em moldes de desvalorização, negação e ocultação das contribuições da África na construção de um patrimônio cultural da humanidade é o que Sueli Carneiro (2005) denomina de “epistemicídio”. Como afirma Sonia Alvarez (2009, p. 744): “A tradução é política e teoricamente indispensável para forjar epistemologias e alianças políticas feministas, antiracistas e pós-coloniais [...]” A condição de formação de uma política feminista da localização envolve temporalidade de luta e não posição fixa, o conhecimento local é situado e quem traduz trai, ressignifica. A provisoriade de um cruzamento fronteira permite a

subjetiva mudança de perspectiva, condição da translocalidade do feminismo e permite cruzamentos e movimentos multidirecionados.

### 5.1 FEMINISMO LATINO-AMERICANO

A luta pela afirmação de uma identidade negra no feminismo foi marcada pela negação das concepções racistas e sociais. O movimento feminista que permeava a década de 1970 e 1980 pregava por ideais liberais e conservadores, não havia uma compreensão da figura da mulher negra como parte integrante do movimento.

Nos Estados Unidos da América (EUA) o movimento feminista travava uma luta por uma opressão machista, por uma expectativa de igualdade de direitos e um prestígio social em relação aos homens de sua classe predominantemente branca. As mulheres que lideraram o movimento feminista no EUA não compreendiam as diferenças de classe e cor que separavam as mulheres negras do movimento nem tampouco a essas mulheres negras era-lhe permitido o direito a expressar-se politicamente, haja vista sua demarcação histórica estabelecida por estereótipos, como é possível verificar:

Nossa presença em atividades do movimento não contava, já que as mulheres brancas estavam convencidas de que a negritude ‘real’ significava falar o dialeto dos negros pobres, não ter estudos, ser esperta e uma série de outros estereótipos. Se nos atrevêssemos a criticar o movimento ou assumir responsabilidade por reformular ideias feministas e introduzir novas ideias, nossa voz era abafada, desconsiderada, silenciada. Só poderíamos ser ouvidas se nossas afirmações fizessem eco às visões do discurso dominante. (HOOKS, 2015, p. 204).

O feminismo negro enfrenta não só uma briga diária com a autoafirmação da mulher negra no cenário econômico, político e social, como também busca estabelecer-se frente ao preconceito de sua raça, identidade e sexualidade, como é possível verificar abaixo:

Evidente que o gênero é uma forma de opressão, mas, dentro dessa estrutura, atuam outras modalidades específicas de opressão, modeladas por outros sistemas sociais que com gênero se intersectam. Ou seja, o feminismo centrado apenas no gênero, ou nas diferenças sexuais não seria suficiente para explicar as contradições vividas pelas mulheres negras. (CASTRO, 2011, p. 6).

A identidade da mulher enquanto negra está frequentemente associada a variáveis independentes. O feminismo esforçou-se em revelar a existência das associações que interligam o fator de opressão feminina enquanto negra na sociedade. E somente a partir dos anos 1980 é que a mulher conquistou o reconhecimento das particularidades identidades na sociedade. Certo de que as identidades existem dentro de contextos sociais, que variam em

função das relações, influências, mudanças e adaptações de seu tempo, é que afirmo, baseado em:

As características de gênero, raça e sexualidade podem ser associadas para produzir uma identidade aparentemente ‘autêntica’. Mas essas associações limitam a margem de erro dos estereótipos das identidades e facilita a ocorrência de ‘falhas’ na produção das identidades. (SANTOS; LUZ, 2013, p. 7).

A mulher negra ainda enfrenta barreiras na sua identidade e representação social, estigmatizada por marcadores hipersexualizados, subjugados e intelectuais. As necessidades de amparo científico e conceitual delimitam e apontam a necessidade de estudos e investigações que permeiem pela valorização e compreensão do “eu” enquanto sujeito de seu tempo. O fortalecimento de premissas sobre o terceiro mundo que se fazem tão atuais quanto se apresentam: “Ser negro e ser mulher é ser uma mulher negra, uma mulher cuja identidade é constituída diferentemente da mulher branca.” (BENHABIB; CORNELL, 1987, p. 20).

A descrição das mulheres de cor é uma nomenclatura adotada para referenciar as mulheres negras pelas feministas da América Latina, Caribe e EUA. Surge com a proposta de compreender o universo das mulheres negras, afastando-se do marcador racial como único instrumento de dominação, que permite refletir as opressões dentro do contexto do patriarcado e do colonialismo.

Esse mecanismo de reflexão permite o diálogo da opressão fora da perspectiva etnocêntrica, o que permite viabilizar reflexões como a da autora argentina María Lugones (2008), que permite articular a tradição do pensamento de mulheres de cor, que têm estabelecido análises críticas do feminismo hegemônico ignorando a interseção das categorias raça, classe, sexualidade e gênero. No entanto, as primeiras reflexões atenuantes revelam a invisibilidade das mulheres de cor na alta literatura e no mundo feminista das mulheres brancas.

As mulheres negras assumem o papel da dificuldade em ser ouvida e na legitimidade de sua escrita, Gloria Anzaldúa (2000, p. 229) revela os obstáculos e enfrentamentos que permeiam o universo das mulheres de cor no processo de legitimidade de sua escrita. “As escolas que freqüentamos, não nos ensinaram a escrever, nem nos deram a certeza de que estávamos corretas em usar nossa linguagem marcada pela classe e pela etnia.”

Lamento que Gloria Anzaldúa (2000) considere a condição de ascensão da mulher negra por meio do acesso à universidade e à classe média como uma possibilidade de sermos ouvidas. As mulheres negras independentemente de um *status* cultural, científico e intelectual, consecutivamente, têm demonstrado que possuem algo a acrescentar no debate político, social, histórico e científico.

No entanto, a autora revela o perigo da venda ideológica da mulher do terceiro mundo por se render aos modismos teóricos, sugerindo adaptações de expectativas e da língua. A dificuldade da mulher negra é consistente e presente, e ao fazer valer uso das experiências de seu tempo e contexto econômico, é preciso estratégias de sobrevivência. Portanto, escrever revela o que Gloria Anzaldúa (2000, p. 234) entende como “[...] enfrentar nossos próprios demônios [...]. Escrever é o ato mais atrevido que eu já ousei e o mais perigoso. [...] Porém neste ato reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida.”

A construção desse debate depende da flexibilidade de seus participantes, que devem mostrar-se dispostos ao diálogo sem, contudo, abrir mão de suas experiências, assim como algumas feministas já apontam a necessidade de ampliação das categorias como especulação de Breno Cypriano (2013). As prerrogativas de construção de um projeto político emancipatório, que oportunize a crítica feminista a partir do Sul, especialmente da América Latina, desvinculada do imaginário marginalizado, são urgentes.

O papel do feminismo é assumir a construção de um espaço de debate proporcionando a interlocução acadêmica latino-americana, oportunizando a construção de um conhecimento situado, vislumbrando a necessidade do que Marlise Matos (2010) chama de “reposição dos cânones e tradições ocidentais”, estrutura de uma epistemologia da transgressão emancipatória.

No entanto, é preciso estar atento para articular um espaço no qual a política não seja construída de maneira forjada como há muito tempo as mulheres se apresentaram de forma figurativa nesses espaços. É necessária a ocupação de espaços formais da política sob o viés de demarcação de seus objetivos femininos. Donna Maureen Chovanec (2000) entende que pensar as novas teorias e dimensões localizadas do feminismo são demandas coletivas de uma justiça social.

Democratizar as relações dentro do movimento é outro arcabouço contextual e político que alterna a formação para as novas estratégias para cultura política, aproximando realidades, estabelecendo espaços de poder e contradizendo a ideia de um monismo normativo. Como menciona Breny Mendoza (2009), a construção de uma teoria feminista latino-americana enfrenta primeiro a desconstrução da teoria feminista ocidental.

Contudo, como estabelecida a necessidade de intervenção no pronunciamento de Angela Davis, da Universidade Federal da Bahia, em discurso de comemoração ao dia da mulher negra latina e caribenha no dia 25 de julho de 2017: “A liderança feminista negra é fundamentalmente coletiva.”. Amparada nessa prerrogativa que a busca por formas de justiça

decoloniais são pleiteadas no universo do feminismo. Embora a produção e conhecimento proveniente do pensamento feminista negro seja visto, como defende Patricia Hill Collins (2000), como conhecimento subjogado, verifica-se um aniquilamento das ideias das mulheres negras nos movimentos sociais e unidades de legitimação do conhecimento, o que favoreceu o acesso à cultura, arte e música como estratégias de resistência dos movimentos de consciência feminina negra.

A busca por formas alternativas de validação do conhecimento é recorrente pelas mulheres afro-americanas. A literatura, por exemplo, é um mecanismo de utilidade a esse fim e, por considerar menos legítima as formas de produção e circulação dessas produções, é ainda maior a incidente nebulosidade da mulher negra na ciência. Outro mecanismo que interfere na ascensão desses grupos à validação desse conhecimento faz menção às estruturas e instituições de validação da produção científica, amparada em critérios de validação que consideram as exigências políticas e epistemológicas da comunidade científica estruturada por pares e aglutinação fundamentadas em cruzamentos de opressão.

No entanto, alguns questionamentos fazem-se necessários: a quem serve essa comunidade? Quais os interesses que estão em jogo? As acadêmicas negras empenham-se por ocupar esses espaços, contudo, a disputa se dá por moldes e estruturas rígidas que impulsionam a imposição epistemológica e metodológica do fazer científico, limitando o acesso e produção do conhecimento sob novas perspectivas. Em suma, o sistema desvaloriza e impulsiona a legitimar a validade de um conhecimento que não atende às experiências das mulheres negras. As epistemologias alternativas desafiam a validade dos conhecimentos certificados na comunidade científica a submeterem-se a outros testes de validade, a fim de contemplar o que denominam de “universalidade na ciência”.

Patricia Hill Collins (2000) já retratava a dificuldade e pouca probabilidade de um trabalho acadêmico questionar a inferioridade das mulheres negras, pois sendo ele produzido por uma comunidade acadêmica predominantemente controlada por homens brancos, suas considerações e explanações não poderiam retratar a realidade das mulheres negras. Contudo, a autora pondera os riscos de reprodução de estereótipos até por aqueles que se dizem familiarizados com a causa. A condição de autoridade na ciência tem sido negada às mulheres negras sob a acusação de constituição de pesquisas críveis.

O acesso das poucas negras que coadunam com a pressuposição de inferioridade que possivelmente atuam na condição de autoridade nas instituições favorece a prática de vigilância às que se negam a atuar sob essas estruturas, promulgando um ostracismo e uma atenção constante por parte de seus pares. A construção positivista a título de exemplo

oportuniza a formação de uma produção científica pautada numa realidade universal e objetiva, buscando o distanciamento das emoções e a busca da racionalidade no processo de pesquisa. Essa é uma abordagem que estabelece o distanciamento do pesquisador no processo, o que contrapõem os métodos de “pesquisação” que valorizam critérios alternativos como, por exemplo, o etnográfico que articula contato intersubjetivo entre o sujeito e o objeto de pesquisa.

As mulheres negras têm atuado em estruturas de irmandade, a fim de buscar fortalecimento e promoção de uma identidade política que reverbere os obstáculos e anseios da comunidade negra, organizadas em disposições de sistemas afrocentrado, como tradições ativistas em vários segmentos na classe trabalhadora com o intuito de valorizar suas experiências particulares. A partir desses mecanismos de aproximação conhecimentos, saberes são compartilhados e produzidos, sustentando a afirmativa do que Silva e Gomes (2014) chama de “conhecimento em estágio de compartilhamento”, fomentando a contextualização de uma comunidade fortalecida por suas conexões e possibilitando o empoderamento como a afirmativa de pleito a uma justiça social.

Angela Davis articula em seu livro *Mulheres, Cultura e Política*, cuja seção intitula o lema “Vamos subir todas juntas: perspectivas radicais sobre o empoderamento das mulheres afro-americanas”. Seus primeiros ensejos permeiam a condição conceitual do termo “empoderamento”. A autora afirma que:

O conceito de empoderamento não é novo para as mulheres afro-americanas. Porque quase um século, temos nos organizado em grupos voltados a desenvolver coletivamente estratégias que iluminem o caminho rumo ao poder econômico e político para nós mesmas e para nossa comunidade (DAVIS, 2017, p. 13).

A perceptiva conceitual do termo empoderamento leva à articulação de questionamentos em função da sua pouca estabilidade no campo científico, haja vista que as acadêmicas destoam quanto aos entendimentos e ao estabelecimento deste na área. Em contrapartida, se a renomada ativista professora, filósofa e socialista Angela Davis, que integra e atua no Partido Comunista dos Estados Unidos, delimita enquanto conceito o termo “empoderamento”, por que então ele não é contemplado nos tesouros e vocabulários do feminismo?

Visto que o feminismo atua no entorno de particularidades diversas, por qual razão se expressa a dificuldade em prestar notoriedade terminológica nos instrumentos de representação do conhecimento, a fim de atender à demanda em particularizar o feminismo negro como um termo proveniente da composição dos tesouros e vocabulários controlados

como, por exemplo, no próprio vocabulário da Biblioteca Nacional (BN)? A desconsideração da produção intelectual negra situa-se a partir dos pequenos obstáculos presente no contexto da pós-modernidade na ciência.

A autora bell hooks ativista e teórica feminista estadunidense retrata os aspectos da negritude no contexto da pós-modernidade e como essa articula as experiências negras sob amparos culturais e estéticos questionáveis. O uso do bell hooks (1996), como prefere ser chamada pela adoção desse pseudônimo, afirma que os discursos pós-modernos apresentam uma excludência característica, apropriando-se das experiências de diferença e alteridade com o intuito de atribuição de significado político de oposição, legitimidade e falta de oportunidade.

A pós-modernidade é dominada pelas vozes masculinas da branquitude formada pela elite que falam de um outro estereotipado. A falta de referenciais que mencionem a produção e as experiências negras confronta com a legitimidade dessa teoria pós-moderna. O discurso de uma teoria pós-moderna voltada para políticas da diferença esconde as vozes que deveriam ocupar esses espaços negros, deslocados, marginalizados a classe tida como oprimida.

Mas a farsa da pós-modernidade profere discursos de autoridade e domínio, articulados em uma roupagem que direciona formas de escrita, saberes, legitimidade e temática. A crítica à formação de uma identidade política perpetua e aniquila espaços de debate contrapondo a subjetividade negra na formação dessas identidades.

As construções de espaços de resistência proporcionarão a estabilidade de vozes que anseiam pela crítica, oportunizando o acesso à formação e estabilidade das múltiplas identidades da negritude. A pesquisadora bell hooks (1996) contrapõe a ideia da unidimensionalidade da identidade negra que é apropriada para reforçar a supremacia branca, a crítica ao essencialismo, tendo em vista o constante ataque por meio de uma imposição de autoridade na experiência.

A crítica ao essencialismo oportuniza dialogar com o que bell hooks (1996) reconhece como múltiplas experiências de identidade negra, possibilitando contemplar as diversas produções culturais. Esse entendimento prossegue de encontro com a afirmativa de Vilma Reis, proferida na assinatura da orelha do livro de Angela Davis (2017), “A cultura é portanto, uma das formas para montar a contraofensiva capitalista.”.

O problema do discurso da pós-modernidade, tendo em vista os contextos pelos quais e com os quais a produção do conhecimento insular não rompe com a produção dos grupos hegemônicos, revela a dificuldade de enegrecer os debates no processo de produção de conhecimento. Nesse processo, entende-se que o processo de representação de assunto sofre

influências da condição de legitimação do conhecimento, a partir do momento em que o profissional da informação assume o papel em mediar a representação do conhecimento, a fim de condicionar possibilidades ou não de visibilidade ao processo.

Um conceito multirreferencial de um domínio de conhecimento novo, em um campo de constante mutação, sofre influência de perspectivas e campos de conhecimentos diversos, a fim de delimitar um acordo ontológico, sem tempo pré-estabelecido de constituição. A inclusão de um vocabulário multirreferencial com o intuito de possibilitar a multiplicidade de olhares para a representação é uma proposta no mínimo a ser cogitada e estudada no âmbito dos sistemas de organização do conhecimento a nível de representação do conhecimento.

Tratando especificamente da censura e dos costumes na prática da Biblioteconomia voltada para o gênero, Souza (2018) deixa uma importante mensagem quanto às condições de preconceitos na ciência e à constante vigilância, quando nos convida ao chamado de resistência.

Souza menciona os riscos da censura informacional:

Quando há uma pressão significativa, formal ou informal, contra determinados conteúdos, uma tendência é a autocensura. Bibliotecários e professores podem não solicitar um livro para uma biblioteca escolar ou pública por receio de críticas, coerção ou mesmo demissão. O clima de vigilância e perseguição gera um ciclo de proibições e silenciamentos antes mesmo da censura ser regulamentada em lei. (SOUZA, 2018, p. 289).

Essas armadilhas condicionam risco eminente ao direito e à liberdade de expressão. A tentativa de silenciamento é diária, os apagamentos na ciência conduzem a questionamentos que colocam em pauta o papel da academia no atual contexto da sociedade, embora a aparente necessidade de incorporação dos saberes que valorize as experiências diversas se faça presente; esse ainda é um obstáculo a superar as mulheres negras na ciência, haja vista os preconceitos e estereótipos que carregam a relação das acadêmicas, como é possível verificar em muitos questionamentos de autoras, ativistas e intelectuais contemporâneas, como a Conceição Evaristo.

O recente anseio da brasileira ativista literária Conceição Evaristo, ganhadora do prêmio Jabuti, que recentemente pleiteou ocupar a cadeira 7 da Academia Brasileira de Letras, surge da consciência política da necessidade de ocupar espaços. Conceição Evaristo (2018, p. 5) afirma que “Se a academia brasileira é um lugar, uma instituição de representação de uma nacionalidade literária, então, estou com vontade de me candidatar mesmo e vamos ver.”

As formações da consciência política de ocupação dos espaços têm movimentado a

juventude brasileira, com constantes aparições e expressividade como atividade do campo de disputa e de visibilidade na cultura, na arte, na ciência. Especificamente as mulheres têm pleiteado esses espaços e nomes importantes da literatura brasileira apresentam-se nesse cenário. Preocupadas em refletir os aspectos da marginalização das mulheres negra, as discussões do imaginário estereotipada das produções canônicas da literatura brasileira, contestar a construção de uma literatura que dá voz a esse “Outro” invisibilizado na construção da sociedade brasileira, as autoras feministas negras relatam suas experiências enquanto ativistas, professoras e intelectuais negras buscando espaços de resistência e aproximação com a legitimidade.

As experiências das mulheres negras como Carolina Maria de Jesus já demonstrava a preocupação em refletir sobre o contexto das crianças e mulheres na discussão de diferença de classes, antes mesmo de se estabelecer o conceito de interseccionalidade, como evidenciou Angela Davis no seu discurso proferido a UFBA em julho de 2017. Intelectuais, ativistas e feministas brasileiras têm fortalecido o debate do feminismo negro, na construção de uma ciência enegrecida, estabelecida na relação complexa entre gênero, raça e classe. Angela Gilliam (1995) apresenta contribuições com a teoria do esperma da formação nacional, elencando a rejeição do papel da mulher negra na cultura, a erotização das desigualdades entre homem e mulher e a romantização da violência sexual contra as mulheres negras.

No discurso em comemoração ao dia da mulher negra latina e caribenha no dia 25 de julho de 2017, anteriormente citado neste documento, a autora Angela Davis, na Bahia, em comemoração paralela ao “Julho das Pretas”, promove discussões, atividades e debates em todo o Estado. Angela Davis (2017) deixa clara a sua preocupação em algumas palavras proferidas na reitoria sobre o contexto do complexo industrial carcerário. Relata dados estatísticos, como o Brasil ocupando a quarta posição no índice da população carcerária do mundo e os EUA ocupando a primeira posição, seguido da Rússia e China.

O alerta que a autora revela é para o encarceramento de um terço da população feminina só nos EUA. Compreender que o capitalismo global negligencia as necessidades humanas, negando acesso à educação, saúde e moradia a essas mulheres, favorece a condição de exclusão social, privando a condição de ressocialização dessas mulheres.

A articulação de alguns projetos como o da professora Denise França (2015), “Corpos indóceis e mentes livres”, sofrem obstáculos quando impedidos de atuar na tentativa de negar a liberdade de uma formação social coletiva. Esses projetos que ambicionam o desenvolvimento de conhecimentos feministas em torno de direitos e liberdade são desinteressantes ao contexto político. Compreender que a população feminina encarcerada é

dois terços, em sua maioria composta de mulheres negras, é sustentar uma posição de subalternidade na educação, possibilitando a reprodução da violência e impossibilitando o empoderamento negro.

Essas estratégias de consolidação do Estado revelam a busca por formas mais humanas de escravidão e o sistema policial e carcerário mantêm as estruturas do racismo. No entanto, o movimento “Vidas negras importam” é considerado um insulto, como afirma Angela Davis (2017) em seu discurso, principalmente ao governo Trump. Contudo, a autora ainda revela um questionamento, diante do desmanche da farsa da democracia racial no Brasil. Angela entoa em função de um coletivo feminista, tomando como pressuposto a tendenciosa prática de apropriação no país. Será que haverá uma apropriação do movimento de resistência a mulheres negras?

Angela Davis (2017) menciona uma terceira onda do movimento feminista e revela sua preocupação com as possíveis reduções e contribuições das mulheres de minorias étnicas, mas que em geral trazem contribuições ao movimento feminista como um todo. Defende o processo de empoderamento das mulheres afro-americanas com o intuito de alcançar todas as mulheres independentes de classe social, mas denuncia a necessidade de inclusão da pauta das mulheres negras ao movimento feminista.

Angela Davis (2017) aponta para a necessidade de fazer frente às demandas em parceria com os irmãos de minorias étnicas e a classe trabalhadora branca. Todas as mulheres que sofrem os efeitos do sexismo a fim de discutir questões de ação afirmativas, assédio sexual no trabalho, licença-maternidade remunerada e as armadilhas da vitimização das mulheres negras e latinas pela reprodução da pobreza e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) no mundo.

Segundo Angela Davis (2017, p. 24), “Nossa pauta de empoderamento das mulheres deve, portanto, ser inequívoca na contestação do capitalismo monopolista como maior obstáculo para a conquista da igualdade.”. A preocupação deve ser a busca de uma nova ordem socialista, com intuito de restabelecer as prioridades socioeconômicas. A descrição do atual contexto político e econômico do EUA, estabelecida por Angela Davis (2017), e a estratégia política de culpabilizar a condição de empobrecimento da população negra à condição das mulheres demonstra uma estratégia articulada. Argumentos como altas taxas de gravidez e dependência das mulheres ao auxílio governamentais são utilizadas para justificar a situação econômica proferida pelo governo de Ronald Reagan.

Outra estratégia política são reduções orçamentárias às questões de saúde pública, especialmente, as patologias que mais afligem mulheres negras como, por exemplo, serviços

psicológicos e para o lúpus. Além das privatizações constantes no âmbito da saúde pública, restringindo o acesso das minorias, causando pressões destrutivas sobre as famílias negras e restrição de acesso à educação de qualidade, o uso de drogas, além de cortes a programas sociais. Assim, “Ao contrário trata-se de um sistema de crise estrutural profundamente enraizada na economia capitalista monopolista dos Estados Unidos – cujas reverberações têm sido sentidas de modo mais agudo pela comunidade afro-americana.” (DAVIS, 2017, p. 73-74).

A importância em conhecer o ativismo de mulheres em todo o mundo permite repensar o feminismo negro no contexto da diáspora, refletindo e aproximando diálogos, a fim de promover a universalização do movimento e a inclusão de pautas que reverberem de forma aproximada as individualidades da diversidade no mundo. A autora Angela Davis (2017) relata as experiências de Winnie Mandela na África do Sul no regime das batalhas contra o Apartheid e as tentativas de assassinato, agressões sucessivas em seus 17 meses de confinamento, além das reflexões sobre a atual descrição da negativa de direitos ao voto da população negra e às condições de privacidade do direito à cidadania em seu próprio país. Entretanto, seu ativismo e atuação como escritora são pouco conhecidos e, como recorrente estrutura do machismo, ficou popularmente conhecida por ser ex-mulher do ativista Nelson Mandela principal símbolo da luta contra o Apartheid.

Outra importante atuação da literatura feminista negra no cenário francês contemporâneo é o da autora Leonora Miano, nascida em Camarões, ocidente da África central, e que ganhou o prêmio literário Francês Femina de 2013, com o romance *La saison de l'ombre*, produções do contexto da diáspora africana. Naturalizada francesa, a autora é responsável pela fundação ONG Mahogany e dedicava reflexões no âmbito da diáspora, possuindo contribuições em números de sete romances, dois contos, uma peça de teatro ganhadora do prêmio Seligmann contra o racismo 2012. Contribuições como essas refletem a condição a intelectualidade das mulheres negras que estão para além dos espaços acadêmicos de produção do conhecimento, possibilitando reflexões na literatura e a partir de um referencial próprio.

Preocupadas com reflexões do entorno e da realidade exclusiva que vivenciam e vivenciaram as mulheres negras e indígenas na sociedade brasileira, autoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo e outras feministas atravessam interpretações e enfrentamentos discursivos pelos quais mulheres negras perpassam na tentativa de combate ao patriarcado. As contribuições confrontam a perspectiva do sujeito dominante, flexionando as narrativas que desmistificam a produção acadêmica tida como universal, na qual Lélia

aquebranta as regras da normativa gramatical, possibilitando a inserção reflexiva do legado linguístico da cultura africana.

As articulações e tentativas de afastamento, negação e embranquecimento da raça na construção da história brasileira, segundo Lélia Gonzalez (1988a), também contribuíram para a configuração da representatividade das mulheres negras em condições atenuantes de objetificação, hiperssexualização e subalternidade. Em sua produção sobre racismo e sexismo na cultura brasileira, Lélia Gonzalez (1988a) nos convida a pensar sobre os três principais papéis atribuídos à mulher preta desde o período colonial e atualmente reproduzido na sociedade de forma dissimulada: a representação da mulher preta como mãe; mulher do senhor; mulher base de sustentação da pirâmide social de um país, mas que sempre é convidada ao seu lugar de origem. Porque ser negra em posição de fala e que possibilite condição de pleitear a mesma posição de sujeito produtor de um conhecimento ou que assume uma posição social de destaque na sociedade, não vos pareceis uma representação de um lugar legítimo.

Segundo Lélia Gonzalez (1983), a representação das mulheres negras estaria relacionada na sociedade dentro de três noções: a mulata, a doméstica e a mãe preta. O enquadramento dessas categorias estaria atribuído à forma pela qual somos vistas, denominações redefinidas em dicionários em derivação da mucama. A *mulata* associada à exploração sexual das mulheres negras nascida no Brasil, mercadoria produto da exportação; a *doméstica* vinculada às atribuições da casa grande, incluindo a violência sexual associada à prestação de bens e serviços; e a *mãe preta* fruto da exploração da classe média e branca pela sua capacidade de passividade, amorosidade, vista como inofensiva devido à aceitação sem resistência à opressão escravista.

A estrutura de subdivisão proposta por Lélia Gonzalez (1983) é substrato basilar para pesquisas que buscam esclarecer o comportamento dos aspectos afetivos de escolha masculina no que tange aos critérios de raça e gênero no processo de preterimento do que atualmente tem designado a provocar a chamada “solidão da mulher negra” como, por exemplo, resultado de pesquisa da tese de Ana Cláudia Pacheco (2008), que aborda um recorte de mulheres negras no âmbito da localidade de Salvador, resgatando reflexões sobre suas experiências afetivas e solitárias e como os marcadores sociais incidem sobre esse processo de exclusão.

A denúncia de Lélia Gonzalez (1988a) aponta esses enfrentamentos das mulheres negras no que denomina de “divisão racial do espaço”, muito embora o carnaval tenha contribuído significativamente para a construção do que Lélia afirma ser o mito da democracia racial no Brasil, visto que em razão de seus interesses a ideia é apropriada a

ocasião da libertinagem sexual do período carnavalesco, na mesma medida que a negação é proclamada, visto o interesse da raça em fins de privilégios e acesso; é o racismo disfarçado e a representação da mulata como objeto de desejo sexual. A falácia da democracia racial favorece a estratégia de dominação e representação de um racismo, em meio à construção da miscigenação como potencializadora da crença de inexistência do racismo no Brasil.

Em meio à ideologia de embraquecimento da população como tentativa de afastamento da raça e da própria cultura, Lélia Gonzalez (1988b) defende a ideia de que o racismo se constitui como a ciência da superioridade cristã (branca patriarcal) e, haja vista essa concepção de dominância, nada que se contraponha à proposta hegemônica racista colonial pode ser tida como válida. Para Lélia, a implicação de uma categoria que articule o contexto de diáspora da representação do Brasil compete a inclusão do processo histórico e cultural dinâmico com possibilidades de adaptação, resistência e reinterpretações que fossem afrocentradas.

A categoria “Amefricanidade” proposta por Lélia Gonzalez (1988a) incorpora a dinâmica histórica e ultrapassa o caráter territorial, político e cultural da ideologia de América. Em certa medida, essa categorização permitiria articular em forma representativa a experiência de mulheres e homens negros no contexto da diáspora em função contraditória à dominação colonial. A busca pelo reconhecimento de experiências comuns, de uma proximidade com a África, o que o caracteriza como categoria de força epistêmica, em contrapartida a essa estrutura articulada em função desse estereótipo que influencia a existência das mulheres negras em caráter histórico do imaginário estruturado da formação social.

Outro estereótipo reafirmado na representação das mulheres negras faz menção à construção do imaginário da mulher negra como “guerreira”, a responsável pelo sustento do lar, forte, batalhadora, aquela que tudo suporta e que a ela é negado o direito de ser frágil. Em 1851, no discurso proferido na intervenção de “*Women’s Rights Convention em Akron, Ohio*” nos EUA, onde discutiam-se os direitos das mulheres, Sojourner Truth, ex-escrava, proferiu colocações após a fala de pastores e líderes religiosos que alegavam que mulheres não poderiam ter os mesmos direitos que os homens sob a acusação de serem frágeis.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, ou me deu qualquer ‘melhor lugar’! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – Eu

podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e suportar o chicote também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu chorei meu luto de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?.

(LOPES, 2018, p. 2).

Sueli Carneiro (2011a) revela que fazemos parte de um contingente de mulheres do qual o mito da fragilidade foi negado, das quais nunca fomos tratadas enquanto frágeis.

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. (CARNEIRO, 2011a, p. 1).

De acordo com Sueli Carneiro (2005), o racismo está no plano da representação, visto que a imagem negativa está sempre articulada, ainda que de forma indireta. Demonstra estar preocupada com a reflexão e como encontrar formas de estabelecer novas representações que valorizem o resgate da identidade e da história.

Não obstante as condições de representatividade de sexualidade da raça, a dimensão de preconceito de classe social representa um símbolo de demarcação da raça negra. Sueli Carneiro (2011) apresenta relatos de um teste comparativo do estágio de democracia racial no Brasil, no qual três jornalistas, um negro, um oriental e um branco, são convidados a frequentar ambientes e estabelecimentos de consumos em Jardins, São Paulo, reduto das lojas de grife e restaurantes de alto padrão.

A autora observou e conseguiu extrair a dimensão interpretativa de negação, dificuldade de aceitação, a perspectiva do que ela chama de “fora do lugar” e a tolerância oportunista como são tratados os negros que alcançam o poder. Segundo Sueli Carneiro (2011, p. 167), “A primeira ideia que se defende desses casos é a de uma superioridade generalizada de que negros não dispõem de poder aquisitivo para pagar serviços de qualidade, posto que está incrustado no imaginário social que eles são, em geral, pobres”.

Luiza Bairros (1995) também estabelece relatos reflexivos de uma representação estereotipada da mulher negra, que perde espaço até mesmo no campo de atuação do limitado espaço de imposição racista. A autora aborda sobre um programa televisivo onde a mulher negra perde autoridade em um espaço de domínio predominantemente da mulher negra e é direcionada ao campo de subalternidade na condição de coadjuvante como auxiliar de cozinha de uma mulher branca num programa de culinária. Luiza Bairros questiona se os produtores de TV não poderiam nos conceder a autoridade de um lugar que fomos supostamente criadas para sermos a melhor.

Estamos no limite dessa marginalidade peculiar, sobretudo no que tange às contradições e demarcações ideológicas das narrativas da branquitude, que subestima e ignora condições de visibilidade epistemológicas, conceituais e interpretativas raciais e femininas de mundo. As mulheres negras estão a pleitear novas estratégias de visibilidade e estruturação social, a fim de articular a constituição de representações que valorizem e respeitem suas experiências.

A emergente inclusão da raça na pauta do feminismo, nem de perto reverbera uma inclusão no campo da disputa epistêmica na ciência diante do que Lélia Gonzalez (1988) já apontava como tratamento tangencial da pauta racial há 30 anos atrás e aparece ainda como uma premissa atual no campo da pesquisa, com reafirmações da visão de mundo eurocêntrica e neocolonial das pesquisas e de representação. A articulação que se propõe no campo da CI é demarcar que a construção da representação feminina e a quase inexistente representação negra das mulheres foram criadas a partir de um referencial e do imaginário do branco, agregado aos valores e construções históricas do estereótipo negro, mas que sobretudo a representação de um ponto de vista situado é urgente.

## 5.2 FEMINISMO AFROCÊNTRICO

As nuances de um feminismo afrocêntrico ou afrocentrado<sup>14</sup> segmentam uma teoria de gênero enraizada nas realidades das experiências das mulheres africanas. Esse arcabouço metodológico estrutura a formação de perspectivas que permitem reconhecer diferentes aspectos culturais que interligam as mulheres africanas contemporâneas a outras experiências de tempo e lugar.

A abordagem busca articular as experiências de mulheres na África, a fim de compreender seu contexto, alusão políticas, a hierarquia sexual, a estrutura patriarcal e a construção de um sistema de dominação masculina que busca a invisibilidade dos papéis das mulheres nas estruturas organizacionais sociais, como aponta Bibi Bakare-Yusuf (2003). Entretanto, apontar a constante reconstrução do patriarcalismo é o risco que as mulheres estão sujeitas ao reafirmar a vitimização como automática. Christine Battersby (1998) combate essa ideia e articula a proposta com a sugestão de apreciar como um sistema de dispersivo onde

---

<sup>14</sup> Uma teoria de mudança social focada na relocalização de afrodescendentes ou africanos como sujeitos, desmistificando a construção ocidental de dominação. É uma proposta de encontro das reflexões teóricas epistemológicas da identidade e do renascimento e formação cultural africana, a busca por raízes e uma autoestima que reconhece sua cultura e a valorização do negro é base de pesquisadores como Molefi Asante e Ama Mazama. (ASANTE, 2009).

não há um princípio de organização central ou controle dominante, o que permite articular o sistema patriarcal de capacidade variante de poder.

Críticas interpretativas ao conceito de patriarcado são delegadas à condição de um sistema dual que delimitam as identidades homem e mulher a fim de fundamentar as categorias sociais. “Em contextos Ocidentais, a mobilidade e autoridade dos homens na esfera pública e a subordinação das mulheres no privado, levaram as feministas a identificar essa dicotomia como base fundamental para a organização hierárquica” (BAKARE-YUSUF, 2003, p. 5).

Essa presunção de um sistema dual de papéis na formação da identidade reforça a estrutura patriarcal e reitera a legitimação do conhecimento a partir de uma estrutura situada na condição de um lugar branco, eurocêntrico, hetero-dominante. Essa afirmativa requer a necessidade de análises mais profundas que oportunizem a construção de identidades libertadoras, com possibilidades de realocação.

Tendo em vista a compreensão do deslocamento como um espaço de disputa da legitimação do conhecimento, a incorporação de metodologias alternativas, como a fenomenologia, é um recurso que pode ser agregado à ideia de formação de um espaço descritivo que busca ponderar as experiências fora das construções da padronização heteronormativa ocidental.

Intelectuais negras com tradição de resistência e disputa no feminismo negro movimentam a formação desse espaço, onde o radicalismo e a crítica literária é fundamentada, estruturando novas posições políticas e conceituais, abrindo espaço a um novo panorama intelectual. Nomes como Nawal el Saadawi, Fátima Mernissi, Awa Thiam e Mircere Githae Mugo destacam-se na geração de mulheres ativistas e radicais africanas que antecedem a geração das atuais feministas, comprometidas com a resistência e contestação do espaço de hegemonia masculina e abrindo caminho a formação de uma teoria feminista negra.

Chimamanda Ngozi Adiche é uma escritora nigeriana de destaque no contexto do feminismo, representando sucesso na literatura com produções africanas. Estudou nas universidades de Drexel na Filadélfia e Connecticut nos Estados Unidos, estudou a escrita criativa e fez seu mestrado em estudos africanos. Entrou para lista dos 20 autores de ficção mais influentes com menos de 40 anos em 2010, possui seis títulos de autoria romancista e com relatos de experiência de sua vida e formação, além de alguns contos em publicações periódicas. Atualmente palestra em eventos e defende como ativista e intelectual no compartilhamento das experiências africanas, articulando as visões de gênero e sexualidade no feminismo.

A autora relata as experiências de invisibilidade da cultura nigeriana que por algumas circunstâncias cerceiam o direito de acesso às mulheres desacompanhadas de frequentar espaço como bares e restaurantes. A condição de negativar as emoções e personalidade como o discurso de um feminismo é utilizado para mascarar o risco da adesão ao movimento como uma atenuante que descompassa e inferioriza a vidas das mulheres com fracassos conjugais e o risco da solidão afetiva. Relata a necessidade de educar as crianças para que sejam pessoas mais sensíveis às questões de gênero e a ameaça do sucesso feminino como confronto à masculinidade, o risco da intimidação masculina e a educação voltada para o casamento como um sinônimo de sucesso feminino.

Paralelamente, as discussões de Chimamanda Adiche (2014) despertam o pensar sobre a construção de uma escolha de afetividade quase sempre masculina, na temática de casamento. Por exemplo, a autora retrata uma série de estereótipos que articula o jogo da dominação masculina, sobretudo quando se leva em consideração as relações de apropriação ou posse que o homem se encarrega de assumir, o cenário das condições financeiras do relacionamento é comum embora a mulher detenha uma supremacia, ela muitas vezes submete-se a uma invisibilidade a fim de não provocar um constrangimento ou enfrentamento a masculinidade hegemonicamente estabelecida do Macho Alfa.

O desinteresse e a renúncia feminina à carreira acadêmica e profissional assumem a justificativa de atender muitas vezes às prerrogativas das atividades domésticas e criação dos filhos e, por conseguinte, as mulheres acabam por reafirmar o papel de subalternidade na relação afetiva como condições de menor prestígio social e, por assim dizer, o homem reforça o lugar de privilégio masculino.

Como reforça Chimamanda Adiche (2014, p. 38), fomos educadas para entender que “[...] é a mulher quem deve abrir mão das coisas. Criamos nossas filhas para enxergar as outras mulheres como rivais – não em questões de emprego ou realizações, o que, na minha opinião, poderia até ser bom – mas como rivais da atenção masculina.”. Essa estrutura valida a nossa impossibilidade de escolhas nas relações e na vida profissional, amparada por obstáculos e imposições de ordem culturais e sociais.

Outra importante reflexão que a autora expressa é articulação da formação das mulheres para a negativa de externalização dos desejos, as limitações sexuais e imposições do machismo opressor. Chimamanda Adiche (2014) convida-nos a repensar as construções internalizadas dessa formação, voltadas para o que ela denomina de “paradigma masculino agravante” para a negação de uma identidade feminina a fim de estabelecer legitimidade. Problematisa o conceito de cultura como uma estratégia política de monopolização da mulher

na tradição nigeriana, o que exclui a participação das mulheres e o direito de fala na formação de grupos familiares decisórios, a exemplo da cultura Igbo, mas contesta essa estrutura quando afirma que “A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura.”. (ADICHE, 2014, p. 57).

A contemporânea Patrícia McFadden (2016, p. 5) compreende que a urgência que permeia o feminismo africano é “[...] a ruptura com o nacionalismo em termos ideológicos e conceptuais, e a idealização de novas e contemporâneas noções, teóricas e práticas activistas que farão avançar o projecto da liberdade feminista para um futuro diferente.”. Compreender que essa estrutura de imposição limita e manipula a forma de ver e pensar o mundo, reprimindo as nossas experiências e impulsionando as escolhas e interesses é uma atitude no mínimo de opressão.

A representação trabalha com as estruturas de formação cognitivas influenciadas sob os moldes do machismo e impede por uma questão de padronização e legitimidade do que está posto: “Outras” formas de representar a realidade. Se a representação é uma perspectiva de ponto de vista, é evidente que ela não é estática e deveria possibilitar formas alternativas de representar a realidade dos fenômenos, a fim de compreender e afastar as estruturas ocidentalizadas.

Sonia Alvarez propõe (2009, p. 748) “[...] traduzir, são atos políticos estratégicos, quer envolvam o compartilhamento de conhecimento para forjar alianças ou a interrupção de um discurso dominante.” Especialmente no campo da representação da informação, a representação assume as influências do que Sonia designa como haver a necessidade de construções epistemológicas conectantes para suprir as “[...] traduções errôneas ou malfeitas que estimularam a falta de compreensão e obstruíram alianças feministas, mesmo entre as mulheres que compartilham as mesmas línguas e culturas [...]” (ALVAREZ, 2009, p. 748).

A reprodução ou contestação de uma tradução envolve estruturas de um posicionamento que como esclarece a autora assume os interesses quer sejam políticos, institucionais, ideológicos de um sujeito. Essa estrutura envolve desde a representação simbólica de um conhecimento à manipulação no processo de interpretação, tradução e uso de um conceito em domínio de conhecimento, estamos sujeitos aos riscos desse jogo estrutural ou por inocência ou por conveniência, e por tais razões é preciso estar atento aos mecanismos de controle no processo de escolha conceitual em estruturas de organização do conhecimento, visto que os conceitos são responsáveis direto a visibilidade informacional.

A translocalidade é uma oportunidade a ser acrescida no campo da representação da informação e do conhecimento a fim de criar pontos de proximidade e acesso à tradução. Outra importante relação no processo de tradução é a impossibilidade de correspondência terminológica e conceitual para atender especificidades de alguns idiomas como o africano, inadequação de representações que traduzam seus signos, o que repercute como uma barreira de acesso à informação.

A tradução assume a condição de um ato deslocado. Ele é reposicionado e moldado, a fim de proporcionar mudança de perspectiva e visão de mundo. Por isso Sonia Alvarez (2009) defende a necessidade de translocalidade para criar pontos entre identidade e epistemologias, o afastamento e a perda de um referencial para estabelecer uma tradução.

Ortiz (2006) trabalhou sobre as teorias de assimilação da aculturação e defendeu a ideia da perda de uma cultura prévia chamada de “desculturação”. Com esse ideal fortalece a ideia de um não lugar e a perda de um referencial, permitindo a condição de deslocamento nas traduções, possibilitando novas formas de representar o mundo.

Adriana Piscitelli envolvida no diálogo da transnacionalidade de teorias evidencia que:

As análises voltadas para essa compreensão consideram os bloqueios e controles enfrentados pelos corpos de conhecimentos nessas ‘viagens’ entre Norte e Sul, no marco das formações culturais globalizadas, e chamam a atenção para a necessidade de examinar os processos de tradução cultural das teorias e conceitos feministas. (PISCITELLI, 2005, p. 143).

A tradução não é meramente linguística, mas uma condição de contextualizar e respeitar o que está fora do contexto legitimado de imposição. É preciso pensar a tradução com objetivo de romper com essa lógica sem deixar-se envolver pela apropriação e ressignificação dos conceitos tomado pelo aparato da construção dos espaços de privilégios. O feminismo ainda assume outro desafio dentro dessa estrutura que é a busca por romper o distanciamento do universo acadêmico e da sociedade.

Pensar a tradução como um lugar de relacionamento de contextos e de improvável tradução estática é um conceito paradoxal, pois estamos constantemente a fazer traduções situados sempre em função de um norte político, social, cultural, hegemônico, eurocêntrico, sexista. Pensar em contextos que contradigam essa lógica atenuante e distinta de ver o mundo demonstram parecer impossível a produção de formas alternativas de representar a informação.

O risco da pluralização homogeneizada das categorias sem contemplar as dimensões lógicas do pensamento moderno, o desconstrucionismo como tentativa de racionalizar, a tentativa de homogeneizar a visão etnocêntrica da categoria mulher, a apropriação excludente

das mulheres de cor esses pressupostos são fundamentos da reflexão para proposições a serem consideradas nas análises representacionais. A impossibilidade de universalização do ponto de vista, todo esse discurso parece corroborar com o que bell hooks (1990) entende como discurso de pós-modernidade de uma linguagem cifrada aos moldes e interesses de uma audiência que nega aparições enegrecidas, deslocadas e marginais.

O risco para o qual busca alertar é o da homogeneização nas representações informacionais, haja vista que a condição de subjetividade presente nas relações permite reivindicar experiências diversas e a representação que contemplem as particularidades dos saberes. Desvirtuar-se das estruturas corporais, sexuais e comportamentais como fragmento de legitimidade para determinar representações informacionais, pautada na perspectiva das identidades e categorias como universais.

Retomadas as discussões sobre as experiências das mulheres negras no contexto da diáspora no mundo e as especificidades de envolvimento das mulheres no movimento feminista, como toda a representação conceitual de algumas particularidades do feminismo negro, demanda abertura e diálogo no âmbito da ciência. Investigar o aspecto conceitual dessas terminologias em âmbito e de acordo com os princípios da teoria conceitual de Dahlberg pode ser uma atenuante para despertar a inclusão de possíveis terminologias a tesouros e vocabulários controlados. Haja vista que as atuais representações não identificam a completude das particularidades e especificidades do feminismo negro, apresentando-se como pouco específicas às questões.

No entanto, embora alguns conceitos apresentem-se segmentados e estabelecidos no campo do feminismo negro, parece oportuno questionar: quais razões impossibilitam a representação desses nos instrumentos da representação da informação? Empoderamento, interseccionalidade e a própria terminologia feminismo negro são invisibilizados em vocabulários controlados, seria essa uma estratégia de invisibilidade da temática de abordagem? Ou ainda uma prerrogativa da exclusão da construção e no debate da ciência, do presente e recorrente obscurecimento e inviabilidade das contribuições femininas como passíveis de legitimidade? São de fato conceitos de acordo com os princípios e parâmetros de Dalhlberg? Ou trata-se de mais uma estratégia política de ofuscamento da produção intelectual negra?

A estrutura dissertativa de composição da pesquisa teve por intuito estabelecer o limiar investigativo das representações sociais no contexto do feminismo negro, a partir da literatura afro-brasileira das autoras Maria Firmina dos Reis (1859), conforme Anexo A, e Conceição Evaristo (2003), conforme Anexo B. As limitações de acesso e construção de uma ciência que

contemplasse as especificidades das mulheres, especialmente das mulheres negras, então, foi a principal proposta de estabelecimento de paralelos na literatura com vistas à perspectiva contextual feminina no processo de representação da informação. Essas reflexões oportunizaram a condução investigativa a pensar como a falta de adequação dos vocabulários controlados e tesouros influenciam e delimitam o processo de representação da informação.

Considerando a necessidade de pensar na direção metodológica da pesquisa, a seção seguinte assume compromisso de estabelecer os parâmetros de delimitação de nível do de investigação, escolha de métodos, universo da pesquisa, amostra, e instrumentos de pesquisa. A metodologia de Bardin (2016) assertivamente conduz o processo de análise de conteúdo, como proposta que atende as expectativas de estudo e análise, oportunizando descrever e interpretar conteúdos informacionais.

## 6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A proposta da presente pesquisa tomou como medida o levantamento do conteúdo informacional em livros, artigos, eventos científicos, palestras e discussões sobre a temática da representação da informação e do feminismo, a fim de embasar e fortalecer o desenvolvimento científico investigativo. Com atuação na área de indexação e representação da informação em Repositório Institucional da UFBA, a pesquisadora empenha-se na atuação de otimização no processo da representação da informação com intuito de proporcionar, dentro dos princípios de Lancaster (2004), a melhoria da capacidade de revocação e precisão no processo de busca e recuperação da informação.

O propósito de investigar trabalhos relacionados à temática na CI, especificamente dos estudos voltados à representação do conhecimento e dos instrumentos como vocabulários controlados e tesouros específicos, que são responsáveis por estabelecer representações de conhecimento. Objetivando atender a falta de representatividade de um domínio, oportunizando a condição de acesso ao que pesquisadores e pesquisadoras compreendem como “estado da arte” na ciência, culminou no interesse e despertar para lacunas e dimensões já estabelecidas na atuação e prática da atividade biblioteconômica. A compreensão e o olhar sob objetos informacionais desprezados ou invisibilizados no processo da representação da informação, além da inexistência de descritores controlados adequados à representação do conteúdo informacional, contribuíram para o empenho em pesquisar alternativas como ponto de acesso a uma melhor representatividade no processo de investigação do usuário pesquisador.

A pesquisa em livros, teses, dissertações e artigos condicionaram o núcleo teórico, metodológico e analítico desta pesquisa, possibilitando aprofundamento e desenvolvimento da problematização, questão de partida, referencial teórico e lacunas do estudo. A perspectiva da pretensão interdisciplinar da CI e da pesquisa oportunizaram inter-relacionar as áreas e temáticas de estudos, aproximando o feminismo da representação da informação e a dimensão de uma representação social dentro da estrutura argumentativa de pesquisa científica.

A segunda etapa da pesquisa constituiu o levantamento de vocabulários controlados de abrangência nacional e internacional, além dos tesouros específicos à temática de investigação, a fim de estabelecer a verificação de termos que correspondessem à temática de pesquisa e utilização na dimensão de ponto de acesso. A identificação desses instrumentos oportunizou a análise dos descritores, utilizando as possibilidades de uso e limitações na representação, de forma que é possível apresentar como base para a pesquisa os vocabulários

controlados da Biblioteca Nacional, Library of Congress (LC), Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres da Fundação Carlos Chagas (FCC), Tesouro de Mujeres destinado à Biblioteca de Mulheres de Madrid.

Elencado os instrumentos de análise e pesquisa destinada à escolha terminológica, a terceira etapa consistiu na atividade investigativa de apreciação e pesquisa de termos nos instrumentos supracitados, com o objetivo de verificar a existência de termos afins e divergentes nos instrumentos. A proposta dessa verificação é atender a prerrogativa da questão de partida: de que maneira a literatura feminista negra pode revelar a necessidade de adequações das linguagens documentárias vigentes? Haja vista que no processo de representação das informações é recorrente a busca por uma representação aproximada que atenda à dimensão do conteúdo informacional ou ainda a representação indicada não corresponde a uma tradução adequada nas especificidades atenuantes dos vocabulários controlados e tesouros vigentes.

A melhora no processo de representação do conhecimento condiciona a visibilidade informacional e possibilita condições de acesso. Dessa forma, com base na análise, tradução e correspondência conceitual de fragmentos textuais, a terceira etapa envolve a delimitação de conceitos apontados pelos vocabulários controlados e com base no consenso teórico referencial da área de temática localizando terminologias que delimitem a representação correspondente. O intuito é apontar as divergências do campo da atuação de representação da informação nos instrumentos de representação do conhecimento, investigar e compreender a dimensão dos conceitos para oportunizar inclusões representativas nos instrumentos de representação.

A quarta etapa consistiu, dentro da proposta de análise, em verificar a pertinência e atualidade dos vocabulários controlados e tesouros disponíveis para uso na literatura feminista negra dos séculos XIX e XXI e a adequação das linguagens documentárias para a congruência temática.

Estabelecida a coleta dos dados de pesquisa, a quinta etapa correspondeu à condição de análise e interpretação dos resultados. Essa etapa demanda compreensão e amparo das condições e compreensões temáticas da atualidade e especificidade do feminismo e dos instrumentos de representação, proporcionando interpretações que atenda as demandas de correlação históricas, cultural, política da temática. O respeito às condições interpretativas deve ponderar o afastamento dos valores dimensionais atenuantes do patriarcado e discriminação das mulheres, a fim de oportunizar visibilidade na representação informacional.

Em suma, a proposta da pesquisa demanda as etapas listadas e estabelecidas no cerne desta seção, delimitando como etapas de essência destreza ao rigor metodológico e ao cumprimento da máxima investigativa. A necessidade de representar adequadamente a literatura feminista negra para o processo de representação da informação e conseqüentemente possibilidades de recuperação da informação com índices de precisão e revocação mais correspondentes, contribuindo para a melhoria no acesso à informação.

Considerados os três atos de procedimentos investigativos que Quivy e Campenhoudt (2008), delimitam-se as prerrogativas de *rupturas* nos estudos sociais, a fim de afastar-se das ideias de superficialidades no processo de investigação como evidências falaciosas; a *construção* estrutura teórica sob a custódia de um amparo de base conceitual que justifica a lógica de contestação do fenômeno subsidiado por uma racionalidade de validade; e a *verificação* a fim de atender aos critérios e correspondência a ciência. A questão de partida atende a contornos e especificidades das teorias e métodos que atendam a essa finalidade de contestação; a escolha e modelo de análise tomam por propósito atender a articulação interpretativa e de inferências dentro deste contexto de observação.

Ponderando a melhor explicitação das etapas de procedimento da pesquisa delimitadas anteriormente, segue quadro referencial explicativo adequado de acordo com as etapas de procedimento propostas por Quivy e Campenhoudt (2008), onde foram estabelecidas as questões de partida, exploração da produção científica, problemática de pesquisa, construção da análise, verificação e análise dos dados e informações e considerações preliminares.

Quadro 1 - Quadro metodológico baseado na proposta de investigação de Quivy e Campenhoudt

<b>Etapa I</b>	<b>Etapa II</b>	<b>Etapa III</b>	<b>Etapa IV</b>	<b>Etapa V</b>	<b>Etapa VI</b>	<b>Etapa VII</b>
<b>Questão de Partida</b>	<b>Exploração da produção científica</b>	<b>Problemática</b>	<b>Construção da Análise</b>	<b>Verificação</b>	<b>Análise dos dados e Informações</b>	<b>Considerações</b>
As linguagens documentárias não contemplam os termos do feminismo negro.	<p>Leitura investigativa, textos, artigos, trabalhos relacionado as temáticas de feminismo e representação da informação</p> <p>Identificação e delimitação dos instrumentos de tradução da linguagem documentária (vocabulários e tesauros)</p>	De que maneira a literatura feminista negra pode revelar a necessidade de adequações das linguagens documentárias vigentes?	<p>Verificar a pertinência e atualidade dos vocabulários controlados e tesauros disponíveis ao uso da comunidade científica adotados para uso na literatura feminista negra (Análise, tradução da linguagem natural para linguagem documentária e correspondência conceitual)</p> <p>Adequação terminológica Estabelecimento das Categorias de Análise</p>	Delimitar dentro das literaturas escolhidas, fragmentos textuais para enquadramento e conformidade nas categorias de investigação.	<p>Descrição e análise das terminologias e fragmentos textuais</p> <p>Comparação dos resultados obtidos e questões de partida</p>	Análise e interpretação dos resultados

As etapas adotadas nesta pesquisa propiciam o cumprimento do rigor metodológico da pesquisa científica e da busca por respostas (provisórias), fomentando a adaptação e os princípios que regem e asseguram a pesquisa. A preocupação em delimitar as etapas da pesquisa em ciências sociais de acordo Quivy e Campenhoudt (2008) com os princípios que corroboram com a adequação dos fenômenos sociais a investigação, justificam a escolha dos princípios metodológicos para tal pesquisa.

A proposição de ruptura estabelece condição de relevância apropriada, haja vista a atenuante condição de busca por representações aproximadas que se afastem das estruturas predominantemente estabelecidas nos instrumentos de representação do conhecimento. A verificação dos fragmentos textuais condiciona *status* que permite corresponder às prerrogativas da etapa do procedimento científico, possibilitando análise, interpretação e comparação dos resultados obtidos.

A metodologia estabelecida para essa proposta visa atender às expectativas norteadoras da problemática de partida e aos objetivos da pesquisa, o que infere a necessidade do uso do método e técnicas de investigação que articulem e correspondam à proposta de interesse. Considerando atender as expectativas de compreensão e análise da representação da informação na esfera das ciências sociais e sua apresentação na literatura feminista negra de aportes históricos e políticos de período distintos, esta seção foi destinada a esclarecer objetivos, problemas de investigação e a seção subsequente auxiliará no propósito de esclarecer o limiar metodológico da pesquisa como método de procedimento, nível de investigação.

Posteriormente, a segunda subseção pontuará as técnicas de coleta de dados e os instrumentos assumidos para essa coleta, assim como serão apresentados o universo e amostra da pesquisa.

## 6.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA: MÉTODO DE PROCEDIMENTO, NÍVEL DA PESQUISA E CATEGORIZAÇÃO DA ANÁLISE

Considerando o conceito de informação adotado na pesquisa de Barreto (1994), a informação como instrumento modificador do sujeito insumo de transformação social individual e coletivo, tornou-se necessária a discussão de um método de pesquisa que possibilitasse a inserção dessa perspectiva interativa do sujeito e o meio, suas demandas sociais e informacionais. Nesta subseção, a proposta foi esclarecer a posição científica da pesquisadora, com o intuito de discutir e estabelecer métodos de abordagem que se

aproximem aos interesses de proeminência que correspondam as expectativas das estruturas sociais desprivilegiadas, sem, contudo, restringir o processo de investigação científico.

Dentro dessa condição, a pesquisa busca afastar-se do ponto de vista dominante, oportunizando o reconhecimento de variáveis perceptivas, valores distintos e o jogo de interesses que envolvem o processo informacional, além da necessidade de situar uma representação em molde de equidade e equivalência contextual. Pressupostas essas considerações, foi adotado o parâmetro da objetividade forte de Sandra Harding (2015), que busca a concepção da formação da ciência em mundo real, reconhecendo a visibilidade de grupos em caráter de vulnerabilidade e se preocupa com as práticas situadas em contexto social, afastando-se da ciência homogênea e que não valoriza as experiências diversas.

Dessa forma, o objetivo metodológico da pesquisa é corroborar com a adoção de métodos e práticas que possibilitem a valorização das experiências sociais, uma formação de ciência voltada para a sensibilidade de agregar saberes e afastar-se da conduta hegemônica, supremacia masculina e eurocêntricas, que inviabilizam o pensar a ciência de formas alternativas que valorizem lugares distintos e saberes diversos. Embora a abordagem objetiva pressuponha a liberdade metodológica de aplicação, esta é usada para evidenciar e legitimar o lugar da produção do conhecimento científico, segregando grupos a partir do seu referencial hegemonicamente estabelecido.

O delineamento metodológico desta pesquisa considerou a necessidade de viabilizar uma escolha metodológica que acompanhasse a proposta de introdução de uma valorização diversificada que abarque as comunidades. Assim como a representação da informação ampara-se na perspectiva de ponto de vista, Sandra Harding (2015) propõe como lógica de investigação essa perspectiva do ponto de vista que permite atentar a inclusão dos contextos e que, para tanto, no rigor metodológico como epistemológico, é apropriada ao cumprimento investigativo, considerando a dimensão do que ela considera ciência livre de valores.

O estudo monográfico permite estabelecer uma investigação empírica preocupada com a pesquisa de fenômenos dentro de seu contexto social. Nesse âmbito, o método de estudo, caso exploratório, faz-se oportuno visto que, de acordo com Yin (2015, p. 17), “O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o ‘caso’) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes”. Sobretudo, o estudo de caso permite adentrar uma realidade social, da qual Yin (2015) afirma que é no desejo de entender os fenômenos sociais enquanto complexos que se faz necessário o uso do método de estudo de caso, que permite a perspectiva holística e do mundo real.

Segundo Martins (2006), o estudo de caso atende à totalidade situacional, identifica e analisa as multiplicidades dimensionais do caso. O intuito é descrever, analisar e discutir a complexidade de um caso concreto.

A análise documental tem como propósito levantar o contexto histórico, ideológico, temporal e autoral das obras, buscando estabelecer uma relação com a terminologia utilizada na representação da informação, além de observar suas influências na forma como se apresenta (metadados, cabeçalhos etc.). No entanto, como afirma Bardin (2016, p. 51), “Se a esta suprimirmos a função de inferência e se limitarmos as suas possibilidades técnicas apenas à análise categorial ou temática, podemos, efetivamente, identificá-la como análise documental”. A proposta da análise documental restringe-se a estabelecer uma representação resumida em formato diverso do original, a fim de facilitar o acesso, consulta ou uma referência.

Aspectos de descrição e análise da formação discursiva da autora, construções narrativa dos fatos, ordem cultural, procedimentos linguísticos, modalidades de língua utilizada etc. determinam e influenciam na produção e formação/transformação dos sujeitos na sociedade contemporânea e na forma como a informação passa a ser descrita ao longo do tempo no campo da CI. Atinado a preocupar-se com a evolução das transformações ou não das representações especificamente no uso das terminologias, dentro dessa prerrogativa o método de análise de conteúdo é o que apresenta melhor adequação.

O método de análise de conteúdo atualmente permite flexibilidade no campo de investigação sob uso de várias fontes de conteúdo verbais e não verbais, os quais se justificam pela preocupação do que Bardin (2016, p. 52) presume como “[...] a manipulação de mensagem (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem”, além de permitir articulação entre a objetividade e a subjetividade nos aspectos que envolvem interpretação e análise do conteúdo. Considerando os pressupostos de Bardin (2016), a investigação foi estabelecida dentro das etapas de: pré-análise (delimitação de documentos, objetivos, indicadores e categorias para a investigação documental); exploração documental; e análise interpretativa.

Nessa fase de organização da análise foram consideradas as recomendações de leitura fluante de Bardin (2016) e leitura técnica, escolha de documentos para finalidade analítica adotada e as recomendações de regra de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. A delimitação de codificação permitiu enumerar e enquadrar a representação de um conteúdo informacional (unidade de registro e contexto) à terminologia estabelecida

enquanto categoria. A organização foi responsável por estabelecer a escolha das unidades textuais de análise, enumeração e classificação nas categorias para contagem.

Fundamentados como base de pesquisa, os pressupostos metodológicos de Bardin (2016) considerando sua anuência no âmbito científico e consistência no campo investigativo, assim como adotou-se Bauer e Gaskell (2015) como parâmetro nos estudos que corroboram o aspecto social da análise de conteúdo através das inferências textuais estabelecidas a partir de um contexto social. É importante destacar que a análise e interpretação textual assumem pressupostos de estreitamento com o conhecimento prévio e dimensão da identidade do sujeito que escreve seus interesses e motivação, o lugar de fala pode reverberar um lugar próprio ou em nome de um coletivo, de forma que é incompreensível a apreensão sem o conhecimento da autoria, seus interesses e público-alvo.

Como a proposta de pesquisa assume o conceito de documento estabelecido por Suzanne Briet<sup>15</sup> na CI, e adotando como princípio o livro como documento, é atenuante o uso da técnica de análise de conteúdo, visto que se apresenta como técnica decisiva na área das ciências sociais. Haja vista a condição de uma informação documental de caráter literário, o qual propõe-se estabelecer um tratamento científico analítico, esta seção busca enaltecer o caráter qualitativo textual, justificando-se pelo objetivo de pesquisa com teor histórico, configurando-a como pesquisa documental.

A pesquisa é considerada de natureza aplicada, considerando como desígnio basilar o entendimento de Minayo (2009) quanto à caracterização fundamental no interesse pela aplicação, a fim de atender uma demanda de utilização prática no campo da CI. A análise de conteúdo, não obstante, assume assim a proposta de correlacionar os conteúdos informacionais e a fim de organizar uma interpretação que permita estabelecer inferências dentro das condições de desígnio da objetividade forte e subjetividade.

A pesquisa é de abordagem qualitativa, embora a análise numérica de repetições apresente no processo de investigação científica. O teor da pesquisa não se volta para a perspectiva quantitativa, visto que a análise subjetiva assume proporção a fim de compreender estudar as escolhas e particularidades no processo de escolha do descritor terminológico. Portanto, a pesquisa qualitativa assume a tentativa de compreensão do mundo e do sujeito

---

<sup>15</sup> Bibliotecária documentalista historiadora, professora e escritora francesa que ficou reconhecida nos Estados Unidos como uma líder da modernização das bibliotecas na França e uma pioneira das ciências da informação. De acordo com Maack (2016, p. 94), Suzanne Briet “[...] amplia a definição de documento para além dos textos, de modo a incluir qualquer forma material de evidência física”. Briet (2016) Propõe uma definição mais adequada/abstrata: “[...] todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”.

como indissociáveis, relações de objetividade e subjetividade e as nuances interpretativas dos fenômenos e seus significados para dimensionar objetos informacionais.

[...] a análise do conteúdo é utilizada como um instrumento de diagnóstico, de modo a que se possam levar a cabo inferências específicas ou interpretações causais sobre um dado aspecto da orientação comportamental do locutor o seu procedimento não é obrigatoriamente quantitativo [...]. A análise qualitativa apresenta certas características particulares. É válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais (BARDIN, 2016, p. 144-145).

A fragmentação das categorias na análise de conteúdo oportuniza refletir os elementos textuais, considerando os critérios de exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade, além da produtividade para estabelecer a análise e reflexão dos conceitos. Considerando que o título conceitual de cada seção deve ser estabelecido ao final da operação, como esclarece Bardin (2016), a proposta classificatória permite organicidade dos dados oportunizando visibilidade por meio das inferências aos dados, a partir do qual evidencia um valor simbólico.

Para Bardin (2016, p. 148-149), “A categorização tem como primeiro objetivo (da mesma maneira que a análise documental) fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos”. Por tais circunstâncias oportuniza correspondência com a proposta de codificação por meio das categorias a fim de refletir como essa estratégia representacional simplificada revela conceitos para a representação temática da informação.

As descrições registradas e a análise de conteúdo dos fragmentos textuais permitiram inferir observações que propiciaram o delineamento das categorias, contribuindo para a compreensão do estudo objeto informacional, assim como atender aos objetivos da proposta de partida investigada. Dentro desse limiar, a pesquisa é categorizada como de nível descritivo recorrente das áreas de pesquisa social, está preocupada com a investigativa por meio de relações, variáveis, registro e correlações em busca de quantificar a frequência de um fato ou fenômeno.

Com base nessa definição é que entendo o processo o nível descritivo monográfico como uma oportunidade reflexiva de estudo para pensar as múltiplas relações sociais do universo do feminismo negro no âmbito da CI com o aporte dos registros informacionais da produção intelectual e literária negra, a fim de categorizar conceitos e correlacionar temáticas com objetivo de comprovar a existência dessas abordagens e fenômenos sociais e a partir desta constatação direcionar ao processo de legitimação e implementação nos instrumentos de institucionalização.

## 6.2 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS DA PESQUISA

Traçadas e expostas o percurso e delimitações de características, nível de investigação, categorização das análises, além dos procedimentos que transcorrem a coleta dos dados e análise dos resultados, o intuito de esclarecer e subsidiar o rigor metodológico utilizado, bem como atender as justificativas e prerrogativas de estudo, deixa evidente as premissas decorrentes desta introdutória. Passados esses esclarecimentos, a presente subseção auxilia no esclarecimento da técnica de coleta de dados utilizada na pesquisa, a fim de atender e subsidiar a definição das categorias que não serão estabelecidas a priori (não apriorística), mas formadas a partir da percepção das análises e inferências afim de posteriormente estabelecer quais características evidenciam maior importância para a representação informacional do documento.

A justificativa também é considerada uma estratégia de evitar tornar rígida a representação do conhecimento a partir das categorias e, assim, flexibilizar percepções temáticas. A técnica que auxilia esse processo considerando a necessidade de debruçar análise e organização dos fragmentos textuais separados por temáticas específicas é a de observação participante, de acordo com Minayo (2009, p. 70), por considerar a possibilidade de compreensão da realidade como um “[...] processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica”.

A proposta que justifica a escolha da técnica de observação participante consiste na filosofia fundamental da possibilidade que o pesquisador conta, segundo Minayo (2009, p. 70), ao “[...] relativizar o espaço social de onde provém, aprendendo a se colocar no lugar do outro.” As escolhas das estratégias metodológicas desta pesquisa buscam corroborar com seus objetivos, questionamentos de investigação científica e, dessa forma, procurou-se a escolha de métodos, técnicas e análises que valorizassem tais percepções da realidade, de modo que a rigidez nos instrumentos de pesquisa como formulários não atenderiam às necessidades de liberdade de posicionamentos e fora de parâmetros pré-estabelecidos ou pré-conceituais.

Embora seja uma técnica de observação mais comum na pesquisa de campo, adotou-se como proposta adaptá-la às necessidades da análise de conteúdo, considerando a demanda por uma observação contextualizada e com inferências que oportunizem o enquadramento dos conceitos e das representações temáticas. O contato direto da pesquisadora com o fenômeno permite extrair informações da realidade a partir do seu próprio contexto, o que nem sempre pode ser extraído por meio de outro instrumento de pesquisa delimitador.

Contudo, é preciso considerar que muito embora a observação seja participativa, particulariza-se como de caráter natural, haja vista a proximidade do pesquisador com a temática e a comunidade de pesquisa; e o caráter de observação individual considerando o número de participantes observadores. Essa estratégia de análise e técnica culminou em oportunizar uma representação mais aproximada da análise textual e compreender os conceitos a partir do seu referencial situado no contexto da sociedade.

Vencida essa etapa, a observação dos fragmentos textuais oportunizou a delimitação das primeiras categorias, estabelecendo parâmetros de busca em similaridade temática próximas, a fim de não dispersar as escolhas e tornar ambíguos os conceitos atribuídos. Primeiramente respeitou-se a utilização de conceitos já existentes nos vocabulários controlados e tesouros já posteriormente citados na escolha da pesquisa, e após verificada a existência de descritores que particularizem a temática, foi considerada a computação. Para os aspectos de importância temática que não foram encontrados termos descritores que oferecesse uma representação aproximada nos instrumentos de busca previamente estabelecidos, adotaram-se a sugestão de um termo conceitual, a fim de estreitar de forma organizada as categorias da pesquisa.

Para tal, faremos uso de um sistema de *software* livre IRaMuteQ voltado para análise estatística de análises de conteúdo, lexicometria e análise de discurso. O *software* permite realizar análises baseado no método de classificação e caracterização por meio de fração textual, será dada ênfase na perspectiva da análise de similitude pois, de acordo com Camargo e Justo (2013, p. 6), “Possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura da representação”, assim como também a abordagem de especificidade, haja vista a condição associativa dos textos com variáveis de caracterização, com apresentação de plano fatorial.

Considerando explícitas as técnicas e critérios para coleta de dados e verificação dos fragmentos textuais, a pesquisa reserva a necessidade de maior explanação para esclarecimentos acerca do funcionamento, análises e delimitação dos panoramas com o *software* IRaMuteQ na seção seguinte, apontando as justificativas de escolha e correspondência temática com a pesquisa.

A construção de uma base de instrumento de coleta de dados visa preterir os objetivos da pesquisa a fim de conduzir o limiar investigativo. Para tal, a estrutura de uma base de bloco textual baseado na fragmentação textual a fim de isolar as unidades de análise permitiu com base no referencial teórico da investigação estabelecer a delimitação de indicadores e categorias que atendessem as especificidades da proposta. O instrumento titulado “Apêndice

A – Formulário indicador conceitual do feminismo negro” aborda a formação de categorias subdivididas em aportes conceituais proveniente de vocabulários controlados e tesouros específicos, a fim de observar a predominância das temáticas nas literaturas.

O objetivo do bloco de texto é constatar a predominância dos conceitos nas temáticas das literaturas, assim como sua correspondência com conceitos da representação do conhecimento de vocabulários vigentes, oportunizando a avaliação das representações no contexto dos instrumentos representacionais vigentes. A escolha por fragmentação textual assume a condição de perceptiva e de perspectiva da pesquisadora que indica por escolha aleatória a correspondência do fragmento textual com a temática estabelecida no grupo de conceitos estabelecidos na pesquisa.

A pesquisa favorece a visibilidade dos vocabulários controlados e tesouros específicos no viés de representatividade de uma mulher negra, portanto, de um ponto de vista situado, possibilitando a reflexão dos conceitos, sua pertinência, correspondência, oportunizando conhecimento por parte da comunidade científica e propicia usabilidade.

O processo de construção das categorias assume correspondência com os conceitos estabelecidos da literatura científica, a partir dos aportes teóricos e conceituais da representação do conhecimento, assumindo parâmetros e critérios definidos de acordo com o Apêndice A. Contudo, embora as condições prévias definidas apontem categorias de análise, o processo não exime a possibilidade de novas percepções conceituais e sugestões para o campo investigativo. O processo de construção dos indicadores amparou-se na leitura prévia das literaturas e a partir do conhecimento de algumas temáticas de abordagem, validado por meio dos instrumentos supracitados na seção anterior, procedimentos metodológicos, garantindo a confirmação dos critérios e eliminando redundância, mas com o olhar atento a novas especificidades não atendidas nos vocabulários vigentes.

Considerados e respeitados os critérios de exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e produtividade, as categorias visam o suporte para uma representação que corresponda às atenuantes do conteúdo informacional da produção intelectual feminista negra, em parâmetros de visibilidade. A preocupação com a identificação das compreensões contextuais e sentidos foi respeitada, com o objetivo de proporcionar o respeito aos critérios explicitados.

*A priori* os indicadores permitiram contemplar os conceitos de “patriarcado”, “empoderamento”, “relações de poder”, “sexismo”, “violência contra as mulheres”, “femicídio” e “interseccionalidade”, com abertura para outras inclusões, para atender especificidades do documento, como é possível verificar na estrutura do Apêndice A. Os

conceitos citados acima tomam como aporte conceitual o referencial teórico discutido na literatura específica, apresentada e discutida, com intuito de esclarecer a escolha das categorias delimitadas na investigação tomar-se-á como proposta apresentá-las, seguida de alguns esclarecimentos do campo estabelecido.

Embora a discussão teórica e temática de alguns conceitos do feminismo façam-se presentes, é inconsistente a sua representação em dimensões terminológicas que correspondam a representações conceituais em instrumentos como vocabulários e tesouros temáticos. Tomar-se-á por investigação aferir a existência e a inconsistência desses atributos nos instrumentos de representação tomando como parâmetro os vocabulários citados no limiar da pesquisa. De forma que alguns termos já apontam correspondência e abrangência temática atual assinalando a necessidade investigativa como, por exemplo, os termos “interseccionalidade”, “feminicídio”<sup>16</sup> e “feminismo negro”.

O formulário indicador contempla um quadro com sete componentes que vislumbrem as temáticas contidas nas categorias/indicadores e contabiliza a reincidência em níveis que justifiquem a representação da temática como um descritor pertinente à representação da informação. Foram apresentados os fragmentos textuais que correspondessem à confirmação do conceito indicador nas literaturas e a contabilização das reincidências, tem caráter exclusivamente de verificação participativa corroborando a escolha do descritor como representacionais apresentadas de acordo com os Apêndice A e Apêndice B.

A coleta dos dados ocorreu no período de outubro a novembro de 2018. Registram-se os dados coletados em bloco de texto, a fim de aferir incidência e correlações com as categorias estabelecidas como expostas no Apêndice B.

A seção seguinte tomará menção para esclarecer as duas literaturas de abordagem documental e suas particularidades como amostragem e universo de pesquisa, de forma a oportuniza o situar no campo de investigação.

---

<sup>16</sup> Termo utilizado para caracterizar a morte de mulheres por decorrência de assassinato, crime de ódio baseado no gênero. Diana Russell foi uma das primeiras feministas a usar o termo atualmente definindo como “matança de mulheres por homens, porque elas são mulheres”. É uma convenção sociológica que vem adquirindo destaque desde a convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar violência contra a mulher. Recentemente também incorporado à Lei nº 13.104/2015, que caracteriza o feminicídio no rol de crimes hediondos.

### 6.2.1 Amostra da pesquisa e universo

As narrativas provenientes da literatura feminista negra assumem o retrato de representatividade da realidade excludente da sociedade negra. Em geral adotam nesse lugar questionamentos reflexivos da perspectiva crítica social. É na literatura que as mulheres negras encontraram oportunidade de expressar os problemas sociais. Autoras como Maria Firmina dos Reis e Maria Carolina de Jesus disputaram esse espaço na tentativa de oportunizar visibilidade as narrativas negras que oportunizassem a caracterização da realidade vivenciada por seus pares.

As expressividades dessas mulheres na literatura levantam hipóteses e questionamentos que possivelmente renderiam debates mais exaustivos, visto que é possível inferir que as mulheres se atentaram para a literatura onde o campo de controle e domínio masculino. Provavelmente não compreendia que pudesse haver riscos com a participação das mulheres e a autonomia que esse espaço oportunizava de expressividade e fala.

A pesquisa tem por desígnio o estudo de duas obras literárias de aporte temporal distintos, amparadas em contextos históricos e sociais caracterizado, considerando a proposta de análise das representações informacionais amparados na análise do conteúdo com já dito. As escolhas das literaturas assumem aporte de representatividade no feminismo negro: *Úrsula*, da autora Maria Firmina dos Reis, publicada pela primeira vez em 1859, sendo considerada por alguns especialistas o primeiro romance abolicionista da literatura brasileira e também o primeiro romance da literatura afro-brasileira.

O segundo romance escolhido trata-se de uma obra da literatura contemporânea de autoria da mestra e doutora Conceição Evaristo, militante do movimento negro envolvida com questões político-sociais e professora acadêmica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), atualmente candidata a pleitear a cadeira 7 da Academia Brasileira de Letras após acometida morte do cineasta Nelson Pereira dos Santos. *Ponciá Vicêncio* é uma publicação de 2003 que discute a questão de identidade, propiciando a narrativa da protagonista a esmiuçar suas relações de sonhos, afetos, focalizando na herança hereditária do avô.

As duas literaturas caracterizam-se por diversificarem a representação da mulher negra e a atuação do lugar de fala que assume expressividade e notoriedade, corroborando para a perspectiva de representações situadas, onde as mulheres negras atuam dentro do parâmetro da representação social num olhar situado. A proposta das duas literaturas é despertar para narrativas que valorizem experiências do olhar de quem as vivencia (situado), a busca da compreensão do mundo sob ponto de vistas situados, haja vista a proposta das

literaturas e a similaridade com o estudo proposto no questionamento da pesquisa, é que se assumem como intencionalidade a coleta e análise dos resultados a partir dessas produções intelectuais negras.

A amostra das referidas literaturas propõe confrontar a legitimidade das representações da informação e do conhecimento e como essa legitimidade oculta a visibilidade desta produção intelectual a partir da formação de mecanismos de canonização na literatura e na produção intelectual do mundo. Propositalmente, a escolha das obras literárias permite suscitar como se apresenta a formação e influência dos critérios de legitimidade, interferindo nas escolhas do sujeito e na construção perceptiva do mundo onde a produção intelectual é legitimada a partir dos valores, construções sociais, sexistas e ocidentalizados.

## 7 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A recapitulação da pesquisa e dos resultados será alicerçada com base nos objetivos e em vista de responder o problema inicial, com intuito de apontar possíveis respostas à questão de partida, encadeando as questões e barreiras da pesquisa para construção conclusiva. A construção interpretativa permitirá ao encadeamento lógico que assinala as discrepâncias, comprovação dos pressupostos teóricos e possíveis validações da pesquisa.

A apresentação e análise dos resultados propiciarão de forma sistemática o encaminhar para as considerações conclusivas a fim de transparecer evidências e lacunas da pesquisa, limitações e necessidades de aprofundamentos. O limiar dissertativo tem como propósito apresentar a súpula argumentativa com correspondências conceituais, com o intuito de apontar para possíveis acréscimos em vocabulários controlados de abrangência nacional.

O corpo teórico das narrativas do feminismo negro e da representação da informação visam atender as expectativas de investigação estabelecidas no arcabouço metodológico da pesquisa, a fim de aferir a existência terminológica de formas disponíveis nos instrumentos de representação. Para tal, o aporte de uso da análise de dados textual vislumbra adequar as demandas informacionais e dar visibilidade informacional ao alicerce investigativo de pesquisa.

A Análise de Dados Textuais é uma abordagem metodológica e um recurso de pesquisa recorrente no campo de estudo das ciências sociais para tratar fragmentos textuais, entrevistas e questionários, como dados de análise com técnicas de estatística computacionais. A análise dos fragmentos textuais analisados nesta pesquisa considerou o uso do *software* IRaMuteQ, que permite estabelecer análises qualitativas e quantitativas, com base na categorização do texto, oportunizando aproximações e afastamentos inspirado na linguagem, vocabulário e palavras o estudo de distribuição dos elementos de representação.

De acordo com Camargo e Justo (2013), é aplicada nos estudos de pensamentos, crenças e opiniões produzidas em relação a determinado fenômeno ou tema de investigação a ADT permite a quantificação de variáveis qualitativas originadas de textos, a fim de descrever o material produzido por determinado sujeito ou sujeitos.

De modo geral, embora a dissertação caracterize uma dimensão de pesquisa metodológica analítica descritiva, a utilização da literatura como aporte de objeto de análise justifica-se pela necessidade de demarcação da realidade representativa social do século XIX e XXI na transposição de manifestações temáticas de abordagem que já evidenciavam um indicativo para a necessidade de representação dos aspectos da subjetividade do sujeito muito

antes de se pensar a importância de estabelecer visibilidade a uma representação no viés da CI. A representatividade do que a autora Sandra Handing compreende como “lugar de fala” e reflexões do aporte da interseccionalidade demonstram proximidade na literatura com a expressão de termos e palavras nas análises de lexicometria, similitude, dendrograma, dentre outros aspectos que serão evidenciados no decorrer da apresentação e análise dos resultados.

A proposta da pesquisa é estabelecer, por meio da literatura, um aporte de base de dados para análise a fim de aproximar com a perspectiva da representação da informação. A classificação hierárquica descendente permite classificar os fragmentos textuais selecionados conforme a frequência de palavras. Com essa proposta é possível estruturar um dendrograma<sup>17</sup>, que apresenta a correlação das palavras, semelhanças entre vocabulário, estabelecendo, assim, a criação de classes na estrutura de representação dos dados, ainda que a correlação se apresente em textos de diferentes contextos.

### 7.1 ÚRSULA E PONCIÁ VICÊNCIO: DUAS LITERATURAS E DUAS MULHERES À FRENTE DE SEU TEMPO

Pensar o feminismo negro como uma construção epistemológica no debate da ciência é uma perspectiva que estamos a pleitear espaço, mas no contexto da literatura parece audacioso e inoportuno, visto que as estruturas de institucionalização da produção intelectual parecem enrijecer e pormenorizar os mecanismos de acesso e de produção da ciência negra. A proposta de averiguação da pesquisa é demonstrar que a literatura é um instrumento de aporte teórico e discursivo para tratar e refletir as demandas conceituais e teóricas do feminismo para a representação da informação.

As literaturas de escolha delimitam apresentar duas autoras negras que pensam, refletem e abordam de forma literária temáticas de um feminismo negro, que revela sentimentos, anseios e a caracterização de uma liberdade intelectual, afirmativa e de empoderamento das mulheres. A primeira literatura, *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, é considerada por alguns estudiosos a primeira literatura afro-brasileira, em 1859. A literatura denuncia um período do qual mulheres negras ainda encontravam resistência para atuar dentro do que hoje denominamos de “lugar de fala”. Maria Firmina, à época da sua publicação,

---

<sup>17</sup> Tipo específico de diagrama ou representação icônica que organiza determinados fatores e variáveis. Resulta de uma análise estatística de determinados dados, em que se emprega um método quantitativo que leva a agrupamentos e à sua ordenação hierárquica ascendente – o que em termos gráficos se assemelha aos ramos de uma árvore que se vão dividindo noutros sucessivamente. Isto é, ilustra o arranjo de agrupamentos derivado da aplicação de um “algoritmo de clustering”. Um exemplo muito usado, em biologia computacional, é o do tipo específico de cladograma que mostra relações evolutivas entre diferentes clados biológicos, após a análise estatística dos dados genéticos. (EDUCALINGO, 2019).

apropriou-se do uso do pseudônimo “Uma Maranhense”, considerando o risco de possíveis represálias e por ser hábito comum de seu tempo, considerando que uma mulher negra nos meados do século XIX não teria tanta receptividade para escrever e o uso do pseudônimo garantia maior liberdade na escrita.

Maria Firmina trazia um retrato diferente na literatura: as reflexões femininas e do negro na sociedade, suas problemáticas e inquietações. O romance abolicionista aborda narrativas que desconstruem a condição etnocêntrica masculina descrita nas literaturas canônicas da época com uma nova visibilidade que assume lugar de fala e autonomia no discurso, desmistifica a caracterização algoz e indomesticável do negro com a representatividade da linguagem portuguesa na escrita e quebra com marcadores sociais que, em certa medida, condicionaram e condicionam o lugar da mulher negra na sociedade.

O romance retrata a trágica história de amor entre dois jovens: a pura e humilde Úrsula e Tancredo, nobre mancebo bacharel. Contudo, o que aparentemente parece uma história clássica e um lindo romance de amor, estabelece um recorte para as narrativas de personagens negros, as relações com a escravidão e as mulheres negras. O romance foge aos parâmetros de nacionalidade exacerbada da época e a autora parece muito preocupada em estabelecer os retratos de uma política de denúncia às injustiças diante do cenário patriarcal que vitimava mulheres e negros escravos.

A denúncia a uma liberdade comprada que não libertava o negro da sua escravidão retrata a diáspora africana no Brasil, com aspectos culturais e mudanças ríspidas de realidade mascarados pelo cenário da subalternidade da mulher ao patriarcado e dos negros à escravidão. A autora traz a narrativa de reversão do algoz, colocando o senhor dono das terras em lugar de sagacidade, cruel e opressor, responsável pelo falecimento da irmã e da donzela diante da sua inconsolável dor. Contudo, a autora não deixa passar a condição de libertação dos escravos como um aporte do romance, dispensando o final feliz da trama.

A condição de humanização do negro também fica marcada na relação do mancebo jovem Tancredo e Túlio, o seu fiel, que embora a condição de escravo liberto estivesse garantida legalmente, esse não se afastava dos referenciais escravizacionistas que restringem o negro à condição exclusiva de força de trabalho e irracional, mas que aponta a condição de humanização ao demonstrar solidariedade e a fidelidade afastada na construção da diáspora. A literatura *Úrsula*, de Maria Firmina, foge aos padrões da época, demonstrando a valorização do negro com exaltações de características da raça, um marcador de rompimento aos estereótipos de demonização do negro.

Do mesmo modo, a literatura de *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo (2003),

demarca o lugar da voz feminina que emerge do plano de invisibilidade e condições de subalternidade patriarcal, para a busca de espaços de libertação e autonomia em prol da mudança social. A literatura estabelece uma crítica social recorrente na delimitação do país, reflete a realidade vivenciada pela sociedade situada à margem, suas condições de vida, opções de escolhas. O retrato excludente socioeconômico, atrelado a essa condição, e o anseio por melhores oportunidades de vida e o desejo de ascensão social.

As narrativas revelam as condições de busca e enfrentamento, desbravamento pelo novo, a mudança como oportunidade de crescimento social. A literatura *Ponciá Vicêncio* retrata um aporte mais reflexivo da personagem. Suas narrativas denunciam o questionamento da herança patriarcal do sobrenome do avô, as relações de posse e da terra como símbolo de poder, assim como revela a leitura como aporte de transformação social convergindo com as estruturas do que Barreto (1994) e Freire (1987) adotam no processo de delimitação da informação como instrumento de transformação social e a perspectiva crítica social da educação como marcador de prática da liberdade que permite pensar e refletir o mundo sob a ótica da mudança social.

A personagem principal, Ponciá, reflete e questiona suas escolhas e a condição patriarcal subordinada ao homem no processo de decisão e escolha; demonstra preocupações e inquietações que não eram de seu tempo; desgostosa com o lugar social e da subalternidade patriarcal ousa a independência nos momentos de desleixo doméstico que lhe rende a violência física do marido. As condições de atribuições domésticas, patriarcais e de lugar social culminam na busca de um empoderamento através da luta e do trabalho. Luandi Vicêncio, irmão da personagem central, conquista no título de soldado o símbolo de ascensão e poder por meio da escrita e leitura (agentes de transformação social).

A literatura também revela estruturas do marcador feminicídio e violência contra mulher como um fator naturalizado no contexto familiar do seu tempo e do cotidiano das mulheres. O romance de formação crítica reflete diferenças político-sociais, no qual a subalternidade feminina contesta a condição da hierarquia patriarcal, estabelecendo o rompimento de uma frente de mulheres que urge espaço no âmbito da crítica literária.

Conceição Evaristo, professora, militante e pesquisadora da UFMG, mulher negra do século XXI, assume o embate político, epistemológico e social em busca de fortalecimento e construções teóricas. Embora assuma e tenha liberdade para falar, também enfrenta outros mecanismos do campo de disputa da ciência e suas novas ferramentas de estratificação e ofuscamento por meio do embate do racismo estrutural e institucional na ciência.

A incorporação do negro à condição de protagonista, estabelecendo visibilidade às

suas narrativas, sentimentos e vivências é que se faz oportuna para justificar a análise de conteúdo e invariavelmente de discurso de suas histórias, do seu imaginário e de sua importância para a construção representativa da produção intelectual negra e da representatividade enquanto sujeito socialmente construído e moldado da branquitude. Vencidos anúncios do objeto de estudo da pesquisa, a proposta segue com delimitação do *software* como instrumento de pesquisa para análise do conteúdo e investigação de estudo.

## 7.2 SOFTWARE IRAMUTEQ: APLICAÇÃO, TRATAMENTO E COLETA DE DADOS

O IRaMuteQ é um *software* de código aberto, licenciado pelo GNU GPL (v2), que permite alteração, adaptações e é expandido por meio da linguagem Python. É uma ferramenta de uso e estudo das ciências humanas e sociais e utiliza o mesmo algoritmo do *software* Alceste, permitindo diversos tipos de análise de dados, desde a lexicografia básica, que abrange contagem de palavras, análise pós-fatorial de correspondências, análises de similitude e classificação hierárquica descendente (CHD). Os resultados são de fácil verificação, apresentados por meio da interface em disposições gráficas e estatísticas, e o *software* permite também a organização de uma estrutura de nuvem de palavras que configura de forma gráfica as incidências das palavras.

A lexicometria assume o significado de um procedimento metodológico e tecnológico com características de objetividade, descritivo, indutivo e científico para tratamento de dados qualitativos, sob fundo quantitativo para caracterização topológica e combinatória de elementos lexicais de um determinado *corpus*, com o intuito de que a trajetória do discurso por operações conhecidas e controladas sejam calculadas e a topologia e a combinatória dos elementos lexicais do *corpus* sejam caracterizadas (DAMASCENO, 2008). Considerando a complexidade da língua portuguesa, a análise enfrenta os desafios das correlações, oposições e a dificuldade associativa da categorização das unidades lexicais por parte da pesquisadora.

A análise de CHD é um método adotado na pesquisa, considerando a possibilidade de classificação dos segmentos textuais em função do vocabulário de uso. Essa análise permite estruturar hierarquicamente o vocabulário e os segmentos textuais por meio de subdivisões de classes correlacionadas, permitindo a inferência do conteúdo do *corpus* textual e do discurso. Outro importante aspecto analisado pelo *software* é a análise de similitude que admite a representação gráfica de correlações entre as palavras do *corpus* textual, possibilitando a inferência da estrutura de construção do texto e as temáticas abordadas de maior evidência.

O tratamento da base de dados textual no IRaMuteQ pode assumir a disposição de

grupos de textos relacionadas a uma determinada temática, também chamado de *corpus* textual, estruturado e construído com base nos critérios de escolha do pesquisador ou por um segmento corrido estruturado de uma transcrição textual no caso de entrevistas ou questionários. As duas literaturas de abordagem de análise escolhidas foram fragmentas em temáticas, considerando a disposição de compreensão e correlação dos conceitos estruturados no Apêndice A, “Formulário indicador conceitual do feminismo negro”, que assume como aporte os conceitos de: patriarcado; empoderamento; relação de poder; sexismo; violência contra a mulher; feminicídio e interseccionalidade. Logo, a escolha dos segmentos textuais considerou a pertinência temática de abordagem com as temáticas conceituais.

Importante mencionar as limitações da análise da pesquisa, considerando que na literatura do século XIX, *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, a incidência de uma linguagem e de palavras de ortografia antiga, a fim de garantir a análise dos dados e a correlação das palavras de acordo com um dicionário padrão do sistema, foi preciso estabelecer uma adequação ortográfica e gramatical seguindo recomendações do programa com o objetivo de atingir a devida recuperação da análise de pesquisa.

A complementação do sentido de algumas frases pela dificuldade de reconhecimento do sentido do texto também é outra recomendação do *software*, visto que não é possível a análise por meio de sentido subtendido; recomendações de eliminações de expressões que o *software* julga desnecessárias; a dificuldade de dicionários de linguagem padrão vigente reconhecer flexões verbo-pronominais. Por tais razões é recomendada a preparação do *corpus* textual para a análise automática e, segundo recomendações do *software* IRaMuteQ, diante da impossibilidade de completar determinadas frases sem a perda do sentido original, elas devem ser eliminadas da análise.

O uso de dicionário de termos padrão da língua portuguesa vigente ajuda a estabelecer a filtragem das palavras no programa e a correlacionar o vocabulário durante o processo da análise. De acordo com o Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição da Universidade Federal de Santa Catarina (LACCOS), em parceria com o Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade – Educação, da Fundação Carlos Chagas (CIERS-ed/FCC), o dicionário experimental de língua portuguesa é atualizado com frequência a fim de oportunizar análises mais estáveis. Contudo, ainda que diante de um dicionário atualizado, é preciso reconhecer a impossibilidade do reconhecimento de todas as palavras do texto, havendo a possibilidade de contribuições incisivas a fim de padronizar de atualização no dicionário.

A língua portuguesa assegura uma diversidade e liberdade de manifestação na fala, na

escrita e, frente a essa condição de expressividade social diversa, o uso da linguagem assume práticas individuais características da personalidade do sujeito que particulariza a estrutura textual, trazendo uma abordagem de complexidade para as relações de oposição e associação; proximidades e afastamentos da análise. Com isso, é possível comprometer ou dificultar a categorização das unidades léxicas da presente análise. Ultrapassadas as devidas apresentações do *software* IRaMuteQ, segue a representação visual de acordo com a Figura 1:

Figura 1 – Apresentação do IRaMuteQ



Fonte: Dados produzido pelo Iramuteq 0.7 alpha 2 com base na análise do banco de dados produzido pela autora, 2019.

Distribuídos as sete temáticas de análise da pesquisa, foi possível extrair uma correspondência temática num total de 100 fragmentos textuais, dos quais 56 foram extraídos da literatura *Úrsula* e 44 da literatura *Ponciá Vicêncio*; por conseguinte, esses textos são redistribuídos em disposição pelo *software* em segmentos de texto para a estrutura de representação da análise dos dados textuais, a fim de verificar a repetição e contagem de palavras.

A preparação da base de dados assume uma codificação específica, havendo a necessidade do uso do formato txt, codificados em Unicode UTF-8 e a inserção de quebra de parágrafo a cada incursão de fragmentos. A introdução dos textos deve seguir parâmetros de linguagem de programação como, por exemplo, (\*\*\*\**Úrsula*), seguido da inclusão de variáveis separadas por *underline* e introduzidas com um asterisco e pela temática, de acordo com exemplo: (\*temática\_interseccionalidade). A partir de então, o fragmento textual deve ser redigido de forma corrida, excluindo expressões de interjeição, símbolos como aspas,

cifrão, travessão, reticências, porcentagem e asteriscos, substituindo, sempre que necessárias, palavras que completem o sentido do texto ou ajustando as flexões verbo-pronominais, a fim de extrair o uso do hífen. Contudo, para a preparação do banco de dados, embora tenha enfrentado necessidade de adaptações a fim de atender a complexidade do *software*, foi adotado como princípio o grau mínimo de mudanças na estrutura original do texto para evitar a perda de caracterização da linguagem das autoras e do sentido das frases.

Para fins de visualização da estrutura de composição e tratamento da base de dados, tomou-se o cuidado em apresentar o modelo e seguimento de composição do banco de dados no Apêndice B, “Estrutura do banco de dados para análise no IRaMuteQ”, e a Figura 2 aborda a representação das subdivisões dos fragmentos textuais por temática.

Figura 2- Distribuição temática por literatura para desenvolvimento da análise de conteúdo

Formas	Formas comuns	Tipos	Forms frequencias	Tipos de frequências	Frequência relativa das for
ter			26	*Ponciã_Vicência	15
tenderai			0		1
tempo			12		3
tema_violência_contra_mulher			4		5
tema_sexismo			2		1
tema_relação_de_poder			16		26
tema_patriarcado			7		12
tema_interseccionalidade			8		10
tema_feminicídio			5		1
tema_empoderamento			2		1
ta			0		20
tarefa			0		1
tarde			0		1
tanto			2		5
tancredo de vvv			0		3

Fonte: Dados produzido pelo Iramuteq 0.7 alpha 2 com base na análise do banco de dados produzido pela autora, 2019.

A distribuição por temática assumiu a seguinte disposição: nove segmentos textuais classificados com a temática “violência contra mulher”; “sexismo” com três seguimentos textuais; “relação de poder” apresentando maior índice representativo de fragmentos textuais (42 intercorrências); 19 segmentos textuais classificados em “patriarcado”; 18 segmentos textuais como “interseccionalidade”; seis segmentos textuais com tema “feminicídio”; e três segmentos classificados como “empoderamento”.

Os seguimentos textuais estão agrupados de acordo com a disposição das literaturas, a estrutura de categorização dos temas segundo os princípios teóricos de Bardin (2016), conjunto agrupado de acordo com delimitações de gênero (analogia), com critérios

previamente definidos por elemento semântico por categorias temáticas. A proposta é considerar a unicidade da investigação, tomando como parâmetro proximidades de conteúdo e a estruturação.

### 7.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

O *corpus* geral da pesquisa foi constituído por dois textos, redistribuídos em 129 segmentos textuais (ST) pelo *software* IRaMuteQ, com aproveitamento de 87 segmentos textuais (67,44%) do total de 129 segmentos. Emergiram 4.552 ocorrências (palavras, formas ou vocabulários), sendo 1510 formas distintas e 1051 com ocorrência única no texto. O programa redistribuiu os 100 fragmentos textuais, extraídos dos dois textos analisados, em 129 segmentos textuais, que serviram de base para a análise e estrutura da personificação do programa IRaMuteQ. Considerando a verificação dos dados estabelecidos e dispostos nessa descrição, segue a Figura 3 com a respectiva análise precedente:

Figura 3 – Descrição do texto após análise do IRaMuteQ

The screenshot shows the IRaMuteQ 0.7 alpha 2 interface. The main window displays the 'Description do corpus' for 'Texto com Correções - 26-11-2018\_corpus\_2'. The 'Statistiques' section is circled in red and contains the following data:

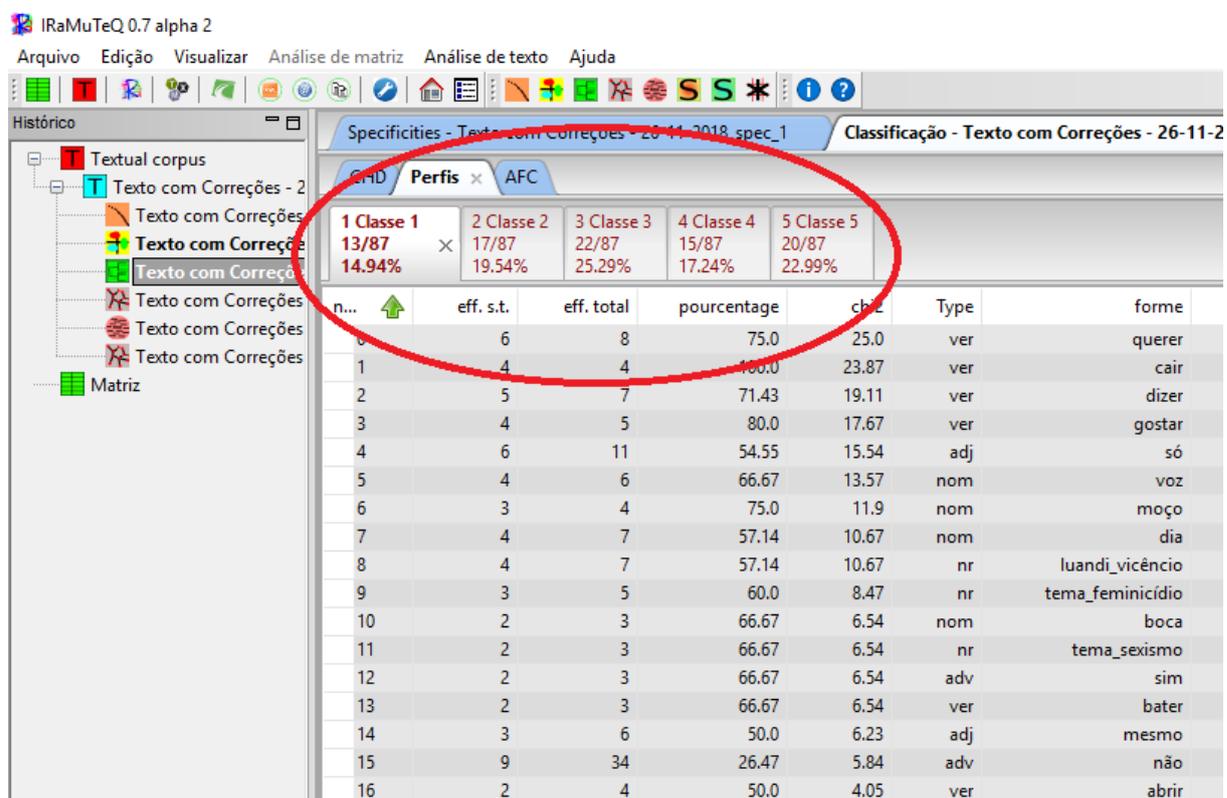
Statistiques	Value
Number of texts	2
Number of text segments	129
occurrences	4552
Number of forms	1510
Número de hapax	1051 - 69.60 % des formes - 23.09 % des occurrences

Fonte: Dados produzido pelo Iramuteq 0.7 alpha 2 com base na análise do banco de dados produzido pela autora, 2019.

O conteúdo analisado foi categorizado em cinco classes: Classe 1, com 13 ST (14,94%); Classe 2, com 17 ST (19,54%); Classe 3, com 22 ST (25,29%); Classe 4, com 15 ST (17,24%); e Classe 5, com 20 ST (22,99%).

Segue, conforme Figura 4, a estrutura de distribuição dos seguimentos textuais por classificação hierárquica descendente. A estrutura apresenta o perfil dos ST em função dos tipos gramaticais, apresenta o número de frequência e de aproveitamento das palavras, permite ordenar de forma crescente ou decrescente, possibilitando atender à demanda do pesquisador no processo de ordenamento da análise.

Figura 4 – Distribuição classificatória dos seguimentos textuais no IRaMuteQ



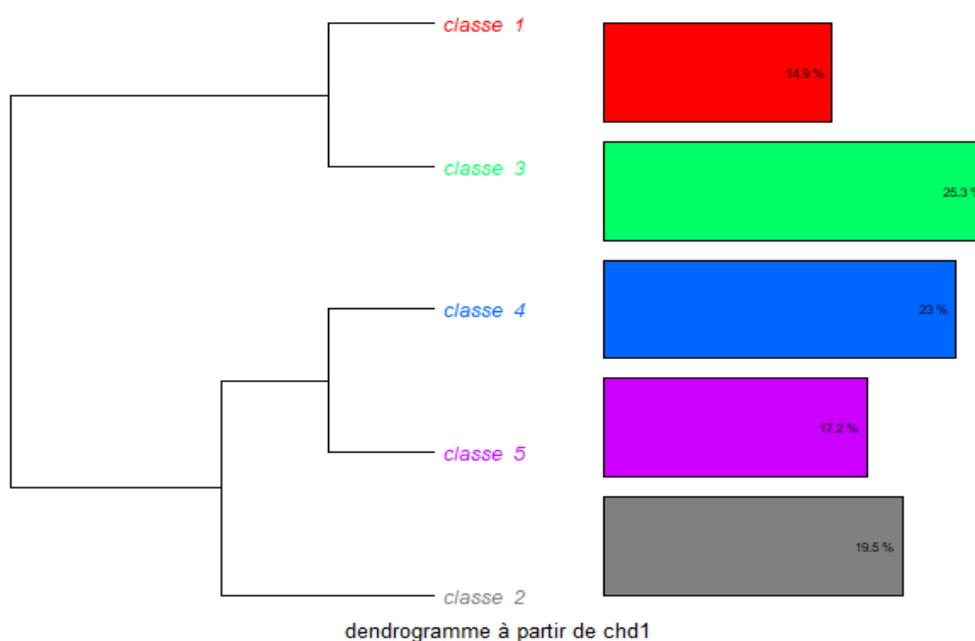
Fonte: Dados produzido pelo Iramuteq 0.7 alpha 2 com base na análise do banco de dados produzido pela autora, 2019.

O método de análise por Classificação Hierárquica Descendente reestrutura os ST em grupos de acordo com a aproximação lexical. O *software* atua na delimitação das classes do texto, formando uma estrutura de dendrograma que ilustra proximidades e afastamentos entre as palavras. As cinco classes que se encontram subdivididas em ramificações do *corpus* total da análise tornam possível inferir que há frequência de palavras que incide em maior proporção em dada classe. A distribuição das palavras e sua frequência se apresenta de forma variável a cada classe de acordo com a distribuição estabelecida e apurada no *software*.

Assim, é possível observar: classe 1 (cor vermelho) assume 14,9% de segmentos textuais; a classe 2 (cor cinza) corresponde a um total de 19,5%; classe 3 (cor verde) 25,3%; classe 4 (cor azul) 23%; e classe 5 (lilás) 17,3%, conforme a Figura 5 apresentada.

Os segmentos aqui descritos seguem de acordo a definição de Bardin (2016), agrupados conforme categorização operação com finalidade classificatória, segundo critério semântico para repartir os elementos para fim de organização.

Figura 5 – Dendograma da classificação hierárquica descendente



Fonte: Dados produzidos pelo Iramuteq 0.7 alpha 2 com base na análise do banco de dados produzido pela autora, 2019.

O dendograma da literatura, segundo a distribuição do vocabulário, é uma representação distributiva de palavras presentes em cada classe respectivamente, do qual estabelece o percentual de incidência das palavras por classe. Contudo, é preciso mencionar que a contagem das palavras não permite estabelecer correspondências contextuais e semânticas, tampouco identificar a localização de extração dos termos, configurando, dessa forma, um aspecto de limitação investigativo para a pesquisa, seguindo essa etapa da pesquisa estabelecida de forma manual por correspondência temática.

Nessa análise é possível verificar o índice de maior correspondência temática da categoria temática correspondente à classe 3, seguida da classe 4 e classe 2 e, conseqüentemente, menor índice das temáticas distribuídas nas classes 1 e 5.

A incidência de palavras na classe 1 como “querer”, “dizer”, “voz”, “bater”, “pensar”,

“levantar” e “mandar”, por exemplo, relacionadas aos contextos das obras de pesquisa admitem a perspectiva de empoderamento presente na assertiva textual. Considerando a proximidade com a classe 3, estabelecida por ramificação conforme, Figura 5, é possível confirmar a presunção com a inclinação para o destaque de palavras como “negro”, “aguardar”, “terra”, “tempo”, “trabalhar” e “ler”.

A compreensão da análise revela no perfil de aproveitamento na classe 1 de 13 ST do *corpus* total analisado; constituídas e analisadas palavras e radicais da palavra no intervalo entre “mandar”, com cinco aparições e dois aproveitamentos, 40%, e (querer) com seis aproveitamentos, 75%, e oito constatações. Essa classe é composta por palavras de maior frequência das quais destacam-se: “cair”, quatro vezes, 100% de aproveitamento no ST; “gostar”, quatro das cinco, 80% de aproveitamento em ST; “moço”, três de quatro, 75%; “dizer”, cinco de sete analisados, 71,43%; “bater”, 66,67%, duas análises das três aparições em ST; e “voz”, quatro de seis, ou seja, 66,67% de aproveitamento.

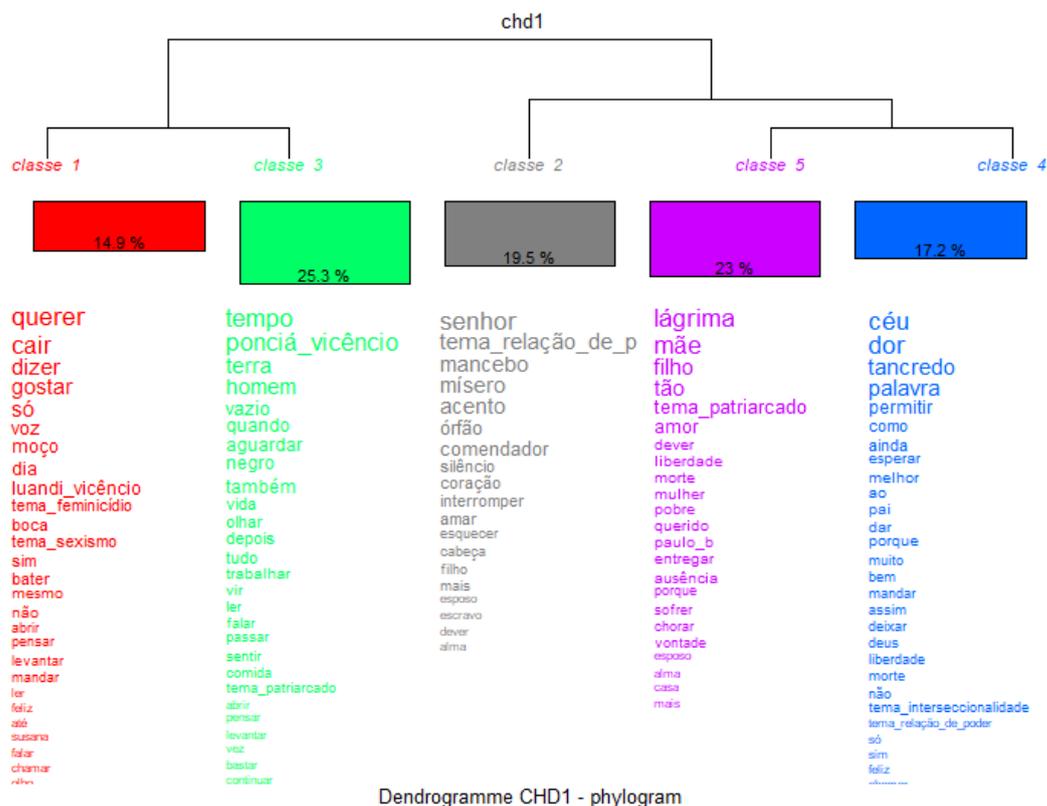
Na classe 3 com 22 ST, por sua vez, é possível destacar a frequência que varia em torno de palavras como “homem”, com 19 aparições e 11 aproveitamentos, 57,89%; seguido de “tempo”, com frequência de oito e percentual de 88,89%; “trabalhar”, três aproveitamentos das quatro aparições, 75% da análise, e “ler”, com frequência menor de três aparições e dois aproveitamentos, 66,67%. No entanto, a proximidade das palavras destacadas nas classes 1 e 3 e a proximidade estabelecida na estrutura da Figura 5 faz presumir que as palavras tratam de abordagens das reflexões de promoção à emancipação, busca por uma igualdade e autonomia, participação e afirmação nos espaços, denominando, assim, como relações de empoderamento.

Considerando que autoras como Ângela Davis (2017) e Joice Berth (2018) entendem empoderamento como instrumento de transformação social individual e coletivo, com o intuito de fomentar a conscientização individual e coletiva com menção a estabelecer poder e atravessar as estruturas sociais, refletindo a influência dos problemas sociais é que as incidências de palavras que resgatam e dialogam com reflexivas da busca de poder denotam e comprovam a presença da temática na literatura e, por conseguinte, a necessidade de representação da informação dentro do viés do feminismo negro.

Retomando a análise de pesquisa das classes estabelecidas pelo *software* IRaMuteQ, as classes 4 e 5 estabelecem disposição de muita proximidade e assumem disposição relacionadas a sentimentos, relações patriarcais, consentimento, liberdade, ausências e outros aspectos relacionados à subalternidade, raça, desejos e anseios. Dessa forma, suas relações assemelham-se às reflexões do entorno interseccional corroborando com a representatividade

temática. As palavras de maior incidência foram destacadas com o intuito de constatar a incidência e proximidade das correlações, como é possível verificar na Figura 6.

Figura 6 - Dendograma das literaturas segundo distribuição de palavras



Fonte: Dados produzidos pelo Iramuteq 0.7 alpha 2 com base na análise do banco de dados produzido pela autora, 2019.

Na classe 5 destacam-se as palavras: “lágrima”, com aproveitamento de 100% e quatro repetições; “ausência” e “pobre”, com 66,67% de aproveitamento, dois aproveitamentos e três repetições; “morte” e “liberdade”, com três das cinco aparições 60% de aproveitamento e “mulher”, com 50% de aproveitamento em ST das oito aparições. A classe 4, por sua vez, evidencia o destaque para palavras como: “palavra”, com três repetições e 100% de aproveitamento; “céu”, com 100% de aproveitamento quatro vezes; “dor”, com 83,33% de aproveitamento, cinco das seis aparições em ST.

A classe 2, em sua maior integridade, assume disposições de palavras com aproveitamento 100%, das quais é possível enumerar “comendador”, “órfão”, “acento”, “mísero” e “mancebo”, em sua maioria palavras relacionadas às condições do patriarcado e relações de poder. “Interromper”, “silêncio” e “coração” aparecem seguidos na análise com percentual de aproveitamento de 75%, de três das quatro repetições nos ST, e “senhor”, com uma incidência de 13 vezes e nove aproveitamentos, 69,23%. A título de ilustração, segue a

representação da Figura 7 para compreensão e delimitação dos dados da pesquisa, considerando que a Figura 7 apenas mostra a representação de incidência de apenas uma das classes da pesquisa como modelo e que o *software* estabelece esse recorte para todas as cinco classes investigadas.

Figura 7 – Análise de frequência e aproveitamento das palavras na classe 2

The screenshot shows the Iramuteq 0.7 alpha 2 interface. The main window displays a table of word frequencies for Class 2. A red oval highlights the row for the word 'comendador'.

Specificities - Texto com Correções - 26-11-2018_spec_1					Classificação - Texto com Correções - 26-11-2018_corpus_1		
CHD		Perfis		AFC			
1 Classe 1	2 Classe 2	3 Classe 3	4 Classe 4	5 Classe 5			
13/87	17/87	22/87	15/87	20/87			
14.94%	19.54%	25.29%	17.24%	22.99%			
n...	eff. act.	eff. total	pourcent...	chi2	Type	forme	
6	3	3	100.0	12.79	nom	comendador	
5	3	3	100.0	12.79	adj	órfão	
4	4	4	100.0	17.26	nom	acento	
3	4	4	100.0	17.26	adj	mísero	
2	4	4	100.0	17.26	nom	mancebo	
9	3	4	75.0	8.2	ver	interromper	
8	3	4	75.0	8.2	nom	coração	
7	3	4	75.0	8.2	nom	silêncio	
0	9	13	69.23	24.0	nom	senhor	
12	2	3	66.67	4.39	nom	cabeça	
11	2	3	66.67	4.39	ver	esquecer	
16	3	5	60.0	5.52	pro_dem	essa	
15	3	5	60.0	5.52	pro_per	vos	
14	3	5	60.0	5.52	pre	sem	
10	4	7	57.14	6.85	ver	amar	
19	2	4	50.0	2.47	pro_per	lhes	
1	12	25	48.0	18.07	nr	tema_relação_de_poder	

Fonte: Dados produzidos pelo Iramuteq 0.7 alpha 2 com base na análise do banco de dados produzido pela autora, 2019.

As relações de frequência entre vocabulários de convergência com as temáticas de sentimento, subalternidade envolvendo a mulher e o negro das classes 5 e classe 3 denotam expressividade do que o feminismo negro compreende como relações de reflexão interseccional. A autora Carla Akotirene (2018) chama atenção para esse conceito como a capacidade de reflexão e sensibilidade analítica da incapacidade de distinguir ou dissociar múltiplas formas de discriminação, tais como racismo, sexismo, machismo, a homofobia em relação à atenuante do capitalismo e à capacidade analítica que não remete a uma única categoria reflexiva de lugar que colocam mulheres negras em exposição.

Lélia Gonzalez (1983) já mencionava a inadequação do suporte epistêmico para refletir e aprofundar as perspectivas de análise da questão racial e socioeconômica nas questões das pesquisas de investigação social. Segundo a autora, haveria sempre um resquício que desafiava as explicações. É nessa perspectiva que Kimberlé Crenshaw firma, em 1989, o termo “interseccionalidade”, com a publicação de seu artigo “Demarginalizing the

Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”<sup>18</sup>, a fim de abarcar e expandir reflexões que dessem conta de atender demandas de intersecção reflexiva entre as relações de classe social, gênero, raça, sexo, etnia, orientação sexual, religião, origem e outras formas de discriminação.

A interseccionalidade como estudo de sobreposição das identidades aborda e contempla paradigmas conceituais da proeminência de discussão das opressões na sociedade. Surge da perspectiva de conceituações multidimensionais, tais como racismo, sexismo, classismo, capitalismo, homofobia, transbofobia e outras formas de representações de minorias sexuais. Essa teoria permite o estudo do sistema de opressão e desses reflexos sociais de forma inter-relacionada, buscando compreender como essas estruturas atuam na sociedade e estabelecem a construção hierárquica de suas categorizações sociais.

O resgate analítico da pesquisa propõe recapitular alguns fragmentos específicos a fim de comprovar a capacidade reflexiva de alguns personagens ao longo do texto na literatura. Considerando que ambas as obras literárias da pesquisa oportunizam a condição de lugar de fala, em conformidade com essa prerrogativa as autoras Djamilia Ribeiro (2018) e Gayatri Spivak (2010) apresentam: a mulher enquanto negra que se autoriza falar de forma apropriada de um lugar que lhe é favorável e de conhecimento, sob o viés geopolítico de valor e autoridade da produção intelectual negra e profere reflexões do entorno do lugar que ocupa na sociedade, a despertar busca por uma ascensão social, por si só, esses já justificariam a representação conceitual e a necessidade de imputar uma representação da informação dentro do viés do feminismo negro.

Quando em *Úrsula* a autora Maria Firmina dos Reis aborda o diálogo entre Túlio, o escravo, e a preta Suzana é possível estabelecer uma interpretação interseccional na qual as relações de poder, classe, capitalismo, subalternidade e raça estão indissociáveis na narrativa.

Meu filho, acho bom que não te vás. Que adianta trocares um cativo por outro! E sabes tu se aí o encontrarás melhor? Olha, te chamar-te-ão, talvez, ingrato, e eu não terei uma palavra para defender-te. [...] Não troco cativo por cativo, oh não! Troco escravidão por liberdade, por ampla liberdade! Veja, mãe Susana, se deve ter limites a minha gratidão: veja se devo, ou não, acompanhá-lo, se devo ou não provar-lhe até a morte o meu reconhecimento!. (REIS, 1988, p. 69-70).

Em meio a toda a condição de libertação da condição de escravo, o negro Túlio ainda via a necessidade de servir ao mancebo Tancredo em troca da sua conquista de alforria e não

---

<sup>18</sup> Tradução nossa: Demarginalizando a intersecção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e política antirracista.

perceberá, com isso, que essa gratidão lhe proporcionava uma condição de servidão que em síntese não o libertava da subalternidade, porque não sabia outra coisa na vida a não ser servir.

Outro importante resgate que a autora Conceição Evaristo revela em *Ponciá Vicêncio* é a menção reflexiva de buscar por uma condição de vida melhor da personagem principal e sua insatisfação em relação às condições de subalternidade, desigualdade e poder do branco:

Quando Ponciá Vicêncio resolveu sair do povoado onde nascera, a decisão chegou forte e repentina. Estava cansada de tudo ali. De trabalhar o barro com a mãe, de ir e vir às terras dos brancos e voltar de mãos vazias. De ver a terra dos negros coberta de plantações, cuidadas pelas mulheres e crianças, pois os homens gastavam a vida trabalhando nas terras dos senhores, e depois a maior parte das colheitas ser entregue aos coronéis. Cansada da luta insana, sem glória, a que todos se entregavam para amanhecer cada dia mais pobres, enquanto alguns conseguiam enriquecer-se a todo o dia. (EVARISTO, 2003, p. 32).

A literatura de Conceição Evaristo (2003) resgata a condição da mulher reflexiva que busca melhores condições de vida com a saída do campo para a cidade. A leitura em muitos aspectos é apresentada como uma condição de empoderamento na medida em que esta se relaciona à condição de poder e conquista como, por exemplo, quando após aprender a ler e assinar o nome Luandi Vicêncio, consegue virar soldado, pois sua ambição era “ter voz de mando, bater e prender”. Em contrapartida, sua irmã, personagem principal, resgata reflexões que revelam a vontade de crescimento social e desenvolvimento quando, ao resgatar questionamentos, em Conceição Evaristo (2003, p. 43), a autora aborda como: “Deus meu, será que o homem não desejava mais nada? Para ele bastava o barraco, a comida posta na lata de goiabada vazia? O pó, a poeira das construções civis, o gole de pinga nos finais de semana? O papo rápido com os amigos? Será que só isso bastava?.”

As inferências reflexivas da personagem Ponciá resgata a todo tempo sua relação patriarcal com a originalidade de seu sobrenome associado ao avô Vicêncio, do qual assume características físicas e de personalidade, a qual é associada na literatura como a herança de vô Vicêncio. Contudo, a autora retrata próximo ao fechamento da literatura o resgate dos aspectos de ancestralidade, autoridade do texto e o reflexo de uma narrativa interseccional a aguçar no leitor o posicionamento de reflexão e empoderamento:

Compreendera que sua vida, um grão de areia lá no fundo do rio, só tomaria corpo, só engrandeceria, se se tornasse matéria argamassa de outras vidas. Descobriria também que não bastava saber ler e assinar o nome. Da leitura era preciso tirar outra sabedoria. Era preciso autorizar o texto da própria vida, assim como era preciso ajudar a construir a história dos seus. E que era preciso continuar decifrando nos vestígios do tempo os sentidos de tudo que ficara para trás. E perceber que, por baixo da assinatura do próprio punho, outras letras e marcas havia. (EVARISTO, 2003, p. 131).

Conceição Evaristo aborda reflexões que permitem inferir a luta pelos espaços e lugares de fala, os esforços de muitos que antecederam a luta para alcançar esse posicionamento de empoderamento e o papel de responsabilidade que mulheres negras assumem no encargo de abrir caminhos para que outros possam construir, por meio do fortalecimento, um lugar no campo de disputa geopolítico de conhecimento e legitimidade do saber; de fala capacidade de expressão e posicionar a escrita e de contar a história dos seus sob o ponto de vista, situado especificamente sob o viés do subalterno invisibilizado.

Sandra Harding (1991) discute a necessidade de estabelecer reflexões da instabilidade das categorias e da necessidade de considerar as experiências das mulheres como oportunidade de construção do conhecimento fora da lógica geopolítica branca e patriarcal de formação do conhecimento que compactua com o genocídio da produção intelectual negra. A autora Conceição Evaristo deixa-nos um alerta para pensar e ajudar a construir a história dos nossos, decifrar os vestígios da história mal contada e perceber como ela deixa claro que existem outras letras e marcas que foram omitidas e negadas na construção da história, oportunizando uma interpretação interseccional.

Das narrativas e apresentações analisadas até aqui, é possível inferir que da teoria crítica social de Paulo Freire (1987), uma perspectiva que se aproxima do ponto de vista do feminismo negro, na construção e contribuição pautado no contexto da transformação social, preocupado com a formação de uma educação voltada para a consciência individual e coletiva, na perspectiva da dialética que permite o uso das práticas da realidade na educação reflexiva. A ideologia permite ao sujeito delimitar seu viés de formação, fazendo escolhas de seu interesse, libertando-se das imposições e chavões da educação tradicional eurocêntrica patriarcal, assim como também possibilita uma alternativa de alteridade ao conhecimento legitimado na formação social dos sujeitos invisibilizados nas condições reflexivas da incursão alienada e unilateral de sua formação, culminando no afastamento da representação social.

As reflexões epistemológicas de Jesse Shera (1977) são oportunas, visto que a preocupação com o atendimento da demanda informacional da sociedade está incutida no aporte teórico do autor. Shera versou e demonstrou preocupação com o estudo da organização social com intuito de difundir com foco da epistemologia social na produção, integração, fluxo e consumo de todas as formas de pensamento comunicado. Com essa perspectiva, Jesse Shera não faz distinção e oportuniza expressividade a várias formas de produção intelectual,

aproximando da perspectiva de viabilidade da representação da informação sob ponto de vistas situado e localizados.

Em Conceição Evaristo é possível verificar um lugar de autoridade no qual a autora se posiciona em condição de refletir e inferir acerca dos tempos históricos e sociais, dialogando com as perspectivas de gênero, classe e raça na vivência dos personagens. Contudo, é preciso considerar que Evaristo traz uma abordagem contemporânea e fala e escreve de um lugar e tempo que lhe é próprio e consentido. Em contrapartida, Maria Firmina dos Reis, uma autora do século XIX, supostamente passou por atribuições de enfrentamentos e obstáculos na tentativa de ver sua produção intelectual contemplada, considerando que foi pioneira em romance abolicionista na literatura brasileira e também considerada a primeira mulher negra a ousar a escrita trazendo o recorte de caracterização da vivência da população negra brasileira e elementos da tradição africana.

Imputar a capacidade reflexiva de construções eurocêntricas e heteropatriarcais que ocupam espaços de legitimidade, mas que inviabilizam a coexistência de um diálogo na ciência ou de outras formas de construção e produção do conhecimento na literatura e na ciência, é aniquilar condições de igualdade e interdisciplinaridade. É padronizar saberes, monopolizar discursos e direcionar a formação do sujeito a pensar e ver o mundo em um único formato, é imposição epistêmica que desvirtua, descaracteriza e deslegitima outras formas de conhecimento que se encontram fora da geopolítica da lógica heteronormativa, ou seja, tudo que difere é inferior.

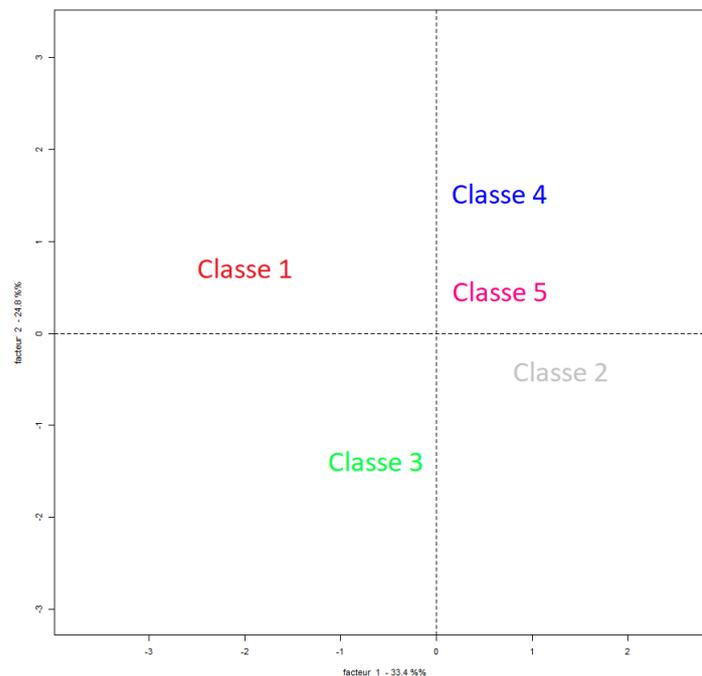
Retomadas e esclarecidas algumas aproximações teóricas e epistemológicas do referencial teórico de pesquisa, dar-se-á por seguimento as apresentações do *software* IRaMuteQ, com incursões analíticas quando oportunas.

A Figura 8 apresenta a distribuição da estrutura acentuada de concentração das classes em função dos quadrantes, considerando a necessidade de explicitar e melhor visualizar os resultados da pesquisa por vocabulário e temática. A partir da reprodução gráfica, é possível extrair inferências de proximidades e afastamentos das classes de pesquisa estabelecidas pelo *software* IRaMuteQ, considerando a incidência de palavras e correlações entre o vocabulário.

A Análise Fatorial por Correspondência (AFC) estabelece a associação do texto entre as palavras, considera a frequência, incidência de palavras e as classes do qual assume representação de acordo com a Figura 8. A representação gráfica das palavras assume uma configuração de deslocamento que atua do centro para as extremidades periféricas e é possível verificar a correspondência de proximidade e afastamentos entre as classes a ponto de assumirem pontos de intersecção e disposição de mesmo quadrante.

Observadas que as classes 4 e 5 estão dispostas em condições de proximidade maior, visto que ocupam o mesmo quadrante, as classes 1 e 2 assumem disposições de oposição e a 3 assume uma disposição mais neutra em relação as outras classes, não estabelecendo relações de grande proximidade quanto às demais e caracterizando acomodação de oposição às classes 4 e 5 em função do sentido quadrante. As observações das quais presumem essa assertiva são possíveis verificar de acordo com a Figura 8, que segue representação em plano cartesiano.

Figura 8 – Análise fatorial por correspondência por quadrante no Iramuteq



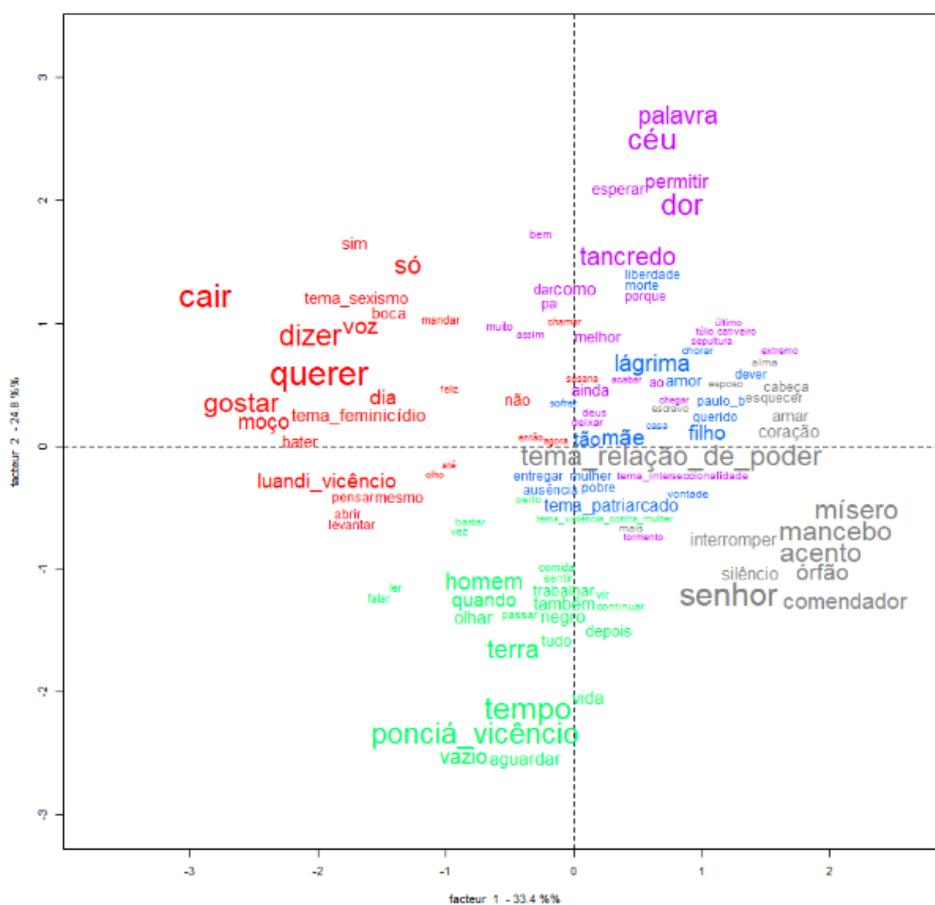
Fonte: Dados produzidos pelo Iramuteq 0.7 alpha 2 com base na análise do banco de dados produzido pela autora, 2019.

Assim como a análise fatorial assume a conformidade gráfica da composição de adjacência das classes 4, 5 e 2; as classes 4 e 5 sob a atuação de mesmo quadrante caracterizando a representação acentuada das palavras com maior grau de proximidade e correlação em contrapartida as classes 1 e 2 que se destacam em linha de oposição em relação as palavras, o diagrama dos eixos fatores transcende essa apresentação para a representação das palavras considerando o uso da lematização que considera a raiz das palavras e ignora os tempos verbais, gênero ou plurais; além do estudo da frequência das palavras, transformando a partir dos segmentos textuais as estruturas de contagem das formas (adjetivos, substantivos e verbos).

Dessa estrutura atenuante é possível aferir, conforme explicação da Figura 8, a proximidade contextual, a sobreposição e a caracterização dos grupos e classes de palavras. Observa-se que as classes 1 e 3 com a interposição de palavras relacionadas às condições de busca e confronto pelo empoderamento e a correlação destaque para os temas como “feminicídio”, “sexismo” e “violência contra mulher”. Em justaposição às classes 2, 4 e 5, aparentam uma disposição quase que indissociável na Figura 8, representativa de eixos fatoriais de palavras cuja representação visual não permite dissociar a proximidade das temáticas de “interseccionalidade”, “relação de poder” e “patriarcado”, formando uma estrutura emaranhada de palavras.

As interpretações e análises do plano gráfico cartesiano adotam como norte a configuração de maior incidência das palavras em destaque, seus contextos e relações, além do destaque para personificação dos sujeitos dos romances que assumem relações de proximidade com as temáticas. A fim de melhor amplificar a percepção das relações que se fazem menção, segue abaixo Figura 9.

Figura 9 – Diagrama dos eixos fatoriais



Fonte: Dados produzidos pelo Iramuteq 0.7 alpha 2 com base na análise do banco de dados produzido pela autora, 2019.

A análise de similitude é uma representação gráfica que concebe a ligação entre as palavras e o *corpus* textual. Nessa análise é possível inferir estruturas de construção do texto e suas relações com os temas de importância. Na análise estabelecida é admissível a apresentação de temas em destaque e suas relações com as palavras de acordo com a proeminência. A análise baseada, que assume como base a teoria de grafos, estuda as relações entre os objetos de um dado conjunto sendo identificável o índice de ocorrência e as indicações de conexidade entre as palavras, amparando as reflexões do entorno da estrutura de conteúdo de um *corpus* textual.

A incidência do tema “relação de poder” é verificável na disposição da Figura 9, em condição central com acentuado número de palavras no rol de relações, maior número de ramificações as quais destacam-se, em maior proximidade, as palavras: “senhor”, “pai”, “soldado branco”, “farda”, “mancebo”, “comendador”. A relação de poder transfigura com certa proximidade com os temas de “violência contra a mulher” e “feminicídio”. Considerando a inferência da zona proximal, destacam-se as palavras, verbos e nomes como: “Ponciá Vicêncio”, “bater”, “falar”, “encontrar”, “morte”, “liberdade”, “dizer” e de forma bem acentuada em representação de destaque para o advérbio de negação e recusa “não” que, de sorte, parece acentuar a discordância pela prática de crimes e violência contra mulher, mas que na verdade incide no maior índice de repetições com o contexto do conteúdo textual.

A proximidade temática da “violência contra mulher”, “feminicídio” e “relações de poder” reafirma o discurso de que a produção intelectual negra comprova, nas pesquisas de Angela Davis (2017), de que a violência e subalternidade feminina encontram-se em zonas proximais ligadas às relações sociais de poder, fomento da estrutura política.

Em oposição acentuada ao tema “relação de poder”, mas em condições de maior proximidade com os temas de “violência contra mulher” e “feminicídio” que parecem se relacionar e interligar por meio do verbo “aprender” que assume a função de elo entre as temáticas, é verificável o tema de empoderamento com menor expressividade de palavras das quais se apresentam como de maior relevância contextual: “ler”, “assinar”, “guardar” e “lembrar”. “Soldado” é uma das palavras que aparece com muita proximidade em circunstância da representação simbólica no contexto da literatura *Ponciá Vicêncio*, na qual o irmão de Ponciá, Luandi, almeja sua ascensão à condição de mando com o uso da farda e o título de soldado.

As correspondências temáticas aqui apresentadas endossam a perspectiva de Barreto (1994) da informação como insumo de transformação social e instrumento de acesso e ascensão social à educação como estratégia de modificação. A figura do Estado também

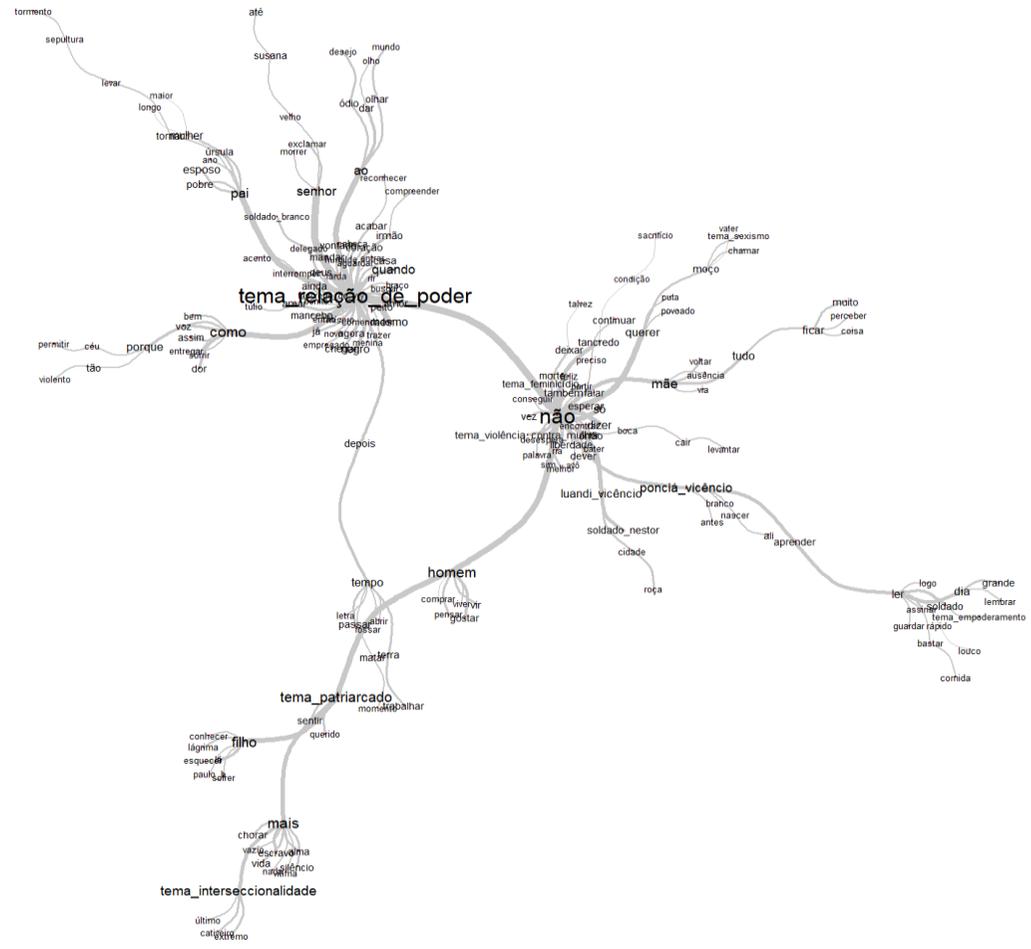
assume um pressuposto de inferência no papel de representação político de poder, anseio do uso da farda como símbolo de poder social.

Outra importante verificação é a representação visual da mesma ramificação para os temas “relação de poder”, “feminicídio” e “patriarcado”, demonstrando, assim, a inter-relação e a proximidade contextual. O substantivo “homem”, por sua vez, interliga o tema “feminicídio” ao tema “patriarcado”, confirmando os discursos atenuantes da produção científica que corroboram com o estudo da sobreposição dos homens na relação de poder e a estrutura de subalternidade nas relações familiares e sociais. As palavras de maior incidência no tema de “patriarcado” são o substantivo “Filho” seguido de verbos como: “sentir”, “conhecer”, “sofrer” e “esquecer”, demonstrando as relações com condições de emoção e sentimentos próprios da proximidade contextual da angústia proveniente da relação patriarcal.

Um pouco abaixo da estrutura de ramificação das relações com o tema “patriarcado”, algumas palavras assumem que estabelecem relações entre os temas “patriarcado” e “interseccionalidade”, considerando na disposição de interligação entre os temas as palavras que se destacam em função contextual, a saber: “silêncio”, “escravo” e “vítima”. Na temática da interseccionalidade a predominância de três palavras: “extremo”, “último” e “cativoiro”.

Nesse sentido, é possível inferir de maneira geral a coexistência de representatividade dos temas nos dois objetos de estudo literários, além de apresentarem referências por meio da incidência contextual e de palavras de pontos de intersecção e de subalternização nas relações estruturais por meio da disposição simbólica e visual de sua representação. Considerando as múltiplas oportunidades interpretativas da representação descritas, segue a Figura 10.

Figura 10 – Análise de similitude



Fonte: Dados produzidos pelo Iramuteq 0.7 alpha 2 com base na análise do banco de dados produzido pela autora, 2019.

A estrutura de representação em rede, segundo Helen Rozados (2003), estabelece a relação da rede semântica e mapas conceituais a representação visual, trazendo os conceitos de estrutura que facilitam a organicidade da estrutura de pensamento, hierarquias e relações. Evidentemente, não estamos aqui tratando de correlações e estruturas conceituais, mas analogicamente as estruturas das palavras extraídas dos fragmentos textuais da pesquisa permitem estabelecer relações de proximidade temática.

Dessa forma, é possível inferir a predominância de temas no objeto de estudo das literaturas, suas correlações e abordagens semelhantemente, *grosso modo*, a um modelo de abordagem e análise dinâmico, fomentando base de estudo para estratificação de novas estruturas conceituais do feminismo negro, observado o grau de relação entre palavras e temáticas.

Em seguida, foi analisada a estrutura de nuvem de palavras que é visualmente interessante, pois permite mostrar as palavras estruturadas em formato de nuvem, em disposição de tamanhos diferentes, considerando a acomodação por grau de importância (representatividade) no *corpus* textual, considerando o indicador de frequência. A nuvem de palavras assume a mesma composição de extração por fragmento textual, evocando as palavras de incidência que permite aferir maior índice para as temáticas de “relação de poder”, seguida de “patriarcado” e “interseccionalidade”.

Essa estrutura permite uma percepção imediata e de maneira sucinta acerca do material e a importância das palavras no contexto, assumindo a disposição de resumo da compreensão do estudo. O destaque para as palavras substantivas e advérbio de negação “não” foram os indícios de maior proeminência dos quais destacam-se: “mãe”, “mulher”, “pai”, “ler”, “senhor”, “Ponciá Vicêncio”, “Luandi Vicêncio”, entre outros, como é apreciável na Figura 11.



#### 7.4 ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (FCC)

Finalizadas as devidas apresentações dos dados do IRaMuteQ, estabelecidas algumas interpretações e cruzamentos dos pontos culminantes da produção assertiva, passemos às análises e verificações proferidas em consulta material aos instrumentos de representação da informação. Os vocabulários controlados e tesouros de estudo e abrangência nacional e internacional já mencionados anteriormente admitiu-se no tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres da FCC (1998) as possibilidades de coexistência de termos específicos e relacionados ao feminismo: o feminismo liberal; feminismo marxista; feminismo radical e feminismo socialista como é possível apreciar de acordo com a Figura 11 aparecem associadas na representação como NT = termo específico tanto a nomenclatura do feminismo quanto da teoria feminista ambas as estruturas de análise proveniente de extração do instrumento.

Observe ainda que o instrumento delimita 14 RT = termo relacionado, indicando referências associadas à temática do termo geral “feminismo”, oportunizando destaque e representação específica ao trabalho de grupos de feministas que atuaram e atuam sob a vertente particular das variadas esferas do feminismo. Veja a Figura 12 que segue:

Figura 12 - Termo “feminismo” no Tesouro de Gênero e Mulheres da FCC

<p><b>fecundação</b></p> <p>SG Ciências Naturais e Saúde</p> <p>NT fertilização assistida</p> <p>RT ciclo reprodutivo gravidez vida</p> <p><b>fecundidade</b></p> <p>SG Ciências Naturais e Saúde Ciências Sociais e Cultura</p> <p>BT indicadores demográficos</p> <p>RT fertilidade gravidez</p> <p><b>feitiços</b></p> <p>SG Linguagem, Literatura, Religião e Filosofia</p> <p>RT bruxas diabo ocultismo, esoterismo</p> <p><b>feminidade</b></p> <p>SN <i>Conjunto de atributos que orientam o comportamento das mulheres de</i></p>	<p><b>feminismo</b></p> <p>SN <i>Teorias e práticas de igualdade política, social e econômica entre os sexos.</i></p> <p>SG Ciências Sociais e Cultura História e Mudança Social</p> <p>NT ecofeminismo feminismo liberal feminismo marxista feminismo radical feminismo socialista</p> <p>RT antifeminismo direitos das mulheres direitos humanos direitos reprodutivos feministas história do feminismo imprensa feminista liberação das mulheres movimento de mulheres movimentos sociais questão da mulher, a teoria feminista teoria política voto feminino</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres da Fundação Carlos Chagas (1998).

Especificamente, voltada à temática e atuação das mulheres negras no movimento feminista, não foram detectados fragmentos terminológicos de especificidade neste documento. As relações das quais é possível verificar na demarcação ao grupo de mulheres negras está relacionada no instrumento à condição de movimento de mulheres negras com perspectiva à mudança social e estabelecidas relações ao movimento negro.

Importante mencionar que nenhuma relação com o grupo de mulheres negras no feminismo foi reportada ao longo das verificações proferidas na consulta documental. Outras aparições da terminologia “mulheres negras” como termo relacionado as terminologias gerais estão presentes em “raça”, “anemia falciforme”, “anemia” e “mulheres”. A fim de ilustrar a aparição da representativa de mulheres negras em movimentos, segue Figura 13:

Figura 13 - Termo “movimento de mulheres negras” no Tesouro de Gênero e Mulheres da FCC

ritos	BT	movimentos sociais
suicídio	NT	Movimento de Luta por Creches
vida		movimento de mulheres negras
		movimento internacional de
		mulheres
<b>movimento abolicionista</b>	RT	feminismo
SG História e Mudança Social		história do feminismo
BT movimentos sociais		liberação das mulheres
RT abolição		Mães da Praça de Maio
escravidão		movimento feminista
		movimento sufragista
		movimentos de saúde
<b>movimento antinuclear</b>		<b>movimento de mulheres negras</b>
SG Ciência e Tecnologia	SG	História e Mudança Social
História e Mudança Social	BT	movimento de mulheres
BT movimentos sociais	RT	movimento negro
RT movimentos pela paz		
<b>Movimento contra a Carestia</b>		<b>Movimento dos Sem-terra</b>
SN <i>Iniciado em São Paulo</i>	SN	<i>Herdeiro dos diversos</i>
<i>como “Movimento do</i>		<i>movimentos em prol</i>
<i>Custo de Vida”,</i>		<i>da Reforma Agrária,</i>
<i>espalhou-se pelo País a</i>		<i>composto por famílias,</i>
<i>partir de 1978, em</i>		<i>promove ocupações de</i>
<i>protesto contra a</i>		<i>terras não produtivas.</i>
<i>política econômica do</i>	SG	História e Mudança Social
<i>regime militar.</i>	BT	movimentos sociais rurais
SG História e Mudança Social	RT	invasões
BT movimentos sociais urbanos		reforma agrária
RT condições de vida		
pobreza		

Fonte: Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres da Fundação Carlos Chagas (1998).

O tesouro da FCC demonstra expressivo anseio em abarcar as mudanças de linguagem, respeitando a conceituação dos termos; o risco do que se denomina “apropriação conceitual com perda de significado e risco de generalização.” O instrumento traz um pequeno recorte na introdução dedicado ao conceito *empowermet*, alegando a perda da força

no processo de tradução da língua original para o português e considerando a necessidade de contemplar uma representação, propondo o uso do termo “pauperização das mulheres”, ponderando essa terminologia como alicerce representativo da força das mulheres trabalhadoras que sustentam lares, famílias chefiadas por mulheres e que lutam e vencem a situação de extrema pobreza associadas a essa interpretação da expressão “feminização da pobreza”.

O instrumento de produção das autoras Cristina Bruschini, Danielle Ardaillon e Sandra Unbehaum (1998) relata que não se renderá a “modismo exagerados”. Esse julgamento pode acarretar em descon siderações de temáticas. A compreensão conceitual do “empoderamento” feminino proposto pelo instrumento tesouro de gênero e mulheres aparenta uma interpretação superficial do conceito empoderamento, afastando-se do significado proposto em moldes atuais, fundando lacunas, interpretações e uso inadequado. De acordo com o entendimento de autoras como Angela Davis, Patricia Hill Collins, entre outras feministas negras, o conceito de empoderamento assume uma vertente que transcende a esfera da qual o instrumento subverte a interpretação.

Para Joice Berth (2018), o conceito de empoderamento está relacionado à capacidade de articulação coletiva com o intuito de questionar e lutar por modificações nas estruturas de poder da sociedade. Minimizar o uso conceitual do termo “empoderamento” à condição de base social que as mulheres negras estão inseridas no contexto de base da pirâmide social é pormenorizar e invisibilizar estudos e interpretações, visto que esse conceito não é algo relativamente novo na ciência. As descrições de uso e aplicação do termo proposto pelo tesouro da FCC “pauperização das mulheres” aparece ainda em indicativo de uso remissivo de uso nas terminologias “feministas”; “feminismo” e “patriarcado”. Seguem estabelecidas as descrições de termo explicativo (SN) e indicações de uso para (UF) na Figura 14:

Figura 14 - Termo “pauperização das mulheres” no Tesouro de Gênero e Mulheres da FCC

**pauperização das mulheres**  
 SN *Processo resultante de múltiplas causas tanto políticas e econômicas (globalização da economia, desemprego estrutural etc.) como culturais (liberalização dos costumes, ideologia do individualismo etc). Embora consagrada, a expressão “feminização da pobreza” ao relacionar algo negativo à feminização, perpetua o preconceito.*  
 SG Ciências Sociais e Cultura  
 História e Mudança Social  
 UF feminização da pobreza

feminização da pobreza  
 USE **pauperização das mulheres**

Com relação ao termo *empowerment*, o tesouro reporta em nota explicativa a falta de equivalência para o português, o que é justificado pelo uso original do termo em língua inglesa. Caracteriza de forma mais aproximada e pertinentes as nuances da temática do feminismo. As interpretações estabelecem ainda termos relacionados, tais como “aprendizagem”, “capacitação”, “conscientização”, “discriminação positiva”, “formação profissional”, “poder” e “treinamento”. Nesse sentido, é oportuno resgatar o alerta estabelecido por Maria Cristiane Galvão (1998) e Carla Akotirene (2018) quanto aos riscos de importação dos conceitos e usos inapropriados, apropriação de conceitos pela branquitude e a falta de uma avaliação criteriosa na adoção do uso, visto ser comum o uso de alguns conceitos por mais de uma área de conhecimento, repercutindo para o esvaziamento no uso conceitual.

Considerando a correlação de incidência de palavras do IRaMuteQ, é possível confirmar a correlação com a predominância de palavras relacionadas a essas assertivas como “ler” e “aprender”, por exemplo. Segue ilustração da Figura 15 com as configurações explicativas:

Figura 15 - Termo “*empowerment*” no Tesouro de Gênero e Mulheres da FCC

<b>eletrodomésticos</b>		sensibilidade
SG Economia e Emprego		sexo
BT bens de consumo		
RT cozinha		
trabalho doméstico		
<b>elites</b>		<b><i>empowerment</i></b>
SG Ciências Sociais e Cultura		SN <i>Sem equivalente em português ainda consagrado, designa o processo de fortalecimento político das mulheres obtido através de múltiplas ações de ordem legal, econômica, cultural e psicológica.</i>
RT classe social		
coronelismo		
dominação		
nobreza		
<b>emancipação</b>		SG Ciências Sociais e Cultura
SG Ciências Sociais e Cultura		Lei, Governo e Políticas Públicas
NT emancipação feminina		
RT abolição		RT aprendizagem
escravidão		capacitação
<b>emancipação feminina</b>		conscientização
SG História e Mudança Social		discriminação positiva
Lei, Governo e Políticas Públicas		formação profissional
BT emancipação		poder
RT movimento sufragista		treinamento
voto feminino		<b>empregadas domesticas</b>

Fonte: Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres da Fundação Carlos Chagas (1998).

Visto essas limitações de uso e aplicação do conceito, deve-se dizer em última instância que os termos “femicídio” e “interseccionalidade” não foram detectadas como

presença terminológica no tesouro de gênero e mulheres da FCC. No entanto, verificou-se a existência terminológica dos termos “violência contra as mulheres”; “patriarcado”; “poder” (remetendo ao termo “relações de poder”, termo variável); *empowerment* (empoderamento) e “sexismo”.

Diante dessa lacuna, é possível enunciar a falta de atualização dos instrumentos de representação da informação, o que condicionaria as novas nomenclaturas para crime de ódio motivado por uma perspectiva de gênero, como tem sido amplamente classificado os assassinatos de mulheres no Brasil. Quanto ao conceito interseccionalidade, a falta de grupos de pesquisa voltados para discutir a pertinência inclusiva conceitual no âmbito de gênero e minorias sociais tem acentuado a falta de representatividade das terminologias conceituais apropriadas à temática, processo que favoreceria a representação da informação e do conhecimento.

Oportunamente, a compreensão de importação dos conceitos é preocupação pertinente no campo das ciências sociais. Pesquisadores como Carla Akotirene (2018) e Maria Cristiane Galvão (1998) alertam para o uso inapropriados do termo. Acusações versam desde riscos de esvaziamentos a partir da apropriação do uso pela branquitude à apropriação para atendimento de questões circunstanciais.

As vertentes para o uso do termo permitem flexibilidade de uso como empoderamento social e empoderamento feminino, concepção terminológica associadas à delegação de autoridade e autonomia de coletivos e sujeitos, exemplo das considerações propostas por Joice Berth (2018) que resgata posicionamento de autores que passeiam entre reflexões de Paulo Freire, Patricia Hill Collins, bell hooks, Angela Davis e entre outras feministas e pesquisadores sociais para fortalecer o ideal do empoderamento enquanto autoconscientização e aporte de transformação social para defender a segmentação do conceito no campo do feminismo negro.

Contudo, o termo “empoderamento” assume ampliações de uso que merecem uma discussão de maior abrangência no campo de estudo da teoria do conceito Dahlberg, a fim de constatar aplicações e uso dos conceitos no campo da CI, haja vista os riscos de importação conceitual e considerando que essa é uma ciência que está preocupada com o fluxo dos processos e cumpre o papel de organização, não se voltando para os aspectos reflexivos de problematização no uso dos conceitos. Maria Cristiane Galvão (1998) alerta para a necessidade de redução da ambiguidade, a fim de reduzir ocorrências de falsas associações conceituais. Para tal, recomenda o uso de conceitos metodológicos associados à caracterização.

## 7.5 ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DA BIBLIOTECA DE MUJERES DE MADRID

O Tesouro de Mujeres foi uma produção articulada pelas bibliotecárias Marisa Herreros e Ricarda Fernández (2014), destinado a atender as especificidades da biblioteca de mulheres em Madrid. A proposta de construção desse instrumento foi de acolher as formas de manifestações do processo histórico e social das mulheres, propondo uma linguagem não sexista, oportunizando visibilidade, empoderamento e eliminação de termos misóginos.

As autoras se comprometem com a construção de um tesouro mais amplo e geral, mas reconhecem a dificuldade de construir um instrumento que contemplem a diversidade temática, abarquem as contradições do ser mulher trabalhando com as descrições sexistas e oportunizando a incorporação de novos descritores sem alterar a estrutura. Por fim, as autoras deixam claro o desejo de que o instrumento reflita a realidade e que ajude a transformá-la, com a linguagem inclusiva em contraversão ao lugar de exclusão e discriminação.

A busca e pesquisa pela correspondência temática dos termos propostos na análise de conteúdo das literaturas realizada no Tesouro de Mujeres verificou a predominância dos termos: “violência contra as mulheres”, “patriarcado”, “feminicídio”, “poder” e “empoderamento”.

A terminologia “violência contra as mulheres” apresentou correlações de uso detalhado e expressivo com destaque para as correspondências de temáticas como: “violência contra menores”, “violência econômica”, “violência física”, “violência institucional”, “psicológica”, “sexual”, “verbal”, “feminicídio” e “misoginia”, entre outros aspectos. Essa representação no tesouro permite inferir a preocupação com o detalhamento e as variadas formas de violência sofridas pelas mulheres garantindo assim especificidades e detalhamento ao tesouro, como é possível verificar de acordo com a Figura 16:

Figura 16 – Descrição do termo “violência contra mulheres” no Tesouro de Mujeres de Madrid

	Violencia contra las mujeres [Violencia masculina contra las mujeres]		Violación de los derechos de las niñas Violencia en la escuela
UP	Agresiones contra las mujeres		Violencia de género
	Malos tratos	USE	Violencia contra las mujeres
	Maltrato		
	Terrorismo de género		Violencia de pareja
	Violencia de género	USE	Violencia contra las mujeres
	Violencia de pareja		
	Violencia doméstica		Violencia doméstica
	Violencia en la familia	USE	Violencia contra las mujeres
	Violencia familiar		
	Violencia intrafamiliar		Violencia económica
	Violencia machista		[Violencia masculina contra las mujeres]
	Violencia patriarcal	TG	Violencia contra las mujeres
	Violencia sexista	TE	Impago de pensiones
TE	Abandono de niñas	TR	Dependencia económica
	Esclavitud		
	Explotación laboral infantil		Violencia en la escuela
	Feminicidio		[Educación]
	Infanticidio	UP	Violencia escolar
	Misoginia	TE	Acoso escolar
	Robo de niñas	TR	Educación
	Secuestro		Violencia contra menores
	Violación de los derechos humanos		
	Violencia contra menores		Violencia en la familia
	Violencia económica	USE	Violencia contra las mujeres
	Violencia física		
	Violencia institucional		Violencia escolar
	Violencia psicológica	USE	Violencia en la escuela
	Violencia sexual		
	Violencia verbal		Violencia familiar
TR	25 de Noviembre, Día Internacional contra la Violencia hacia las Mujeres	USE	Violencia contra las mujeres
	Agresores		
	Asociaciones de mujeres contra la violencia masculina		Violencia física
	Asociaciones de varones contra la violencia masculina	TG	Violencia contra las mujeres
	Celos		
	Defensa personal		Violencia institucional
	Delincuentes		[Política / Religiones / Violencia]
	Delitos	NA	La ejercida tanto por el poder político como por el religioso.
	Feminismo	UP	Crímenes de guerra
	Guerra	TG	Política
	Observatorios de la violencia contra las mujeres	TE	Violencia contra las mujeres
	Políticas públicas contra la violencia masculina		Campos de concentración
	Relaciones de pareja		Guerra
	Víctimas de la violencia masculina		Represión política
	Violencia contra las mujeres en la literatura		Represión religiosa
			Tortura
			Violación como arma de guerra
		TR	Aborto forzado

Fonte: Tesouro para Mujeres de Madrid (2014).

As assertivas de uso do termo “violência contra mulher” apresentam estruturas hierárquicas de uso e correlações em termo geral e específicos que delimitam abrangência de uso diversificado, permitindo qualidade representacional compatível com as demandas de uso e conotação explicativa de remissivas para contextos específicos, deixando claro a pertinência ou não do uso terminológico. Esse termo apresentou destaque perante a busca do mesmo termo em outros instrumentos de representação, visto a multiplicidade de termos específicos, associados e as remissivas de uso.

Outro destaque terminológico do Tesouro de Mujeres de Madrid foi a localização do termo “empoderamento”, considerando inclusive aspectos do feminismo na sociedade sob o

ponto de vista de liderança, autoestima e poder. As verificações dessa assertiva são passíveis de apreciação na Figura 17:

Figura 17 – Descrição do termo “empoderamiento” no Tesouro de Mujeres de Madrid

Empleo del tiempo		Enfermedades	
USE	Uso del tiempo	[Salud]	
		TG	Medicina
		TE	Alcoholismo
			Cáncer de mama
			Cáncer ginecológico
			Drogadicción
			Enfermedades de transmisión sexual
			Enfermedades mentales
			Fibromialgia
			Obesidad
			SIDA
			Trastornos alimentarios
			Trastornos sexuales
		TR	Eutanasia
			Salud
			Enfermedades de transmisión sexual
			[Salud]
		TG	Enfermedades
		TR	Sexualidad
			SIDA
Empleo-NOW			
[Economía / Política]			
NA	Programa para fomentar la Igualdad de Oportunidades para las Mujeres en el Empleo, dentro de la Iniciativa Comunitaria de Empleo (1996-1999)		
TG	Políticas públicas de igualdad		
TR	Empleo		
	Programa Óptima		
Empoderamiento			
[Feminismo / Sociedad]			
TR	Autoestima		
	Feminismo		
	Liderazgo		
	Poder		
Emprendedoras			
USE	Empresarias		

Fonte: Tesouro para Mujeres de Madrid (2014).

Diferentemente do termo “violência contra mulher”, o termo aparece no tesouro com o uso dissociado de limitações, podendo correr risco do que Maria Cristiane Galvão (1998) alerta para o risco de importação dos conceitos e o que Carla Akotirene (2018) também demonstra preocupação no esvaziamento dos conceitos e do uso, visto que a falta de remissivas para o uso fragiliza a especificidade representativa da informação, possibilitando uso equivocado e a ocorrência do que Lancaster (2004) chama de revocação.

O termo “feminicídio” também apresenta representação no instrumento reportado com especificações detalhadas para crimes de passionalidade, homicídios, desaparecimento de mulheres, assassinato de mulheres, infanticídio e parricida. A delimitação e caracterização hierárquica de termos relacionados segue de acordo com descrição na Figura 18:

Figura 18 – Descrição do termo “feminicídio” no Tesouro de Mujeres de Madrid

<b>Feminicidio</b>		<b>Feminismo islámico</b>	
<i>[Derecho / Violencia]</i>		<i>[Feminismo]</i>	
UP	Asesinatos	UP	Feminismo musulmán
	Crímenes de honor	TG	Teoría feminista
	Crímenes pasionales	TR	Islamismo
	Femicidio		Musulmanas
	Homicidio		
	Uxoricidio		
TG	Delitos		Feminismo musulmán
	Violencia contra las mujeres	USE	Feminismo islámico
TE	Desaparición forzada		
	Lapidación		<b>Feminismo socialista</b>
	Quema de brujas		<i>[Feminismo]</i>
TR	Asesinadas	TG	Teoría feminista
	Feminicidas	TR	Socialismo
	Infanticidio		Socialistas
	Parricidio		
			<b>Feministas</b>
			<i>[Feminismo]</i>
	<b>Feminidad</b>	TE	Anarquistas
USE	<b>Socialización</b>		Comunistas
			Socialistas

Fonte: Tesouro para Mujeres de Madrid (2014).

A representação terminológica do termo “feminicídio” caracteriza a necessidade de tratar a estabilidade do conceito no campo e é um instrumento que merece destaque no reconhecimento do esforço em atualizar o vocabulário de Mujeres de Madrid, visto que melhor se aproxima das demandas informacionais da temática do feminismo. Além de apresentar uma gama explicativa para o uso específico de “feminicídio” com termos específicos e termos relacionados, sendo o único tesouro em estudo da composição de amostra da pesquisa que atende a essa especificidade representacional da informação.

Vencidas algumas representações, é preciso destacar que o sexismo não é um termo autorizado no Tesouro de Mujeres, sendo estabelecida uma remissiva para o uso do termo “discriminação” em lugar de sexismo para as temáticas de tal abordagem. Outro termo também não localizado no instrumento foi o termo “interseccionalidade”, sem predominância inclusiva da temática em vias de representação da informação, a fim de comprovar a remissiva de uso para sexismo segue Figura 19.

Figura 19 – Descrição do termo “sexismo” no Tesouro de Mujeres de Madrid

Servicio doméstico	USE	Jornadas
Empleadas de hogar		
Trabajo doméstico asalariado		
Servicios sexuales		Sindicalistas
USE	Prostitución	[Economía. Trabajo]
		TG
		TR
		Sindicatos
Servicios sociales		Sindicatos
[Sociedad]		[Economía. Trabajo]
TR	Derechos sociales	TG
	Trabajo social	TR
		Relaciones laborales
		Sindicalistas
Sexismo		
USE	Discriminación	Síndrome de inmunodeficiencia adquirida
		USE
		SIDA

Fonte: Tesouro para Mujeres de Madrid (2014).

Esse agravante no uso remissivo do termo “sexismo” demonstra a fragilidade do campo no tratamento de alguns conceitos específicos à temática do feminismo, assunto já tratado por alguns autores quanto à abordagem de fortalecimento de estudo dos conceitos, por exemplo, como alerta Maria Galvão (1998) e Maria Luiza Campos (2001) no tratamento da monossemia relativa e do essencialismo estratégico, associado ao uso dos conceitos por Gayatri Spivak (2010), considerando também a necessidade de estabelecer uma vigilância epistêmica que contemple a representatividade das estruturas de subalternidade, identidades e multireferencialidade do discurso.

## 7.6 ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DA BIBLIOTECA NACIONAL

Instrumento de abrangência nacional utilizado no processo de representação das principais bases e bibliotecas do Brasil, o vocabulário controlado da Biblioteca Nacional disponibiliza catálogos de autoridades e nomes, catálogos de autoridade terminológica e de assuntos, além do catálogo da sociedade brasileira de autores. Os instrumentos permitem diversos tipos de busca, cooperação entre bibliotecas, tudo isso gerido pela Fundação Biblioteca Nacional. Considerando a abrangência e importância do vocabulário controlado e dada sua correspondência nacional é que tomar-se-á como indispensável a verificação terminológica dos termos nesse instrumento.

De sorte que as bases de indexação nacional devem atender de forma correspondente à representação das demandas informacionais de sua população, presume-se a localização de

termos correspondentes à demanda. A base de busca para termos autorizados encontra-se disponível *on-line* no endereço: [http://acervo.bn.br/sophia\\_web/index.html](http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html), cabendo verificações *in loco*.

Os termos localizados no vocabulário controlado da BN foram: “violência contra mulher”, “patriarcado”, “poder” e “sexismo”, não havendo registro para uso dos termos “feminicídio”, “interseccionalidade” e “empoderamento” até a presente data. Segue registro dos termos “violência contra mulher” e “sexismo”, localizados na base para fim de apreciação nas Figuras 20 e 21, abaixo relacionadas.

Figura 20 – Descrição do termo “violência contra mulher” no Tesouro da BN

The screenshot shows the search results page for the term "violência contra mulher" in the BN Thesaurus. The page header includes the logo of the Fundação Biblioteca Nacional and navigation links for Home, Pesquisa, Autoridades, Minha seleção, and Serviços. Below the header, there are links for Ajuda, Acessibilidade, and Alto contraste. The search interface shows the search term "violência contra mulher" entered in the search box, with a "Buscar" button and a "Limpar" button. The results section shows 3 records found on page 1. The records are as follows:

#	Descrição	Tipo	Pesquisar
1	Violência contra as jovens	Termo tópico	
2	Violência contra as mulheres	Termo tópico	
3	Violência contra as mulheres na literatura	Termo tópico	

Fonte: [http://acervo.bn.br/sophia\\_web/index.html](http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html) (2019).

Os termos localizados na busca assumem a disposição que permitem variações no uso para violência, destacando o uso de violência contra as mulheres na literatura. Contudo, assim como os outros instrumentos de representação e tesouros já mencionados, a ausência do termo “feminicídio” é um indicativo de desatualização do instrumento da BN.

Considerando a abrangência da Lei nº 13.104 e a caracterização do crime com previsão no Código Penal brasileiro, há acentuação da necessidade de atualização do instrumento da BN, visto que a sua cobertura assume a delimitação de teor nacional. A importância de demarcação nesse instrumento caracterizaria um marcador de espaço e reconhecimento afirmativo, para alertar homens e mulheres acerca da necessidade de tratar a abordagem da violência contra mulher como crime associado ao gênero, de forma que a ausência do termo “feminicídio” no instrumento da BN, pode acentuar o uso da terminologia “violência contra mulher” para diversos assuntos dos quais a carência terminológica direciona o uso do termo como basilar para suporte das demandas informacionais do campo. Esse alerta

terminológico permite aferir o que Lancaster (2004) chama de “capacidade de precisão”. Ainda que o feminicídio esteja inserido no contexto de violência contra mulheres, essa especificidade daria maior abrangência à condição de reunir toda a produção intelectual voltada à delimitação do tema.

Figura 21 – Descrição do termo “sexismo” no tesauro da BN

#	Descrição	Tipo	Pesquisar
1	Sexismo	Termo tópico	
2	Sexismo e literatura	Termo tópico	
3	Sexismo na comunicação	Termo tópico	
4	Sexismo na educação	Termo tópico	
5	Sexismo na linguagem	Termo tópico	
6	Sexismo na literatura	Termo tópico	
7	Sexismo na música	Termo tópico	
8	Sexismo nos livros didáticos	Termo tópico	
9	Transfobia	Termo tópico	

Fonte: [http://acervo.bn.br/sophia\\_web/index.html](http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html) (2019).

O termo “sexismo” traz uma gama de abordagens e usos associados que destacam apreciação no uso, estabelecendo relações que vão desde a literatura, comunicação, educação, linguagem literatura, música e livros didáticos. A representação assume uma flexibilidade de correlações e contextos para o instrumento catálogo de assuntos da BN, oportunizando condições associativas para o uso e recuperação da informação.

## 7.7 ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DA LIBRARY OF CONGRESS

A biblioteca do congresso é uma instituição de pesquisa dos Estados Unidos da América considerada a biblioteca nacional dos EUA, além de instituição cultural mais antiga do país. Com um acervo de aproximadamente 32 milhões de livros catalogados e mais de 63 milhões de manuscritos, possui a maior coleção de livros raros da América do Norte e é também responsável pelo catálogo com padrões internacionais e disponível na *web*, conforme diretrizes e recomendações de acessibilidade na *web*.

A base, assim como a BN, assume a responsabilidade de cooperação e exportação de

seus dados entre bibliotecas por meio do código Z 39.50 e com uso de padrões internacional, como o Machine Readable Cataloging (MARC 21)<sup>19</sup>. O acesso ao catálogo de autoridades está disponível *on-line*<sup>20</sup>. No catálogo de autoridades da Library of Congress foi possível verificar registros das seguintes terminologias: “violência contra mulher”, “patriarcado”, “poder”, “empoderamento” e “sexismo”, com destaque para as especificidades estabelecidas no catálogo para o termo “empoderamento” e “violência contra as mulheres”, estabelecendo correlações de localidade e espaços de atuação feminina, como demonstram as Figuras 22 e 23.

Figura 22 – Descrição do termo “empoderamento” no catálogo da LC

The screenshot shows the Library of Congress Authorities interface. At the top, it says 'The Library of Congress' and 'LIBRARY OF CONGRESS AUTHORITIES'. Below that, a message states: 'The Library's catalogs are currently affected by performance issues. Staff are investigating the problem. We apologize for any inconvenience to our users.' There are navigation buttons for 'Help', 'New Search', 'Search History', 'Headings List', and 'Start Over'. The search results are displayed as follows:

SOURCE OF HEADINGS: Library of Congress Online Catalog  
 YOU SEARCHED: Simple Search = empowerment  
 SEARCH RESULTS: Displaying 1 through 100 of 100.

#	Bib Records		Type of Heading
		◀ Previous   Next ▶ select icon in first column to... View Authority Headings/References	
	0	Empowerment & Action Research Centre	corporate name
	2	Empowerment and Action Research Centre	corporate name
	3	1 Empowerment Group for People Living with AIDS of the Whitman Walker Clinic	corporate name
	0	Empowerment Network Foundation	corporate name
	5	0 Empowerment of Adolescent Girls' Project	corporate name
	6	0 Empowerment of Nurses and Midwives Steering Group - An Agenda for Change (Ireland)	corporate name
	0	Empowerment of Tribal Women (Seminar) (2015 : Agartala, India)	meeting name
	0	Empowerment of Women: Human Rights Perspectives (Seminar) (2015 : Hooghly Mohsin College)	meeting name
	0	Empowerment Program (Denver, Colo.)	corporate name
	0	Empowerment Programme	corporate name
	1	Empowerment Programme. Secrétariat	corporate name
	12	0 Empowerment Project	corporate name
	0	Empowerment Project (Glasgow, Scotland)	corporate name
	0	Empowerment through Entrepreneurship Conference (2003 : Cape Town, South Africa)	meeting name
	23	Empowerment Through Law of the Common People (Project)	corporate name
	1	Empowerment Zone Enterprise Community Initiative.	corporate name
	0	Empowerment Zone One-Stop Career Center (Cleveland, Ohio)	corporate name

Fonte: <https://authorities.loc.gov/cgi-bin/Pwebrecon.cgi?DB=local&PAGE=First> (2019).

A descrição acima apresentada retrata uma variabilidade do uso associado do termo “empoderamento”. A multiplicidade de uso associativos pode revelar riscos, visto que é possível que haja imprecisão ao uso terminológico. O termo “empoderamento” aparece no catálogo de autoridades com uso associado a programas, projetos, centro de ações e pesquisa relacionado a várias temáticas. Também apresenta o uso do termo relacionado a mulheres e

<sup>19</sup> Sigla que assume o significado de catalogação legível por computador. Para o computador processar os dados catalogados, é necessário colocá-los em codificação legível por máquina, identificando os elementos de forma clara, para que possa ler e interpretar os dados de um registro catalográfico. O Formato MARC é muito utilizado no mundo todo. Existem formatos baseados no MARC em vários países, como nos Estados Unidos – USMARC, na Inglaterra – UKMARC, na França – InterMARC e no Canadá – CanMARC (AACR2, 2002).

<sup>20</sup> Endereço de acesso ao catálogo de autoridades da Library of Congress. Encontra-se disponível no endereço: <https://authorities.loc.gov/cgi-bin/Pwebrecon.cgi?DB=local&PAGE=First>.

perspectivas dos direitos humanos.

Contudo, Maria Luiza Campos (2001) faz menção aos perigos da imprecisão e destaca a necessidade de monossêmia relativa, restringindo o uso de um termo a um único conceito, suas condições de uso pertinente a uma única área de conhecimento. Diante dessa multiplicidade de termos secundários, é preciso investigar a univocidade do conceito e do uso no tesouro, a fim de estabelecer a relação de consistência.

Entretanto, Kobashi e Francelin (2011) afirmam a necessidade de considerar a coexistência de mais de mais de um domínio do conhecimento em algumas áreas. Os autores presumem a existência de um novo domínio epistemológico, produção comunicação análise e organização do conhecimento. A compreensão dessas assertivas também merecem maior apreciação e devem ser cogitadas no processo de representação da informação.

Figura 23 – Descrição do termo “violência contra mulher” no catálogo da LC

The screenshot shows the Library of Congress Online Catalog interface. At the top, it says 'The Library of Congress' and 'Go to Library of Congress Online Catalog'. The main heading is 'LIBRARY OF CONGRESS AUTHORITIES'. Below that, a message states: 'The Library's catalogs are currently affected by performance issues. Staff are investigating the problem. We apologize for any inconvenience to our users.' There are navigation buttons for 'Help', 'New Search', 'Search History', 'Headings List', and 'Start Over'. The search results are displayed as follows:

SOURCE OF HEADINGS: Library of Congress Online Catalog  
 YOU SEARCHED: Simple Search = violence against women  
 SEARCH RESULTS: Displaying 1 through 100 of 100.

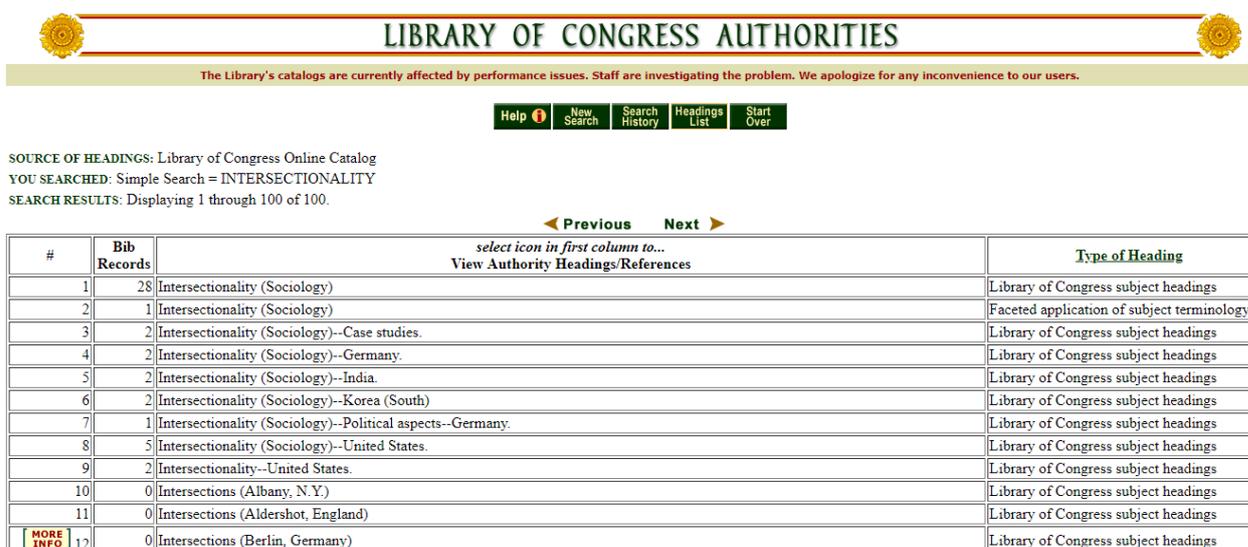
Navigation: < Previous Next >

#	Bib Records	<i>select icon in first column to...</i> View Authority Headings/References	Type of Heading
<a href="#">MORE INFO</a> 1	0	Violence Against Women and Children in Cambodia (Organization)	corporate name
<a href="#">MORE INFO</a> 2	0	Violence Against Women and Children of Cambodia (Organization)	corporate name
<a href="#">MORE INFO</a> 3	0	Violence Against Women Formula Grant Program (Or.)	corporate name
<a href="#">MORE INFO</a> 4	0	Violence Against Women in Northeast India (Seminar) (2014 : Manipur, India)	meeting name
5	2	Violence Against Women in Politics Program	corporate name
6	0	Violence Against Women in Politics Program. Surveillance System	corporate name
<a href="#">MORE INFO</a> 7	0	Violence Against Women in War-Network Japan	corporate name
<a href="#">MORE INFO</a> 8	0	Violence Against Women in War-Research Action Center	corporate name
9	0	Violence Against Women in Zimbabwe Research Project	corporate name
<a href="#">MORE INFO</a> 10	0	Violence Against Women, National Conference on	meeting name
11	0	"Violence Against Women - Need to Awaken the Conscience of Humanity" (Seminar) (2013 : Latur, India)	meeting name
12	0	Violence Against Women Resource Center	corporate name

Fonte: <https://authorities.loc.gov/cgi-bin/Pwebrecon.cgi?DB=local&PAGE=First> (2019).

O termo “violência contra mulher” foi contemplado com aparente precisão, correlação e hierarquização dentro da estrutura do instrumento LC. A estrutura apresenta descrições que associam o uso terminológico desde a violência contra mulheres e crianças, programas políticos, projetos de pesquisa, conferências, programas de prevenção, relações em âmbito conjugal e familiar, entre outros aspectos que permitem estabelecer precisão a representação da informação e contribuindo para a precisão no processo de busca e acesso informacional.

Figura 24 – Descrição do termo “interseccionalidade” no catálogo da LC



The screenshot shows the Library of Congress Authorities interface. At the top, there is a banner with the text: "The Library's catalogs are currently affected by performance issues. Staff are investigating the problem. We apologize for any inconvenience to our users." Below this is a navigation bar with buttons for "Help", "New Search", "Search History", "Headings List", and "Start Over".

Below the navigation bar, the search details are displayed:
   
SOURCE OF HEADINGS: Library of Congress Online Catalog
   
YOU SEARCHED: Simple Search = INTERSECTIONALITY
   
SEARCH RESULTS: Displaying 1 through 100 of 100.

The main content is a table with the following columns: "#", "Bib Records", "select icon in first column to... View Authority Headings/References", and "Type of Heading". The table lists 12 results for the term "Intersectionality (Sociology)" and its various sub-topics, including "Case studies", "Germany", "India", "Korea (South)", "Political aspects--Germany", "United States", "Intersections (Albany, N.Y.)", and "Intersections (Aldershot, England)".

#	Bib Records	select icon in first column to... View Authority Headings/References	Type of Heading
1	28	Intersectionality (Sociology)	Library of Congress subject headings
2	1	Intersectionality (Sociology)	Faceted application of subject terminology
3	2	Intersectionality (Sociology)--Case studies.	Library of Congress subject headings
4	2	Intersectionality (Sociology)--Germany.	Library of Congress subject headings
5	2	Intersectionality (Sociology)--India.	Library of Congress subject headings
6	2	Intersectionality (Sociology)--Korea (South)	Library of Congress subject headings
7	1	Intersectionality (Sociology)--Political aspects--Germany.	Library of Congress subject headings
8	5	Intersectionality (Sociology)--United States.	Library of Congress subject headings
9	2	Intersectionality--United States.	Library of Congress subject headings
10	0	Intersections (Albany, N.Y.)	Library of Congress subject headings
11	0	Intersections (Aldershot, England)	Library of Congress subject headings
MORE INFO 12	0	Intersections (Berlin, Germany)	Library of Congress subject headings

Fonte: <https://authorities.loc.gov/cgi-bin/Pwebrecon.cgi?DB=local&PAGE=First> (2019).

O destaque do catálogo de autoridades de assunto da LC é o único instrumento de representação que contempla a temática da “interseccionalidade”, contabilizando o maior número de termos autorizados, em contrapartida, o tema “feminicídio” foi o único termo que não obteve registro no instrumento de pesquisa da LC, o que caracteriza, dessa forma, a impossibilidade de recuperação das informações voltadas para essa magnitude temáticas. A proposta de apreciação dos instrumentos de representação teve por intuito averiguar a correspondência da realidade dos conteúdos informacionais na literatura para devida representação por meio de instrumentos vigentes de regulação informacional de representação.

O feminicídio é uma temática recente que, pela inclusão da Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, em decorrência da alteração do artigo 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a prever o feminicídio “como uma circunstância qualificadora do crime de homicídio”, a fim de agregar sua caracterização no rol de crimes hediondos. Embora sua inclusão em esfera penal tenha se dado a três anos, a constatação aos vocabulários e tesouros propostos na pesquisa não foi possível verificar a inclusão terminológica em vocabulários de abrangência nacional.

Considerando que alguns instrumentos antecedem a instauração da lei, fica evidente a falta de atualização dos instrumentos diante da incapacidade de especificidade temática da representação, tornando admissível o uso do enquadramento de violência contra a mulher e/ou homicídio como alternativa próxima para representação. Em contrapartida, a ausência das temáticas como “interseccionalidade”, “sexismo” e “empoderamento” permitem inferir a falta

de contemplação temática da especificidade do feminismo negro, endossando posicionamentos de segregação e a perspectiva do racismo institucional nas estruturas de formação e legitimidade dos instrumentos.

As verificações nos instrumentos de pesquisa citados permitiram afirmar a falta de adequação dos tesouros e vocabulários controlados de abrangência nacional ao uso da produção científica e literária, tanto devido à falta de descritores autorizados a representação quanto devido à confirmação de inadequação terminológica e os riscos de perda conceitual representativa para determinadas línguas e idiomas em virtude da falta de correspondência semântica.

Com o objetivo de proporcionar visibilidade às temáticas de pesquisa sobre feminismo negro no processo de representação da informação é que a inserção de termos como “interseccionalidade”, “empoderamento”, “feminicídio” e “sexismo” oportunizam condições de visibilidade e acesso necessárias ao processo informacional. A análise permite resgatar a pertinência de atualização dos instrumentos de uso vigente e a necessidade de perspectivas de gênero, raça e classe como pauta inclusiva no processo de formação e atualização dos instrumentos de representação da informação.

Por ser considerada uma base de uso nacional para o processo de representação da informação, a BN poderia reconsiderar o uso e inclusão de termos que correspondam à realidade temática e nacional das obras e pesquisas nacionais, demonstrando uma capacidade de maior proximidade e empatia. Em contrapartida, os instrumentos de âmbito internacional como a LC e o Tesouro de Mujeres demonstraram que embora não estejam ajustados às demandas atuais de informação, apresentaram consideráveis esforços em suas tentativas, melhor se adequando às expectativas de representação da informação.

No entanto, atentar-se para o que Kobashi e Francelin (2011) já mencionavam no processo de formação dos conceitos é necessário ao campo, considerando a abertura para compreender novas demandas de representação informacional, refletir a apropriação dos conceitos e a subjetividade em busca de novos mecanismos de padronização no âmbito científico. E, sobretudo, estabelecer empenho em busca de contemplar construções e saberes do que Jessé Shera (1977) chama de “organização social complexa” e que urge por uma representatividade da demanda social informacional de minorias.

O retrato da negação por uma identidade feminina e negra nos instrumentos de representação invariavelmente revela o que Castells (2008) já mencionava, por meio da igualdade, da diferença ou da separação. O que é negado é a identidade da mulher conforme a definição masculina e patriarcal, de forma que é perceptível uma resistência no

reconhecimento e tratamento de valores e perspectivas situadas do que Sandra Harding (1993) menciona, como a necessidade de tratar a instabilidade das categorias de modo a questionar e estabelecer experiências e relações sociais das mulheres no âmbito da ciência e contemplar no processo de representação da informação e do conhecimento essas experiências femininas, sem a necessidade de universalizar, mas sobretudo estabelecer perspectivas diversas ao processo.

Esse também é um alerta de Maria Aparecida Moura (2006), quando a autora revela que os problemas da tradução aproximada somente serão resolvidos com a integração da experiência pessoal leitor mediador e do desenvolvimento de novas estratégias de abordagem da informação necessárias à representação informacional.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O deslocamento e o tensionamento epistemológico irão impulsionar novas propostas pedagógicas que tenham como princípio básico a contextualização, pluralização e a historicização como estratégia de ruptura do discurso monopolítico. A necessidade de romper o antigo legado apresenta desafios que os novos sujeitos assumem ao reconhecer nos discursos pós-coloniais à perspectiva de reler sua própria história.

Essa condição de pensar e externalizar essa produção do conhecimento em aspectos terminológicos possibilita ampliar condições da representação que limitam e condicionam a terminologia “feminismo” como um grande guarda-chuva que se adapta às diversas particularidades dos feminismos, a fim de representar de forma universal todas as nuances e especificidades. A condição de representação a partir de um padrão limitado que, em alguns aspectos, não exprime da melhor representação por carências terminológicas que contemplem as especificidades de assunto, ou ainda a falta de adoção ao uso dos instrumentos de representação como vocabulários e tesouros específicos que possibilitariam a tradução representacional em moldes que proporcionariam qualidade de representação foi o cerne dessa pesquisa concentrada nas dificuldades e limitações da representação da informação.

A dificuldade de traduções correspondentes em contextos e análises na representação de trabalhos africanos acentua como umas das necessidades de estabelecer espaço a novas possibilidades dentro do âmbito terminológico na representação e indexação de documentos fomentando a estruturas de arranjos, a fim de atender a essas necessidades específicas. Essas construções invisibilizadas no processo da representação assumem o papel de universalização dos conceitos na medida em que promove uma condição de imputação contextual aos conceitos, abarcando riscos de apropriação e delimitando os espaços de uso e aplicação.

É preciso reconhecer a incapacidade de representação e tradução de alguns segmentos da produção científica e intelectual humana e estabelecer condições e mecanismos alternativos de representação diante da limitação. O refinamento léxico na formação das linguagens documentárias aponta para um campo de reconstrução dos conceitos centrada no deslocamento da formação eurocêntrica hegemônica no contexto da diáspora que rompe com as estruturas segmentadas no contexto de ideais de imparcialidade, neutralidade e objetividade, promovendo adequação afrocêntrica no processo da representação da informação.

Ainda estamos analisando as nossas produções enquanto *Outro* e contemplando as

produções do feminismo branco como centro. É preciso estabelecer as leituras a partir de uma demarcação de perspectiva de olhar situado, produzindo representações a partir do nosso próprio referencial (negro). Estar na condição da margem em relação ao centro também pode ser um lugar de privilégio, o olhar da margem transcende sob as dimensões externas e internas do contexto social e podem oportunizar dimensões representativas diversas.

A comparação das terminologias adotadas na literatura feminista negra e as linguagens documentárias vigentes oportunizaram possíveis alternativas de ponto de acesso à busca e recuperação da informação, o que demanda análises e estudos de aprofundamento da teoria conceitual como proposta inclusiva aos vocabulários controlados de uso nacional. Aproximar a representação social das amarras da educação popular é desmistificar o lugar que o negro ocupa na condição oprimida de aniquilamento dos quais fomos condicionados no processo epistemológico, científico e metodológico na construção da ciência. Esse é o ato político mais ousado do qual me autorizo: imputar a ciência a carência de representatividade social e no viés da CI para perspectivas do feminismo negro.

As relações interseccionais de empoderamento e feminicídio já são pautas a serem atendidas muito antes de se estabilizar conceitos no campo das ciências sociais na literatura como também da produção intelectual negra. Pormenorizar os anseios de ver legitimado nos vocabulários controlados de abrangência nacional as terminologias contemplativas apontadas aqui em pesquisa representariam um avanço considerável, no entanto, verificar que o feminismo negro não é pauta apreciada nesses instrumentos abre espaço para discutir e estabelecer formações de grupos de pesquisa voltados à atualização desses instrumentos, dispostos e sensíveis à necessidade da causa da representação da informação negra e de minorias.

Contudo, é preciso registrar aspectos de limitação investigativa na pesquisa. O objeto de estudo da literatura afro-brasileira de Maria Firmina (1859), Anexo A, apresenta uma linguagem menos atual, visto que se trata de uma literatura do século XIX. O uso do *software* IRaMuteQ recomenda uma revisão gramatical e correções de grafia sem a perda semântica e advertindo para complementações de frases de sentidos incompletos. Tem também dificuldade em reconhecer sentido de palavras subentendidas no texto e indica a eliminação de expressões que o *software* julga desnecessárias.

A dificuldade do dicionário em linguagem padrão vigente em reconhecer flexões verbo-pronominais e palavras e termos de uso no século XIX foi um apontamento no processo de leitura dos fragmentos textuais, havendo a necessidade de intervenções e correções para a devida leitura. A preparação do *corpus* textual seguiu os parâmetros e recomendações do

*software*, objetivamente no sentido de manter o mais próximo da apresentação textual original, atuando de forma necessária as incursões de indicação e recomendações do manual. Diante da impossibilidade de complementação de sentido, a recomendação de eliminação do fragmento é uma indicação do *software*.

A necessidade de romper com os cânones, racializar os discursos metodológicos e epistemológicos favorecem o despertar para a urgência de tratar discursos silenciados no processo de construção, formação e representação do conhecimento e da informação. É preciso afrontar as agências e agenciadores da legitimidade que nos oprime. Como bem delimita Capurro (2003), é perceptível que estamos diante de uma abordagem do paradigma social, atuando sob a perspectiva da subjetividade dos sujeitos atrelada a contextos históricos, culturais e sociais de mundo e, sobretudo, que não estamos sob a condição de domínio de um único paradigma para compreensão dos conceitos.

A perspectiva de análise geopolítica interseccional possibilitará representações que valorizem a experiência das mulheres negras, corroborando com a afirmativa dessa produção intelectual de demarcação identitária do lugar de minoria em relação ao centro. É preciso promover o distanciamento do discurso raso que reafirma o feminismo negro como uma questão de pouca cientificidade, estratégia de invisibilidade e ofuscamento na construção do debate.

Estamos a vivenciar um período multireferencializado, multifacetado, rizomático e complexo estabelecido em bases teóricas e epistemológicas contemporâneas. Oportunizar e incentivar a participação dos/das bibliotecários (as) a contribuïrem ativamente na construção e atualização terminológica dos instrumentos de representação da informação e do conhecimento é uma agenda urgente de pesquisa e investigação para fins de evolução no desenvolvimento dos processos tecnicistas e de visibilidade informacional.

Urge ainda o despertar para a construção de instrumentos de representação mais flexíveis, distanciando dos parâmetros de estaticidade e de ofuscamento quando não preconceituosas as construções de produção intelectual negra. O estudo para o campo de investigação da representação da informação na literatura feminista negra, pode apontar a atuação da prática tecnicista da indexação como uma problemática pouco pormenorizada na CI, culminando em descritores pouco relevantes ou significativos a representatividade no uso da temática, indicativo de agenda de pesquisa a ser investigada no campo.

A opção de estudar as dimensões literárias da produção intelectual feminista negra dos séculos XIX e XXI, possibilitaram constatar que a demanda por uma representatividade do feminismo negro em perspectivas interseccionais é uma demanda reprimida estabelecida

muito antes de se firmar o conceito no campo do feminismo. Quando Kimberlé Williams Crenshaw firmava o termo interseccionalidade em 1989, Maria Firmina dos Reis já havia contribuído com o legado de uma produção intelectual, uma literatura com perspectivas e reflexões interseccionais em 1859, quando o lugar de fala, a autoridade e a academia ainda não eram espaços de pertencimento e conformidade das mulheres negras.

Compreender que o universo de investigação da representação feminista permeia zonas limítrofes de interseções e que pode dialogar contribuindo com o universo da CI, assumindo a assertiva interdisciplinar que o campo admite em sua gênese, foi a principal proposta que assumi.

Versões insidiosas e ideológicas da história e da ciência precisam ser combatidas e refletidas na perspectiva de reconhecimento de seus privilégios epistêmicos, metodológicos e práticos, oportunizando visibilidade à construção de uma ciência que objetiva a perspectiva unilateral, heteropatriarcal, cartesiana e eurocêntrica em moldes tradicionais. É preciso fazer frente a essa ciência oferecendo lugar a representatividade decolonial na construção de uma ciência e da representação da informação negra, viabilizando uma representação da informação e do conhecimento mais aproximada e justa e a inserção das mulheres negras nos espaços de privilégios podem aproximar o processo de legitimidade terminológica para a representação.

Se resistir é a arte mais profunda da minha raça, se fere minha existência, serei resistência. Esse cabelo é bem mais que representatividade. É luta. O instrumento de representação é uma oportunidade de manifesto que é possível garantir a liberdade de expressão, diversidade de culturas e representação de um povo esquecido na formação da história de um país. Que os nossos esforços, que a minha profissão e a minha pele sejam força e demonstrem a coragem para combater as estruturas e agenciadores de validade do conhecimento que não assumem o compromisso de representatividade de um coletivo que urge. Se escrever é o ato mais revolucionário do qual fui autorizada: como mulher negra, resistirei!

MARIELLE, PRESENTE!

## REFERÊNCIAS

- ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. *In*: MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de. **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed., rev. Goiânia: AB Ed., 2000. p. 27-38.
- ADICHE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALVAREZ, Sonia E. Construindo uma política feminista translocal da tradução. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, set. /dez. 2009. p. 743-753. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000300007/12126>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, v.8, n.1, p. 229-236, 2000.
- ARDOINO, J. Multiréferentielle (analyse). *In*: ARDOINO, J. **Le directeur et l'intelligence de l'organization**: repères et notes de lecture. Ivry: ANDESI, 1995. p. 7-9.
- ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16462/15034>. Acesso em: 5 dez. 2017.
- BAKARE-YUSUF, Bibi. Beyond determinism: the phenomenology of African female existence. **Feminist Africa**, Issue 2, 2003. Disponível: [http://www.agi.ac.za/sites/default/files/image\\_tool/images/429/feminist\\_africa\\_journals/archive/02/fa\\_2\\_feature\\_article\\_1.pdf](http://www.agi.ac.za/sites/default/files/image_tool/images/429/feminist_africa_journals/archive/02/fa_2_feature_article_1.pdf). Acesso em: 5 jul. 2018.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1996.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, 1994. Disponível em: <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/BARRETO%20A%20Questao%20da%20Informacao.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.
- BARROS, Lidia de Almeida. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Edusp, 2004.
- BATTERSBY, Christine. **The phenomenal woman**: feminist metaphysics and the patterns of identity. Oxford: Polity Press, 1998.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2v.  
BELKIN, Nicholas J. Anomalous states of knowledge as a basis for information retrieval. **The Canadian Journal of Information Science**, v. 5, p. 133-143, maio 1980.

BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. Além da Política do gênero. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, [1991]. p. 7-22.

BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade: releituras dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, [1987].

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BORDO, Susan. A feminista como o outro. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.8, n.1, p. 10-29. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9853/9086>. Acesso em: 30 nov. 2017.

BRASIL. **Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm). Acesso em: 27 nov. 2018.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Tradução Maria de Nazareth Rocha Furtado. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2016. Disponível em: <http://www.briquetdelemos.com.br/o-que-e-a-documentac-o.html>. Acesso em: 24 jul. 2017.  
2017.

BRUSCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle; UNBEHAUM, Sandra G. **Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998. Disponível: <http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/tesouro/arquivos/TPEDGESM.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter: on the discursive limits of sex**. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos Del "sexo"**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p.513-518, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n2/v21n2a16.pdf>. Acesso em: 30 out. 2018.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração**. Niterói: EdUFF, 2001.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Modelização de domínios de conhecimento: uma investigação de princípios fundamentais. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 33, n.1, p. 22- 32, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1064>. Acesso em: 2 de out. 2017.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Organização de domínios de conhecimento e os princípios ranganathianos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 150-163, jul./dez. 2003. Disponível em: [http://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/11/pdf\\_1ec0949a1a\\_0012907.pdf](http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_1ec0949a1a_0012907.pdf). Acesso em: 2 de out. 2017.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 150-163.

CARLAN, Eliana; MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio. Fundamentos teóricos para elaboração de sistemas de organização do conhecimento. *In*: BAPTISTA, Dulce Maria; ARAÚJO JUNIOR, Rogério Henrique. **Organização da informação: abordagens e práticas**. Brasília, DF: Thesaurus, 2015. p. 135-158.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Geledés**, 2011a. Disponível: <http://www.geledes.org.br/em-debate/sueli-carneiro/17473-sueli-carneiro-enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>. Acesso em: 11 out. 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011b.

CARVALHO, Marília Gomes de; CASAGRANDE, Lindamir Salette. Mulheres e ciência: desafios e conquistas. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 20-35, jul./dez. 2011. Disponível: <file:///C:/Users/vanessa.jamile/Downloads/22187-73214-1-PB.pdf> . Acesso em: 18 jun. 2018.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 17. ed., rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista: mais que um gênero em tempos neoliberais. **Crítica Marxista**, n. 11, p. 98-108, 2000.

CASTRO, Silvia Elaine Santos de. Marcadores sociais da diferença: sobre as especificidades da mulher negra no Brasil. **Revista Eparrei**, Santos, 2011. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/marcadores-sociais-da-diferenc3a7a-sobre-as-especificidades-da-mulher-negra-no-brasil-silvia-elaine-santos-de-castro1.pdf> . Acesso em: 28 dez. 2016.

CAVALCANTI, C. R. **Indexação e tesouro**: metodologia e técnicas. Brasília: ABDF, 1978.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.

CHOVNEC, Donna Maureen. Latin américa feminism. *In*: CODE, L. (ed.) **Encyclopedia of feminist theories**. New York: Routledge, 2000. p. 289-291.

CINTRA, Anna Maria Marques *et al.* Linguagem. *In*: CINTRA, Anna Maria Marques *et al.* **Para entender a linguagem documentária**. São Paulo: Polis, 2002. p. 9-31.

CINTRA, Anna Maria Marques *et al.* **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. São Paulo: Polis, 2002.

COLLINS, Patricia Hill. Black feminist epistemology. *In*: COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. 2. ed. Londres: Haper Collins Academic, 2000. p. 251-271.

CONCEIÇÃO Evaristo: falar sobre preconceito racial no Brasil é derrubar o mito de democracia racial. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-falar-sobre-preconceito-racial-no-brasil-e-derrubar-o-mito-de-democracia-racial/>. Acesso em: 4 maio 2018.

CONFERÊNCIA Angela Davis ao vivo: “atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo”, na Universidade Federal da Bahia. Transcrição: Naruna Costa; tradução: Raquel Luciana de Souza. Salvador, 2017. Disponível em: <https://lucianagenro.com.br/2017/07/o-discurso-completo-de-angela-davis-na-ufba/>. Acesso em: 4 maio 2018.

CORTES, Mariane Rodrigues. **Mulher na ciência**: “ciência também é coisa de mulher”. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Física) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

COSTA, Cláudia Lima. As teorias feministas nas Américas e a política transnacional da tradução. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 43-49, 2000.

COSTA, Newton C. A. da. **Ensaio sobre os fundamentos da lógica**. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 1980.

CUNHA, Isabel M. R. Ferin. **Do mito à análise documentária**. São Paulo: EDUSP, 1990.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008. p. 378-379.

CURRÁS, Emilia; COSTA, Antonio Felipe Correa da. **Tesauros, linguagens terminológicas**. Brasília, DF: IBICT, 1995.

CYPRIANO, Breno. Construções do pensamento feminista latino-americano. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, v. 21, n.1, p.11-39, jan./abr. 2013.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978a.

DAHLBERG, Ingetraut. Fundamentos teórico-conceituais da classificação. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 9- 21, jan./jun. 1978.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge Organization: a new science? **Danmarks Biblioteksforening**. v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/288155690\\_Knowledge\\_organization\\_A\\_new\\_science](https://www.researchgate.net/publication/288155690_Knowledge_organization_A_new_science). Acesso em: 13 jun. 2018.

DAMASCENO, E. A. D. Lexicometria, geração de descritores, construções de ontologias e ensino de línguas: implicações e perspectivas. **Múltiplas Perspectivas em Linguísticas**, v. 1, p. 1114-1122, 2008. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\\_284.pdf](http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_284.pdf). Acesso em: 22 nov. 2018.

DAVIS, Angela Yvonne. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DELEUZE, Gilles; Guattari, Felix. **L' Anti-Oedipe: capitalisme et schizophrénie I**. Paris: Minuit, 1972.

ECHOLS, Alice. **Daring to be bad: radical feminism in América 1967/1975**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

EDUCALINGO. **Dendrograma**. Disponível: <https://educalingo.com/pt/dic-pt/dendograma>. Acesso em: 12 abr.2019.

EDUCALINGO. **Sexismo**. Disponível em: <https://educalingo.com/pt/dic-pt/sexismo>. Acesso: 17 maio 2019.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Mazza, 2003.

FARGANIS, Sondra. O feminismo e a reconstrução da ciência social. *In*: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan. (org.) **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

FEDERICI, Silvia. **Caliban e a bruxa: mulheres, o corpo e a acumulação primitiva**. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. A epistemologia de Hugh Lacey em diálogo com a economia feminista: neutralidade, objetividade e pluralismo. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.16, n. 2, p. 359-385, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n2/04.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2017.

FERREIRA, Flávia Turino. Rizoma: um método para as redes? **Liinc em Revista**, v. 4, n.1, p. 28-40, mar. 2008. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3147/2819>. Acesso em: 20 jul. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel; MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FRANÇA, Denise Carrascosa; MOREIRA, S.; SILVA, Patrícia. C. F.; APARECIDA, L. **Corpos indóceis e mentes livres: poemas**. [S. l.: s. n.], 2015.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma Branquidade não marcada. *In*: Ware, V.(Org.) Branquidade, identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 307-338.

FRASER, Nancy. Que é crítico na teoria crítica?: o argumento de Habermas e gênero. *In*: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, c1987. p. 38-65.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, Mariângela S. L.; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda L. G. de. **A dimensão epistemológica de Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. Tradução Laffayette de Souza Álvares Jr; revisão Lídia Silva de Freitas e Ricardo Sili da Silva. Marília: Fundepe, 2008. p. 1-13. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/829/O%20car%C3%A1ter%20social%2c%20material%20e%20p%C3%BAblico%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15. jun. 2017.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Catálogo de terminologia de assuntos**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 2018. Disponível: [http://acervo.bn.br/sophia\\_web/index.html](http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html). Acesso em: 5 jun. 2018.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. Construção de conceitos na Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 1, p. 46-52, jan./abr. 1998. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19651998000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000100006). Acesso em: 10 abr. 2019.

GARCIA MARCO, Francisco Javier; ESTEBAN NAVARRO, Miguel Angel. On some contributions of the cognitive sciences and epistemology to a theory of classification. **Knowledge of Information**, v. 20, n. 3, p. 126-132, 1993.

GIFFIN, K. M. Produção do conhecimento em um mundo “problemático”: contribuições de um feminismo dialético e relacional. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 635-653, set./dez., 2006.

GILLIAM, Angela; GILLIAM, Onik’A. Negociando a subjetividade de mulata no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.3, n.2, p.525-543, 1995.

GOMES, Hagar Espanha; MOTTA, Dilza Fonseca da; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Revisitando Ranganathan: a classificação na rede**. [S. l.], 2006. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/revisitando/revisitando.htm>. Acesso em: 9 abr. 2018.

GOMES, Henriette Ferreira. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. *In*: MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida (org.) **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 91-107.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZÁLEZ DE GÍMEZ, Maria Nélia. Informação, conhecimento e poder: do ponto de vista das relações entre política, economia e linguagem. *In*: MACIEL, Maria L.; ALBAGLI, Sarita (org.). **Informação, conhecimento e poder**: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 183-210.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Néliida. Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação. *In*: AQUINO, Mirian de Albuquerque. (org.). **O campo da ciência da informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002. p. 25-47.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político- cultural de amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92-93, p.69-82, jan./jun. 1988a.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988b.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, DF, n. 2, p. 223-244, 1983.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.14, n.39, p.103-117, 1999a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n39/1724.pdf>. Acesso: 5 maio 2019.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 54, p. 147-156, jul. 1999b. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/wp-content/uploads/2018/11/GUIMARAES-Ra%C3%A7a-e-os-estudos-de-rela%C3%A7%C3%B5es-raciais-no-Brasil.pdf>. Acesso: 5 maio 2019.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action**. Boston: Beacon Press, 1984.

HALBERSTAM, Judith. **Female masculinity**. Durham: Duke University Press, 1998.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p.7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 30 nov. 2017.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 7- 31, 1993. Disponível em: <http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2015/08/sandra-harding.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.

HARDING, Sandra. **Objectivity and diversity: another logic of scientific research**. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2015.

HARDING, Sandra. Strong objectivity and socially situated knowledge. *In*: HARDING, Sandra. **Whose science? Whose knowledge?**. New York: Cornell University Press, 1991. p. 138-163.

HARTSOCK, Nancy. “The feminist standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism”. *In*: Sandra Harding (ed.). **Feminism e methodology**. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1986. p. 157-180.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HIRATA, Helena Sumiko. **Dictionnaire critique du féminisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

HIRATA, Helena Sumiko. **Nova Divisão sexual do trabalho?** São Paulo: Boitempo, 2002.

HJØRLAND, Birger. Epistemology and the socio-cognitive perspective in information science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 53, n. 4, p. 257-270, 2002.

HJØRLAND, Birger. Concept theory. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 60, n. 8, p. 1519-1536, 2009.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência e Política**. Brasília, DF, n.16, jan./abr. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522015000200193](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193). Acesso em: 27 dez. 2016.

HOOKS, Bell. Postmodern Blackness. **Yearning, race, gender and cultural politics**. South End Press, 1990, p. 24-26.

HOOKS, Bell. Postmodern Blackness. *In*: RICE, Philip; WAUGH, Patricia (ed). **Modern literary theory: a reader** . 3. ed. London: Arnold, 1996. p. 341-347.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do censo demográfico: 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

JAGGAR, Alison; BORDO, Susan. (org.) **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

JAPIASSU, Hilton. O estatuto epistemológico das ciências humanas. *In*: JAPIASSU, Hilton. **Questões epistemológicas**. Rio de Janeiro: Imago, 1981. p. 95-125.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, c1997.

KANT, Immanuel. **Critique de la raison purê**. Tradução francesa de A. Tremesaygues e B. Pacaud. Paris: PUF, 1944.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, p. 13-34, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n27/32137.pdf>. Acesso: 30 nov. 2017.

KERGOAT, Danièle. Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe. *In*: HIRATA, Helena Sumiko. **Dictionnaire critique du féminisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000. p. 35-44.

KOBASHI, Nair Yumiko; FRANCELIN, Marivalde M. Conceitos, categorias e organização do conhecimento. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 1-24, jan./jun.2011. Disponível em: [file:///C:/Users/vanessa.jamile/Downloads/10390-40259-2-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/vanessa.jamile/Downloads/10390-40259-2-PB%20(2).pdf). Acesso em: 1 abr. 2018.

KOBASHI, Nair Yumiko. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. **Datagramazero - Revista de ciência da Informação**, v. 8, n. 6, p. 1-9, dez. 2007.

KOLLONTAI, Alexandra. As relações entre os sexos e a luta de classes. Tradução de Maria Luiza Oliveira. **Marxists.org**. 19 ago. 2016. Disponível: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1911/mes/luta.htm>. Acesso: 19 maio2019.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Vocabulary control for information retrieval**. Washiton: Information Resources Press, 1972.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LARA, Marilda Lopes Ginez. **A representação documentária**: em jogo a significação. 1993. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

LARA, Marilda Lopes Ginez. Conceitos de organização e representação do conhecimento na ótica das reflexões do Grupo Tema. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 92-121, jan./ jun. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/10391/9285>. Acesso em: 12 ago. 2017.

LEÓN, María A. G. de. **Elites discriminadas**. Barcelona: Anthropós, 1994.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, c1993.

LIBRARY OF CONGRESS (EUA). **Library os congress authorities**. Washington: LC, 2018. Disponível: <https://authorities.loc.gov/cgi-bin/Pwebrecon.cgi?DB=local&PAGE=First>. Acesso em: 5 maio 2018.

LONGINO, Helen. Epistemologia feminista. *In*: GRECO, J.; SOSA, E. **Compêndio de Epistemologia**. Tradução Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Bettoni. São Paulo: Loyola, 2012.

LOPES, Michelle. “**E não sou eu uma mulher?**”: discurso de Sojourner Truth em Ohio em 1851. 24 mar. 2018. Disponível: <https://claricesemarias.com/2018/03/24/e-nao-sou-eu-uma-mulher-de-sojourner-truth/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dic. 2008. Disponível em: <http://www.lavaca.org/wpcontent/uploads/2016/04/colonialidad-y-genero.pdf>. Acesso em: 2 maio 2018.

MAACK, Mary Niles. A dama e o antílope: a contribuição de Suzanne Briet ao movimento pela documentação na França. *In*: Briet, Suzanne. **O que é a documentação?**. Tradução de Maria de Nazareth Rocha Furtado. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2016. Disponível em: <http://www.briquetdelemos.com.br/o-que-e-a-documentac-o.html>. Acesso em: 24 jul. 2017.

MCCALL, Leslie. The complexity of intersectionality. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 30, n. 3, p. 1771- 1800, primavera 2005.

McCALLUM, Pamela. The Construction of knowledge and epistemologies of marked subjectivities. **University of Toronto Quarterly**, v. 61, n. 4, verão 1992. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/512474/pdf>. Acesso em: 30 nov. 2017.

MCFADDEN, Patrícia. Tornamo-nos feministas africanas contemporâneas: histórias femininas, legados e os novos imperativos. **Série diálogo feminista**. Maputo, n.1, 2016. p. 1-7. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/mosambik/13084.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2018.

MACULAN, B. C. M. S. **Taxonomia facetada e navegacional**: um mecanismo de recuperação. [Belo Horizonte]: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-8LAN5K/maculan\\_taxonomia\\_facetada\\_navegacional.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-8LAN5K/maculan_taxonomia_facetada_navegacional.pdf?sequence=1). Acesso em: 13 jun. 2018.

MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, N. C.; TÁLAMO, M. F. G. M. Reflexões acerca das relações entre a representação temática e descritiva. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 27-35, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/7367/5596>>. Acesso em: 27 set. 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, João Batista. Contribuições epistemológicas da abordagem multirreferencial para a compreensão dos fenômenos educacionais. **Revista Brasileira de Educação**, maio/ago. 2004. n. 26. p. 85-94. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a06.pdf>. Acesso em: 30 out. 2018.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATOS, Marlise. Movimento e a teoria feminista em sua nova onda: entre encontros e confrontos, seria possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global?. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 67-92, jul. 2010.

MEDIAVILLA HERREROS, Marisa; FOLLA FERNÁNDEZ, Ricarda. **Tesouro de mujeres**. Madrid: Biblioteca de mujeres, 2014. Disponível: <file:///C:/Users/Vanessa%20Jamile/Downloads/TESAURO%20DE%20MUJERES.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2018.

MENDOZA, Breny. Hacia una nueva teoria feminista latinoamericana: a partir del golpe de estado em Honduras. **Revista América Latina em movimento**. 2009. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/active/34636>. Acesso em: 2 maio 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petropolis: Vozes, 2009.

MONTEIRO, Silvana Drumond. A organização virtual do conhecimento no ciberespaço. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 4, n. 6, dez. 2003. Disponível em: <http://www.brapi.inf.br/index.php/article/view/0000001283/4e597fcef787930d4c49974862b44d58>. Acesso em: 13 abr. 2018.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. **Crítica Marxista**, n. 11, p. 89-97, 2000.

MOREIRA, Núbia Regina. Representação e identidade no feminismo negro brasileiro. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 7, 2006, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/N/Nubia\\_Regina\\_Moreira\\_06.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/N/Nubia_Regina_Moreira_06.pdf). Acesso em: 16 maio 2019.

MOREIRA, Núbia Regina. **A organização das feministas negras no Brasil**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011.

MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio. **Linguagens documentárias e vocabulários semânticos para a web**: elementos conceituais. Salvador: EDUFBA, 2011.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOURA, M. A. Representação informacional e as temáticas nacionais: desafios e tendências para a elaboração de linguagens de indexação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6, 2005, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANCIB, 2005. Disponível em: [http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/366/GT2\\_Moura.pdf?sequence=1](http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/366/GT2_Moura.pdf?sequence=1). Acesso em: 16 maio 2019.

MOURA, Maria Aparecida. Leitor- bibliotecário: interpretação, memória e as contradições da subjetividade em processos de representação informacional. *In*: NAVES, Madalena Martins

Lopes; KURAMOTO, Hélio. **Organização da informação: princípios e tendências**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006. p. 22-35.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In*: BRANDÃO, André Augusto (Org.). **Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 15-34.

NARAYAN, Uma. O projeto da epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental. *In*: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan. (org.) **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

NELSON, Lynn Hankinson. **Who Knows. From Quine to a Feminist Empiricism**. Temple: Univ. Press, 1992.

NOVO, Hildenise Ferreira. Representação do conhecimento ou representação conceitual? uma investigação epistemológica no âmbito da ciência da informação e da filosofia nas considerações de Deleuze e Guatarri. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.7, n. 3, p. 114-129, dez. 2013. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/9328>. Acesso em: 26 mar. 2018.

NZEGWU, Nkiru. Gender equality in a dual-sex system: the case of Onitsha. **Jenda: a Journal of Culture and African Women Studies**, v.1, n. 1, 2001. Disponível: <https://www.cambridge.org/core/journals/canadian-journal-of-law-and-jurisprudence/article/gender-equality-in-a-dual-sex-system-the-case-of-onitsha/73730F78380FF7DEFFC7DFE3ED538A88>. Acesso em: 5 jul.2018.

ODARA, Norma. 8 mulheres negras cientistas brasileiras que você precisa conhecer: acadêmicas das áreas de humanas, exatas e biológicas que superaram machismo acadêmico e o racismo. **Brasil de Fato**. São Paulo, 2017. Disponível: <https://www.brasildefato.com.br/2017/07/25/8-mulheres-negras-cientistas-brasileiras-que-voce-precisa-conhecer/>. Acesso em: 31 out. 2018.

OLIVEIRA, João Manuel de et al . Feminismos queer: djunções, articulações e ressignificações. **Ex aequo**, n. 20, 2009, p. 13-27. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0874-55602009000200003&lng=es&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0874-55602009000200003&lng=es&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 20 abr. 2018.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. **Revista Brasileira de Ciência Sociais**, v. 19, n.5, p.1-5, 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092004000200014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000200014). Acesso em: 26 mar. 2018.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006, c1994.

OSADA, Neide Mayumi; COSTA, Maria Conceição da. A construção social de gênero na Biologia: preconceitos e obstáculos na biologia molecular. **Cadernos Pagu**, n. 27, p. 279-299, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n27/32145.pdf> . Acesso em: 7 nov. 2017.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, T. B.; GELLNER, Ernest; NISBET, Robert A.; TOURAINÉ, Alain; LESSA, Renato; SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. “**Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar**”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. 2008. Tese (doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

PAIVA, Eliane Bezerra. Representação da informação e do conhecimento indígena: desafios para a sua prática. *In*: ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de (org.). **Representação da informação: um universo multifacetado**. João Pessoa: UFPB, 2013. p. 331-351.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. As mulheres negras e a ciência no Brasil: “e eu, não sou uma cientista?” **Comciência**, São Paulo, 8 fev. 2019. Disponível em: <http://www.comciencia.br/as-mulheres-negras-e-ciencia-no-brasil-e-eu-nao-sou-uma-cientista/>. Acesso em: 3 abr. 2019.

PINTO, Virginia Bentes. Interdisciplinaridade na ciência da informação: aplicabilidade sobre a representação indexal. *In*: Pinto, Virginia Bente; CAVALCANTE, Lídia Eugenia; SILVA NETO, Casemiro (org.) **Ciência da informação: abordagens transdisciplinares, gêneses e aplicações**. Fortaleza: Edições UFC, 2007. p. 105-142.

PISCITELLI, Adriana. As viagens das teorias no embate entre práticas acadêmicas, feminismos globais e ativismos locais. *In*: Moraes, Maria Lygia Quartim de (org.). **Gênero nas fronteiras do Sul**. Campinas: Pagu: Unicamp, 2005, p. 143-163.

POZZI, M. The concept of concept in terminology: a need for a new approach. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON TERMINOLOGY AND KNOWLEDGE ENGINEERING TKE'99, 5, 1999, Viena. **Proceedings** [...]. Viena: TermNet, 1999. p. 28-42.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Egardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van. **Manual de investigação em ciências sociais**. 5.ed. Lisboa: Gradiva, 2008.

RANGANATHAN, S. R. **Prolegomena to library classification**. Bombaim: Asia Publishing House, 1967.

REIS, Adriana Dantas. Mulheres “afro-ascendentes” na Bahia: gênero, cor e mobilidade social (1780-1830). *In*: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos. **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 24-34.

REIS, Maria Firmino dos. **Úrsula**. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROSA, Katemari. A (pouca) presença de minorias étnico-raciais e mulheres na construção de ciência. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE FÍSICA*, 21., 2015, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UFCG, 2015.

ROSA, Katemari. **Gênero e etnia no ensino da física**: cenário da investigação brasileira. *In: Encontro da rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas-REDEFEM*, 6., 2008, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2008.

ROZADOS, Helen Beatriz Frota. A ciência da Informação e sua aproximação com as ciências cognitivas. **Em questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 79- 94, jan./jun. 2003.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAMPAIO, Débora Adriano; DANTAS, Esdras Renan Farias; NEVES. Nas entrelinhas da cognição: tópicos de representação da informação. **Revista de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 3, n. 1, p. 24-31, jan./jun. 2017.

SANTOS, Ana Cristina Conceição; LUZ, Robenilton dos Santos. Lésbicas mulheres negras: crise de representação a partir das suas múltiplas identidades. *In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA E XIII REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE*, 4., 2013, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: [s. n.], 2013. p. 1-15. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/1c3a9sbicas-mulheres-negras-crise-de-representac3a7c3a3o-a-partir-das-suas-mc3baltiplus-identidades-ana-cristina-conceic3a7c3a3o-santos-e-robenilton-dos-santos-luz.pdf> . Acesso em: 28 dez. 2016.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In: SANTOS, Boaventura Sousa; Meneses, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 23-71.

SANZ, Beatriz. Quem são as cientistas negras brasileiras? **El País**, São Paulo, 28 fev. 2017. Caderno Ciência. Disponível: [http://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/24/ciencia/1487948035\\_323512.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/24/ciencia/1487948035_323512.html). Acesso em: 31 out. 2018.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1987.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana, São Paulo. 2012. Tese (doutorado) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: o contexto brasileiro. *In: SCHWARCZ, LÍlian Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Orgs.). Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996. p.147-185.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.

SCHIENBINGER, Londa. **O Feminismo mudou a Ciência?** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. Des-construindo gênero em ciência e tecnologia. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 10, p. 7-20, 1998. Disponível: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/2134/2254>. Acesso em: 18 jun. 2018.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; GOMES, Henriette Ferreira. O conceito de informação pelo viés da alteridade. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 7, p. 1-21, jan./jun. 2014.

SMITH, Dorothy. Women's Perspective as a Radical Critique of Sociology. **Sociological Inquiry**, v. 44, n. 1, p. 1-13, 1974. Disponível: <http://home.ku.edu.tr/~mbaker/CSHS503/Smith.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2018.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SOUZA, Ricardo Luiz. **O poder e o conhecimento**: introdução ao pensamento de Michel Foucault. Salvador: EDUFBA, 2014.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de. Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 267-295, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/71150/44433>. Acesso em: 4 maio 2018.

SPELMAN, Elizabeth. **Innesential Woman**: problems of exclusion in feminist thought. Boston: Beacon, 1988.

SPITERI, L. F. The structure and form of folksonomy tags: the road to the public library catalog. **Information Technology and Libraries**, v. 26, n. 3, p. 13-25, 1 Sep. 2007. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/index.php/ital/article/view/3272>. Acesso em: 4 maio 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. **Linguagem documentária**. São Paulo: APB - Associação Paulista de Bibliotecários, 1997. v. 1. p. 9-12.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. M.; LARA, Marilda L. G. de; KOBASHI, Nair Y. Contribuição da terminologia para a elaboração de tesouros. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 21, n. 3, p. 197-200, set./dez. 1992. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/432>. Acesso em: 13 jun. 2018.

TESSER, Gelson João. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Educar em revista**, Curitiba, n. 10, p. 91-98, dez.1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0104-40601994000100012>. Acesso em: 5 de jul. 2018.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TONELLO, I. M.S; LUNARDELLI, R.S. A.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. Palavras-chave: possibilidades de mediação da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 21-34, 2012.

TOSI, Lucia. “Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna”. **Cadernos Pagu**, v. 10, p. 369-397, 1998. Disponível em: file:///C:/Users/Vanessa/Downloads/cadpagu\_1998\_10\_14\_TOSI.pdf. Acesso em: 7 nov. 2017.

TRIVELATO, Rosana M. S. ; Moura, Maria Aparecida. A diversidade cultural e os sistemas de representação da informação. *In*: Fabio Assis Pinho, José Augusto Chaves Guimarães. (org.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Recife: Editora UFPE, 2017, p. 394-398.

UNESCO. **Guia para la creación y desenvolvimiento de thesaurus em multilingües, técnicos y científicos, destinados a la recuperación de dados**. Montevideo: CINTERFOR Documentation, 1973. v. 32, p. 13-17.

VELTMAN, K. H. Towards a semantic web for culture. **Journal of digital information**, v. 4, n. 4, p.1-87, 2004. Disponível em: file:///C:/Users/Vanessa%20Jamile/Downloads/113-1279-1-PB.pdf. Acesso em: 5 jul. 2018.

VICKERY, B. C. Thesaurus: a new world in documentation. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 16, n. 4, p. 181-189, dez. 1960.

VIRGINÍO, A. Conhecimento e sociedade: diálogos impertinentes. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 15, p. 88-135, jan./jun. 2006.

VOCABULÁRIO. *In*: CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008. p. 378-379.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WAGNER, Wolfgang. Sócio-gênese e características das representações sociais. *In*: MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de. **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed., rev. Goiânia: AB Ed., 2000. p. 3-25.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Madrid: Egales, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YOUNG, Iris. **Is Male gender identity the cause of male domination?**: in meyers, D. *feminist social thought: a reder*. New York: London: Routledge, 1997.

## APÊNDICE A – Formulário Indicador Conceitual do Feminismo Negro

Conceito/ Categoria	Descrição conceitual <sup>21</sup>
<b>1. Patriarcado</b>	É uma palavra muito antiga, que mudou o significado para o final do século com as primeiras teorias dos "estágios" da evolução das sociedades humanas, então novamente no final do século XX com a "segunda onda" do feminismo que apareceu nos anos de 1970 no Ocidente. Neste novo sentido feminista, o Patriarcado refere-se a uma formação social onde os homens detêm o poder, ou mais simplesmente: o poder dos homens. É assim quase sinônimo de "dominação masculina" ou opressão das mulheres. (HIRATA, 2000, tradução nossa, p.141).
<b>2. Empoderamento</b>	Prática de condução de indivíduos por diferentes estágios de autoafirmação, autoreconhecimento, autovalorização e auconhecimento, segundo a autora Joice Berth (2018) é uma prática que se dá no âmbito coletivo voltada para demandas de combate a reproduções de opressões e violência em relação a vários grupos com o intuito de promoção e transformação de estruturas sociais.
<b>3. Relações de Poder</b>	Classicamente, o poder é pensado nos termos de exercitar o governo ou o comando. Distinto do poder-virtude do homem, manifestação de sua inteligência, que Spinoza define pelo mero esforço de "perseverar em seu ser"-o poder de um pode então desdobrar-se aos limites do direito natural do outro. Do poder ao poder, as mulheres são excluídas pelo princípio da dificuldade que os une a seus maridos. Liberdade, independência, privilégios masculinos, condições de acesso ao poder, são todos os obstáculos para negar às mulheres o direito de desfrutar naturalmente das virtudes essenciais do homem. (HIRATA, 2000, tradução nossa, p.151-152).
<b>4. Sexismo</b>	O sexismo é um termo que apareceu na década de 1960, paralelamente ao surgimento do feminismo. Esta palavra, inspirada no "racismo", pretende denunciar crenças, valores e atitudes baseados em modelos estereotipados e internalizados, em suma, a construção de gênero da sociedade. O sexismo divide papéis, habilidades, interesses e comportamentos por sexo. Os principais efeitos são a discriminação contra um sexo e a alienação de ambos os sexos. A crítica do sexismo denuncia a idéia de que as diferentes características dos dois gêneros masculino e feminino implicam a atribuição de papéis, direitos e deveres distintos na sociedade. Denuncia essa construção de gênero da sociedade que atribui um caráter, um papel e predisposições físicas e afetivas de acordo com o sexo. A noção de sexo não é, portanto, mais uma noção de sexo biológico, mas uma construção social dos gêneros feminino e masculino, limitando assim o desenvolvimento pessoal, emocional, profissional e social do indivíduo. (Tradução Livre) (EDUCALINGO, 2019)

<sup>21</sup> As descrições conceituais delimitadas nesta tabela assumem o acordo conceitual do “Dictionnaire critique du féminisme” de termos técnicos da área de ciências sociais e ciências humanas, comprometidos com a compreensão terminológica de termos e conceitos históricos do campo feminista.

Conceito/ Categoria	Descrição conceitual <sup>22</sup>
<b>5. Violência Contra Mulher</b>	Violência contra as mulheres por causa de seu gênero é multiformal. Eles englobam todos os atos que, por ameaça, coerção ou força, infligir-lhes, na vida privada ou pública, o sofrimento físico, sexual ou psicológico, a fim de intimidar, punir, humilhar, alcançá-los em sua integridade Física e subjetividade. Sexismo ordinário, pornografia, assédio sexual no trabalho faz parte disso. Esta será uma questão da violência corporal que, como expressão da relação entre o poder masculino e a sexualidade, faz parte do aprendizado da masculinidade, e muitas vezes é legitimado socialmente. (HIRATA, 2000, tradução nossa, p. 245-246)
<b>6. Femicídio</b>	O feminicídio por razão de alteração da Constituição de 1988 no “[...]art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.” Crime contra a mulher por razões da condição de sexo feminino envolvendo circunstâncias de violência doméstica e familiar; menosprezo ou discriminação à condição da mulher. (BRASIL, 2015).
<b>7. Interseccionalidade</b>	Termo da sociologia desenvolvido pela professora e pesquisadora Kimberlé Williams Crenshaw usado na designação de sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas de organização social. Uso associado às relações de poder, opressão, dominação e discriminação. É a capacidade de uma sensibilidade analítica como ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e heteropatriarcado e suas articulações. (AKOTIRENE, 2018)

<sup>22</sup> As descrições conceituais delimitadas nesta tabela assumem o acordo conceitual do “Dictionnaire critique du féminisme” de termos técnicos da área de ciências sociais e ciências humanas, comprometidos com a compreensão terminológica de termos e conceitos históricos do campo feminista.

APÊNDICE B - Estrutura do banco de dados para análise no Iramuteq

\*\*\*\*literatura \*Úrsula

\_ \*tema\_patriarcado

O sol é como o homem maligno e perverso, que bafeja com hálito impuro a donzela desvalida, e foge, e deixa-a entregue à vergonha, à desesperação, à morte! E depois, rir e busca outra, e mais outra vítima!

\_ \*tema\_relação\_de\_poder

Entretanto o pobre negro, fiel ao humilde habito do escravo, com os braços cruzados sobre o peito, descaía agora a vista para a terra, aguardando tímido uma nova interrogação.

\_ \*tema\_relação\_de\_poder

Mas, Túlio, espera; porque Deus não desdenha aquele que ama ao seu próximo, e eu te asseguro um melhor futuro. E te dedicaste por mim! Oh, quanto me tens penhorado! Se eu te puder compensar generosamente.

\_ \*tema\_femicídio

Sim dizia e não era feliz em possuí-la? Que! Foi um só dia. Foi. Mas, minha mãe!. A via no sepulcro, e ela era um anjo! A Mataram! A Mataram! E estendia os braços, e se sorria como afagando benéfica visão.

\_ \*tema\_relação\_de\_poder

Se Tinha alforriado. O generoso mancebo assim que entrou em convalescença lhe dera dinheiro correspondente ao seu valor como gênero, lhe dizendo: Recebe, meu amigo, este pequeno presente que te faço, e compra com ele a tua liberdade.

\_ \*tema\_patriarcado

Tancredo, continuou não poderei esperar de ti desvelada proteção para aquela que adotei por filha, para aquela que tem enxugado as lágrimas de tua mãe na ausência de seu filho? Minha Úrsula adorada, de joelhos prometi a minha infeliz mãe ser o escudo da formosa órfã.

\_ \*tema\_violência\_contra\_mulher

Não sei por quê, mas nunca pude dedicar a meu pai amor filial que rivalizasse com aquele que sentia por minha mãe, e sabeis por quê? É que entre ele e sua esposa estava colocado o mais despótico poder: meu pai era o tirano de sua mulher; e ela, triste vítima, chorava em silêncio, e se resignava com sublime brandura.

\_ \*tema\_relação\_de\_poder

O desprazer de ver preferida a si a mulher que odiava, fez com que meu implacável pai me apartasse dela seis longos anos, não me permitindo uma só visita ao ninho paterno;

\_ \*tema\_patriarcado

E minha mãe se finava de saudades; mas sofria a minha ausência, porque era a vontade de seu esposo. Mas eu voltava agora para o seu amor, e seus dias vinham a ser belos e cheios de doce esperança.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Tancredo, meu filho, não cedas a um amor que te pode vir a ser funesto. Adelaide é pobre órfã, e teu pai não consentirá que sejas seu esposo.

\_\*tema\_patriarcado

E minha desditosa mãe tudo arrostou, porque era a causa de seu filho que advogava! Era as vezes tão débil e trêmula a sua voz, e tão áspera, e violenta a de meu pai, que seus acentos chegavam a meus ouvidos como a queixa ao longe de sentida rola.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Calai\_vos, vos ordeno interrompeu aceso em ira, Julgais que por ser essa mísera órfã vossa parenta, e porque a amais, tenderei a desposar a meu filho só por ser essa a vossa vontade? Decididamente que enlouqueceste.

\_\*tema\_violência\_contra\_mulher

Me Perdoa! Mas tanto tenho sofrido; tantas lágrimas me têm sulcado o rosto desfeito pelos pesares; tanta dor me tem amargurado a alma, que estas palavras, nascidas do íntimo do peito, pungentes, como toda a minha existência, não vos podem ofender. As arranca, Senhor, dos abismos da minha alma a agonia lenta, que nela tem gerado o desprezo e o desamor com que me tendes tratado!

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Te Agradeço, generoso mancebo, o afeto desinteressado que animou teu coração; mas, se me é permitido pedir-te ainda um último favor: Tancredo, pelo amor do céu não desafies a cólera de teu pai!

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Estou as vossas ordens, meu pai lhe disse com sequidão. Que reserva! exclamou mordendo os beiços. Que reserva, Tancredo, que quer isto dizer? te Desconheço. Senhor! contestei confuso por aquela interpelação que não esperava.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Sabes tu quem era o pai dessa menina? Não te falarei continuou de seus cofres vazios de ouro pelo seu péssimo proceder; mas, Tancredo, sobre o nome desse homem pesa uma.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Honroso é o emprego que te oferecem, e eu ousou esperar que o meu Tancredo não só o não recusará, porque foi solicitado por seu pai, como não deixará de partir breve, obedecendo às ordens superiores que o mandam à cidade\_de\_XXX.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Tancredo, te dei a minha palavra, Adelaide será tua esposa, é um sacrifício: te impus uma condição, a aceitaste. É sacrifício por sacrifício. A condição é fácil de se aceitar, mas.

\_\*tema\_sexismo

Meu filho me tornou ele com aquele sorriso que lhe é particular; é necessário que nem sempre se atenda às lágrimas das mulheres; porque é o seu choro tão tocante, que apesar nosso nos comove, e a honra e o dever condenam a nossa comoção, e lhe chamam fraqueza.

\_\*tema\_violência\_contra\_mulher

Não, não me calarei contestei furioso; não me pode esmagar o teu desdenhoso acento. Monstro, demônio, mulher fementida, me restitui minha pobre mãe, essa que também foi tua mãe, que agasalhou no seio a áspide que havia a mordido.

\_\*tema\_patriarcado

Paulo\_B. não soube compreender a grandeza de meu amor, me cumulou de desgostos e de aflições domésticas, desrespeitou seus deveres conjugais, e sacrificou minha fortuna em favor de suas loucas paixões.

\_\*tema\_patriarcado

Meu irmão? tornou ela sorrindo dolorosamente. Esse comprou as dívidas do meu casal, e se estabeleceu na fazenda\_de\_Santa\_Cruz, outrora habitação de meus pais, onde eu passei os anos de minha juventude, onde nascera minha pobre Úrsula.

\_\*tema\_patriarcado

Sossegai, minhas queridas senhoras; objetou o mancebo; acaso ignorais que de hoje em diante velarei por vós? E o que mais podeis rezear dele?

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Então o jovem cavaleiro, se erguendo com dignidade, exclamou: Senhora, eu sou Tancredo\_de\_YYY. Tancredo\_de\_YYY! exclamaram ao mesmo tempo mãe e filha; e depois um profundo silêncio reinou na câmara.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Ela amou o mancebo desconhecido, seu amor era por tanto desinteressado, mas agora que um nome ilustre lhe soara aos ouvidos, agora que ela acabava de reconhecer no mancebo convalescente seu primo, de distinto nascimento, sua fronte se curvou abatida.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Tancredo\_de\_YYY, quem vos não conhece? Sois grande, sois rico, sois respeitado; e nós, senhor? nós que somos? Vós não podeis desejar para vossa esposa a minha pobre Úrsula. Seu pai, senhor, era um pobre lavrador sem nome, e sem fortuna.

\_\*tema\_patriarcado

E depois acrescentou, Bendito seja o Senhor! Minha filha não será mais uma desditosa órfã!

\_\*tema\_interseccionalidade

Meu filho, acho bom que não te vás. Que adianta trocares um cativo por outro! E sabes tu se aí o encontrarás melhor? Olha, te chamarão, talvez, ingrato, e eu não terei uma palavra para te defender.

\_\*tema\_interseccionalidade

Não troco cativo por cativo, não! Troco escravidão por liberdade, por ampla liberdade! Veja, mãe Susana, se deve ter limites a minha gratidão: veja se devo, ou não, o acompanhar, se devo ou não lhe provar até a morte o meu reconhecimento!

\_\*tema\_patriarcado

Meu filho! Mais tarde me deram em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Ainda não tinha vencido cem braças do caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo eminente que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e me amarraram com cordas. Era uma prisioneira, era uma escrava!

\_\*tema\_interseccionalidade

A sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava: pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus, o que se passou no fundo da minha alma, só vós o pudestes avaliar!

\_\*tema\_interseccionalidade

Me meteram a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura, até que abordamos às praias brasileiras.

\_\*tema\_interseccionalidade

É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim, e que não lhes doa a consciência de os levar à sepultura asfixiados e famintos! Muitos não deixavam chegar esse ultimo extremo, se davam a morte.

\_\*tema\_interseccionalidade

A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade fora sufocada nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades. Não sei ainda como resisti. É que Deus quis me poupar para provar a paciência de sua serva com novos tormentos que aqui me aguardavam.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Pouco tempo depois se casou a senhora Luíza\_B., e ainda a mesma sorte: seu marido era um homem mau, e eu suportei em silêncio o peso do seu rigor. E ela chorava, porque lhe doía na alma a dureza de seu esposo para com os míseros escravos, mas ele os via expirar debaixo dos açoites os mais cruéis, das torturas do anjinho.

\_\*tema\_interseccionalidade

O senhor Paulo\_B. morreu, e sua esposa, e sua filha procuraram em sua extrema bondade nos fazer esquecer nossas passadas desditas! Túlio, meu filho, eu as amo de todo o coração, e lhes agradeço: mas a dor que tenho no coração, só a morte poderá apagar! Meu marido, minha filha, minha terra. Minha liberdade.

\_\*tema\_patriarcado

Rogai ao céu acrescentou, meiga e inocente donzela, rogai ao céu para que vos possa esquecer; porque se o meu amor prosseguir assim, extremoso, indomável, apaixonado, haveis de ser minha, porque ninguém me desdenha impunemente.

\_\*tema\_empoderamento

Hás de me amar. Humilhado te pedi o teu afeto. Maldição! Paulo\_B., estás vingado! Tua filha me oprime com o seu indiferentismo, e me esmaga com o seu desprezo, como se me

conhecera! Mulher altiva, há de me pertencer ou então o inferno, a desesperação, a morte serão o resultado da intensa paixão que ateaste em meu peito.

\_\*tema\_patriarcado

Ânimo, minha querida filha, não chores: os meus sofrimentos vão já acabar. Sinto me aproximar da sepultura! Mas Deus me há de permitir ainda te ver feliz. Sim, feliz, porque Tancredo te há de dar a ventura, que tanto tenho pedido ao céu para a minha Úrsula.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Seu aspecto, suas ameaças, seu amor violento e libidinoso já o tornavam repelente e agora via nele Fernando\_P., o perseguidor de sua mãe e talvez o assassino de seu pai! O coração lhe pulsava com veemência, parecia querer estalar. Compreendeu toda a extensão do perigo iminente que estava sobre sua cabeça.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Não é possível! Embora ela o ame, não poderá resistir à minha vontade. E demais onde está agora esse insensato? Na comarca\_de\_TTT. Quando voltar, tudo estará feito: Úrsula será já minha esposa, e ele, resignado, ou esquecido, ou mesmo desesperado; mas respeitando minha posição social, e meu nome, morrerá de inveja, embora amaldiçoando a minha felicidade.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Deveis saber que esse homem amaldiçoado comprou as numerosas dívidas que meu senhor legou à órfã e à sua viúva, com o intuito tão somente de a reduzir ao último extremo de miséria, como a reduziu;

\_\*tema\_interseccionalidade

Pois bem, prosseguiu Túlio, com voz lagrimosa, minha desgraçada mãe fez parte daquilo que ele comprou aos credores, e talvez fosse ela mesma uma das coisas que mais o interessava. Quando ela se viu obrigada a me deixar, me recomendou entre soluços aos cuidados da velha Susana, aquela pobre africana, que vistes em casa de minha senhora e que é a única escrava que lhe resta hoje.

\_\*tema\_interseccionalidade

Quão grande era a dor que a consumia! Porque era escrava, se submeteu à lei que lhe impunham, e como um cordeiro abaixou a cabeça, humilde e resignada.

\_\*tema\_interseccionalidade

Quando minuciosamente me narraram, continuou ele com um acento de íntimo sofrer todos os tormentos da sua vida, e os últimos tratos que a levaram à sepultura, sem nunca mais tornar a ver seu filho, sem lhe dizer um último adeus, gemi de ódio, e vos confesso que por longo tempo nutri o mais hediondo desejo de vingança.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Dois negros de cabeça baixa, e humilhados, que lhe vieram pegar as rédeas, ouviram em silêncio essa exclamação desesperada, e pela contração dos supercílios do comendador tremeram involuntariamente.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Os míseros escravos geraram de ódio e de dor, mas nem a mais leve exprobração, nem um sinal de justa indignação se lhes pintou no rosto. Eram escravos, estavam sujeitos aos caprichos de seu bárbaro senhor.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Mentes!bradou com voz de trovão. Se Levantou com impeto, e como um tigre que se arremessa à presa ia cair sobre a infeliz Susana, quando o sacerdote, até então testemunha muda dessa cena, lhe disse: Prudência, filho! Por que vos encolerizais contra essa mísera velha?

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Que me tragam sem detença Susana. Ouvis, senhor? Que a tragam de rastos. Que a atem à cauda de um feroso cavalo, e que o fustiguem sem piedade, e.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Mas, senhor comendador, interrompeu o feitor com acento apesar seu repreensivo, e indignado já meia\_noite, os desgraçados ainda trabalham por acabar o serão, como pois é possível lhes dobrasse a tarefa? Bradou Fernando e sorriu com horrível sarcasmo. Que tal? Quem manda nesta casa?

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Pois bem! Confessarás à força de tormentos o que é feito dela, e qual o nome do seu sedutor. Julgas que o ignoro? Tancredo! Rápido foi o teu regresso; mas hás de te arrepender, assim como tu, velha louca e maldita! A Levem, disse acenando para os dois negros que a tinham conduzido. A levem, e que ela confesse o seu crime.

\_\*tema\_violência\_contra\_mulher

A Levem! |Tornou acenando para Susana. Miserável! Pretendeste me iludir, saberei me vingar. A Encerrem na mais úmida prisão desta casa, lhe ponha corrente aos pés, e à cintura, e a comida lhe seja permitida quanto baste para que eu a encontre viva.

\_\*tema\_patriarcado

Meu padre, o dever me obriga a partir. Me roubaram a filha de minha irmã; mancharam a honra da minha casa, assassinaram a minha ventura!

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Te Cala! interrompeu o comendador roxo de ira. Esqueceste acaso de quem sou? Fechou os punhos, e dos lábios lhe gotejou sangue, rugiu como uma onça, e se arremessou sobre o negro.

\_\*tema\_violência\_contra\_mulher

Ela depois também chorou, e chorou muito, porque as dores que o céu lhe enviou foram bem graves. Casou segunda vez e o novo esposo, que não amava a sua deslumbrante beleza, a arrastou de aflição até o desespero.

\*\*\*\*literatura \*Ponciá\_Vicêncio

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Filho de ex\_escravos, crescera na fazenda levando a mesma vida dos pais. Era pajem do sinhô\_moço. Tinha a obrigação de brincar com ele. Era o cavalo onde o mocinho galopava sonhando conhecer todas as terras do pai. Tinham a mesma idade.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Um dia o coronelzinho exigiu que ele abrisse a boca, pois queria mijar dentro. O pajem abriu. À urina do outro caía escorrendo quente por sua goela e pelo canto de sua boca. Sinhô\_moço ria, ria. Ele chorava e não sabia o que mais lhe salgava a boca, se o gosto da urina ou se o sabor de suas lágrimas.

\_\*tema\_interseccionalidade

Um dia o coronelzinho, que já sabia ler, ficou curioso para ver se negro aprendia os sinais, as letras de branco e começou a ensinar o pai de Ponciá\_Vicêncio. O menino respondeu logo ao ensinamento do distraído mestre. Em pouco tempo reconhecia todas as letras. Quando sinhô\_moço se certificou de que negro aprendia, parou a brincadeira.

\_\*tema\_patriarcado

O homem de Ponciá\_Vicêncio acabava de entrar em casa e viu a mulher distraída na janela. Olhou para ela com ódio. A mulher parecia lerda. Gastava horas e horas ali quieta olhando e vendo o nada.

\_\*tema\_violência\_contra\_mulher

Ele se lembrava, a cada esforço, do barraco onde moravam e que flutuava ao vento. Ao ver a mulher tão alheia, teve desejos de a trazer ao mundo à força. Lhe deu um violento soco nas costas, lhe gritando pelo nome. Ela lhe devolveu um olhar de ódio.

\_\*tema\_patriarcado

Olhou para ele, que se havia assentado na cama imunda, e se sentiu mais ainda desgostosa da vida. O que ela estava fazendo ao lado daquele homem? Nem prazer os dois tinham mais.

\_\*tema\_patriarcado

O grito do homem reclamando da lerdeza de Ponciá\_Vicêncio fez com que, mais uma vez, ela interrompesse as lembranças. Se irritou, mas não disse nada. Engoliu a raiva em seco junto com silêncio. Remexeu o feijão.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Saber a benzedura para o cobreiro, para o osso quebrado ou rendido, para o vento virado das crianças. O saber que se precisa na roça difere em tudo do da cidade. Era melhor deixar a menina aprender a ler. Quem sabe, a estrada da menina seria outra.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Quando os padres partiram, depois de terem cumprido todos os seus ofícios, Ponciá\_Vicêncio logo percebeu que não podia ficar esperando por eles para aumentar o seu saber. Foi avançando sozinha e pertinaz pelas folhas da cartilha. E em poucos meses já sabia ler.

\_\*tema\_patriarcado

Ponciá\_Vicêncio sabia que o sobrenome dela tinha vindo desde antes do avô de seu avô, o homem que ela havia copiado de sua memória para o barro e que a mãe não gostava de encarar.

\_\*tema\_patriarcado

Na assinatura dela, a reminiscência do poderio do senhor, de um tal Coronel\_Vicêncio. O tempo passou deixando a marca daqueles que se fizeram donos das terras e dos homens.

\_\*tema\_interseccionalidade

Quando Ponciá\_Vicêncio resolveu sair do povoado onde nascera, a decisão chegou forte e reentina. Estava cansada de tudo ali. De trabalhar o barro com a mãe, de ir e vir às terras dos brancos e voltar de mãos vazias. De ver a terra dos negros coberta de plantações, cuidadas pelas mulheres e crianças, pois os homens gastavam a vida trabalhando nas terras dos senhores, e depois a maior parte das colheitas ser entregue aos coronéis. Cansada da luta insana, sem glória, a que todos se entregavam para amanhecer cada dia mais pobres, enquanto alguns conseguiam se enriquecer a todo o dia.

\_\*tema\_interseccionalidade

Por que uma ida tão repentina, como um gesto de quase fuga? Ponciá\_Vicêncio não conseguiu explicar que sua urgência nascida do medo de não conseguir partir. Do medo de recuar, do desespero por não querer ficar ali repetindo a história dos seus.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Ponciá\_Vicêncio, antes de buscar a maneira de chegar ao endereço, leu e releu o que estava escrito no papelzinho: Rua Prata de Lei, nº 39, casa 7 Bairro das Alegrias. Dobrou em seguida o escrito e guardou nos seios. Estava feliz, sabia ler.

\_\*tema\_interseccionalidade

Deus meu, será que o homem não desejava mais nada? Para ele bastava o barraco, a comida posta na lata de goiabada vazia? O pó, a poeira das construções civis, O gole de pinga nos finais de semana? O papo rápido com os amigos? Será que só isso bastava? Às vezes, ela percebia nele um vislumbre de tristeza. Tinha vontade então de abrir o peito, de soltar a fala, mas o homem era tão bruto, tão calado.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Há tempos e tempos, quando os negros ganharam aquelas terras, pensaram que estivessem ganhando a verdadeira alforria. Engano. Em muito pouca coisa a situação de antes diferia da do momento. As terras tinham sido ofertas dos antigos donos, que alegavam ser presente de libertação. E, como tal, podiam ficar por ali, levantar moradias e plantar seus sustentos. Uma condição havia, entretanto, a de continuassem todos a trabalhar nas terras do Coronel\_Vicêncio.

\_\*tema\_patriarcado

Parou por alguns instantes perto do fogão, olhando a água fervente, sem atinar que era preciso fazer o café. O homem tossiu lá fora na fossa e ela se sentiu chamada. Preparou o coador com o restinho do pó.

\_\*tema\_patriarcado

Se lembrou também de que, quando era pequena, vivia sonhando com o dia em que, grande, teria um homem e filhos. Lá estava ela agora com seu homem, sem filhos e sem ter encontrado um modo de ser feliz.

\_\*tema\_violência\_contra\_mulher

Bebia, mas não muito. Tinha a natureza fraca, não era preciso muito para que ficasse tonto. Ultimamente andava muito bravo com ela, por qualquer coisa lhe enchia de socos e pontapés. Vivia a repetir que ela estava ficando louca.

\_\*tema\_feminicídio

Relembavam o desespero e a loucura do homem. Falavam também do ódio que o pai dela tinha por Vô\_Vicêncio ter matado a mãe dele.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Luandi\_Vicêncio admirava o Soldado\_Nestor. Aquele era, para Luandi\_Vicêncio, maior que o escrivão, maior que o investigador, maior que o delegado, maior que Deus. Soldado\_Nestor era negro. Negro e soldado. O homem andava bonito, marchando, mesmo estando sem farda. Sabia ler. Assinava o nome de uma maneira rápida e bonita.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Estava feliz. Acabava de fazer uma descoberta. A cidade era mesmo melhor do que na roça. Ali estava a prova. O soldado\_negro! Que beleza! Na cidade, negro também mandava!

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Senhor Luandi\_Vicêncio, o senhor está empregado! Empregado aqui na delegacia! Empregado? Como? Fazer o quê? Vesti farda, ser soldado? O delegado, o soldado\_negro e o soldado\_branco riram, gargalharam.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Era para varrer, limpar, cuidar do asseio da delegacia. E como ele não sabia ler nem assinar, não poderia ser soldado. Mas, se ele estudasse muito, poderia ser soldado um dia. Poderia ser mais, muito mais. Entretanto, Luandi\_Vicêncio só queria ser soldado. Queria mandar. Prender. Bater. Queria ter a voz alta e forte como a dos brancos.

\_\*tema\_feminicídio

O pai não gostava de Vô\_Vicêncio. Dizia mesmo que ele era doido, assassino. Tinha matado a mulher e quase se matara depois, se não fosse acudido a tempo. Luandi\_Vicêncio sabia também que o avô fizera tudo aquilo em um momento de desespero.

\_\*tema\_feminicídio

O pai de Luandi\_Vicêncio guardou a imagem da cena de sua mãe ensanguentada, morta. E guardou durante toda a vida um ódio em relação ao pai, mesmo reconhecendo que ele enlouquecera.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Luandi\_Vicêncio havia colocado um grande desejo no peito. Ia aprender a ler para um dia ser soldado. Se lembrou da missão que passara por uns tempos na sua terra. Foi naquela época que sua irmã Ponciá\_Vicêncio tinha aprendido a ler.

\_\*tema\_empoderamento

O dia em que aprendesse a ler, o dia em que fosse soldado, voltaria à Vila\_Vicêncio e buscaria a mãe. E os dois juntos encontrariam a irmã. Onde estaria Ponciá\_Vicêncio? Será que a herança já estava se cumprindo?

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Soldado\_Nestor gostava de Luandi\_Vicêncio, gostava da simplicidade, da ingenuidade do rapaz. Tinha vontade, às vezes, de o chamar de irmão, mas quando estava perto do soldado\_branco, ou o delegado, mantinha distância.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

O moço merecia. Trabalhava tanto. Era tão humilde e zeloso. Podia ir descansar um pouco. Luandi\_Vicêncio beijou a mão do Soldado\_Nestor, mas queria fazer um outro pedido. Soldado\_Nestor não tinha uma farda velha para dar para ele? Queria chegar ao povoado feito gente importante, feito gente de mando!

\_\*tema\_relação\_de\_poder

De manhã Luandi\_Vicêncio vestiu a farda surrada, que ele mesmo lavara e passara e, com o coração aos pulos, se encaminhou para a estação. As botinas pretas, que ele trouxera nos pés quando chegou à cidade, engraxadas brilhavam como se fossem novas.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Buscava a elegância de Soldado\_Nestor. Se sentia bonito como o outro. No povoado todo mundo havia de olhar para ele. As moças de lá, todas, haveriam de o querer como namorado. A mãe ficaria orgulhosa.

\_\*tema\_feminicídio

Pedreiro mata mulher com quinze facadas. O pedreiro Antônio\_Gonçalves, enciumado porque a mulher conversava com o vizinho, chegou ontem em casa embriagado desferiu quinze facadas contra a mulher, na presença de seus dois filhos de 5 e de 3 anos. A vítima morreu no local do crime.

\_\*tema\_interseccionalidade

Um dia Ponciá\_Vicêncio juntou todas as revistas e jornais e fez uma grande fogueira com tudo. De que valia ler? De que valia ter aprendido a ler? No tempo em que vivia na roça, pensava que, quando viesse para a cidade, a leitura lhe abriria meio mundo ou até o mundo inteiro.

\_\*tema\_interseccionalidade

Depois Nêngua\_Kainda olhou os trajes de Luandi\_Vicêncio e deu de rir, mas com os olhos. Ria dizendo que o moço estava num caminho que não era o dele. Que estava querendo ter voz de mando, mas de que valeria mandar tanto, se sozinho? Se a voz de Luandi\_Vicêncio não fosse o eco encompridado de outras vozes\_irmãs sofridas, a fala dele nem no deserto cairia. Poderia, sim ser peia, areia nos olhos dele, chicote que ele levantaria contra os corpos dos seus.

\_\*tema\_violência\_contra\_mulher

As ausências, além de mais constantes, deixavam Ponciá\_Vicêncio durante muito tempo fora de si. Passava horas e horas na janela a olhar o tempo com um olhar vazio. Houve época em que ele bateu, esbofeteou, gritou. Às vezes, ela se levantava e ia arrumar a comida, outras vezes, não.

\_\*tema\_violência\_contra\_mulher

Quando viu Ponciá\_Vicêncio parada, alheia, morta\_viva, longe de tudo, precisou a fazer doer também e começou a agredir. Lhe batia, a chutava, lhe puxava os cabelos. Ela não tinha um gesto de defesa. Quando o homem viu o sangue a lhe escorrer pela boca e pelas narinas, pensou em a matar, mas caiu em si assustado.

\_\*tema\_sexismo

Um dia, um homem enciumado chamou Bilisa de puta. A moça nem ligou. Puta é gostar do prazer. Eu sou. Puta é esconder no mato com quem eu quero? Eu sou. Puta é não abrir as pernas para quem eu não quero? Eu sou. E, agora, novamente era chamada de puta pela patroa, só porque contou de repente que o rapaz dormia com ela.

\_\*tema\_sexismo

Soldado\_Nestor não gostou da escolha de Luandi\_Vicêncio. Disse que o moço haveria de dar com os burros\_na\_água. Para Soldado\_Nestor, mulher\_dama não prestava. Não conseguia gostar de um só homem. Aliás, pensando bem, mulher\_dama não gostava de homem algum. Só gostava daquilo que o homem tem entre as pernas e, mesmo assim, só se acompanhado de dinheiro.

\_\*tema\_femicídio

Luandi\_Vicêncio correu em direção oposta, alcançando a porta do casarão. Num segundo estava no quarto de Bilisa. E foi o momento exato, o tempo gasto para a tomar nos braços e ver a sua Bilisa\_estrela, toda ensanguentada, se apagando. Negro\_Climério havia matado a moça.

\_\*tema\_empoderamento

Naqueles dias uma alegria tinha forçado passagem nos dias do moço. A papelada que faria dele soldado tinha chegado. Luandi\_Vicêncio recebeu os cumprimentos de Soldado\_Nestor, do soldado\_branco, do delegado e o abraço comovido da mãe. Tinha virado soldado. Ficou feliz.

\_\*tema\_relação\_de\_poder

Agora ele era soldado. Tinha o poder de mandar. Tudo seria mais fácil, até para procurar a irmã. Fardado, com a roupa do poder, entraria em qualquer lugar, seria respeitado por todos. E quem soubesse de Ponciá\_Vicêncio, quem soubesse de sua irmã, haveria de falar!

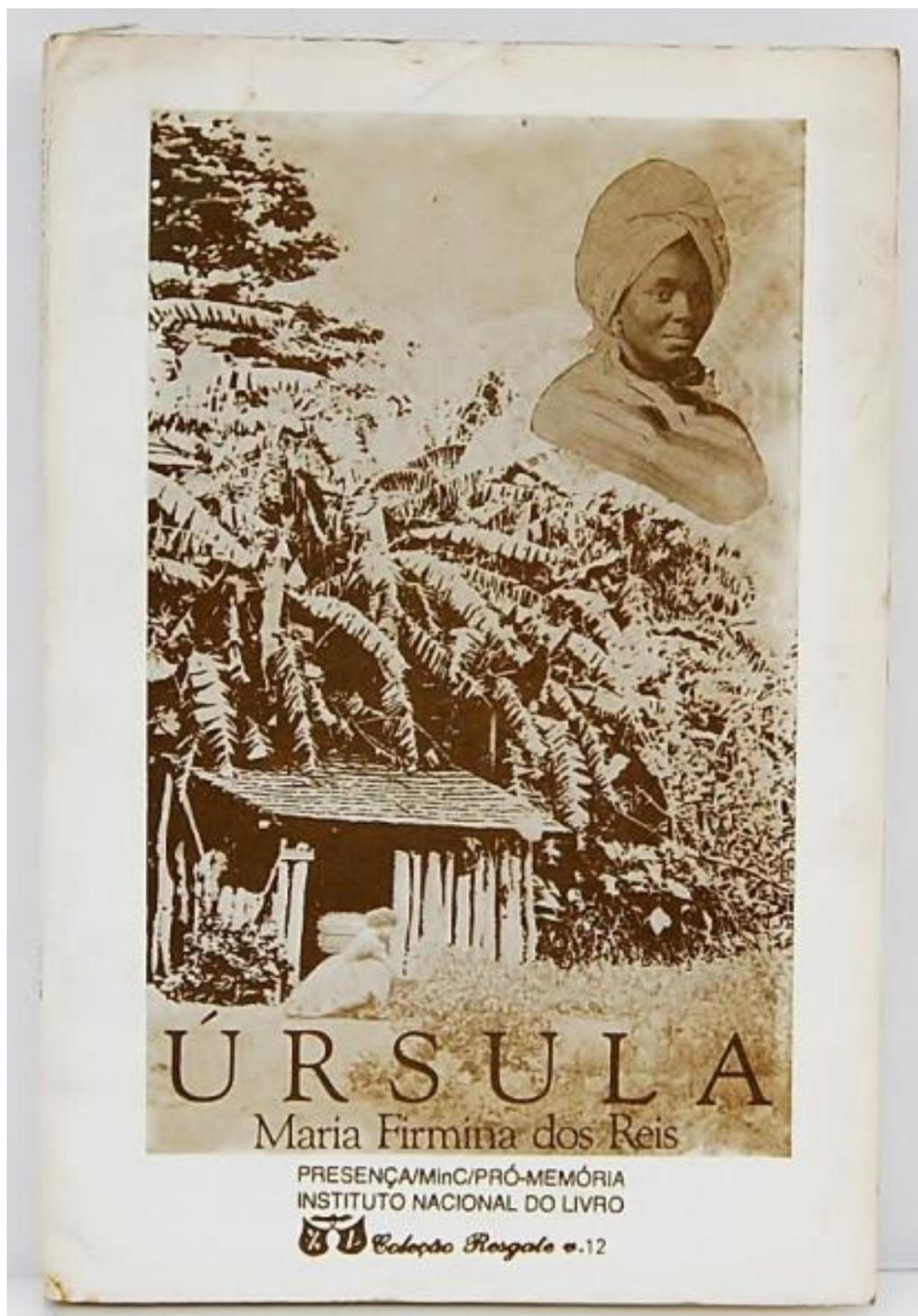
\_\*tema\_interseccionalidade

Compreendera que sua vida, um grão de areia lá no fundo do rio, só tomaria corpo, só engrandeceria, se se tornasse matéria argamassa de outras vidas. Descobria também que não bastava saber ler e assinar o nome. Da leitura era preciso tirar outra sabedoria. Era preciso autorizar o texto da própria vida, assim como era preciso ajudar a construir a história dos seus.

\_\*tema\_interseccionalidade

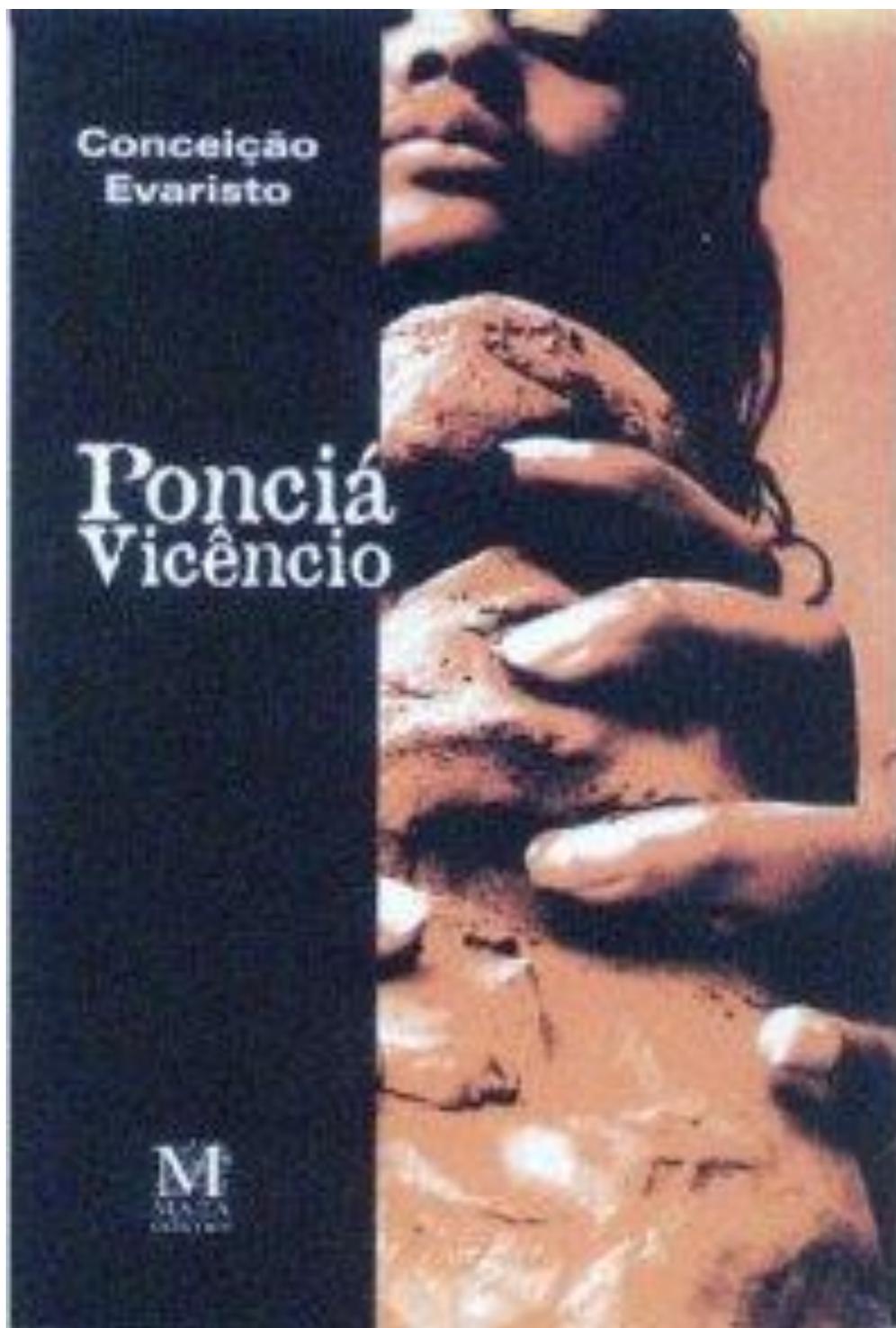
E que era preciso continuar decifrando nos vestígios do tempo os sentidos de tudo que ficara para trás. E perceber que, por baixo da assinatura do próprio punho, outras letras e marcas havia. A vida era um tempo misturado do antes\_agora\_depois e do depois\_ainda. A vida era amistura de todos e tudo. Dos que foram, dos que estavam sendo e dos que viriam a ser.

## ANEXO A – Registro da capa da literatura afro-brasileira Úrsula de Maria Firmina (1859)



Fonte: Reprodução da autora (1988).

ANEXO B – Registro da capa da literatura afro-brasileira Ponciá  
Vicêncio de Conceição Evaristo (2003)



Fonte: Estante virtual.com.br (2019).